

Adelino Torres

HORIZONTES DO
DESENVOLVIMENTO AFRICANO
No Limiar do Século XXI



Ciências Sociais e Políticas
vega Universidade



INDICE DAS MATÉRIAS

Introdução

Capítulo 1 - Das teorias da crise à crise das teorias

- Heterodoxia desenvolvimentista *versus* ortodoxia
- Fronteiras multidimensionais

Capítulo 2 - Desenvolvimento e modernidade

Contradições e paradoxos da

- Saídas do labirinto

Capítulo 3 - O debate sobre a integração

Integração regional versus liberalismo?

Controvérsias e perspectivas económicas

Capítulo 4 - Mercados: factor de desenvolvimento?

- O comércio regional africano
- Mercados e “oportunidades de negócios” em África

Cooperação euro-africana

Um mercado sectorial: os cereais

Conclusões

Bibliografia

Index

Em memória
do Professor Francisco Pereira de Moura (ISEG)
Mestre e amigo,
e do Professor Armando Antunes de Castro (ISEG e OCDE)
companheiro de sempre

AGRADECIMENTOS:

A publicação deste livro recebeu o valioso apoio de várias individualidades e instituições que refiro com reconhecimento..

Agradeço ao Dr. Jorge Eduardo da Costa Oliveira o incentivo e inestimável empenho da sua nunca desmentida amizade em proporcionar condições para a sua publicação.

Estou igualmente grato ao *Instituto da Cooperação Portuguesa*, em especial na pessoa do Dr. António Dias, seu Vice-Presidente, bem como ao *IPE-Investimentos e Participações Empresariais* por intermédio do Dr. Faria de Oliveira, que, com generosidade e espírito de abertura concederam facilidades que viabilizaram esta edição.

O interesse manifestado pelo Embaixador Dr. Carlos Santos, representante do PNUD em Lisboa constituiu também um importante estímulo pessoal.

Enfim, o entusiasmo e eficiência do Prof. Doutor João Bettencourt da Câmara, Pró-Reitor da UTL e director da revista *Episteme*, contribuíram decisivamente para esta publicação viesse a lume.

INTRODUÇÃO

Este livro aborda teorias e experiências de desenvolvimento em África e nas regiões do Sul, e reflecte sobre algumas das estratégias em curso.

Os paradigmas estudados inscrevem-se na matriz que põe em confronto a ortodoxia neoliberal e a heterodoxia das correntes da economia do desenvolvimento.

Considerando que a economia, e em especial a economia do desenvolvimento, é uma ciência normativa, contesta-se a célebre tese de Milton Friedman sobre a inutilidade do realismo das hipóteses, que tantas polémicas suscitou. Apesar do que disse Mark Blaug a respeito da metodologia de Milton Friedman e da sua identidade com a de Karl Popper, creio que aquela está largamente em contradição com os postulados deste último. Entende-se, pelo contrário, em aplicação dos ensinamentos de Popper, que se as teorias fizerem predições então estas deverão ser confrontadas com os resultados, os quais decidem do seu estatuto de cientificidade.

As teorias ortodoxas não parecem responder a este pressuposto, mesmo se é verdade que as heterodoxias do desenvolvimento aplicadas depois da 2ª guerra mundial não se adequaram melhor aos problemas que eram supostas resolver.

No entanto as razões do desfasamento entre os postulados de uma e de outras e a realidade concreta, são de natureza diferente como este livro procurará ilustrar aqui e além.

Por sua vez o próprio conceito de “desenvolvimento” levanta algumas dificuldades, na medida em que não se aplica unicamente à conjuntura dos países do Sul, perspectiva que está, em parte ultrapassada. Isso deve-se, é certo, ao facto do panorama internacional ter mudado nos últimos anos. Mas a razão principal é outra: a sua utilização tradicional envolvia uma totalização indiscriminada que já não se ajusta à heterogeneidade das experiências e à complexidade das circunstâncias.

Muitos dos problemas do desenvolvimento deixaram de ser o monopólio dos países subdesenvolvidos quando a fronteira entre o Norte e o Sul se tornou menos nítida. Nesses casos mais vale insistir nas semelhanças do que nas diferenças.

A interdisciplinaridade é uma das características fortes da economia do desenvolvimento, ao mesmo tempo que, justamente, constitui uma das suas maiores dificuldades conceptuais e empíricas.

Aí reside parte das razões da desconfiança que certos autores manifestaram em relação às correntes heterodoxas da economia do desenvolvimento, as quais caíram em desfavor a partir da década de 70, embora, em período recente, a situação esteja a inverter-se de novo.

As causas dessa perda de influência foram devidas às críticas formuladas na sequência das políticas económicas posteriores aos anos 50 nos países subdesenvolvidos. Umas tinham justificação, outras devem ser reapreciadas.

O insucesso de muitas independências levou Hirschman a predizer a “decadência da economia do desenvolvimento” num texto que alguns classificaram demasiado apressadamente como a “oração fúnebre” da disciplina, e outros a explicar o seu descrédito por se ter revelado “muito menos útil do que esperava durante o optimismo vigoroso da sua juventude” (Seers 1979).

A asserção não é falsa. Todavia, isso não se deve, como argumentarei neste livro, à economia do desenvolvimento em si, mas à justaposição indiscriminada de perspectivas ou campos de acção: entre a economia do desenvolvimento e as políticas económicas, entre as teorias e as ideologias, entre as hipóteses teóricas, meras conjecturas aguardando refutação, e as teses mais ou menos dogmáticas da sua extensibilidade e permanência.

Ademais é conveniente não perder de vista outros elementos.

Sejam quais forem os erros cometidos, as diversas escolas de pensamento (dos keynesianos aos marxistas, dos neomarxistas aos dependentistas e aos estruturalistas) deram um contributo apreciável para colocarem os países pobres do Sul - três quartos da humanidade - no centro de atenções mundiais, lugar de que o eurocentrismo os tinha arredado como sujeitos.

É certo que as causas da crise também podem ser encontradas na excessiva concentração das atenções no produto nacional, no rendimento global e na oferta, ao mesmo tempo que era negligenciados ou votados a um quase esquecimento os problemas da repartição e da formação dos recursos humanos. Todavia, as mesmas escolas não deixaram de identificar os agentes que poderiam conduzir ao crescimento económico dos países em desenvolvimento, definindo ou clarificando temas estratégicos essenciais: industrialização, acumulação do capital, mobilização da mão-de-obra subutilizada, planificação, construção do Estado.

Em consequência, Amartya Sen podia concluir que, apesar de tudo, resta “muita pertinência nos grandes temas políticos nos quais insistiu a economia do desenvolvimento tradicional”. E se as estratégias devem ser readaptadas às circunstâncias actuais, “ainda não chegou o tempo de enterrar a economia do desenvolvimento tradicional” (Sen 1983).

Essas teorias abalaram ainda o edifício que assentava no raciocínio simplista segundo o qual o desenvolvimento se identificava com o crescimento. Permitiram também que as temáticas do desenvolvimento fossem vistas como problemas de mudança, quer dizer inerentes ao longo prazo, cuja análise exige o recurso aos estudos interdisciplinares (Pakdaman 1986).

Foi a sobreposição de planos de análise, talvez mais do que qualquer outra contingência, que contribuiu para as rupturas.

As novas propostas não poderão limitar-se a retomar métodos e epistemologias tradicionais, até porque a economia não tem condições para, por si só, responder aos desafios da modernidade.

Porém, se as condições internacionais não são idênticas às de há trinta anos, aquando das independências, e se muitas das velhas heterodoxias devem ser revistas ou abandonadas, isso não significa que as actuais pretensões da ortodoxia “ultraliberal” constituam uma resposta satisfatória susceptível de fornecer um discurso universal, válido para todas as culturas e latitudes.

Há mesmo boas razões para duvidar da utilidade e até da aplicabilidade da economia neoclássica às economias do Sul. Basta lembrar que as economias asiáticas atravessam agora uma crise imprevista por aqueles que até à pouco as apontavam como modelo, e que o Fundo Monetário Internacional tem, em finais de 1998, poucas razões para triunfalismos...

O cepticismo de muito autores relativamente à economia do desenvolvimento foi igualmente reforçado perante a paradoxal e frequentemente contraditória diversidade das teorias nesse terreno.

Julgando ver nessa discrepância a existência de dualidades dicotómicas intrínsecas que fragilizavam a disciplina, eles sobrepueram mais uma vez os planos de análise.

A disparidade não resultava de uma contradição interna mas antes da existência de múltiplas respostas possíveis para cada problema. Não era a causa original das “dicotomias”, mas a tentativa de comprovar a existência de soluções “alternativas” para os problemas concretos do desenvolvimento. Desse ponto de vista, tais “dicotomias” não eram, como julgava Hirschman, a razão do declínio da economia do desenvolvimento. Elas traduziam, pelo contrário, a sua riqueza e vitalidade intelectual, embora daí tivesse resultado uma desmesura de ambições pouco razoáveis que foram prejudiciais à disciplina.

De agora em diante a principal questão reside em saber se há ou não ainda espaço para novas teorias heterodoxas que, longe de fazerem abstracção do espaço e do tempo, coloquem a problemática da heterogeneidade do espaço e integrem o tempo histórico que não é redutível ao tempo homogêneo e probabilizável da ortodoxia.

Se o tempo do desenvolvimento é o tempo da emergência das organizações e da complexificação das relações, das descontinuidades e das dinâmicas, então ele não se coaduna com o positivismo estático e a-histórico de uma época volvida. Nesse caso a emergência de novas teorias heterodoxas é uma necessidade. E, desde logo, a sua eclosão é uma questão de tempo.

Entende-se que a disparidade das situações e o fracasso das teorias do desenvolvimento em racionalizá-las, tenham aberto a porta a teorias ortodoxas com a pretensão de reduzir "o heterogêneo ao homogêneo", e de suprimir "as especificidades que constituem as estruturas e que são em última análise o próprio objecto do desenvolvimento" (Austruy 1968).

Mas, desde os anos 80, a ortodoxia também não foi bem sucedida e é talvez chegada a hora de reequacionar velhas problemáticas e de interrogar realidades novas.

Impõe-se para tal reconciliar, na medida do possível, o tempo histórico com o tempo lógico, reavaliar conceitos, fazer o balanço das heurísticas em voga, procurar, enfim, na totalidade social o sentido da economia em vez de procurar na economia o sentido da totalidade social, como dizia L. Dumont.

Justifica-se o regresso à economia do desenvolvimento e às teorias que lhe dão coerência. Quanto mais não seja porque os dilemas colocados pela repartição e pela justiça social continuam por resolver, a pobreza e a fome não foram erradicadas na maior parte do planeta, as catástrofes ecológicas resultantes de modelos anárquicos ou irresponsáveis ameaçam o futuro próximo da humanidade. O tema desenvolvimento não está esgotado.

É indubitável que, nos últimos vinte anos, o planeta conheceu um crescimento económico extraordinário. O consumo de bens e serviços é hoje duas vezes superior ao de 1975 e seis vezes mais importante do que o de 1950. Em quase todos os sectores houve melhoramentos substanciais: energia, alimentação, transportes, educação, comunicações, lazeres.

Porém, os frutos desse crescimento foram mal distribuídos e a genericamente chamada “sociedade de consumo” esconde desigualdades excessivas: 20 por cento da população mundial consome 86 por cento dos bens e serviços produzidos e mais de mil milhões de seres humanos não estão em condições de satisfazer as necessidades de consumo mais elementares.

Entre os 4,4 mil milhões de habitantes dos países em desenvolvimento, um terço não tem acesso à água potável, um quarto não dispõe de alojamento minimamente condigno e um quinto não beneficia de cuidados de saúde modernos. Nesses mesmos países ainda, um quinto das crianças não atinge 5 anos de escolaridade nem ultrapassa o limiar da subalimentação.

O problema não reside apenas na “pobreza” na acepção tradicional do termo. O PNUD

demonstra que ser pobre não é apenas estar privado de um rendimento suficiente. É também não poder participar na vida da sua comunidade nem para ela contribuir. Nesse sentido os países ricos também são atingidos pelas desigualdades que resultam de uma organização económica e social insatisfatória e mesmo insensata. Nos próprios Estados- Unidos da América, que dispõem do rendimento por habitante mais elevado do mundo, 16,5 por cento das pessoas vivem em estado de pobreza. E apesar deste país atravessar um período de forte prosperidade económica e de baixa taxa de desemprego, um quinto da sua população é analfabeta e 13 por cento têm uma esperança de vida inferior a 60 anos.

Assim, esse mesmo “progresso” é, em todo o mundo, acompanhado de desequilíbrios, de desperdícios e de injustiças sociais cujo remédio, pelo menos em grande parte, não estaria fora do alcance dos Estados.

É evidente que o problema não é essencialmente económico ou financeiro e que os “automatismos” dos mecanismos de mercado não fornecerão uma resposta adequada a estes imperativos urgentes. A imagem da “mão invisível” como remédio soberano a todos os males não passa de uma alegoria...

Mesmo entre 12 países desenvolvidos da América do Norte e da Europa, dispondo de recursos económicos, tecnológicos e educacionais consideráveis, são flagrantes as anormalidades: por exemplo, 18 por cento dos adultos têm um nível de competência tão fraco que não são capazes de satisfazer as necessidades mais elementares de leitura próprias a uma sociedade moderna.

Também alastra entre os países mais desenvolvidos uma nova forma de pobreza ligada à exclusão. Apesar da abundância material, aumenta o número daqueles que não dispõem de alojamento, de trabalho nem tão-pouco de recursos suficientes para se alimentarem.

É certo que o Sul no seu conjunto, na perspectiva do “indicador do desenvolvimento humano”, progrediu mais nos últimos 30 anos do que o mundo industrializado no decurso de um século. Mas entre uma centena de países do Sul, cerca de 70 ou 80 têm em 1998 um rendimento por habitante inferior ao que auferiam em meados dos anos 60.

Também a poluição da água e do ar, a degradação dos solos e as ameaças de catástrofes ambientais constituem, segundo o PNUD, verdadeiros “círculos viciosos” que atingem sobremaneira os países pobres obrigados a esgotar os recursos naturais para sobreviver o que, por sua vez, agrava ainda mais a pobreza.

Como assinala o PNUD (1998), a lição a tirar é evidente: a humanidade corre para a catástrofe se o desenvolvimento continuar a ser concebido nos moldes actuais de um crescimento consumista apenas obedecendo às “leis” desregulamentadas do mercado, como pretende o utilitarismo dos “ultraliberais”.

No entanto existem condições materiais para o evitar: o consumo de energia já não está estreitamente submetido às exigências do crescimento; a reciclagem é uma possibilidade técnica e economicamente rentável; o consumo de serviços suplanta o dos bens materiais poupando recursos; a utilização de tecnologias simples e não poluentes pode responder às necessidades de muitos sectores.

No plano cognitivo, finalmente, não assistimos à agonia da economia do desenvolvimento como se pretendeu, mas tão somente à sua transição de uma economia particular (Terceiro Mundo) para uma economia global e diferenciada, onde será determinante a convergência das dimensões da história, da mundialização e da articulação macro-

microeconomia num projecto político democrático.

CAPÍTULO I - Das teorias da crise à crise das teorias

Heterodoxia desenvolvimentista versus ortodoxia neoclássica

Desde os anos 80 que se ouve falar da "crise" da Economia do Desenvolvimento e das teorias que a integram, chegando alguns ao ponto de preconizar o seu desaparecimento como disciplina científica¹.

Se é verdade que tal posição parece algo excessiva, assente numa fundamentação que está longe de recolher o consenso, não é menos certo que se compararmos a diversidade e a riqueza de teorias e escolas de pensamento nesta área, resultantes do entusiasmo e competência de muitos autores, com os resultados julgados fracos obtidos anos depois (em relação às expectativas iniciais²), é hoje possível compreender melhor o desânimo daqueles que pensavam ter encontrado métodos eficazes, reprodutíveis experimentalmente a exemplo das ciências físicas, para combater o subdesenvolvimento e a pobreza nos países do Sul³.

No decorrer dos anos as decepções fizeram acumular dúvidas e cepticismo e a Economia do Desenvolvimento foi objecto de interrogações quer sobre as suas origens, fontes e evolução, quer sobre a sua utilidade.

O debate atingiu algum dramatismo quando o Banco Mundial publicou os depoimentos de quinze autores entre os chamados "pioneiros da Economia do Desenvolvimento"⁴.

¹ Retomo neste ponto, com alterações, o artigo publicado no livro de homenagem ao Professor Manuel Jacinto Nunes, por ocasião do seu jubileu em 1996.

² Em 1968 o keynesiano Robert W. Clower escrevia um texto profundamente pessimista sobre as possibilidades do desenvolvimento africano: "Mainsprings of African Economic Progress". Vd. Clower 1995: 343-356.

³ Como já escrevi, acompanho a opinião de muitos autores segundo a qual a mudança do contexto internacional com o desaparecimento do "bloco socialista", a diversidade dos países do Sul e a evolução diferente seguida por muitos deles, tornam inadequado o velho termo de "Terceiro Mundo". No entanto, por falta de uma denominação que recolha o consenso dos investigadores, embora preferindo o termo "Sul" utilizarei também, à falta de melhor, o conceito de "Terceiro Mundo" com o mesmo sentido, essencialmente geográfico, apesar das reservas que inspira actualmente.

⁴ Cf.. Meier and Seers 1984, Meier 1987. No primeiro (1984) registavam-se os testemunhos de Lord P. Bauer, Colin Clark, Albert O. Hirschman, Sir Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Paul N. Rosenstein-Rodan, Walt W. Rostow, Sir Hans W. Singer, Jan Tjebbergen; no segundo (1987), os de: Theodore W. Schultz, Gottfried Haberler, Hla Myint, Arnold C. Habberger e Celso Furtado. Quase todos economistas escrevem em língua inglesa e são em muitos casos antigos colaboradores do Banco Mundial ou de instituições internacionais. Pode lamentar-se que tenham sido esquecidos nomes como o de

Ao fazer a recensão crítica do primeiro volume da obra, Henry J. Bruton⁵ observou a disparidade de opiniões e argumentos bem como a falta de consenso entre os 10 primeiros.

Bruton teve razão, mas não creio que devamos lamentá-lo excessivamente: a ilusão da uniformidade de uma teoria imutável, objecto de todas as convergências, não parece possível nem sequer desejável no âmbito da Economia do Desenvolvimento, a qual, por definição, se defronta com dinâmicas de mudança e mutação, onde a necessidade de redefinir em permanência os "*critérios de demarcação*" de que nos fala Karl Popper, constitui a própria marca de um pensamento científico vivo e em revolução permanente na sua passagem de problemas velhos para problemas novos (Popper 1974).

O que sobressai desse famoso encontro de pioneiros é que ele fez incidir sobre o passado recente uma luz que melhorou a nossa compreensão das dificuldades de pensar o desenvolvimento e actuar sobre ele. Mesmo se, desses testemunhos, não saíram necessariamente novas soluções para o futuro.

Relembrar as origens do processo é, por vezes, um elemento precioso de ensinamento e de inspiração.

O aparecimento da economia do desenvolvimento nos anos 40 deu origem a uma vasta panóplia de conceitos e de modelos num esforço de definir uma nova disciplina num campo em que a economia tradicional que mostrava desadequada. De facto, a "economia dominante convencional" ("*conventional mainstream economics*"), tanto nas suas variantes de esquerda ou de direita, não oferecia um aparelho explicativo adequado aos problemas colocados, pelo que qualquer coisa de genuinamente novo tinha que ser criado.

Daí as novas teorias portadoras de um vasto conjunto de conceitos e modelos e o esforço intelectual para estruturar uma área do conhecimento específica que ajudasse a resolver os problemas concretos do subdesenvolvimento e da pobreza.

Até aos anos 70 pelo menos, este panorama intelectual favoreceu a eclosão de correntes e paradigmas que, convergindo ou defrontando-se em pontos diversos expressos em inúmeras publicações e trabalhos de investigação, deram lugar a debates estimulantes e a projectos generosos. O clima voluntarista que se viveu no pós-guerra marcou um período em que se sonhava refazer o mundo, acreditando-se ser possível realizar esse sonho no curto ou médio prazos.

Os resultados não o confirmaram mas, ao contrário do que alguns pensam hoje, a utopia teve também resultados positivos, a despeito das dificuldades imprevistas e dos fracassos registados. A prática demonstrou no entanto que os problemas do desenvolvimento se inseriam, afinal, no longo prazo e num contexto de complexidade, que a linearidade e univocidade das relações causais não deixara transparecer com suficiente nitidez.

Por outro lado, as dificuldades que se foram registando em experiências de desenvolvimento, mesmo quando o crescimento económico não estava ausente, acabaram por ocultar a distinção essencial entre *teorias* e *políticas económicas* agravando a confusão metodológica. Muitas das *políticas económicas*, ao pretenderem aplicar acriticamente as teorias que as inspiraram (o exemplo das "indústrias industrializantes" na Argélia, a partir das teorias de Destanne de Bernis é um exemplo paradigmático), marcaram negativamente estas últimas.

François Perroux ou de J. Lebrét, sem falar de autores de outros países...

⁵ Cf. revista *Economic Development and Cultural Change*, October 1986: 197-202.

O descrédito que atingiu assim as teorias heterodoxas onde fora realizado o esforço original da interdisciplinaridade, transformou a sua verdadeira essência de *incerteza* keynesiana e de constelações de hipóteses a testar, em axiomas onde, não raras vezes, a ideologia acabava por se sobrepor à atitude científica.

A crise mundial dos anos 80, que atingiu particularmente os países em desenvolvimento (PED), obrigou a uma revisão das políticas económicas, mas implicou igualmente que alguns pusessem em causa a utilidade teórica da *Economia do Desenvolvimento*, enquanto heterodoxia interdisciplinar, ao mesmo tempo que a ortodoxia neoclássica ocupava o terreno nas organizações internacionais e nas universidades, em nome do rigor científico, da eficácia e do pragmatismo positivista.

O que falhou então nos anos 70 em muitos dos países subdesenvolvidos, nomeadamente nos países africanos?

Para o compreender é preciso ir para além das experiências empíricas e distinguir as teorias que as explicam.

A tipologia das teorias do desenvolvimento proposta por Albert O. Hirschman em 1984 é, sobre esse ponto, elucidativa.

Hirschman serve-se de dois conceitos: o "*mono-economismo*", ou seja a crença na existência de uma só ciência económica válida em qualquer tempo e lugar; a "*reciprocidade das vantagens*", quer dizer, a convicção de que em todas as relações bilaterais entre os países há sempre vantagens mútuas.

Com estes dois conceitos e a sua aceitação ou rejeição, Hirschman contrói a conhecida matriz de dupla entrada onde surgem quatro tipos de teorias (ver gráfico a seguir):

A *ortodoxia neoclássica*, que acredita na universalidade da ciência económica e na reciprocidade das vantagens;

As teorias *neomarxista e da dependência* que rejeitam esses dois postulados;

A teoria *marxista* propriamente dita (de Marx e não das interpretações subsequentes), que reconhece o mono-economismo e rejeita a reciprocidade das vantagens;

A *economia do desenvolvimento* propriamente dita, que recusa o primeiro postulado (universalidade da ciência económica) mas aceita o segundo (reciprocidade das vantagens).

		Mono-economia	
		AFIRMADO	NEGADO
Reciprocidade das vantagens	AFIRMADO	Economia ortodoxa	Economia do Desenvolvimento
	NEGADO	Marx?	Teorias neomarxistas

FONTE: Matriz reproduzida de Hirschman 1984: 45

Esta questão é fundamental na medida em que ajuda a esclarecer conceitos e a confrontar teorias demasiado frequentemente assimiladas umas às outras.

Por exemplo, a distinção entre *marxismo* e *neomarxismo* é indispensável, uma vez que as duas teorias não só não podem ser confundidas (como acontece ainda, incluindo em trabalhos académicos), como são, em vários aspectos, contraditórias entre si. Basta recordar, por exemplo, que para Marx "*o país mais desenvolvido industrialmente mostra aos que o seguem no plano industrial, a imagem do seu próprio futuro*" (Marx 1965: 549), enquanto que para os neomarxistas (Paul Baran, G. Frank, Samir Amin, etc.) o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo não é possível no quadro do "*sistema nacional/mundial hierarquizado*" vigente, segundo a terminologia de Michel Beaud (Beaud 1987), ou capitalista para simplificar, no qual estão condenados ao "*desenvolvimento do subdesenvolvimento*" (retomando a fórmula célebre de G. Frank), só lhes restando procurar uma via própria de "transição" para o "socialismo".

Não nos atardaremos sobre estes dois últimos conceitos, cuja precaridade teórica e empírica já foi amplamente demonstrada, nem faremos referência à "*teoria*" (na verdade muito mais *ideologia* do que *teoria*) dita "*marxista-leninista(-estalinista)*", axiomatização mítica de um Estado imperial que vigorou na prática até à Glasnost na década de 80.

Se chamamos a atenção para este ponto, que nos parece merecedor de um tratamento crítico, é sobretudo porque a confusão teórica que se estabeleceu nos anos 60-80 em especial, contribuiu sobremaneira para enfraquecer a *economia do desenvolvimento*. Esta debilidade foi agravada pela desistência de muitos daqueles que participaram na formação do pensamento nesta área e pelo desvio de interesse para os países de leste, ditos em "transição" para economias de mercado a partir dos anos 80. Desde então a economia do desenvolvimento conheceu um sério declínio como objecto inspirador de investigações e controvérsias...

Criou-se assim um quase vazio em redor da economia do desenvolvimento, heterodoxa e multidisciplinar, consolidando-se a supremacia do paradigma neoclássico estático e a-histórico..

A partir de meados da década de 90, tudo indica, no entanto, que essa dominação liberal está a sofrer uma usura acelerada "no terreno": vejam-se a crise asiática e suas repercussões, bem como as dificuldades da Rússia em finais de 1998...

Com efeito, a experiência dos últimos quinze anos parece mostrar que a abordagem neoclássica, apesar do seu contributo sem dúvida valioso em muitos aspectos da teoria geral, não encontra respostas aos velhos e novos problemas colocados pelo processo de desenvolvimento, revelando serem cada vez mais insatisfatórios os postulados que delimitam o seu campo epistemológico e orientam a sua acção.

Esses postulados são conhecidos: as concepções da sociedade atomística e do individualismo metodológico⁶; a tese segunda a qual o equilíbrio e o mercado são fenómenos "naturais"; a convicção de que o *ótimo* individual deve ser confundido com o *ótimo* social e de que a eficiência paretiana é prioritária; a ideia de que o valor dos bens tem apenas um fundamento psicológico e que os indivíduos livres, iguais e racionais são agentes económicos

⁶ Entre os economistas o individualismo metodológico tem a sua origem nas ideias de Carl Menger, retomadas mais tarde por autores da tradição austríaca: Schumpeter, Mises e Hayek. Ele encontra "o seu campo de acção privilegiado na teoria económica onde constitui não somente o método natural da microeconomia, mas também a quase totalidade do âmbito da ciência económica onde tem tendência a tornar-se menos um método do que um paradigma". Cf. Brochier 1994.

perfeitamente informados, raciocinando exclusivamente em termos de utilidade, etc.

Mancur Olson "demonstrara claramente que a lógica da acção colectiva não era redutível à da acção individual: não basta que um conjunto de indivíduos tenham um interesse comum para que ajam simultaneamente a fim de promover esse interesse"⁷.

Outra das suposições frequentes da teoria neoclássica "é a de um dualismo do mercado de trabalho, onde um sector sindicalizado com salários mais elevados coexiste com um sector concorrencial com salários mais baixos. Mas a existência do sindicato é postulada e não explicada teoricamente, porque, numa pura lógica individualista, ninguém tem interesse em fundar um sindicato uma vez que cada um beneficia da acção colectiva mesmo se não contribui para ela. Todos os trabalhadores têm evidentemente interesse em serem empregados no sector de salários elevados, mas como nem todos podem sê-lo, os modelos neoclássicos supõem geralmente que um sistema de tiragem à sorte desempata os candidatos". Ora este processo entra em "contradição com as regras gerais da análise neoclássica". (Brochier 1994:43).

Na ausência de condições externas ao individuo, a racionalidade individual não chega, de *per si*, para conseguir as soluções propostas pelos neoclássicos. "Para que as trocas tenham lugar nas condições previstas pela teoria, é indispensável que preexistam *regras e normas* de natureza colectiva que permitirão às trocas interindividuais terem lugar segundo as modalidades previstas. É aí que reside um dos limites mais fortes da metodologia individualista, uma vez que demonstra a existência de *condições prévias* holistas" (Brochier 1994: 44).

Gilles Dostaler afirma que "o 'núcleo duro' da teoria neoclássica é que a economia pode ser analisada do mesmo modo que a física, a química e a biologia, considerando que os agentes económicos, do consumidor ao empresário passando pelo banqueiro, agem racionalmente em função do seu interesse próprio", enquanto que os neokeynesianos acreditam, pelo contrário, que o *homo economicus* age por impulso, que as suas escolhas não são bem informadas ou racionais, não sendo impossível modelizar matematicamente os processos económicos em tais circunstâncias. Ora, acrescenta ainda o mesmo autor, a economia não funciona como uma máquina. As certezas quanto ao futuro acabaram e este não é determinado nem se podem ter certezas sobre as consequências das acções humanas, como a teoria do caos, que começa a ser aplicada em economia, o demonstra, ao postular que, quando uma pequena mudança quase imperceptível tem lugar, pode provocar a longo e médio prazos uma mudança ainda maior. Desde logo, devemos encarar a economia como uma caixa de ferramentas: o que é necessário saber é o que construir ou o que reparar. Para Dostaler não devemos ter ilusões: "não se resolverão os problemas económicos e sociais com uma curva num plano cartesiano e modelos matemáticos sofisticados. Esses problemas são factos sociais globais e nada se conseguirá sem uma visão a mais aberta possível" (Dostaler 1994).

A. Insel vai mais longe: a teoria neoclássica permite ter, em certos temas socialmente sensíveis, "um discurso amoral e anti-humanista" (Insel 1994:77-94) quando exprime, por exemplo, a racionalidade económica do suicídio, o acesso dos velhos a cuidados médicos, etc., na óptica de autores como Gary Becker. Nesse amoralismo é visível a tentativa de libertar-se da moral religiosa e das referências transcendentais, a negação de ideia de imanência da humanidade em cada um dos homens.

Ao propor um falso discurso da liberdade, o duo individualismo/teoria neoclássica

⁷ Olson , citado a partir da edição inglesa por Brochier 1994: 43.

defende a ética do comportamento do homem que não tem dívida alguma para quem quer que seja, que recusa a inscrição no Eu de uma parte da Humanidade. A reivindicação dessa teoria é de ser reconhecida como um discurso de liberdade (Insel 1994: 88).

Por outro lado, o pressuposto de que o modelo liberal não é *ideológico* é uma falsa ideia. Esse *mono-economismo* de que fala Hirschman longe de garantir as aspirações democráticas de que se reclama, priva as gerações dos meios de revivificar e testar esses objectivos democráticos (Assidon 1992). Como escreveu Henri Bartoli: "Falar de história é falar das tarefas temporais oferecidas à nossa liberdade".

Do mesmo modo, se a realidade é uma sucessão de desequilíbrios, como o indica a visão schumpeteriana da dinâmica do capitalismo na qual é a consciência do desequilíbrio que está na origem da evolução económica, nesse caso a aceitação do desequilíbrio (e não simplesmente a multiplicidade dos estados de equilíbrio possíveis) como modo de funcionamento das sociedades de mercado, permite escapar a uma explicação demasiado simplista e mesmo irrealista da evolução social (Insel 1994:93).

Se se admitir que a economia é uma ciência normativa que deve preocupar-se com a definição do equilíbrio, então não se pode deixar de lado a necessidade de abertura a outras disciplinas. Mesmo nesse caso, a persistência da norma do "equilíbrio" é demasiado irrealista para desempenhar um papel normativo que oriente sobre o caminho a seguir. Desde logo, "o abandono da norma do equilíbrio parece indispensável para o desenvolvimento da problemática da inserção do económico no social" (Insel 1994: 93).

Outros autores fazem observar que se a crítica do irrealismo da teoria neoclássica tem razão de ser, é indispensável não confundir as críticas de ordem *empírica* das críticas de ordem *lógica*. O procedimento neoclássico baseia-se num modelo teórico cuja principal finalidade é mostrar que a economia de mercado pode conduzir a situações harmoniosas ou "ótimas". Mais tarde, observa por exemplo B. Guerrien, depois de críticas de ordem lógica, os neoclássicos adoptaram uma problemática de axiomatização na qual a questão central se tornou: que hipóteses formular para demonstrar que as regras de mercado conduzem a um *ótimo*? Por outras palavras, já não se trata de partir de hipóteses para chegar a um resultado, mas de partir do resultado para determinar com que hipóteses ele pode ser atingido.

Esta axiomatização é aceitável, mas o alcance empírico do modelo é desde logo bastante diminuído.

Alguns neoclássicos foram então obrigados a introduzir um mínimo de realismo, mas ao preço de um enfraquecimento da generalização das conclusões.

No entanto a grande maioria dos neoclássicos continua insensível a essa dificuldade e opta por um procedimento normativo: se há desfasamento entre a teoria e a realidade, é a teoria que tem razão. Esta abordagem faz funcionar o modelo neoclássico como a referência em relação à qual é o real que deve ser normalizado (Guerrien 1993). Contudo, se se levar esse raciocínio até às suas últimas consequências, cai-se numa ratoeira que os neoclássicos procuram ignorar: apresentada assim, e se adoptarmos os critérios de Popper que estes geralmente não contestam (o que, aliás, resultada de um equívoco que não é possível desenvolver aqui), a teoria não é *falsificável*, quer por falta de conteúdo empírico quer por resistir ao desmentido do teste, ou seja não preenche as condições mínimas de cientificidade.

É certo que hoje não se pode ignorar a economia neoclássica cujos aspectos positivos na busca de um certo rigor não devem ser escamoteados, mas existem cada vez mais novas vias

abertas para escapar ao seu irrealismo, novas reflexões sobre o mercado, a firma, a organização, a racionalidade e novas tentativas para construir uma economia com dimensão histórica, social e mesmo ética (Beaud et Dostaler 1993).

A economia do desenvolvimento não escapa a esta gestação, mas o seu caminho é talvez mais árduo, não só porque ainda sofre da assimilação de algum modo abusiva entre "teoria" e "políticas económicas" postas em prática, mas também porque, para se afirmar no campo científico ela deve renunciar às interpretações radicais, quer do paradigma da introversão quer do paradigma da extroversão, e, no quadro da globalização, procurar sem complexos um maior compromisso, interdisciplinar e, nomeadamente, entre a economia do desenvolvimento e a economia internacional (Helleiner 1993). Indo mais longe e utilizando o exemplo do filósofo Raymond Klibansky quanto à necessidade de interrelação entre a filosofia e a história (Klibansky 1998), diria mesmo que esse compromisso deveria ser aprofundado também entre a economia e a filosofia, o que, aliás, se enquadra nas preocupações actuais da UNESCO. Não se trata de uma filosofia aplicada à economia ou da construção de uma economia com pretensões filosóficas, mas antes da definição de um campo com problemáticas e reflexões comuns onde as duas vertentes se conjuguem (Leroux et Marciano 1998).

Na obra dos seus fundadores, a economia política teve um pensamento pluridimensional e a economia do desenvolvimento procurou ser fiel a essa tradição. Mas num caso e noutro houve rebentamento e dispersão em muitos domínios. A interpretação que foi dada, sob a influência de doutrinas ultraliberais, da evolução do desenvolvimento numa parte do Terceiro Mundo acabou por pôr em causa os conteúdos não económicos que faziam parte da concepção abrangente do desenvolvimento como objectivo universal (ver Latouche 1986).

Nos últimos anos as rupturas foram profundas como já vimos: passou-se da confiança no socialismo ao postulado dos agentes racionais e ao liberalismo; da construção das economias nacionais à extroversão e à confiança cega no mercado internacional; da adesão ao princípio da intervenção do Estado à ideia teoricamente confusa do "menos Estado".

Como diz Alain Caillé com alguma violência: "Há pelo menos vinte anos que a economia dita 'do desenvolvimento' fez hara-kiri entregou a praça aos peritos do FMI e à sua concepção de banqueiro do mundo e às receitas-milagre do *Chicago boys* que fingem acreditar que o mercado, que levou séculos a instituir-se na Europa, poderia ser inventado nalguns minutos em toda a parte onde os chamam" (Caillé 1993).

As rupturas conduziram a uma implosão da própria ciência económica dedicada hoje a desenvolver uma multidão de trabalhos consagrados a objectivos pontuais com abordagens muitas vezes redutoras.

Ora os objectos de estudo bem como os problemas a resolver são "factos sociais totais", o que implica a necessidade de ultrapassar uma visão estritamente económica e o acolhimento das contribuições dos não-economistas, a fim de encontrar uma visão útil para a resolução de muitos dos problemas centrais da economia. Por exemplo, os modelos econométricos são úteis, mas não são capazes de fazer milagres: seja qual for a massa de informação disponível, no essencial só podem extrapolar e ficam desarmados perante inversões caóticas de tendência (Caillé)...

Beaud e Dostaler assinalam a utilidade que se teria em aproveitar, por exemplo, as contribuições de K. Polanyi no que se refere ao processo de destruturação da sociedade decorrente da generalização da economia de mercado; as de Habermas quanto a alguns dos

problemas futuros nas nossas sociedades; de Prigogine para melhor reflectir sobre a complexidade (Beaud et Dostaler 1993:208, Morin 1983, Louçã 1998)...

A reabertura, nestes últimos vinte anos, do campo de reflexão ao serem retomados os estudos e publicações sobre a *Metodologia da Economia*, mostram a eclosão de novas energias que pretendem um "regresso à tradição da economia política" (Nelson 1987, Caldwell 1993).

Se apesar das contribuições dadas por grandes nomes da ciência, a Economia do Desenvolvimento continua a ser um *projecto* inacabado, tudo indica que esse *projecto* se encontra hoje de novo em recuperação.

A criação de associações de economistas, nos Estados Unidos (*S.A.S.E.-Society for the Advancement of Socio-Economics* que conta prémios Nobel da Economia entre os seus elementos) e em vários países da Europa (*projecto M.A.U.S.S.-Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*, em França), cujo acento tónico está colocado na interdisciplinaridade e na articulação entre a economia e outras ciências sociais, são exemplos dessa reacção.

Nessa nova economia do desenvolvimento a questão central será a articulação do económico e do social e não a sua separação artificial. Esta supõe por seu turno a afirmação do primado da repartição sobre a formação dos preços, rompendo com a visão positivista geralmente admitida de que os preços se formam independentemente das estruturas de repartição. Elementos da obra de Adam Smith onde o "preço de mercado" gravita à volta do "preço natural", por exemplo, indicam caminhos para novas reflexões...

Muitos autores consideram ainda que a economia do desenvolvimento deverá retomar a concepção fundamental segundo a qual a ciência económica estuda as relações entre os homens e as coisas (Lange 1986: 20) ou, se se preferir, as relações entre os homens através das coisas, e rejeitam a posição da teoria neoclássica por considerarem que, nesta, a economia se preocupa apenas com as relações entre as coisas, eliminando os homens ou assimilando-os, por assim dizer, a "*coisas*", evocando assim, em nome do "rigor", o velho cinismo da *Fábula das Abelhas* de Mandeville...

Regressando aos anos 50-70 é necessário sublinhar ainda que Portugal, apesar da repressão das ideias, especialmente no campo das ciências sociais, e do relativo isolamento em que vivia na época, não esteve completamente ausente da reflexão sobre as questões do desenvolvimento.

A revista *Análise Social*, dirigida por A. Sedas Nunes sobrevivia e era uma referência e o Gabinete de Investigações Económicas, do ISCEF (hoje ISEG) constituiu o ponto de partida para a publicação nos anos 50-60 de trabalhos académicos de valia nessa área, de autores como Manuel Jacinto Nunes, Luís M. Teixeira Pinto, Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro, Rui Martins dos Santos, J.L. da Costa André, J. Faria Lapa, etc., iniciaram aí um loabor científico que deve ser lembrado⁸. Em 1965 Alfredo de Sousa fazia editar pela Livraria Morais a sua

⁸ Alguns títulos: de Manuel Jacinto Nunes: *Crescimento Económico e Política Orçamental*, Lisboa, GIE/ISCEF, 1961; *Desenvolvimento Económico e Planeamento*, Lisboa, GIE/ISCEF, 1971; *O 2º Decénio do Desenvolvimento*, Lisboa, GIE/ISCEF, 1970. Mais tarde Jacinto Nunes retoma os problemas do desenvolvimento nos interessantes e lúcidos: *Temas Económicos*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989; e *De Roma a Maastricht*, Lisboa, Dom Quixote, 1993. Dos outros autores citam-se, por exemplo: L.M. Teixeira Pinto, *Alguns Aspectos da Teoria do Crescimento Económico*, Lisboa, 1956; L.M. Teixeira Pinto e Rui Martins dos Santos, Angola: *Pólos e Perspectivas de Desenvolvimento*, Lisboa,

assinalável tese de doutoramento prefaciada por A. Sedas Nunes, intitulada *Economia e Sociedade em África*, tema a que infelizmente não regressou mais...

Como defendeu Rosenstein-Rodan na sua contribuição ao 1º volume de *Pionners of Development*, o período do desenvolvimento no pós-guerra é a história de um triunfo e não de um fracasso. O aumento da esperança de vida, a queda da mortalidade infantil, as taxas de crescimento, as realizações em muitos países em desenvolvimento, são factos que, no fim da 2ª guerra mundial, poucos teriam esperado. É certo, acrescenta, que mil milhões de pessoas conhecem ainda a fome, mas esse número teria sido muito maior se essas realizações não tivessem tido lugar. A sua conclusão tem hoje maior oportunidade do que nunca: "o que se perdeu de facto nos anos 70 foi a solidariedade internacional. O objectivo do pleno emprego internacional foi substituído pelo cinismo no pós-Vietnam. A transição da concepção da sociedade do bem-estar do plano nacional para o plano internacional continua por fazer. Não agir sobre a desigualdade de oportunidades e sobre a pobreza quando os recursos mundiais são amplamente suficientes para melhorar este estado de coisas, eis a verdadeira crise moral do mundo actual, tal como era no final da 2ª guerra mundial. O cinismo generalizado é pelo menos tão irrealista como o idealismo ingénuo" (Rosenstein-Rodan in Meier and Seers 1984: 221).

Para A. Lewis, tal como os anos 50 o demonstraram, os países em desenvolvimento (PED) obtiveram mais resultados do que tinha sido considerado provável. É certo que, desde 1973, todos os PED se encontram ameaçados pela recessão internacional e outros factores mundiais que estão fora do seu controlo (proteccionismo dos países desenvolvidos, preços do petróleo, dívida), os quais exigem medidas especiais da comunidade internacional. Mas, em condições normais o processo de desenvolvimento nos países do Sul é, sem qualquer dúvida, viável (Lewis in Meier and Seers 1984: 137).

Gérard Grellet (1992) repensa a contribuição da economia do desenvolvimento e o balanço das experiências levadas a cabo, distinguindo duas ortodoxias do desenvolvimento, a primeira das quais era o que ele chama a "*ortodoxia independentista do desenvolvimento*" elaborada nos anos 50 e 60, que definia o desenvolvimento a partir da ruptura com os laços da dependência colonial. A segunda, a que Grellet chama a "*nova ortodoxia*" corresponde à teoria neoclássica e surge nos anos 80 em contraposição à primeira.

A tipologia de Grellet parece no entanto menos rigorosa do que a de Hirschman, uma vez que não distingue com nitidez os contributos keynesiano e neoclássico já presentes nessa primeira fase, das prestações marxista, neomarxista e dependentista. Em contrapartida, talvez ajude a explicar porque é que a "*ortodoxia independentista*", ao ser marcada por correntes diversas, frequentemente antagónicas, não permitiu a formação de um paradigma universal do desenvolvimento que, numa perspectiva pluridisciplinar de *geometria variável*, fosse pelo menos definido por um núcleo duro identificável e circunscrito por uma heurística positiva (Lakatos 1994) suficientemente coerente.

Por sua vez, a ordenação de Hirschman embora ofereça uma matriz convincente de

GIE/ISCEF, 1961; L.M. Teixeira Pinto, *Políticas de Desenvolvimento Económico*, Lisboa, GIE/ISCEF, 1961; Francisco Pereira de Moura, *Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico*, GIE/ISCEF, 1960; R. Martins dos Santos et alii (L. Teixeira Pinto, João Salgueiro, J.L. da Costa André e J. Faria Lapa), *Aspectos do Desenvolvimento Africano*, GIE/ISCEF, 1959. Sensivelmente pela mesma altura Alfredo de Sousa publicava *Economia e Sociedade em África*, Lisboa, Moraes, 1965.

maior rigor lógico, pode levar a pensar que essa separação das águas tinha uma tradução fiel na prática quotidiana, com os campos das respectivas escolas de pensamento bem delimitados, o que não corresponde à realidade.

A definição de Grellet ("*ortodoxia independentista*") é epistemologicamente menos apurada, mas tem a vantagem de melhor revelar, indirectamente, a tumultuosa mistura de teorias (ou melhor, de pedaços de teorias), que agiam por detrás das estratégias de desenvolvimento aplicadas no terreno.

Assiste-se à sobreposição do pensamento keynesiano através das críticas dos mecanismos autoreguladores do mercado e de necessidade de intervenção do Estado, com a perspectiva neoclássica do crescimento, onde este é função de acumulação dos factores de produção (capital e trabalho sobretudo).

A estas acrescentam-se as vistas marxista, neomarxista e dependentista, cujos projectos nem sempre era fácil separar.

Nesse contexto, por vezes algo confuso, é possível não obstante verificar que o acento tónico é posto muito mais frequentemente na macroeconomia do que na microeconomia, ignorando-se para mais a articulação entre ambos, ao mesmo tempo que, em pano de fundo, domina o paradigma da introversão.

A análise de Grellet distingue quatro postulados fundamentais na "*ortodoxia independentista*":

O desenvolvimento das nações depende sobretudo da sua capacidade em romper os laços de dependência com o mercado mundial.

A pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos factores de produção e a importância da utilização das tecnologias.

O mercado não favorece espontaneamente a acumulação e alocação dos factores de produção, sendo necessária a intervenção activa do Estado.

O verdadeiro sector portador de desenvolvimento é o sector industrial, nomeadamente na indústria pesada, sendo desde logo a agricultura e os serviços relegados para um plano secundário, quando não completamente abandonados.

Este conjunto de postulados insere-se no paradigma de introversão que expressa, de certa maneira, tensões políticas e mesmo rupturas psicológicas do Sul em relação ao Norte.

Nos anos 80 a "*nova ortodoxia*" rompe com a heterogeneidade da anterior para afirmar um projecto oposto, mais coerente em termos de lógica interna, mas que beneficia sobretudo da crise intelectual que os insucessos económicos e a crise mundial precipitaram.

A teoria neoclássica afirma o predomínio do paradigma da extroversão e assenta igualmente em três postulados (Grellet 1992: 46):

O crescimento das nações depende essencialmente da sua abertura ao exterior (paradigma da extroversão).

A oferta global depende da alocação dos recursos raros. Esta alocação é *ótima* num mercado concorrencial aberto à economia mundial.

O desenvolvimento será tanto mais rápido quanto as incitações dos agentes forem socialmente compatíveis. Por outras palavras, os agentes são racionais, acordando os meios com os objectivos pretendidos em resposta às incitações do mercado.

A principal lição - e a mais pacífica - desta controvérsia é que a economia do desenvolvimento aprendeu a colocar novas questões. Dados que eram antes tidos como exógenos são hoje endogeneizados, o que obrigou a um esforço de articulação entre elementos antes vistos separadamente (progresso técnico, ambiente, comportamento dos agentes, por exemplo), o que, longe de fechar o debate, coloca a exigência de novas teorias explicativas, nomeadamente sobre a natureza das relações causais.

Por outro lado, esses postulados devem ser confrontados com as suas próprias fontes teóricas, neste caso Walras. Se tivermos em conta as consequências da aplicação da teoria neoclássica, nomeadamente nos países em desenvolvimento, é possível afirmar que os seus discípulos retiveram sobretudo da sua *Economia Política e Social* o primeiro tomo sobre *Economia Política Pura* que fixava o modelo da livre concorrência no mercado (teoria do equilíbrio geral). Todavia Walras, longe das interpretações radicais de alguns dos seus adeptos contemporâneos, considerava os outros tomos da obra de igual importância. A *Economia Política Aplicada* tratava das relações entre os homens e as coisas e abordava a questão da gestão privada ou pública da produção, enquanto que o último tomo (*Economia Social*) preocupava-se com as condições da repartição da riqueza social, com as relações entre os indivíduos e o Estado e defendia a teoria da propriedade e do imposto. Mais ainda, desde a publicação da *Economia Política Pura* Walras encarava já os limites do seu próprio modelo: "O princípio do *laissez-faire*, *laissez-passer* já não é a fórmula universalmente aceite e proclamada da teoria da produção da riqueza", escreve Walras, acrescentando que "a produção de bens de utilidade colectiva, a existência de monopólios naturais, a desordem nas condições de trabalho" mostram a necessidade da intervenção do Estado para que se conjuguem o máximo de satisfação e de equidade, o interesse e a justiça".

Em resumo, a *economia social* é essencial para Walras, quer pelo papel das associações populares no progresso económico quer pela intervenção do Estado para uma maior concordância entre o interesse e a justiça. Curiosamente, estes dois aspectos da obra deste fundador parecem ser desconhecidos pelo seus exegetas, que, traíndo o mestre, não retiveram senão uma parte, ignorando que, como Walras o disse expressamente, os três tomos são interdependentes! (Torres 1995).

A tomada de consciência da diversidade do processo de desenvolvimento mostrou que a Economia do Desenvolvimento não pode pretender alcançar a unicidade explicativa dos "Terceiros Mundos" em mudança ou em desaparecimento.

Tudo leva a crer que, enquanto disciplina, a Economia do Desenvolvimento afirmar-se-á no próximo século em articulação com a Economia Internacional e, sobretudo, na confluência de outras ciências sociais.

Ela parece estar actualmente a caminhar nesse sentido.

A incógnita reside agora na capacidade de regeneração crítica de uma Economia do Desenvolvimento, heterodoxa e multidisciplinar, capaz de recriar um pensamento novo perante as realidades de uma mundialização que já não oferece espaço para estratégias isolacionistas nacionais e tornou obsoletas as velhas abordagens sectoriais. O tempo do novo desenvolvimento será o tempo da emergência das organizações e da complexificação das relações numa sociedade informacional em redes complexas, como sublinha Manuel Castells (1998), onde intervirão novas discontinuidades e dinâmicas contraditórias (Hugon 1991).

Por isso é de esperar que a nova Economia do Desenvolvimento responderá de maneira

mais adequada do que o reducionismo das vulgatas aos problemas dos povos e das nações que enfrentarão a mudança dos tempos conturbados que se aproximam no próximo século. E não há razão alguma para pensar que essa nova Economia do Desenvolvimento fixará a sua atenção apenas sobre os países do chamado Terceiro Mundo, como as teorias do pós-guerra. Pelo contrário, tudo leva a crer que o objecto das suas pesquisas se situará indiferentemente no Sul e no Norte. A diversidade geográfica será ainda maior do que depois da 2ª guerra, porque a mundialização da economia exigirá soluções nessa mesma dimensão...

Fronteiras multidimensionais⁹

Nesta segunda metade da década de 90, os países do Sul¹⁰ defrontam-se com a necessidade de mudanças radicais inadiáveis.

O ajustamento estrutural e a integração regional no Sul, o enquadramento dos fluxos de mercadorias e serviços pela nova Organização Mundial de Comércio (OMC) numa dimensão que envolve todo o planeta, as “transições” para a economia de mercado e o imperativo democrático que lhes dá um crescente sentido, a cooperação intercontinental - em especial entre a África e a Europa - e a impossibilidade actual de examinar as questões nacionais e dos Estados sem a moldura internacional/global que em grande parte as determina, os debates em torno do desenvolvimento e do rumo dos países do Sul num mundo aparentemente sem fronteiras, que arrasta inevitavelmente o dos países do Norte, eis alguns dos factores que caracterizam este final do século XX e que estarão no cerne dos tempos que se avizinham.



No plano teórico, estes problemas inserem-se no amplo debate já atrás referido entre a antiga e a nova ortodoxia do desenvolvimento.

Do ponto de vista internacional, entre o *paradigma da introversão*, que vigorou dos anos 50 aos anos 70 e o *novo paradigma da extroversão* surgido a partir dos anos 80, segundo o qual o crescimento das nações depende da sua abertura ao exterior.

No contexto das políticas económicas internas, entre a *intervenção pública* (defendida pelo antigo paradigma) e a *total submissão aos mecanismos de mercado*, uma vez que, segundo a tese mais recente, a alocação de recursos só seria optimizada num mercado concorrencial submetido ao mercado mundial.

⁹ Este ponto retoma algumas partes do artigo publicado no livro de homenagem ao Professor Francisco Pereira de Moura, do ISEG (Universidade Técnica de Lisboa), por ocasião do seu jubileu em 1995.

¹⁰ O conceito de “Sul” é hoje talvez mais adequado às novas realidades do que o antigo termo de “Terceiro Mundo”. Ver por exemplo Brunel 1995.

Enfim, ao nível socio-económico, assiste-se à passagem de anteriores concepções que admitiam ser a *irracionalidade económica* um traço fundamental dos agentes económicos dos países do Sul, a uma nova ortodoxia que postula a *racionalidade* desses mesmos agentes ou, por outras palavras, que o desenvolvimento é tanto mais rápido quanto as suas incitações são socialmente compatíveis.

É nesse pano de fundo que se opõem, hoje, as duas concepções sobre o desenvolvimento dos países africanos e do Sul em geral.

É todavia necessário não ignorar que a nova ortodoxia, se procura responder com mais “*realismo*” do que a antiga aos problemas da actualidade, nem por isso deixa de assentar em hipóteses igualmente restritivas. Por exemplo, a tese do “paradigma da extroversão”, segunda a qual o desenvolvimento depende da abertura ao exterior, postula implicitamente que o alargamento do mercado permite aproximar-se da situação de *concorrência pura e perfeita*, único meio de otimizar o processo de desenvolvimento.

A crise que o Sul, nomeadamente a África, atravessa não provem apenas da falta de inserção no comércio internacional, mas também do facto de os seus produtos serem cada vez menos procurados, devido, por exemplo, à generalização de novas tecnologias. Aliás não é apenas no plano da integração de dominante comercial ou primária que o continente africano tem vindo a falhar uma inserção minimamente equilibrada no sistema económico mundial. Como Charles A. Michalet o demonstrou há muito (Michalet 1983) é igualmente nas dominantes industrial e financeira que tal integração continua a fracassar.

Por outro lado, se é exacto que a intervenção do Estado merece críticas pelas *distorções* que ocasionou no desenvolvimento de muitos países do Terceiro Mundo, do ponto de vista científico falta ainda definir e medir sem ambiguidades ou, pelo menos, sem excessiva incerteza, essas *distorções*.

Ao nível *teórico*, a questão de definição coloca-se porque os sistemas de equilíbrio geral a partir do qual são calculadas as situações supostamente *óptimas*, são afinal sistemas estáticos, não se vendo com que validade metodológica poderão testar as dinâmicas por definição complexas e mutáveis do desenvolvimento.

Na *prática* põe-se o problema de saber como medir essas *distorções*, pois dizer que os preços administrados induzem *distorções*, supõe conhecer os preços que existiriam num sistema “sem *distorção*”, ou seja no sistema de *concorrência pura e perfeita* que lhe está implícito (Grellet 1992).

Ademais, é conveniente notar que muitos autores empenhados na crítica da intervenção estatal, nem sempre fazem uma distinção epistemológica clara entre *Economia Política* e *Política Económica*, confusão que introduz uma perspectiva enviesada onde, de maneira perversa, a ideologia se sobrepõe à cientificidade da argumentação (ver Bartoli 1991)...

De igual modo, o ataque cerrado a que têm sido submetidas as teorias do desenvolvimento e, mesmo, a própria “área do desenvolvimento” em muitas universidades, assenta, por assim dizer no que alguém chamou uma cegueira epistemológica que confunde “*desenvolvimento*” com as “*políticas económicas*” postas em prática em seu nome mas sem um conhecimento empírico abrangente dos sistemas complexos onde essas políticas vão ser postas em prática, como o demonstrou Polly Hill.

No caso africano, se constatamos a insuficiência ou o fracasso dos paradigmas

“desenvolvimentistas” anteriores aos anos 80, por outro lado também não é certo que disponhamos actualmente dos instrumentos teóricos susceptíveis de oferecer soluções definitivas à crise do continente. Podemos, supondo que com razão, julgar das insuficiências da antiga ortodoxia, mas devemos igualmente submeter a um exame cauteloso as bases teóricas da nova.

Evidentemente que, se pensarmos no estado actual em que se encontra a maioria das sociedades do Sul e no lugar que essas regiões ocupam na matriz das relações internacionais, a mudança é urgente e inevitável. Mas esse reconhecimento não implica que confundamos as *hipóteses* (nível a que os analistas se deveriam colocar no estágio actual dos conhecimentos nesta matéria) com *teses* axiomáticas de capacidade explicativa limitada, pelo menos enquanto não forem esclarecidos os seus fundamentos lógicos e testada a sua capacidade em resistir aos testes da experiência empírica.



Às duras transformações económicas e sociais a que os países do Sul se deverão submeter, acrescentam-se as questões da economia institucional e da problemática da *governança* cuja análise teórica (ver Bessa 1993, Câmara e Martins 1998) merece actualmente especial atenção por parte de autores bem como de organismos públicos e privados internacionais.

No Sul a passagem de regimes de partido único para regimes multipartidários, como primeiro passo num processo de democratização, é um problema nuclear que será certamente mais longo e difícil de concretizar satisfatoriamente, tanto mais que, contrariamente às vulgatas *historicistas* e às leituras superficiais, se trata de um processo frágil, reversível a qualquer momento.

Dissipada a nebulosa da “*transição para o socialismo*”, é hoje uma evidência que não haverá condições para o desenvolvimento sem implantação de democracia, entendida aqui na acepção larga definida por R. Munck (Munck 1994)¹¹. Mas esta não terá

¹¹ O fim do conflito Leste-Oeste veio tornar obsoleta a clivagem de ordem estratégica e político-militar que dava a muitos regimes do Sul (o caso de Cuba é paradigmático) um “espaço de manobra”, digamos, que doravante lhes faltará, pelo menos nos moldes conhecidos até à queda do muro de Berlim. A situação encerra, todavia, outras incógnitas cuja análise não cabe neste lugar. Refere-se apenas, a título de exemplo, um facto novo nas relações externas da República da África do Sul (RAS): desde 1992 a colaboração entre os produtores mineiros da RAS e da CEI (Ex-URSS) tem vindo a intensificar-se de uma maneira para muitos inesperada. Depois de uma primeira fase em que essas relações estiveram limitadas à troca de informações e tecnologia, elas tomam actualmente a forma de cooperação industrial a grande escala. “Assim, a firma sul-africana *Impala Rustenburg Platinum Ltd* faz tratar uma parte da sua produção de platina em Norilsk, na Sibéria. No sector da produção de diamantes, a *De Beers* acaba de assinar um acordo de *joint-venture* para a instalação de uma fábrica de lapidação de diamantes em Yakoutsky, região donde provêm mais de 99,8% da produção russa. A associação entre estes dois países outrora rivais, que asseguram a maior parte da produção mundial de metais preciosos, está a inquietar os produtores de outros países. Mesmo se os sul-africanos e os russos afirmam que a constituição de carteis não está na ordem do dia, a sua aliança, tanto em termos de produção como em termos de estratégia comercial poderá efectivamente dar-lhes uma posição

possibilidades de eclodir e de se consolidar se não forem feitas as reformas económicas e sociais indispensáveis, as quais passam, necessariamente, por planos de “ajustamento estrutural” (desde que socialmente mais adequados do que os actuais), mas também por uma redefinição das relações internacionais nos quais deverá estar incluída uma reforma do FMI e do Banco Mundial. Se a transformação do GATT em OMC parece ser positiva - convém não esquecer que os países do Sul podem aí actuar em bloco e influenciar as orientações dessa instituição - ela não vai ainda suficientemente longe, segundo muitos autores, na salvaguarda dos interesses dos países mais desfavorecidos, tudo indicando ser talvez indispensável, retomar algumas das ideias esboçadas por Keynes neste capítulo, como Hans W. Singer tem sublinhado incansavelmente nos últimos anos (Singer 1993, 1994).

Por outro lado, a resistência à mudança, que os poderes e privilégios instituídos sempre oferecem e que a própria complexidade africana singularmente reforça em muitos aspectos, não significam que, contrariamente ao que alguns pensam, a *democracia* não seja possível em África por muito difícil que este processo se apresente.

O conceito não é evidentemente estranho às tradições africanas e não há razões históricas para pretender que ele é específico das sociedades industrializadas ocidentais. É óbvio que o conceito de democracia não deve ser aqui entendido como a simples transposição, mais ou menos mecanicista, das instituições e técnicas de funcionamento do sistema democrático ocidental (Munck 1994: 21-39). A democracia é antes de mais “a soberania partilhada - partilhada com a nação e não entre parentes e cúmplices” (Max L. Goumaz), o que só é possível quando a sociedade civil dispõe de meios para decidir sobre as alternâncias, e não quando o poder é confiscado por autocratas, seja qual for a etiqueta política que ostentem¹².

Nos últimos 20 anos é possível distinguir vários modelos no perturbado caminho da “transição democrática” em África, como nota oportunamente Elikia M’Bokolo.

O primeiro, experimentado desde os anos 70, consistiu em “liberalizar” os partidos únicos sem pôr em causa o princípio do Partido-Estado e a natureza patrimonial dos regimes. As ambiguidades inevitáveis conduziram ao seu fracasso.

Um outro modelo consistiu num multipartidarismo decretado de “cima para baixo”, controlado pela equipa dirigente. De um modo geral a situação melhorou, embora ainda seja prematuro tirar conclusões. Nalguns casos, porém, os resultados chegaram a ser surpreendentes (Chile, Cabo Verde, Zâmbia e, mais recentemente, África do Sul), deixando antever melhores perspectivas para o Sul¹³.

Por seu turno o fenómeno da “*Conferência Nacional*” oferece um método relativamente original de transição gradual para a democracia. Todavia, embora esta

dominante nos mercados” (Cf. *Jeune Afrique Économie*, Novembro de 1992). Sobre o tráfico de diamantes em África nos anos 90, ver Misser et Vallée 1997.

¹² Há poucos anos, um perito americano do Banco Mundial publicou um livro com um título evocador: *Tropical Bandits...* A revista *Jeune Afrique Économie* (JAE), a propósito dos abusos de certos governos africanos, com a cumplicidade de países do Norte, fala mesmo dos “*processos de Nuremberga que não serão nunca realizados*” (JAE, Novembro 1992).

¹³ Vd. por exemplo “Dossier: Centrafrique: les défis de la démocratie” in *Jeune Afrique* (Supplément à *Jeune Afrique* n° 1764/1765, 9 Novembro 1994).

orientação pareça mais conforme a uma necessidade de aprofundamento do debate que a crise económica, social e moral africana impõe, ela mostra-se - pelo menos do ponto de vista das instituições internacionais - como uma solução demasiado lenta face à urgência das reformas económicas e financeiras. O abandono pelo FMI das negociações com o governo do Congo reflecte precisamente essa divergência na interpretação das prioridades.

Para alguns autores este último método é mesmo uma necessidade imperativa e constitui a única respostas adequada às condições e história africanas, dado que, segundo M'Bokolo, "as pretensas reformas concebidas pelo FMI e o Banco Mundial não resolveram nenhum dos problemas do desenvolvimento do continente, uma vez que a sua lógica é a de absorver os desequilíbrios externos das economias africanas. Em contrapartida, os seus efeitos sociais foram dramáticos para a maioria dos países"(M'Bokolo 1992).

A transposição pura e simples de quadros de referência ou modelos ocidentais para os países africanos (em graus diversos, pode-se dizer o mesmo quanto aos latino-americanos ou asiáticos) não tem oferecido respostas adequadas a uma realidade multiforme.

As análises críticas feitas, entre outros, por Polly Hill, mostram bem que os resultados obtidos por teorias demasiadas vezes divorciadas de um conhecimento integrado da realidade dos países, deveriam incitar os seus defensores a mais comedimento.

É claro que devemos acautelar-nos com os determinismos que espreitam igualmente os pragmatismos economicistas, porque a dinâmica do desenvolvimento é essencialmente estocástica e não há razões para pensar que as "leis" económicas possuam um carácter de "certeza" muito maior do que nas outras ciências sociais.

Por exemplo, como diz P. Hugon, é usual que nas teorias económicas as diferentes concepções do tempo dos agentes económicos sejam reduzidas à análise da taxa de actualização e a arbitragens intemporais. A taxa de actualização permite a uma série infinita mas decrescente de utilidades futuras de igualizar a série de utilidades presentes sacrificadas. Deste modo, as escolhas económicas supõem que a soma dos custos actualizados seja inferior à soma dos rendimentos actualizados. Ora nos países em desenvolvimento, especialmente africanos, os custos imediatos são elevados, os rendimentos incertos e a depreciação do futuro importante.

Ao mesmo tempo, os agentes dos "países pobres" têm comportamentos que, em termos económicos, engendram efeitos que, de um determinado ponto de vista, podem ser perversos: a preferência pelo imediato leva-os a consumir em vez de poupar; a preferência pelo longo prazo fá-los investir mais na fecundidade demográfica do que na produção (Hugon 1991).

Resumindo, ao estudar os problemas do desenvolvimento - tanto no Sul como no Norte aliás - trata-se menos de procurar na economia o sentido da *totalidade social*, do que procurar na *totalidade social* o sentido do que é a economia...

Nenhum governo poderá evitar que as reformas imponham sacrifícios às populações. Mas é quase certo que, em geral, estas suportarão melhor uma austeridade explicada, acompanhada de algumas contrapartidas sociais e de um contexto de abertura política...

Os conflitos resultantes das tensões económicas devem ser geridos e, tanto quanto possível, compensados pelas complementaridades potencialmente existentes entre as reformas políticas (maior liberdade e participação da sociedade civil) e as reformas estruturais que as deverão acompanhar, mesmo se os resultados destas últimas só forem conseguidos a médio

prazo. Se se pretende a paz social, as primeiras são uma condição *sine qua non* das segundas.

Os *planos de ajustamento estrutural (PAE)* designam o conjunto de políticas “de desenvolvimento” que procuram reestruturar a economia do lado da “oferta”, devendo ser distinguidos da *estabilização*, a qual se esforça por controlar o lado da “procura”, e igualmente, das políticas de oferta a longo prazo, como os investimentos sectoriais ou de investigação.

A dificuldade do ajustamento estrutural resulta igualmente dele ter simultaneamente três objectivos económicos distintos (ainda que interdependentes): a *estabilidade*, o *crescimento* e o *desenvolvimento* (Husain and Faruqee 1994). É sabido que for necessária uma política monetária restritiva para combater a inflação, esta reduz também a capacidade de investimento interno; as desvalorizações são frequentemente indispensáveis, perante taxas de câmbio sobrevalorizadas que diminuem a competitividade das exportações, mas, ao mesmo tempo, contribuem para agravar ainda mais a inflação interna, etc.

O “*ajustamento estrutural*” continua a suscitar divergências, mesmo entre aqueles que admitem o princípio da sua necessidade. Basta recordar a posição dos estruturalistas latino-americanos dos anos 80 que preconizavam uma maior intervenção do Estado, enquanto que outros, como o Banco Mundial, recomendavam, pelo contrário, uma maior desintervenção (Mosley 1992).

Duas conclusões podem aparentemente ser tiradas das experiências de ajustamento estrutural (visto como um todo) levadas a cabo em países do Sul.

Admitindo-se que os resultados da sua aplicação podem ser considerados como estatisticamente significativos, e que alguns dos seus elementos são efectivamente essenciais como é o caso das políticas de taxas de câmbio e de racionalização dos investimentos, existem outros elementos de características mais discutíveis, nomeadamente no que concerne a privatização da economia e a liberalização do comércio exterior, de que falaremos mais adiante.

Por outro lado, a eficácia que se espera do ajustamento estrutural está dependente de um conjunto de variáveis intermédias, umas ligadas ao “comportamento económico e político da nação (importância e tolerância política da compressão dos salários reais, reacção do sector privado à liberalização, grau de coesão política entre os exportadores) e outras, ao entrosamento entre o ajustamento estrutural e o sucesso das políticas de estabilização e de desenvolvimento a longo prazo”(Mosley 1992: 39).

No contexto de mundialização e de relativa interdependência das economias, o desenvolvimento africano é dificilmente concebível sem uma ajuda substancial dos países industrializados, nomeadamente da Europa, dos USA e, eventualmente, do Japão (capitais, *know-how*, tecnologia, formação de recursos humanos, etc.).

Por outras palavras, não haverá desenvolvimento sem cooperação internacional, quanto mais não seja porque nenhum país pode escolher entre adaptar-se ou não se adaptar aos choques externos: pode, quando muito, escolher a maneira de o fazer.

Nos nossos dias a interligação (ou “interdependência”) é tal, que, para compreender a evolução dos países do Sul é necessário, como observou Gérard Grellet, compreender previamente as leis da evolução da economia mundial...

Esta situação impõe algumas responsabilidades aos países desenvolvidos, mas justifica igualmente uma tomada de consciência realista dos países africanos.

É certo que os problemas enfrentados pela União Europeia, bem como algumas das suas orientações políticas, podem condicionar a breve prazo a ajuda à África. Esta circunstância reforça a necessidade de reformas internas e regionais neste continente.

Tem particular relevo a integração dos espaços regionais, sem a qual as economias africanas, que dispõem de mercados internos insuficientes e de produções concorrenciais umas com as outras, não poderão consolidar as bases do seu próprio desenvolvimento.

Nos últimos vinte anos criaram-se várias “*comunidades económicas*”: na África ocidental a CEDEAO-Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (que reúne países francófonos, anglófonos e lusófonos), a qual inclui países o grupo específico da CEAO (países francófonos) que acolheu recentemente a Guiné-Bissau. Na África central, a CEEAC-Comunidade Económica dos Estados da África Central e, na África Austral a SADC (antiga SADCC).

Contudo, a integração regional tem avançado pouco, o que é tanto mais grave que, na maioria dos casos, não se vê claramente como é que o ajustamento estrutural poderá obter resultados significativos e duradouros se a vertente das relações Sul-Sul não se consolidar ao mesmo tempo¹⁴.

Em resumo, a integração regional continua incipiente. As trocas inter-africanas não ultrapassam oito por cento do comércio externo dos países, quando essa percentagem era até há pouco tempo de dezassete por cento na América Latina e de vinte por cento na Ásia. Continua a faltar uma harmonização do Direito Comercial e os regimes fiscais dificultam as transacções entre os próprios países da zona franco. Por outro lado, às barreiras alfandegárias das fronteiras entre os Estados acrescentam-se os “*rackets*” policiais ao longo das estradas levados a cabo em improvisadas rusgas de controlo, o que agrave ainda mais os preços dos produtos¹⁵.

As causas são conhecidas: não complementaridade das economias; inadequação das infraestruturas; obstáculos tarifários e não tarifários; lentidão dos procedimentos administrativos; falta de informação comercial; diferenças de comportamento dos Estados membros em políticas de direitos aduaneiros e licenças de importação, concursos internacionais, controlo de preços, especificação de etiquetagem de produtos, controlo de qualidade; manutenção de comércio fronteiriço ilegal e não contabilizado pelas estatísticas oficiais; produção industrial insuficiente e frequentemente similar de país para país, etc.

Estão integrados na zona franco 15 países: 7 da UÉMOA (ex-UMOA), 6 do BEAC

¹⁴ Há alguns anos os seis governos dos Estados membros da UDEAC-Union Douanière des États de l’Afrique Centrale (Camarões, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e Chade) assinaram um projecto de reforma fiscal e alfandegária, o qual deveria entrar em vigor em Abril de 1992. Esse projecto encontrou imediatamente uma violenta oposição da Confederação Patronal Gabonesa (CPG) que advogou que ele punha em perigo a frágil indústria do seu país, na medida em que se a harmonização fiscal baixava a taxa média de tributação, agravava, ao mesmo tempo, os impostos de certos produtos ou tornava mais pesada a carga fiscal nalguns ramos da indústria. A oposição do *lobbying* da CPG obrigou à suspensão da lei e à sua revisão. A UDEAC está agora a ser progressivamente substituída pela CÉMAC-Communauté Économique et Monétaire de l’Afrique Centrale, criada pelo tratado assinado em N’Djaména em Março de 1994.

¹⁵ Cf. *Jeune Afrique Économie* (Paris), n° 187, Janeiro 1995.

bem como as Comoras e a Guiné-Bissau¹⁶.

A zona franco pode ser considerada um *sistema monetário franco-africano* cujos resultados são de certo modo positivos. É certo que a zona franco tem um conteúdo fortemente político e que as dificuldades dos últimos anos levaram à desvalorização do franco CFA em 50 % em 12 de Janeiro de 1994. Também é verdade que a integração económica e monetária da União Europeia, de que a França faz parte, põe à primeira vista alguns problemas para os países africanos que pertencem a esta zona monetária.

Nem o Tratado de Maastricht nem o Tratado de Amesterdão levantam obstáculos à sobrevivência da zona franco, uma vez que o financiamento da Conta de Operações do Tesouro francês, à qual estão ligados os bancos centrais africanos da Zona, depende do Orçamento de Estado e não do Banco de França. A restrição segundo a qual os bancos centrais europeus não poderão financiar os défices do Estado, não tem igualmente qualquer efeito sobre a zona franco pela mesma razão. O Tesouro poderá assim continuar a fornecer aos bancos centrais africanos os Euros que entretanto serão moeda legal na Europa. Ou seja, será o orçamento do Estado que, com os impostos pagos pelos contribuintes, financiará as necessidades da Zona (Lelart 1994: 200), quer esta mantenha o mesmo nome, quer se venha a chamar “*zona euro-africana*” ou adopte qualquer outra denominação. Como escreve Lelart, “a passagem à moeda única é pois compatível com as regras institucionais da zona franco”.

Contrariamente ao processo europeu que passará da união económica à união monetária, a evolução africana (pelo menos nos países incluídos na zona franco) tende a seguir o caminho inverso, da união monetária à união económica;

É legítimo pensar que o exemplo da “zona franco” possa ser extensível a todo o continente, se esse alargamento for sustentado por uma *Conta de Operações* de um conjunto de países da União Europeia (e não apenas da França como até aqui), o que, tecnicamente, é compatível com o rigor monetário definido pelos Tratados em vigor.

Sendo assim, existem pelo menos condições potenciais para avançar na via de uma integração “euro-africana” como alguns advogam já na Europa, sem que isso pareça irrealista. Essa via favorecerá decisivamente a integração regional (no plano económico e político) do continente africano? É uma questão por enquanto ainda prematura.

Ainda no âmbito das políticas de ajustamento, é conveniente esclarecer os argumentos em favor das privatizações e da liberalização do comércio externo.

Quanto à “privatização” das empresas, o próprio Banco Mundial reconhece que o factor-chave que determina a eficiência de uma empresa não é o facto de ser pública ou privada, mas a maneira como é gerida¹⁷.

Aliás as notícias acerca das privatizações tem sido bastante exageradas¹⁸. As privatizações nas economias mais pobres foram, e continuam a ser, em número relativamente limitado, pois encontram inúmeros obstáculos que não dependem apenas do voluntarismo dos governos.

¹⁶ UMOA-Union Monétaire Ouest-Africaine; UÉMOA-Union Économique et Monétaire Ouest-Africaine, criada em 10 de Janeiro de 1994; BEAC-Banque des États de l’Afrique Centrale.

¹⁷ Cf. Banco Mundial, *World Bank Report 1983*, Washington. Vd. igualmente: Cook and Kirkpatrick 1988: 19

¹⁸ P. Cook and Kirkpatrick 1988: 31.

Tomemos como exemplo o Senegal, um dos Estados mais estáveis da África Ocidental, quando este abriu nos últimos anos o *dossier* das privatizações de empresas do sector público. Numa primeira fase os investimentos estrangeiros manifestaram grande interesse em adquirir várias empresas estatais, não só porque o Senegal é um país politicamente estável como também estrategicamente importante. Mas esses investidores acabaram por mudar de ideias quando tomaram conhecimento do montante das transacções (“*chiffre d’affaires*”) das empresas privatizáveis e, sobretudo, se aperceberam das limitações do mercado interno. A maioria dos empresários estrangeiros só estava decidida a comprar essas firmas com a condição de herdar igualmente a situação de monopólio de que antes usufruía o Estado no sector que lhes interessava¹⁹.

É claro que os investidores estrangeiros não deixavam de ter alguma razão do seu próprio ponto de vista, considerando que, de facto, muitas dessas empresas só seriam viáveis se não tivessem que defrontar a concorrência de outras empresas do mesmo ramo que porventura se viessem a instalar no país ou, pelo menos, se pudessem exercer livremente a sua actividade num espaço regional mais alargado, o que supunha o funcionamento pleno da CEDEAO, o que não era o caso como já se referiu²⁰.

Segundo um estudo do Banco Mundial de 1986, nos anos 80 apenas 15 países em desenvolvimento (com exclusão da China e do Bangladesh) tinham vendido total ou parcialmente empresas públicas, e esse universo abrangia pouco mais de uma centena de firmas. Num estudo posterior, elaborado por Bouin e Michalet, com base numa amostra de 10 países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina, o movimento de privatização até 1990 compreendia pouco mais de 200 operações (Bouin et Michalet 1991: 121).

Um outro factor directamente ligado à privatização das empresas e, por via de consequência, à integração regional, é a questão dos recursos humanos, nomeadamente a formação de empresários africanos capazes de assumir a direcção de empresas privatizadas ou a criar. Este elemento é decisivo mas, estranhamente, não tem constituído um objectivo prioritário da maioria das políticas governamentais africanas.

São conhecidos diversos estudos mostrando que existe uma relação directa entre o nível de instrução/formação e a produtividade, cujas implicações são claras para os países do Sul. Com efeito, se a África quer explorar a sua pretendida “vantagem comparativa” decorrente da abundância de matérias-primas e de força de trabalho disponível²¹, a fim de

¹⁹ Revista *Jeune Afrique Économie* (Paris), Outubro 1992 e *Jeune Afrique Économie* de Janeiro de 1995.

²⁰ Apesar de tudo há alguma ironia nesta contradição entre a teoria (exigência de liberalismo e concorrência das grandes firmas transnacionais) e a prática (exercício do monopólio se a ocasião se apresenta)... As teorias dos neoclássicos ultraliberais são aqui submetidas a rude prova. Parafrazeando Joan Robinson que dizia que “as proposições metafísicas são (...) a mina donde podemos extrair hipóteses” (Robinson 1967) também podemos dizer que certas hipóteses podem ser a mina donde se extraem muitas proposições metafísicas o que, em si, também não tem mal, salvo quando estas reivindicam o estatuto de ciência com repercussões a nível económico e social...

²¹ Essa “disponibilidade” esconde todavia a insuficiente qualificação da mão-de-obra e a fraca

assegurar uma melhor inserção no comércio mundial, não pode, desde logo, perder de vista que a capacidade de competição nos mercados internacionais de bens e serviços é definida, antes de mais, em termos de *qualidade* (e até de *design* para os produtos manufacturados) e não apenas no plano dos *preços* (Pio 1992).

Isto leva-nos à questão da ciência e da tecnologia, factores preponderantes do desenvolvimento (e onde o elemento *recursos humanos* é essencial), mas que em África têm sido negligenciados ou subordinados à visão daqueles cujas referências cognitivas se limitam ao quadro de uma 2ª revolução industrial, descurando sistematicamente a vertente (vital também para o Sul) da 3ª revolução industrial já dominante. Como escreve Pierre Papon, a lógica do conhecimento científico e a lógica da tecnologia estão hoje demasiado intimamente ligadas para que as possamos separar.

O “Terceiro Mundo” não escapa a este duplo imperativo de um desenvolvimento da investigação científica e tecnológica. Recusar esta visão das coisas é retardar a sua entrada na “modernidade”. Para certos países que não têm tradição científica ou onde esta se perdeu há séculos, a sua marginalização completa em relação à empresa científica condená-los-ia a perpetuar as marcas profundas do subdesenvolvimento, limitando a sua capacidade de dominar as técnicas modernas. A investigação é um meio de aceder a conhecimentos aplicáveis e à linguagem da ciência que é universal. A ciência traz necessariamente com ela uma visão da tecnologia moderna, cujos fundamentos e métodos se baseiam em conceitos, hipóteses e teorias científicas. Para os países do chamado Terceiro Mundo a ciência e a tecnologia são necessariamente parte integrante de uma política de desenvolvimento (Papon 1978: 166; Castells 1998). Recusá-las é condenar-se à regressão, sobretudo quando essa recusa é a expressão de integrismos religiosos, como foi bem exemplificado por Hoodbhoy (1991).

Actualmente a participação do Sul na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos é extremamente minoritária. Segundo estatísticas da UNESCO as despesas para Investigação e Desenvolvimento (I&D) da América Latina representavam 1,4 % da despesa mundial em 1980, as dos países árabes 0,5 % e da África cerca de 0,3 %.

A afirmação da necessidade de liberalização do comércio externo dos países menos desenvolvidos continua a ser pouco seguida na prática. De facto, se tivermos em conta a fragilidade actual das economias africanas, mesmo admitindo que estas desenvolverão reais esforços nesse sentido, não se vê muito bem como é que estas poderão consegui-lo nas circunstâncias presentes, seja qual for o voluntarismo dos governos.

A liberalização - no sentido de um neoliberalismo extremado - não pode, portanto, ser um objectivo exclusivo. O que aconteceria a muitos países do Sul se se expusessem sem qualquer protecção, às importações de produtos alimentares aos preços deprimidos do mercado mundial? É evidente que a lei ricardina das *vantagens comparativas* não dá resposta

produtividade daí decorrente, o que torna a mão-de-obra africana duas vezes mais cara do que a asiática. Não se pense todavia que a África não dispõe de recursos humanos qualificados em número relativamente apreciável. O que acontece é que um grande número emigrou para os países desenvolvidos sem que os dirigentes africanos pareçam preocupar-se em demasia salvo em certos momentos de retórica... Cabo Verde é uma das honrosas excepções. Se a sua diáspora é enorme, não é por falta de esforços e de empenhamento das autoridades em aproveitar esses recursos.

convicente a esta questão. Devido à rigidez e pouca diversificação da oferta dos países africanos, assistir-se-ia tão somente ao agravamento da dívida externa. Uma vez mais, tudo indica que seria útil retomar algumas das propostas de Keynes nesta matéria, sistematicamente ignoradas que foram desde os acordos de Bretton Woods, como assinalou Hans W. Singer.

Observe-se, não obstante, que o está em causa não são os *programas de ajustamento estrutural de per se*, cuja necessidade não é difícil reconhecer, mas sim as visões “economicistas” (ideológicas) redutoras onde a progressividade da transição e a articulação entre os factores económicos e extra-económicos são demasiadas vezes ignorados. Daí os custos sociais frequentemente inaceitáveis impostos às populações em nome da eficácia e do *fim das utopias*. Como se as pretendidas “racionalidades” não fossem igualmente novas formas de utopia...

É verdade que nos últimos anos o problema da “*dimensão social*” tem vindo a ocupar um lugar crescente nas preocupações das instituições internacionais (PNUD, Banco Mundial e até FMI), mas essa vaga inquietação é muito insuficiente, como ficou demonstrado na conferência comemorativa do 50º aniversário das instituições de Bretton Woods em Madrid, em Setembro de 1994. Não se nega a importância do *ajustamento* (podemos talvez admitir que, sem ele, os custos sociais seriam frequentemente, a prazo, ainda mais elevados). Mas equacionam-se os termos da sua aplicação inscrevendo-os num todo societal mais abrangente.

Tanto mais que esses “custos” não são fenómenos passageiros. Um brutal ajustamento não poderá modificar a repartição dos rendimentos no sentido de uma maior justiça social. É o caso das desvalorizações que afectam as camadas urbanas de fracos rendimentos privilegiando, ao mesmo tempo, as minorias detentoras de activos reais ou de divisas (Ver Silva 1994, Engelhard 1998).

É, pois, indispensável integrar o objectivo de *equidade* na concepção dos PAE, a fim de que as reformas sejam suportáveis. Como tantas vezes o Prof. Francisco Pereira de Moura pôs em relevo na sua obra, o económico é indissociável do social e do político.

Por essa razão é possível admitir que os conflitos que, frequentemente, surgem entre a aplicação dos PAE e os processos de democratização, seriam na realidade menores do que as complementaridades positivas, reais ou potenciais, entre ambos se as teorias não perdessem de vista, na sua aplicação, os conteúdos empíricos que lhes dão validade.



As relações entre a África e a Europa chegaram hoje talvez a um ponto de viragem. O balanço que é possível fazer das últimas décadas contrasta, como se viu, com o optimismo dos anos 60, quando as independências africanas anunciavam uma nova era de desenvolvimento para o continente.

É certo que as dificuldades são enormes, levando muitos analistas a interrogarem-se não apenas sobre o futuro do relacionamento entre a Europa e a África mas sobre a própria viabilidade das nações africanas. Há no entanto elementos favoráveis que é necessário ter em

conta e a que nos referiremos mais adiante.

A mundialização da economia e o que pode ser chamado, no dizer de M. Béaud, “*sistema mundial hierarquizado*”, traduz uma gradação de poderes e vectores que definem multipolaridades económicas, tecnológicas, militares, etc. Essa “mundialização” (movimento de abertura) das sociedades insere-se na “globalização”, movimento de integração mais abrangente e porventura coercivo (Kébadjian 1994, Viotti and Kauppi 1993).

Se esse duplo movimento encerra desafios estimulantes para a própria análise económica, são no entanto claros os desequilíbrios inter-regiões, os quais exigem respostas no plano de uma efectiva cooperação mundial. Essa necessidade é particularmente visível nos problemas do ambiente (Gore 1993).

O continente africano só poderá desempenhar algum papel nesse âmbito se for capaz de encontrar caminhos através da valorização da iniciativa individual e da racionalização dos mercados nacionais e regionais; de apostar nas estratégias de exportação articuladas com a satisfação das necessidades dos mercados internos; de consolidar a vertente das novas tecnologias da 3ª revolução industrial, sem necessariamente descurar outras técnicas mais tradicionais; de efectuar uma verdadeira integração regional e de desenvolver uma cooperação sustentada com a União Europeia e outras regiões industrializadas.

Se isso não acontecer com rapidez, o século XXI poderá ser, para todo o continente, um século de confirmação de um retrocesso perigosamente anunciado nos últimos 20 anos.

Os rumos que se avizinham dependem da resposta a várias interrogações:

Quais são as perspectivas de cooperação euro-africana, tendo em conta as novas condições criadas pela ruptura no ex-bloco dos países socialistas? A União Europeia confirmará ou não a subalternização dos seus compromissos com África em benefício das suas relações com o Leste europeu? Qual será o destino da Convenção de Lomé após o ano 2000? Que resposta dar às críticas de determinadas correntes da teoria económica, segundo as quais a “ajuda” aos países do Sul, longe de gerar racionalidades favoráveis ao desenvolvimento, contribuiu apenas para alimentar uma “*economia da ajuda*”, quer dizer “*um conjunto de relações entre variáveis macroeconómicas constituindo um sistema que tende a ficar desligado da ‘economia da produção’ e a viver sobre si próprio, a se auto-alimentar*” (Gabas 1988, Bauer 1984, 1991).

Nesta última interpretação, a referida “*economia da ajuda*” não passaria afinal de um “circulo vicioso” onde os fluxos financeiros provocam, antes de mais, endividamento, irracionalidades e desperdícios.

Outra matéria de reflexão tem a ver com a estratégia africana para resolver autonomamente os seus próprios problemas, nomeadamente quanto às condições oferecidas ao investimento directo estrangeiro e à prossecução da integração regional.

Deve acrescentar-se, no entanto, que muitos aspectos da actividade produtiva no Sul são mal conhecidos ou pouco tomados em consideração, com a revelação de determinadas capacidades empresariais ou a existência de dinâmicas, dificilmente quantificáveis mas cuja contribuição é apreciável para a sobrevivência das sociedades de muitos países do Sul (Adams et Fitchett 1994, Kabou 1991, Morin & Nair 1997).

A construção do sistema económico mundial neste final do século já não se compadece com estratégias ilusórias que repousam, em última análise, sobre uma visão linear e tecnicista do desenvolvimento.

A *mudança* põe em relevo a *complexidade sistémica* e esta mostra que já não é possível pensar por etapas (primeiro o desenvolvimento nacional e depois a inserção no internacional, por exemplo).

A velha lógica sectorial encontra-se igualmente destroçada por uma nova lógica de redes (Castells 1998) onde o que era exclusivo de um sector económico se dilui agora, de maneira dificilmente classificável, em todos os níveis de actividade como acontece na biotecnologia, na engenharia genética, nas ciências do ambiente, etc. (Rifkin 1998).

Mesmo para produzir ou exportar bens alimentares tradicionais, nenhum país, se quer acompanhar o progresso, pode escapar às rápidas mutações da ciência e da técnica.

A urgência das medidas a tomar não oferece muitas dúvidas. Mas apesar das dificuldades, não se vêem razões definitivas para os políticos, intelectuais e cientistas africanos se refugiarem no desalento...

É certo que as mudanças na Europa vieram alterar profundamente o cenários do hemisfério norte. A questão reside agora em saber se a nova Europa vai alterar a cooperação com os países do Sul.

Uma coisa parece evidente: a evolução do parceiro europeu não pode ser desligada do continente africano, nem sequer poderá ser neutra para esses países, não apenas por razões económicas mas também políticas, se nos lembrarmos simplesmente que só na França e na Alemanha vivem mais de 5 milhões de muçulmanos oriundos da África, do Médio Oriente e da Turquia (Badie et Wenden 1994, OCDE 1994, Chesnais 1995).

O estreitamento dos laços euro-africanos é essencial para todos, o que não se ajusta nem com as tendências proteccionistas de uns nem com as tentações de ruptura de outros. Mas é necessário delinear, quanto antes, estratégias comuns aos dois lados do Mediterrâneo.

Até agora o mais importante instrumento de cooperação da União Europeia tem sido a Convenção de Lomé. Sejam quais forem as suas insuficiências e limites, as características *sui generis* deste acordo dão-lhe um lugar especial na cooperação Norte-Sul: é um tratado de direito internacional, sem interferência na soberania dos Estados e nas suas opções políticas e económicas; é “global”, quer dizer cobre os mais diversos domínios da actividade; assenta na contratualidade e delimita um horizonte de previsibilidade e segurança durante um período determinado; tem uma abordagem dinâmica das situações (evolução e adaptação progressiva de Lomé I a Lomé IV, tanto financeiramente como em relação às áreas abrangidas pelo acordo).

O protocolo financeiro de Lomé IV registou, em relação à anterior convenção, um crescimento de 40 por cento a preços correntes e de 20 por cento a preços constantes. Esforço razoável mas, aos olhos dos países ACP, muito insuficientes se comparado com o que seria necessário e, especialmente, com o auxílio que tem vindo a ser proporcionado aos países ex-socialistas do leste europeu. Esse apoio da UE não evitou a crise em que a África se encontra mergulhada.

Um dos sintomas é o conhecido problema da dívida externa. Em 1994 a dívida africana (211 mil milhões de dólares) era bastante menor do que a da América Latina (547 mil milhões) ou da Ásia (415 mil milhões). Mas se estabelecermos a relação entre o montante da dívida e a riqueza nacional criada, os resultados são mais preocupantes. Par dar um exemplo simples, em 1985 quando um habitante da Guiné-Bissau produzia 100 unidades monetárias (u.m.) estava, aos mesmo tempo endividado em 159 u.m. relativamente ao exterior...

Para além da Convenção de Lomé, o relacionamento entre a Europa e a África nos próximos anos será influenciado pela conjugação de diferentes factores: o Acto Único e a união monetária; as novas orientações mundiais sugeridas pela OMC; a aplicação do Sistema de Preferências Generalizadas; as orientações estratégicas que decorrerão do alargamento da UE a leste; qual a escolha que a Europa fará entre o combate ao desemprego e os objectivos de uma inflação nula, quer dizer se subordinará o económico ao financeiro ou, pelo contrário, a finança à produção²²; a consolidação da vida democrática na África do Sul e a sua influência sobre toda a África Austral, etc.

As legítimas preocupações dos africanos não devem, no entanto, fazer esquecer as potencialidades dessa cooperação.

Se os perigos de subalternização da cooperação com África não devem ser ignorados, o mercado único europeu pode, por outro lado, apresentar igualmente vantagens para os ACP se estes forem capazes de as aproveitar, como observou M. Besisira, membro do Secretariado dos ACP. Entre elas: efeitos de criação de comércio e de políticas macroeconómicas mais estáveis nos ACP; alargamento da zona franco a outros países, transformando-a numa “zona Euro” euro-africana; melhoria do acesso dos produtos ACP ao mercado europeu pela redução dos custos de informação (um mercado único homogeneizado em vez de 15 mercados heterogéneos); impossibilidade crescente de Estados europeus aplicarem medidas unilaterais em relação à África; diminuição dos custos no mercado europeu, beneficiando os importadores e exportadores africanos, etc.

Tanto a Europa (pela criação do Banco Europeu da Reconstrução e Desenvolvimento, BERD) como o Japão e os Estados- Unidos (pelos investimentos e empréstimos que concedem directamente) estão interessados na transição pacífica para a economia de mercado a leste e a sul.

Mas, como os recursos dos países industrializados não são obviamente ilimitados, a repartição da ajuda terá que ser arduamente negociada, quer económica quer politicamente por todos os parceiros.

A dificuldade será tanto maior quanto os países da Europa de leste dispõem, para atrair os investimentos estrangeiros, de vantagem comparativas evidentes em relação ao continente africano: mão-de-obra qualificada, recursos naturais, *cultura industrial*, infraestruturas razoáveis, proximidade geográfica, etc.

Que medidas os países africanos deverão tomar a curto prazo para resolver “internamente” (no quadro nacional ou regional) as dificuldades com que se defrontam?

Dois dos problemas da actual conjuntura africana são o declínio do *investimento directo estrangeiro* (IDE) e a fraqueza de integração regional.

É preocupante a retirada de empresas e capitais estrangeiros da África, em diminuição constante desde 1985. Os fluxos de capitais franceses, que eram de +0,3 mil milhões de francos em 1985, passaram em 1987 para -3,3 mil milhões. Essa situação resultou dos efeitos conjugados da dívida externa africana, da diminuição dos preços das matérias-primas, da queda dos contratos de equipamento e do quase desaparecimento de mercados regionais solváveis. Tudo isso para além do fracasso das estratégias de industrialização adoptadas desde

²² Esta problemática é uma das razões do actual retorno às teses de Karl Polanyi no seu clássico *The Great Transformation* (Polanyi 1983). Ver Servet 1998 e igualmente Gray 1998.

as independências, e das controversas políticas económicas onde o abandono da agricultura foi um dos elementos importantes, como muitos autores já o demonstraram e o próprio Plano de Acção de Lagos o reconheceu oportunamente.

O movimento de desinvestimento em África continuou e é generalizado.

A promulgação de códigos de investimento extremamente favoráveis ao IDE em África, pretende reagir contra este estado de coisas. Mas, no contexto actual, tais medidas, embora positivas, estão longe de serem suficientes.

É conveniente relembrar que se nos anos 1960 cerca de 5 por cento dos IDE se dirigiam para o continente africano, esse montante era, nos anos 90, de cerca de 2,2 por cento (Mosha 1991). Por outro lado, se em 1980 a África recebia 19,3 por cento do IDE destinado ao conjunto dos países em desenvolvimento, em 1989 essa percentagem atingia apenas 12,9 por cento, podendo declinar ainda nos próximos anos.

Do mesmo modo, apesar das inegáveis potencialidades africanas em riquezas minerais, a verdade é que apenas 6 por cento do valor do investimento total no sector dos minérios está concentrado em África.

Ora a Convenção de Lomé não poderá assegurar, por si só, a inversão dos fluxos de capitais.

A este declínio do IDE em África também não são estranhos outros factores:

- carácter tardio (em relação à Ásia e à América Latina) das decisões legislativas e políticas tomadas em matéria de investimento estrangeiro;

- condições mais favoráveis oferecidas ao IDE por outras regiões. É que não se trata apenas, nem essencialmente, de incentivos financeiros, mas também de eficácia dos aparelhos administrativos, de capacidade de enquadramento das organizações técnicas, de disponibilidade nacional em recursos humanos qualificados, de desburocratização, de referenciais legislativos precisos e fiáveis, de estabilidade política e de liderança coerente, de imagem política internacional minimamente aceitável, etc.

A curto e médio prazos pelo menos, os investimentos continuarão a ir preferencialmente para a Europa e Estados- Unidos, mas já há sinais claros que a sua diversificação contemplará também o Mercosul e certas regiões da Ásia. E, como tudo indica, em detrimento do continente africano.

Deve notar-se igualmente que os países europeus beneficiam mesmo de certos investimentos proveniente do Sul, como é o caso de investimentos do Brasil em Portugal (Torres 1997b) e da Índia no Reino Unido. Não oferece dúvidas que iremos assistir em breve a um surto de fluxos de investimento na direcção Sul-Norte, com relevo para a Ásia e América Latina, o que só poderá favorecer a criação de novas zonas preferenciais das quais a África poderá ficar excluída.

A correlação entre o contexto macroeconómico e o funcionamento da microeconomia (ao nível das empresas), permitida pela estabilidade política e por estratégias económicas bem concebidas, é muito mais evidente noutros continentes do que na maioria dos países africanos. Estes têm dado grande importância à macroeconomia sem cuidar suficientemente da microeconomia e, sobretudo, da articulação entre os parâmetros de uma e de outra.

Par além disso, não basta preocupar-se com o investimento estrangeiro se, ao mesmo tempo, não forem criadas condições para formar e apoiar uma numerosa classe de empresários africanos. O que pressupõe igualmente uma reforma dos sistemas de crédito

interno às pequenas e médias empresas, bem como incentivos à constituição de *joint-ventures* entre as empresas africanas e empresas estrangeiras.

Também parece impensável proceder à privatização da economia e prosseguir o esforço, ainda nos seus primórdios, de desintervenção do Estado em muitos sectores de actividade, se essa intervenção não for acompanhada pelo aparecimento de uma classe empresarial autóctone, em condições de orientar com dinamismo e rigor o funcionamento das unidades produtivas. Na sua ausência, quem assegurará o controlo das economias e dos recursos africanos? É oportuno assinalar que em parte alguma se consolidou um processo de desenvolvimento nacional (como o Japão é exemplo paradigmático) sem a existência de um tecido empresarial próprio (nacional), como mais uma vez vários autores o demonstraram recentemente: Engelhard 1998, Domenach 1998 e Yoshikawa 1998.

A segunda questão que, quanto a nós, é central é a da integração regional que desenvolvemos noutro capítulo deste trabalho. A esse propósito, observe-se apenas que o investimento directo estrangeiro não tem condições de rentabilidade nos apertados limites dos mercados meramente nacionais da maioria dos países africanos.



Por muitas que seja as razões que fundamentam o “pessimismo” sobre o futuro africano, este deve ser combatido. A África tem 30 anos de experiência de independência, não três séculos. É desse ângulo que devem ser vistas as circunstâncias e muitos dos seu resultados.

Nada permite deduzir que a África não poderá colmatar rupturas e atrasos, embora seja previsível que só o conseguirá a mais longo prazo do que se pensava inicialmente.

Mas a característica fundamental do nosso tempo é, por assim dizer, a “abolição” do espaço e do tempo em virtude dos progressos científicos e das inovações tecnológicas. As nações podem assim dar “saltos” qualitativos numa ou em duas gerações como nunca o conseguiram fazer durante os séculos passados. É certo que essa vantagem encerra também perigos, porque se os povos beneficiam desse progresso, estão também submetidos a disfunções resultantes da “mutação” acelerada (exactamente o inverso do “rito iniciático tradicional”).

A África dispõe de uma escassa margem de manobra, porque o tempo se mede hoje de modo diferente do passado.

A Europa poderá, e deverá, desempenhar um papel-chave na “reconversão” da África à modernidade, até porque sem a sua relação com África, ficaria reduzida a um espaço histórico mutilado.

A conclusão é que ambas terão necessariamente que assumir um *partnership* de interesses no essencial convergentes, o que supõe a cooperação e não o confronto.

Por outro lado, o alargamento da Europa não é impeditivo de um aprofundamento dessa cooperação, desde que naturalmente se encontrem as plataformas adequadas.

Em qualquer caso os elementos determinantes serão a vontade política de europeus e africanos e a determinação rigorosa da co-responsabilidade, sem a qual a *solidariedade* não passará de uma palavra inútil.

CAPÍTULO II - Desenvolvimento e modernidade

“Há, a nível internacional, uma tendência geral para o reforço da cooperação entre os países. Um certo número de agrupamentos económicos estão em curso de formação. Entretanto a África fica cada vez mais marginalizada. Conscientes da importância dessas tendências, aplaudimos a decisão dos chefes de Estado e de governos africanos de conduzir a África na via de uma integração económica total. (...) Estamos conscientes que é a nós que incumbe, em primeiro lugar, a responsabilidade de proceder à nossa transformação económica por meio da industrialização. Reconhecemos, todavia, que os países africanos terão necessidade da assistência da comunidade internacional. (...) Lançamos igualmente um apelo às organizações inter-governamentais africanas para que dêem a máxima prioridade a todos os programas e projectos que contribuam para a integração económica”.

Resoluções da "DECLARAÇÃO DE DAKAR", elaborada pelos Ministros Africanos da Indústria em 30 de Julho de 1991, em Dakar (Senegal).

A integração dos mercados regionais aparece hoje como uma questão essencial do desenvolvimento dos países do Sul, sem a qual a pretendida integração na economia mundial se afigura como um problema praticamente insolúvel.

Esta questão leva-nos a equacionar determinados aspectos do debate actual entre os partidários da integração africana e aqueles que consideram que as diversas formas de integração são, hoje em dia, estratégias que se opõem a um desenvolvimento realmente eficaz da economia, o qual só será possível optando pela liberalização e a inserção na economia mundial, no quadro dos objectivos e meios apontados pelo GATT. Procurar-se-á também saber até que ponto a Comunidade Europeia (ou pelo menos alguns dos seus países) terá capacidade para desempenhar um papel no desenvolvimento do continente no final deste século, na eventualidade de ser adoptada a proposta francesa de "integração vertical" com zonas africanas. Esta "integração vertical" pretende conjugar no mesmo esforço de integração, não países vizinhos mas países africanos e europeus.

A ligação Norte-Sul será cada vez mais essencial para os países em vias de desenvolvimento, mas as relações Sul-Sul, mal aproveitadas até agora, terão que desempenhar um papel preponderante no futuro, apesar dos fracassos de muitas tentativas, nomeadamente do instrumental da "integração regional".

Os conceitos de integração, desenvolvimento e cooperação são, para muitos, inseparáveis. Foi graças à cooperação e à integração no espaço europeu que Portugal pôde dar vários passos no seu desenvolvimento nestes últimos anos. Os Encontros de Maastricht e de Amesterdão e as projectadas fases subsequentes (união económica e monetária e a própria ideia federalista) demonstram que o continente europeu atravessa uma fase decisiva de reformulação da sua "identidade" (supondo que se pode falar de uma "identidade" europeia, questão que apesar de tudo não é pacífica). É claro que este processo terá ainda custos consideráveis que não convém perder de vista. Todos os países europeus, especialmente os menos avançados, estão a

aplicar o que poderemos chamar com alguma propriedade, políticas de "ajustamento estrutural", embora sem os condicionalismos e o conteúdo dramático que este assume frequentemente: remodelação das infraestruturas, articulação entre os sectores rural e urbano, privatização das economias, abertura dos mercados nacionais ao mercado único europeu e aos outros continentes, movimentação de capitais além fronteiras, modernização das empresas, formação dos recursos humanos, racionalização dos instrumentos e dos equilíbrios macroeconómicos essenciais, adopção de novas tecnologias da chamada "terceira revolução industrial" (das tecnologias da informação aos novos materiais), etc. O processo está em marcha, como é visível mesmo numa economia periférica como a portuguesa.

Apesar das dificuldades e da situação de crise em muitos países africanos, também este continente não está alheio à dinâmica mundial que o rodeia, como se constata pelo próximo lançamento de um satélite de telecomunicações africano, talvez ainda em 1998. O que suscita a insistência em duas observações preliminares:

A primeira é que não há desenvolvimento sem cooperação internacional, numa perspectiva de "*partnership*", do mesmo modo que (uma hipótese que parece sustentável), não há desenvolvimento sem democracia²³, paz e consolidação do Estado de direito.

A segunda, é que, tendo em vista a mundialização da economia e as rupturas introduzidas pela 3ª revolução industrial, nenhum país se poderá desinserir das matrizes regionais e intercontinentais que constituem os novos espaços em formação num mundo multipolar. Por outras palavras, nação alguma, em especial os países africanos directos parceiros da Europa, pode ignorar o problema da integração regional e da sua inserção no mercado mundial de economia aberta, como condição *sine qua non* do seu desenvolvimento interno e do aprofundamento da cooperação com o exterior.

É aliás inegável que o exemplo europeu e o caminho percorrido pela Europa da CECA ao Mercado Único de 1993 e à UEM, exercem considerável influência sobre os debates que têm tido lugar em África nos últimos anos a propósito do desenvolvimento e das vias que, entre o proteccionismo e a liberalização, entre as áreas de comércio preferencial e a rigorosa fidelidade aos princípios do GATT, condicionam as escolhas africanas. As próprias instituições internacionais têm já uma percepção diferente da de há alguns anos sobre os problemas do desenvolvimento no Terceiro Mundo.

Valerá a pena, neste final de século, retomar velhos debates que reenviavam para os conflitos metodológicos e teóricos entre Economia pura e aplicada, entre teoria estática e dinâmica do desequilíbrio, entre universalismo e particularismos das categorias económicas, entre o tempo do curto prazo e o tempo do longo prazo das estruturas? (Hugon 1991, 1993). O reacender estimulante de certas polémicas nos últimos anos mostram que muitas das questões teóricas que se julgavam resolvidas ganham uma nova actualidade.

No primeiro ponto deste capítulo equacionaremos os conceitos de *mutação* e de *tradição*, através dos quais é possível clarificar melhor aspectos internos da crise do

²³ Isso não quer dizer que não possa haver crescimento económico em regimes não democráticos, como alguns exemplos o comprovam. Mas estamos a falar de "*desenvolvimento*" (convergência de múltiplas vertentes de qualidade de vida: social, económica, política e cultural) e não apenas de "*crescimento*" concebido numa visão de *economismo* estrito.

desenvolvimento africano.

No segundo ponto referir-nos-emos ao contexto internacional onde se inserem os problemas africanos nos anos 90.

Contradições e paradoxos da modernização²⁴

O já sublinhado fracasso das políticas de desenvolvimento aplicadas em África desde os anos 60, com a ajuda de pesados aparelhos burocráticos e planos ambiciosos, levou ao que se tem convencionalmente chamar "afro-pessimismo" e à crítica das "teorias da modernização", as quais, baseadas nos postulados neokeynesianos ou assentes nos axiomas marxistas e neomarxistas, serviram de referência às diversas modalidades de desenvolvimento em curso nas regiões do Sul, tanto orientadas para o "capitalismo" como para a chamada "transição para o socialismo".

Deixando de lado o paradigma marxista - ultimamente relegado para uma zona de penumbra - a literatura económica das "teorias da modernização" nem sempre faz uma distinção clara entre *teorias* e *políticas económicas* aplicadas caso a caso.

Mesmo se as políticas económicas não são autónomas em relação ao modo de desenvolvimento em vigor nos países, elas resultam forçosamente de práticas que podem confundir a "transcrição" da teoria com a sua interpretação ideológica. Essa interpretação voluntarista enviesa ou perverte as hipóteses iniciais. Em vez de as testar - ou falsificar no sentido popperiano - transforma-as em axiomas, aos quais a prática tem necessariamente que se conformar.

Completa-se assim um círculo vicioso, onde o significado dos conceitos se dissolve e perde o sentido. Dessa não clarificação entre as responsabilidades que cabem às teorias por um lado e às políticas por outro, resultou a rejeição indiscriminada de umas e de outras e a descrença generalizada acerca dos destinos de África - como se viu na penosa renegociação do 8º FED em Fevereiro de 1995 - que muitos dos próprios africanos já compartilham embora alguns tentem lutar corajosamente contra a maré²⁵.

Mas, para que a crítica das teorias da modernização seja inteiramente convincente, ela deverá esclarecer com nitidez três coisas:

Se o falhanço das experiências de desenvolvimento africano se deve à ideia de modernização *em si* ou às suas diversas interpretações teórico-práticas;

Se os resultados daí decorrentes esgotam a validade heurística da modernização enquanto processo;

Em caso de resposta afirmativa ao segundo postulado, quais as propostas que os censores, não já das "teorias", mas da própria modernização, têm a sugerir, a menos que pensem,

²⁴ Este ponto retoma, com nova redacção, Torres 1991a.

²⁵ Num congresso realizado em Dakar, em Janeiro de 1993, uma personalidade africana exclamou: "A África está na situação que todos nós sabemos: esquartejada, dilacerada no interior; marginalizada, ostracizada ou desconhecida, humilhada ou, o que é pior, lastimável vista do exterior (...). Dispersa, compartimentada, desconjuntada, está ameaçada de desaparecimento. Todos os africanos estão de acordo (...). É imperioso reabilitar a África mesmo que para isso seja necessário inventá-la. Precisamos, mais do que nunca, de uma integração política sustentada pela realidade económica, ambas com raízes na nossa história".

em nome dos africanos, no eventual retorno ao passado. Lembra-se a propósito da primeira edição americana (1944) da grande obra de Karl Polanyi, *The Great Transformation* as palavras proféticas do autor:

"Não há nenhum meio de voltar atrás e não se resolveria nada em tentá-lo. O que é preciso, na nossa época, é reafirmar, pelas suas próprias condições de existência e necessidades, os valores essenciais da vida humana. A tradição escapa-nos e trai-nos se nos fiarmos nela. Não devemos abandonar o princípio da liberdade individual, mas é necessário recriá-lo. Não podemos restaurar uma sociedade passada, mesmo se as brumas da história nos ocultam os seus vícios; nós próprios é que devemos reconstruir a sociedade, tirando do passado as lições e os avisos que formos capazes de aprender" (in Polanyi 1983).

Embora reconhecendo fundamento às críticas formuladas, devemos interrogar-nos sobre a amplitude da sua capacidade explicativa, na medida em que, como tudo indica, elas apresentam, no plano fenomenológico, insuficiências que restringem o seu alcance. Há razões para o afirmar.

Por um lado, parece-nos que elas confundem, quase sistematicamente, a *modernização* enquanto tal com os modelos que a pretendem veicular. Ora a ideia de modernização é muito mais abrangente do que qualquer política económica ou estratégia de crescimento.

Por outro lado, ao fazerem, em termos absolutos, a condenação (resultante da confusão entre os princípios e os meios) da modernização, deixam, em corolário, o caminho aberto a duas alternativas: ou a modernização é impossível nos países do Sul, africanos em especial, ou só é realizável numa opção radicalmente diferente das propostas ocidentais, seja a tradicional "*via para o socialismo*", seja uma "*via especificamente africana*". Da primeira já muito se escreveu sem resultados convincentes. Da segunda não parece haver explicação clara e inequívoca que sirva de princípio orientador.

Em qualquer dos casos, muitos dos autores das "críticas da modernização", ao não anunciarem alternativas credíveis, colocam-se numa situação desconfortável.

Com efeito, afirmar que a modernização "é impossível" significa retomar as teses da dependência dos anos 60-70, cujos principais argumentos contra a evidência dos "*New Industrializing Countries*" (NICs) consistiam em minimizar os seus resultados, sustentar que não se tratava de "verdadeiro desenvolvimento" nem de industrialização sólida, onde o crescimento do rendimento *per capita* não traduzia qualquer desenvolvimento ou progresso. Assim fazendo, ao exceder os limites de uma crítica justificada quando aplicável a certos modelos de crescimento, os seus autores adoptavam "um concepção metafísica do desenvolvimento sobre a qual os factos não têm qualquer incidência" (Brunel 1987: 323).

Quer dizer, a reafirmação de uma pretensa "impossibilidade" de desenvolvimento - entretanto desmentida pela prática em muitos países do Sul - é hoje incongruente e anacrónica. Por via de consequência, também não se descortina em nome de que verdade científica é decretado (ou subentendido) actualmente o princípio determinista da "impossibilidade" de desenvolvimento em África, sejam quais forem os resultados conseguidos até aqui e por muito sombrias que se apresentem as perspectivas.

Não é crível que alguém tenha, nas ciências sociais e humanas (nem tão pouco nas chamadas "ciências duras", como o demonstra a maioria dos mais significativos pensadores deste século, de Karl Popper a Prigogine, de Feyerabend a Michel Serres) elementos para predizer o futuro ou enunciar as "*leis*" que regularão as sociedades.

Mesmo a um outro nível epistemológico e metodológico, os próprios economistas não conseguem entender-se sobre a validade das teorias em relação à prova ou refutação (*falsificacionismo*) empírica (Backhouse 1994, cap. 7; Furtado 1994).

Talvez valha a pena lembrar que, para além da África do Sul, cerca de uma dezena de países africanos estariam, surpreendentemente, em condições técnicas de dispor de energia nuclear para fins civis e teriam mesmo uma capacidade nuclear militar potencial que poderia efectivar-se dentro de relativamente pouco tempo.

Segundo um estudo de Pierre Viaud publicado pela Fundação para os Estudos de Defesa Nacional em Paris (Viaud 1986), a Nigéria, Egipto, Argélia, Marrocos, Líbia, Gana, Zaire, Gabão, Quénia e Tunísia trabalham há já vários anos com diversos meios e tipos de materiais para esse fim. A primeira central nuclear marroquina, em Sidi Bouibra, já obteve o aval da CEA-Comissariado da Energia Atómica e da AIEA-Agência Internacional para a Energia Atómica e entrará em funcionamento em 2009.

Exemplos: instalações próprias de investigação (Nigéria, Egipto, Argélia, Marrocos, Quénia); Comissão de Energia Atómica (Líbia); reactores de investigação para água pesada (Nigéria); centrais electronucleares (Nigéria, Egipto, Argélia, Marrocos, Gabão, Tunísia); combustível nuclear fracamente enriquecido por uma empresa americana (Egipto); reactores nucleares de investigação (Marrocos, Gana, Zaire); Instituto de Estudos Atómicos (Universidade de Rabat); estação termonuclear (Marrocos); pilha atómica (Gana); laboratório de ciências nucleares (Quénia). O mesmo estudo de 1986 indicava então as datas em que seria tecnicamente possível (pelo menos em teoria) obter armas atómicas (mas não ainda termonucleares) por esses países: Nigéria (1990), Egipto (1990), Argélia (1993), Marrocos (1993), Líbia (data imprevisível mas obtenção provável, assinalava P. Viaud), Gana (1990), Zaire (1995?), Gabão (2000), Quénia (1995), Tunísia (1995-2000).

Não dispomos de elementos mais recentes para saber se as previsões de Pierre Viaud se cumpriram. Mas mesmo que as coisas tenham ficado no mesmo ponto em que se encontravam quando ele redigiu o seu artigo em 1986 o problema continua a ter a mesma acuidade anos depois²⁶.

Não se trata, como é evidente, de aferir o "desenvolvimento" com base no critério da energia nuclear. Apenas se observa que a existência de capacidades deste tipo não se coaduna com certas imagens simplistas que por vezes os *mass media* nos transmitem...

Depois da queda do muro de Berlim, se se quiser balizar os acontecimentos políticos e económicos contemporâneos, parece muito pouco frutífero continuar a discutir alternativas que ainda estavam no centro dos debates na segunda metade os anos 80, alternativas como a "transição para o socialismo" ou a célebre teoria da "desconexão" de Samir Amin²⁷.

Mas se os últimos anos puseram cruelmente a nu a insuficiência das doutrinas outrora em voga, isso não significa que as suas pretensões axiomáticas possam, com sucesso, ser facilmente substituídas por "certezas" vitoriosas doutro teor.

Por exemplo: a maior parte dos governos e dos peritos das organizações internacionais

²⁶ Já em 1991 Robert MacNamara, ex-Presidente do Banco Mundial, chamava a atenção para os gastos militares excessivos dos países do Sul. (Cf. MacNamara 1991: 26).

²⁷ A tese da "desconexão" já se encontrava num livro pouco conhecido do filósofo alemão, Fichte, intitulado *O Estado Comercial Fechado*.

menosprezaram as economias ditas tradicionais africanas, nomeadamente os sistemas fundiários tradicionais, que sempre consideraram como totalmente inadaptadas a uma agricultura moderna de mercado. Como vimos no capítulo anterior, hoje o Banco Mundial reconhece de certo modo o erro ao publicar um estudo de dois dos seus economistas onde é reabilitado o sistema costumeiro de propriedade das terras, o qual prevê direitos colectivos e não individuais da propriedade das terras, proibindo a sua venda e impedindo até certo ponto que se forme uma verdadeira classe de camponeses sem terra em África, como existe na Ásia e na América Latina. Esse direito costumeiro tem ainda a característica de dar um papel central aos direitos dos criadores de gado nómadas, o que é importante se tivermos em conta que, dos 40 milhões de nómadas e pastores que povoam o planeta, dois terços encontram-se na África SubSaariana.

O referido estudo (Cleaver and Schreiber 1994a, 1994b), põe ainda em causa o dogma da privatização e mostra os limites da propriedade privada, propondo o reconhecimento legal do direito costumeiro fundiário e o estabelecimento de um mecanismo efectivo e transparente de atribuição de direitos individuais de acordo com os proprietários tradicionais e os utilizadores (pastores).

O mesmo se passa com o movimento de privatização, considerado a panaceia decisiva de todos os males que resultaram da acção económica do Estado. Essa ilusão tem vindo a perder na última década muito da sua força, como os organismos internacionais o reconhecem (Cook and Kirkparick 1988).

O problema da *modernidade* - do mesmo modo que as questões do Estado e da Democracia - continuará actual pelo século XXI adentro, como nos mostram os acontecimentos da Somália, da Libéria, de Angola e, mais recentemente, da Guiné-Bissau e da Argélia, onde não se assiste apenas ao aniquilar maciço dos homens e ao raziar dos meios materiais, mas igualmente ao soçobrar de conceitos, valores e referências que constituem património comum da humanidade. Diga-se de passagem que não é nem o "fim da História" onde alguns filósofos da moda empregam os seus ócios, nem um "episódio" no percurso finalista do inesgotável historicismo.

É apenas mais uma prova de que nada está adquirido definitivamente, e que as conquistas obtidas (por exemplo no campo da *democracia* e da *modernidade* que lhe está inerente) são valores frágeis que devem ser defendidos a cada momento²⁸. Por isso a lição africana é importante para os países desenvolvidos que frequentemente se julgam ao abrigo do inesperado e do perecível. O caso Jugoslavo, por exemplo, mostra que o famoso "tribalismo" não era afinal uma característica especificamente africana.

Voltando à questão da modernidade em África: um dos elementos que está em causa nas "*teorias da modernização*" é a relevância da velha dicotomia "tradição-modernidade" face à estreita interdependência dos diferentes espaços económicos, como o assinalam António Figueiredo e Carlos Costa. É bem verdade que ela "não permite dar conta da complexidade e diversidade das situações de subdesenvolvimento" (Figueiredo e Costa 1986: 57). Os conceitos tomados isoladamente precisam frequentemente de ser reconsiderados.

A dualidade "tradição-modernidade" não é obviamente satisfatória no plano cognitivo,

²⁸ Ngom 1984. Uma visão severa e mesmo pessimista da questão é fornecida por Gendarme 1973: 871 e sgs.

não apenas pelas lacunas teóricas que regista, cujas críticas já foram largamente debatidas (Figueiredo e Costa 1982, 1986), ou pelos seus discutíveis resultados verificados em inúmeras ocasiões, mas também do ponto de vista *metodológico*.

Com efeito o conceito de "*modernidade*" não tem sido objecto de uma mediação adequada. O seu estatuto epistemológico foi abusivamente anulado pela identificação com a ruptura assumida em determinadas formas de planeamento. Em vez do conceito relativo e contingente que realmente é, foi sistematicamente utilizado, sem prévia definição e enquadramento teórico, como parâmetro absoluto cujo centro de referência mítica se situa nos países industrializados, fora do contexto em que ele poderia assumir uma expressão porventura mais autêntica, cultural e historicamente identificável ou, pelo menos, com raízes mais próximas dos seus destinatários.

Essa visão foi igualmente integrada nas políticas económicas e sociais de muitos governos africanos (até pela formação académica *occidental* da maioria dos seus dirigentes) e explica a desintegração incontrolada de estruturas para as quais não foram previstas compensações ou reformulações institucionais e sociais que ajudassem muitas vezes a restabelecer os equilíbrios perdidos.

Ora o conceito de *modernidade* não implica necessariamente "*mutação*" (no sentido de rompimento brutal e a curto prazo nas estruturas), até porque o verdadeiro desenvolvimento que lhe está inerente não é alcançável em anos mas, como tudo leva a supôr, em gerações (factor demasiadas vezes ignorado).

De uma maneira abreviada, podemos considerar que, de certo modo, a modernidade é um dos produtos da assimilação da técnica e, sobretudo, da tecnologia enquanto referencial epistemológico da técnica, bem como da sua utilização em todos os campos (económico, político, social e cultural) que, directa ou indirectamente, tenham incidência sobre a vida quotidiana das populações. O seu *ritmo* é o da formação dos recursos humanos. Sem esta componente, a tecnologia não tem significado nem alcance em termos de desenvolvimento, sejam quais forem os contorcionismos da manipulação estatística...

Sendo o fenómeno complexo e estreitamente dependente do factor "qualificação humana", a modernidade tem uma implantação necessariamente lenta²⁹. Desde logo o problema não reside em estabelecer, mesmo implicitamente, uma igualdade fictícia e ambígua entre *modernidade* e *mutação*, mas em encontrar uma metodologia que assuma, de maneira tão harmoniosa quanto possível, a precaridade inevitável das transições. O acento tónico deveria ser posto não na mutação mas no processo de mudança. É de crer que a inobservância desta (pragmática) metodologia deu origem a clivagens irreversíveis e introduziu descontinuidades gravosas para o desenvolvimento das jovens nações africanas.

²⁹ De pouco serve transferir tecnologias novas (mesmo pouco sofisticadas) se não forem formados, repete-se, os homens que as utilizarão. E não se trata apenas de uma formação "tecnicista" obedecendo a um funcionalismo estreito. Essas tecnologias devem, obviamente, ser adaptadas às necessidades económicas e sociais, sem entrar desastrosamente em choque com tabus religiosos, tradições míticas ou mesmo costumes profundamente enraizados, sob pena da sua utilização ser rejeitada ou acabar por ser abandonada, apesar das boas intenções. Numa palavra, a tecnologia só desempenhará o seu papel se for inserida (e não "*agrafada*") no quadro de representações mentais, culturais e sociais dos homens que livremente as escolhem e utilizam.

É certo que a questão da "tradição-mutação" está longe de ser nova (ver Agblemagnon 1970), mas a realidade económica e social da África contemporânea faz com que a sua análise conserve pertinência, particularmente à luz de acontecimentos que abalam os anos 90, como o Rwanda ou a Argélia apesar da diferença de situações.

De uma maneira mais ampla, os problemas do desenvolvimento - um pouco negligenciados ultimamente nas universidades, mercê de certas modas temporárias - inscrevem-se num espaço sistémico que vai muito para além do meramente económico. Sem dúvida que o mesmo acontece na generalidade das sociedades, mas considera-se que em África esse *todo* tem particular acuidade e que os conceitos de "tradição" e de "mutação" podem ser destacados como instrumentos necessários para a apreensão de um tecido social que, contrariamente a um preconceito ainda muito difundido, não se caracteriza nem pela *simplicidade* nem pela *uniformidade*...

A propósito das sociedades camponesas aparentemente "simples", H. Lefebvre pôs bem em evidência, há já mais de 40 anos, a sua "dupla complexidade": "*complexidade horizontal*", que se apercebe nas estruturas de mesma data história, onde se manifestam diferenças essenciais que vão até ao antagonismo; "*complexidade vertical*", que, escreve HL, deriva da coexistência de formações de idade e de data diferentes. As duas complexidades "entrecruzam-se e interpenetram-se, agindo uma sobre a outra"; elas criam "uma amálgama de factos que só uma boa metodologia científica pode clarificar" (Balandier 1986: 219; Lefebvre 1953).

Se abordarmos porém a questão no plano do *senso comum*, verificamos que a controvérsia gira dentro dos limites de um universo que se esgota rapidamente. Para uns o conceito de "tradição" está imediatamente associado a *obstáculo* ao desenvolvimento, enquanto que para outros o grande perigo reside na "mutação" como processo destruturante dos valores tradicionais que dão sentido às sociedades africanas.

Esta dicotomia rígida não permite dar conta da complexidade real dos fenómenos.

Efectivamente, não chega pretender que a "tradição" é fundamentalmente um elemento conservador e negativo, nem, por outro lado, tão-pouco é suficiente julgar que ela é uma referência unívoca de validade universal que importa preservar ou fazer renascer a qualquer preço.

Este problema tanto pode ser aplicado, numa perspectiva global, às questões sociais, como pode ser transposto para o plano de próprio desenvolvimento da ciência.

Karl Popper demonstra admiravelmente que "a vida social exige a tradição" porque "se o mundo social não apresentasse um coeficiente elevado de ordem, grande número de regularidades às quais nos podemos ajustar, viveríamos ansiosos, frustrados e aterrorizados". Por isso, acrescenta, "a criação de tradições tem uma função semelhante à criação de teorias. As teorias científicas são instrumentos com os quais podemos impor alguma ordem ao caos em que vivemos, de modo a torná-lo racionalmente predizível (...). Da mesma forma, a criação de tradições (como de boa parte das nossas leis) tem a mesma função: impor uma certa ordem e previsibilidade ao mundo social em que vivemos". Noutro ponto da sua obra ao comparar a tese do desenvolvimento científico como resultado de acumulação de observações, com a tese desse mesmo desenvolvimento que deriva de uma revolução permanente de conjecturas e refutações, escreve: "Na ciência há muito menos acumulação de conhecimentos do que uma transformação revolucionária de teorias científicas. Este é um ponto muito interessante, porque à primeira vista poderíamos pensar que a tradição fosse mais importante para o crescimento cumulativo do

conhecimento do que para o processo revolucionário. É exactamente o contrário: se a ciência se pudesse desenvolver pela mera acumulação, a perda da tradição científica não representaria muito, porque seria sempre possível recomeçar a acumulação. Algo se perderia, mas a perda não seria grave. Contudo, como a ciência progride principalmente pela tradição de alterar os seus mitos tradicionais, poderíamos começar com alguma coisa: se não houver nada para transformar, não chegaremos a parte alguma".

E mais adiante: "Os planos não têm qualquer sentido num vácuo social, mas somente dentro de um conjunto de tradições e instituições (...) que nascem da sociedade em que vivemos. Assim, uma vez desaparecida a tradição, o próprio incentivo para refazer o mundo desaparecerá também. No campo da ciência, por exemplo, haveria uma perda tremenda se disséssemos: Não estamos a progredir. Abandonemos todos os conhecimentos científicos já acumulados para recomeçar de novo. O racional seria corrigir e revolucionar esses conhecimentos. Pode-se criar uma nova teoria, mas ela será criada para solucionar os problemas que a antiga teoria não pôde resolver" (Popper 1982).

Também não é suficiente afirmar que a "mutação" é necessariamente destrutiva ou ainda, no sentido oposto, que incarna as características "progressivas" de um futuro necessário (a modernidade), assumindo deste modo a rejeição liminar de tudo quanto é ou possa parecer "tradicional".

Esses paralogismos não podem ser tomados como explicações teóricas de cariz científico. Os seus limites de validade - mesmo quando mostram alguma pertinência - são demasiadamente estreitos e não ultrapassam o estágio de uma observação empírica sem outros pressupostos do que uma indução cuja universalidade é discutível ou pelo menos limitada.

Como assinala Georges Balandier, o termo mutação inscreve-se num campo semântico alargado onde se situam termos de alguma maneira parentes: mudança, evolução, revolução, desenvolvimento, modernização, etc. Todos esses conceitos estão carregados de ambiguidade e servem sobretudo para exprimir diferenças. Todavia, umas sublinham a persistência de uma identidade fundamental, apesar das modificações aparentes; outras acentuam a óptica da ruptura. A noção de mutação exprime justamente este último aspecto (Balandier 1970).

Para Roger Bastide é inútil falar de mutação enquanto se permanecer na mesma estrutura. O termo deve ser reservado a toda a modificação que se define como passagem de uma estrutura a outra, como uma transformação de "sistemas".

Note-se igualmente que não existe *uma* sociedade africana. De norte a sul do continente há pluralidade de sociedades africanas, heterogéneas, diferentes e em estádios de desenvolvimento menos comparáveis do que uma visão excessivamente apressada por vezes crê.

Ian Roxborough observa que o défice central de grande parte dos escritos sobre o Sul é a generalização excessiva (Roxborough 1981: 9).

Cada uma desses sociedades arrasta consigo o seu próprio passado e assume-o conscientemente ou não, na imagem que tem de si própria e na maneira particular como resolve os problemas que o presente lhe coloca. Isso tem a ver com a cultura e com o que chamamos *identidade cultural*.

É talvez interessante referir a esse propósito que o *facto colonial* (abstraindo o período do tráfico transatlântico de escravos), por muito importante que se considere o seu impacte não terá sido, a nível do continente africano, tão "nivelador", nem conseguiu efeitos de "aculturação" tão profundos como alguns consideram. Lembra-se que a *colonização* propriamente dita é um

fenómeno praticamente do início do século XX. Até aí a dominação colonial - no sentido de ocupação - não ultrapassa alguns centros urbanos do litoral, aliás escassamente povoados, sem praticamente nunca penetrar no *interland* com excepção de uma ou outra incursão militar e da presença mais ou menos isolada de comerciantes, exploradores de passagem ou de alguns missionários.

Naquilo que os portugueses gostam (incorrectamente e com alguma falta de psicologia) de chamar “mundo lusófono”, até princípios do século XX os povos africanos, sobretudo das regiões mais afastadas da costa, dispunham mesmo de uma autonomia (em relação à potência colonial) que estava longe de ser negligenciável. Isso aconteceu, por exemplo em territórios como Angola e Moçambique, sem falar sequer da Guiné-Bissau. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe são casos especiais, embora este fenómeno se tenha registado de certo modo em S. Tomé (caso dos *angolares*). Mesmo em Angola, desde sempre a colónia de maior imigração portuguesa, a ocupação administrativa portuguesa não ultrapassou a faixa litoral até ao início do século XX (ver Torres 1991d).

O estudo do período colonial é ainda hoje importante e muito falta dizer sobre ele, não apenas como facto histórico que, positiva ou negativamente, pouco importa agora, teve uma interferência apesar de tudo não negligenciável na vida africana, mas também porque o conhecimento que, através dele, se pode ter, se não da história, pelo menos de usos e costumes africanos (mesmo que por vezes numa visão distorcida), é particularmente útil, se não indispensável, para compreender inúmeros aspectos da actualidade no continente. Por isso mantém oportunidade uma releitura pluridimensional, desapaixonada e exigente, das ricas fontes coloniais disponíveis. Uma releitura, entenda-se, que não substitua porém preconceitos velhos por preconceitos novos...

Nesse aspecto a nova investigação portuguesa terá uma palavra a dizer, como parece cada vez mais evidente a julgar pelas publicações de valia que têm vindo a lume. Por seu lado, a jovem investigação africana conta também já com trabalhos de relevo que começam não somente a questionar as raízes e a evolução das culturas autóctones, mas igualmente a reflectir com profundidade sobre o período contemporâneo e a inserção das sociedades africanas no contexto da globalização.

Um dos elementos que contribui para a originalidade do desenvolvimento económico e social africano, reside justamente no imperativo da conjugação entre o passado e o presente. Mais do que em qualquer parte do mundo, construir o presente na África contemporânea pressupõe a reconstrução, em uníssono, da matriz conceptual que lhe é anterior, que o explica e lhe serve de guia. Mas para isso é necessário ainda delimitar-lhe os contornos, questioná-lo previamente, criar uma memória que racionalize os factos e equacione o mito no lugar que lhe é próprio na tradição cultural. Resolver o presente sem estarem previamente esclarecidos os dados desse referencial pode implicar custos muito elevados como a experiência africana já ensinou (o livro *Reversing the Spiral*, publicado pelo Banco Mundial em finais de 1994, que citámos anteriormente demonstra-o igualmente).

Portanto, a análise dos problemas de desenvolvimento em África não pode nem deve limitar-se a uma polarização linear entre "tradição" e "mutação". Num tal contexto estático e excessivamente simplificador, os conceitos acabam por se transformar paradigmas vazios de sentido. Pelo contrário, o processo é sistémico, resulta da confluência de muitos factores e é, por definição, produto de dinâmicas e de vectores que se desdobram no tempo e no espaço. Em si, a

dualidade tradição-mutação é redutora. Esses parâmetros só são plenamente válidos se forem mediatizados pelas noções de "transformação" e de "mudança" que dão mais completamente conta de transições e de matizes não contempladas na dicotomia anterior.

Poderá mesmo dizer-se que as ideias de "transformação" e de "mudança" estão, diacrónica e sincronicamente, no cerne da questão do desenvolvimento. Quando traduzem iniciativas responsáveis, constituem elementos-chave para a apreensão da sua filosofia fundamental e para o controlo dos seus efeitos.

De uma maneira geral, constata-se que na discussão sobre o problema do desenvolvimento a "tradição" aparece quase sempre em situação de confronto: tradição *versus* mutação, tradição *versus* transformação/mudança e, desde logo, tradição *versus* desenvolvimento.

Esta maneira de pôr as questões não parece satisfatória, quer do ponto de vista analítico quer na procura de soluções aos problemas concretos que se deparam, as quais exigem consensos tão alargados quanto possível.

Como escreveu Edem Kodjo: "dois perigos espreitam hoje o continente: o milenarismo e a estratégia da ruptura. O milenarismo traduz-se por uma recusa do desenvolvimento. A ruptura pretende ser estratégia de desenvolvimento". Kodjo alerta os intelectuais africanos contra os riscos da *estratégia da ruptura* (a "desconexão" de Samir Amin) tanto maiores quanto o continente africano regista já um atraso tecnológico considerável que só poderia agravar-se, implicando a marginalização definitiva em relação ao resto do mundo. Também a ideia de um novo milenarismo e de uma recusa sistemática e radical do desenvolvimento, decorrente de uma espécie de "rousseauísmo" extemporâneo e mal compreendido, se revelaria trágica: a África só poderá fazer valer a sua cultura se se desenvolver. O futuro não se encontra nem na autarcia nem no milenarismo.

Para aproveitar todas as eventuais potencialidades do debate tradição-mutação que não se reduza ao "círculo vicioso" em que o encerraram, é indispensável evitar a confrontação entre a *ordem da tradição* e a *ordem da mutação*. Pelo motivo que não há necessariamente uma ruptura epistemológica que o justifique, se se entender que o problema não reside em rejeitar destrutivamente uma para adoptar a outra (óptica da confrontação) mas sim procurar as vias que assegurem a passagem da primeira à segunda (visão da adaptação tolerante à modernidade), integrando, recuperando ou eliminando pouco a pouco os factores decantados nessa transição de mudança, com vista a assegurar, ao mesmo tempo, a construção do presente e a recuperação assumida do passado. É essa, como tudo indica, a condição para poder estabelecer com urgência o horizonte temporal da modernidade. É portanto preferível estabelecer pontes entre ambos por intermédio dos conceitos de *transformação* e de *mudança* mais inocentes ou mais neutros do que os anteriores ou, em todo o caso, mais próximos da realidade imediata.

A *transformação* indica a modificação de um estádio, mas não explica qual é o seu conteúdo, quer dizer, nada nos diz de realmente controverso, embora esteja implicitamente mais próximo de mutação do que de tradição.

A noção de *mudança* confunde-se aparentemente com a de *transformação* e suscita também interrogações similares: a mudança é acidental ou durável? É provocada ou suportada? Quando a mudança é muito acentuada não estaremos perante uma verdadeira mutação? (Agblemagnon 1970). Na verdade não possuímos muitas vezes os instrumentos conceptuais para medir o grau de mudança. Sem esquecer que os dois termos - transformação e mudança -

próximos na aparência, podem esconder diferenças substanciais: é possível haver transformação formal sem mudança real, como pode haver mudança efectiva sem transformação aparente. Essa dificuldade aconselha prudência na utilização de conceitos que procuram definir fenómenos complexos. Nas sociedades africanas, talvez mais do que noutras, é oportuno interrogarmo-nos acerca da semântica utilizada para evitarmos as ciladas, igualmente pouco construtivas, tanto do eurocentrismo como do afrocentrismo.

Tem-se dado muita atenção aos paradigmas decorrentes do "movimento" (mutação, transformação, mudança, progresso, crescimento) e pouca aos que, nas suas consequências aparentes ou supostas, traduzem "imobilismo" (tradições, mitos, crenças, códigos de orientação). Mas se atendermos bem ao problema, parece haver um erro de lógica neste menosprezo em que muitos dos próprios intelectuais africanos incorrem: como disse um autor, "*o que não muda tem tanta importância como o que muda*"...

Com efeito, ao longo das experiências de desenvolvimento africano destas últimas décadas, considerou-se sistematicamente que aquilo que *muda* é importante e o que *não muda* é negligenciável, se não mesmo a rejeitar. É uma perspectiva axiomática que confunde aparência e realidade. Os fenómenos imediatamente perceptíveis não são necessariamente os mais significativos. Ademais a própria definição de "*não-mudança*" é demasiadamente imprecisa para assumir o estatuto ontológico que alguns lhe atribuem nessa teoria do conhecimento.

Se assim não fosse os resultados da radicalização (política, por exemplo) anunciados com grande fragor nos momentos das independências deveriam, normalmente, ter conduzido a mutações sociais irreversíveis ou, pelo menos, a reformas estruturais profundas, especialmente se atendermos aos custos económicos e humanos que implicaram. Porém, verificamos que isso raramente aconteceu e o que foi obtido não tem, frequentemente, correspondência no discurso inicial. Tudo se passa como se o mundo cognitivo da tradição tivesse ainda força suficiente para temperar ou neutralizar o ímpeto "mutacionista" ou "revolucionário", para corrigir, reformular ou assimilar os seu efeitos. Os resultados não são necessariamente tão negativos como por vezes se julga.

Isso significa que não se trata de um mero anacronismo, mas que podemos estar perante a sobrevivência de valores endógenos inscritos no tecido social que a sociologia ou a antropologia devem averiguar. Os trabalhos de antropologia, por exemplo, puseram em destaque "a extraordinária relatividade do conceito de racionalidade, conceito que seria abusivo reduzir ao *homo economicus*" (Boyer 1986).

Karl Polanyi demonstrou que o preço dos melhoramentos é, regra geral, uma profunda modificação social. Mas "se o ritmo a que se efectua a mudança é demasiado rápido, a comunidade está condenada a sucumbir durante o processo. Os Tudors e os primeiros Stuarts salvaram a Inglaterra do destino da Espanha, regulando o curso da mudança de maneira a torná-lo suportável e a canalizar os seus efeitos por vias menos destrutivas" (Polanyi 1983: 111).

No plano teórico seria útil equacionar as problemáticas do desenvolvimento também em relação ao debate mutação-tradição, analisando as respostas, implícitas ou explícitas, formuladas pelos agentes dessa mutação e dessa tradição (opinião pública, governos, partidos, chefes tradicionais, sindicatos, tecnocratas, etc.).

A crítica da mutação não deve implicar a sua recusa, o que seria absurdo. Sem que isso implique uma postura determinista, tudo indica que, a longo prazo, se trata de um processo inelutável, na medida em que está interiorizado pelas elites e até pelas populações (as

comunicações televisivas por satélite têm uma influência crescente). apesar das desconfianças e receios. Mas a curto e médio prazos não aconselha ou não exige necessariamente uma ruptura brutal e traumatizante desprovida de resguardos e contrapartidas. A experiência asiática, nomeadamente a do Japão, demonstra-o (Domenach 1998, Castells 1998).

Por outro lado, a *aculturação* (perda de valores culturais) não deve ser confundida com *transculturização* (mudança de valores culturais).

A primeira evoca um "vazio" e tem uma carga negativa que não é característica da segunda. A sua distinção depende sobretudo de como o movimento é controlado.

Seja como for, não é um fenómeno novo se nos lembrarmos que no século XVII foram os povos da África ocidental, em particular nas zonas da Nigéria e do Senegal, que não só permitiram, mas, quase sempre, favoreceram por todos os meios a fixação dos entrepostos comerciais europeus. Como nos ensina Henri Brunschwig, houve mesmo guerras entre os povos do interior e os povos da costa por não chegarem àqueles as mercadorias do comércio atlântico retidas pelos segundos.

Essa exigência pela mercadoria é também um traço característico das populações angolana e moçambicana (ver Medeiros 1997, Henriques 1997), compreensível porque "a mercadoria é, para além das suas características no uso e na troca, um meio de comunicação, um intermediário entre o emissor e o receptor. Desde os primeiros contactos entre a Europa e a África a mercadoria levou a esta última a mensagem codificada de um universo compreensivelmente fascinante" (Torres 1991d: 49). O interesse pela novidade, que se confunde aqui com *transculturização* e, de certo modo, com "modernidade", sempre foi uma constante na vida africana, como já o demonstrou Alfredo Margarido em vários dos seus importantes ensaios.

Se no século XIX muitos exploradores enviados pelas Sociedades de Geografia da Europa que se embrenharam nos sertões africanos, encontraram por vezes obstáculos, não foi porque as populações lhes fossem *a priori* hostis. Com muita lógica, estas apenas tinham alguma dificuldade em compreender que aqueles pudessem arrostar com tantos perigos e dificuldades por outro motivo que não fosse a da religião ou do comércio. Mas de uma maneira geral pode dizer-se que os exploradores foram bem acolhidos.

Mais significativa foi ainda a recepção, nos séculos XVI e XVII, aos primeiros emissários do rei de Portugal. É conhecido o interesse do rei do Congo em desenvolver esses contactos e pode ver-se nas cartas então trocadas entre os dois soberanos, no envio dos jovens príncipes do Congo para serem educados em Portugal, que se tratava de relações de facto amistosas de igual para igual. A sombra do colonialismo e o cortejo dos seus preconceitos ainda não tinham surgido.

Por outras palavras, o interesse pela novidade, com aquilo que ela contem de "mudança", não é novo. No caso dos exploradores do século XIX a desconfiança dos povos do interior é facilmente explicável como se disse. Obviamente, o seu interesse só se podia manifestar pelo imediatamente inteligível (bens de uso ou de troca) e não por aquilo que era rigorosamente uma abstracção (a pesquisa científica desinteressada), evidentemente paradoxal ou sem sentido no universo cognitivo das culturas locais. Não se trata de "superioridade" de uns parâmetros em relação aos outros, mas de *diferença* dos quadros materiais e, desde logo, conceptuais, servidos naturalmente por critérios e conceitos distintos.

Referindo-se a três textos dos séculos XVII, XVIII e XIX, Ilídio do Amaral observa perspicazmente: o que ressalta é "a variedade e complexidade dos fenómenos de contactos

culturais; ficam bem claros de como abordar o estudo dos variados tipos de aculturação naqueles espaços e tempos respectivos. Mas de nenhum (dos textos) se poderá retirar a ideia de sobrevalorização do impacto de uma cultura activa e superior (da civilização ocidental) sobre as outras mais simples e mais passivas (africanas) tão ao gosto de certas teorias como a do funcionalismo de B. Malinowski, que assim pretendem explicar os contactos culturais entre europeus e africanos. É injusto afirmar que são frágeis os modos de vida africanos e por isso submergidos sob o impacto dos elementos trazidos pelos agentes culturais europeus" (Amaral 1985).

A sociedade dita "tradicional" não é necessariamente tão imobilista nem tão refractária à mudança como se diz³⁰. Instintivamente, receia sobretudo a mutação no curto prazo porque, como em todas as sociedades, os seus efeitos podem ser demasiadamente desestabilizadores, ressentidos obscuramente como uma ameaça à coerência e à própria estrutura do edifício social. L. Mair relembra que E. R. Leach, em *Political Systems of Highland Burma* (1954) onde estudou os Kachins dos planaltos da Birmânia, desencadeou o primeiro ataque feito por um antropólogo, usando os seus próprios dados etnográficos, à teoria de que as sociedades tradicionais estariam sempre numa condição estática (Mair 1979: 256).

Karl Polanyi em *Trade and Markets in the Early Empires* demonstrou que as actividades não aparentemente económicas das sociedades tradicionais podem dar guarida a dinâmicas insuspeitas: "O facto de numerosas actividades serem organizadas por intermédio de estruturas não mercantis, esconde não somente as contribuições dessas actividades à economia real, nos casos em que esta é considerada na perspectiva de um sistema de mercado, mas negligencia também o significado dessas actividades em relação às outras esferas institucionais" (Polanyi 1975: 274).

É o caso das actividades de reciprocidade através das relações de parentesco que constituem uma reafirmação dessas ligações. Figueiredo e Costa notam igualmente que as relações de valores tradicionais podem não ser incompatíveis com as formas económicas e políticas modernas, como pensam certos autores da teoria da modernização (Figueiredo e Costa 1986: 40).

Esses elementos raramente foram tidos em conta pelos governos africanos da actualidade. Muitos deles, ao darem exemplo de uma desastrosa "febre de mutação" originaram

³⁰ Um melhor conhecimento da história antiga africana evitaria muitos dos equívocos nesta matéria. O *Império do Mali*, por exemplo, fundado em 1235 por Sundiata Keita, possuía uma organização notável. No plano económico, ao lado do impulso que deu ao comércio já então muito activo nos seus Estados, Sundiata Keita preocupou-se com a agricultura onde foram introduzidas, além do algodão, novas sementeiras e formas de criação de gado, facilitando igualmente a instalação em Niani de artesãos, especialmente tecelões. No século XIV os seus sucessores levaram o Império ao apogeu, especialmente durante o reinado de Mansa Kango Moussa (1307-1332), onde foram estabelecidas relações permanentes com os príncipes da África do Norte e do Egipto. Observações similares poderiam ser feitas acerca do *Império do Gana*, no século XI. As ruínas de Koumbi estudadas depois da 2ª guerra mundial comprovaram que o Império do Gana atingiu um grau de civilização urbana e agrícola relevante. Mais a sul, os *Estados Bantus* desempenharam por seu turno um papel fundamental na história africana, como o *Reino do Congo* do século XIII ao século XV e o *Reino de Monomotapa* na região do Zambeze que nos séculos XIII-XIV participou numa rede de relações comerciais que se estendia até ao Extremo Oriente. (Ver Adiko et Clérici 1963; Maquet 1970; Iliffe 1997).

custos económicos e sociais sem contrapartida que, em inúmeros casos, foram bem mais nocivos do que os efeitos da (real ou suposta) "resistência" da tradição, perigo para o qual já K. Polanyi alertava nos anos 40.

É certo que o problema é complexo, o que agrava as dificuldades de as estruturas oficiais apreenderem uma realidade que não raro lhes escapa, conduzindo-as a decisões desajustadas, geradoras de hiatos e conflitos.

Consideremos por exemplo certas experiências de planeamento em África.

A planificação, definida como um esforço voluntarista para enquadrar e racionalizar a mudança, na sua acepção de "*planificação indicativa*", pode ser um instrumento útil se utilizado com pragmatismo e flexibilidade, ou seja de modo que poderemos classificar como democrático. Mas mesmo nessas condições o seu manuseamento deve ser prudente (Barratt 1974: 419; Lewis 1967, 1968; Engelhard 1998) para não confundir "mudança" com "mutação" como aconteceu nas décadas de 60 e 70. De facto, uma das razões dos resultados decepcionantes das políticas económicas (distintas das *teorias económicas*) em África parece residir na ilusão voluntarista que caracterizou a filosofia do planeamento e, de uma maneira geral, as políticas económicas postas em práticas. Onde seria indispensável introduzir formas cautelosas de transição para a mudança (o Plano pode ser uma forma adequada de o realizar, se nos lembrarmos da experiência francesa desde a 2ª guerra mundial) adoptaram-se quase sempre de cima para baixo e de modo não participativo, directrizes que pretendiam impor, em nome do "progresso", mutações aceleradas e sem apelo. Estas medidas tiveram maior expressão nos regimes de inspiração marxista. Mas na prática não tiveram efeitos positivos significativos. Foram mesmo profundamente desestabilizadoras (desaparecimento do investimento estrangeiro, por exemplo) como é hoje claro.

Há um quarto de século Sir Arthur Lewis prevenia que o sucesso da planificação repousa sobretudo "numa política sensata e numa administração sólida" (Lewis 1968) e Gaston Leduc comentava que "mais valia passar sem 'plano' do que pretender aplicar uma mecânica de intervenção inconsistente e mal dominada".

Perante os insucessos, a Universidade das Nações Unidas lançou, a partir de 1983, um estudo dirigido por Miguel Urrutia e S. Yukawa sobre as condições políticas e sociais a preencher para conseguir planos mais racionais e adequados às condições dos países em desenvolvimento³¹.

Os autores notam que a adaptação do planeamento centralizado partiu em muitos casos do pressuposto errado segundo o qual os métodos de planeamento dos países da Europa (especialmente dos antigos países socialistas) poderiam ser adoptados, sem outra forma de processo, nos países em desenvolvimento do Sul.

Ora enquanto nos primeiros se tinha como objectivo, sobretudo no pós-guerra, a *reconstrução*, nos segundos tratava-se essencialmente da *construção* de uma indústria e de uma agricultura modernas praticamente a partir do nada, pelo menos na maior parte dos países africanos.

Nos anos 60, aquando das independências, considerava-se que os vastos planos macroeconómicos poderiam conduzir a um crescimento rápido, uma vez que, nessa perspectiva, se entendia que só profundas transformações estruturais permitiriam a modernização dos países.

³¹ Cf. revista *Travaux en Cours* (Tóquio), vol. 10, nº 2, Maio de 1987

Os planos ambiciosos dessa fase propunham: aceleração da industrialização em sociedades essencialmente agrícolas, reforma do sistema fundiário, aumento da propensão à poupança, tributação das classes sociais mais favorecidas, fixação de baixos preços ao produtor agrícola para embaratecer o custo da mão-de-obra empregada no sector industrial e favorecer a criação de excedentes nos meios urbanos, etc.

Muitos projectos comprovaram ser ruinosos ou ineficazes (é vasto o trágico anedotário sobre os "elefantes brancos" ou "catedrais na areia"). A experiência de finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 também esteve longe de ser vantajosa para os países em desenvolvimento. Os bancos comerciais internacionais, depois do primeiro "choque petrolífero" consentiram aos governos importantes empréstimos - petrodólares - sem, frequentemente, os obrigar a apresentar projectos acompanhados de estudos de viabilidade económica. As grandes entradas de capitais, a curto e a médio prazos, foram utilizadas em importações de consumo ou, na melhor das hipóteses, em investimentos de longo prazo de rentabilidade duvidosa gerando graves crises de endividamento.

A pouco e pouco registou-se um abandono dos planos de longo prazo em benefício de planos de curto prazo com objectivos sectoriais.

Por outro lado o planeamento pretendeu, com base em dados estatísticos pouco fiáveis, construir uma forma racionalizadora na qual se iria moldar o sistema social que lhe era exterior. Nesse sentido a racionalização não pretende ser, para utilizar as palavras de G. Gosselin, "a simples transformação da natureza mas a transformação dos meios de transformação" (Gosselin 1970). Ao assumir de um modo positivista a aparência como um dado, sem dispor previamente de uma filosofia que permitisse ordenar prioridades ancoradas num conhecimento profundo das mentalidades, dos usos e costumes, e separasse, de uma maneira pragmática, a retórica do possível, muitos governos desacreditaram inutilmente uma metodologia que, numa África carente de empresários modernos e de quadros, teria todo o sentido se mais frequentemente tivesse sido aplicado o "modelo participativo" a que se refere Serge Michailof (Michailof 1984: 70).

Este caracteriza-se "por uma vontade de desenvolvimento de órgãos de concepção, de discussão e de decisão na base, uma vontade de estimular a vida associativa num contexto de participação democrática onde o acento é posto, em prioridade, na resolução dos problemas locais", em contraposição ao "modelo tecnocrático" que corresponde à "fixação de objectivos essencialmente produtivistas (...) no quadro de esquemas concebidos a um nível muito centralizado, não podendo ser discutidos nem postos em causa na base" (Michailof 1984).

E o mesmo autor acrescenta que "a não coincidência sistemática dos regimes revolucionários com os modelos participativos constitui (...) um dos grandes dramas do século XX e uma das grandes causas da pobreza rural".

A obsessão pela centralização autoritárias tem raízes profundas que mergulham directamente na experiência de planificação da ex-União Soviética a qual, na euforia dos anos 60-70, exerceu forte influência nas nações do Terceiro Mundo. Mas já então Jean-Paul Sartre denunciava na *Critique de la Raison Dialectique* os pressupostos teóricos e o uso que deles era feito: "A separação da teoria e da prática teve como resultado transformar esta num empirismo sem princípios, aquela num saber puro e petrificado. Por outro lado, a planificação imposta por uma burocracia que não queria reconhecer os seus erros, transformava-se desde logo numa violência feita à realidade e, uma vez que se determinava a produção futura de uma nação nos

gabinetes, muitas vezes fora do seu território, essa violência tinha como contrapartida um idealismo absoluto: submetiam-se *a priori* os homens e as coisas às ideias; a experiência, quando não correspondia às previsões, só podia estar errada" (Sartre 1961: 25).

Embora em África este capítulo da ideologia não tivesse assumida das trágicas dimensões dos países do leste europeu, também aqui em vez de se adaptar a teoria à realidade, se encaixou - às vezes brutalmente - a realidade na teoria, por assim dizer.

As técnicas utilizadas eram insuficientes perante a natureza dos fenómenos, a informação estatística escassa e os planos consistiram em catálogos de projectos mal avaliados em termos de custos directos e indirectos para os quais os financiamentos eram aleatórios.

P. Jacquemot e M. Raffinot (1985: 357) observam que a ausência de mecanismos institucionais capazes de coordenar a ligação entre a gestão financeira a curto prazo e as políticas de investimento a mais longo prazo, estiveram igualmente na origem dos males que afligem os casos de planificação em África e suas consequências para o desenvolvimento.

Essas experiências "laboratoriais" realizaram-se independentemente do sistema político vigente, mas tomaram proporções catastróficas - pelos sofrimentos que infligiram às populações - especialmente em certos regimes.

Nos últimos anos a tendência para o abandono de qualquer forma de planeamento em nome de uma extroversão de tipo neoliberal, corresponde à reacção perante os insucessos passados e à exigência de uma maior e mais rápida inserção das economias africanas no sistema mundial. O fenómeno é compreensível e em grande medida necessário se os países do Sul quiserem aceder a uma modernidade integrada no espaço mundializado dos mercados, onde as velhas "vantagens comparativas" ricardianas determinadas pelos custos, estão a ceder o passo às "vantagens competitivas" onde dominam a qualidade e as tecnologias de ponta³². Mesmo se a demonstração empírica destas últimas oferece de facto algumas dificuldades e suscita eventuais perplexidades, tudo indica que a hipótese tem fundamentos que a observação parece confirmar.

Note-se, entre parênteses, que se levanta aqui um problema metodológico que é de saber se estamos ou não perante um caso de *falsificacionismo ingénuo* (tal como ele é discutido por Popper e Lakatos). A esse propósito e referindo-se especificamente ao campo da economia, Roger Backhouse chamou igualmente a atenção sobre esse problema lembrando que a "retórica oficial" da economia (a que é ensinada em manuais elementares, por exemplo) enfatiza a confrontação entre as teorias e os dados empíricos, rejeitando as teorias quando não têm correspondência nos resultados empíricos disponíveis, caindo desde logo num falsificacionismo ingénuo porque "baseado na crença de que as boas teorias são falsificáveis" (cf. Backhouse 1994: 223). Com efeito é preciso distinguir entre "*falsificacionismo ingénuo*" e "*falsificacionismo sofisticado*" ou "*metodológico*" na terminologia (nem sempre unívoca) de I. Lakatos. Para o falsificacionismo ingénuo uma teoria é falsificada por um enunciado de observação (dado empírico, por exemplo) que entra em conflito com ela. Para o falsificacionismo metodológico uma teoria é falsificada se e somente se for proposta uma outra teoria que tenha um suplemento de conteúdo empírico em relação à primeira, capaz, portanto, de predizer factos inéditos; que integre todo o conteúdo não rejeitado pela anterior teoria; que

³² Porter 1993: 21. Ver as reservas formuladas sobre essa teoria por Gregory K. Ingram, em crítica publicada na revista *Finanças & Desenvolvimento* (Washington), FMI, Setembro 1991: 50 (foi o Prof. F. Pereira de Moura que chamou a minha atenção para o texto de Ingram).

veja corroborada uma parte do seu conteúdo suplementar. Não me atardarei mais sobre este ponto. Sublinho apenas que me parece que a *cientificidade* de uma teoria não releva automaticamente da sua confirmação empírica (ou, pela inversa, do facto de poder ser falsificável ou refutável na prática). Esse é sem dúvida um elemento importante, mas, contrariamente ao que muitos supõem, constitui apenas uma parte do problema se nos situarmos no plano científico (referente à verdade de uma teoria)...

Tudo leva a crer que às falsas expectativas de mutação introvertida dos anos 60-70 possa estar a suceder, se não forem tomadas medidas compensatórias, a ilusão de uma nova ortodoxia extrovertida, portadora de desafios, é certo, mas que nem por isso sugere uma transição credível para o desenvolvimento, com tudo o que este envolve para os biliões de seres humanos que povoam o Sul.

Por outras palavras, não se vê *a priori* razão para contestar, como o fazem muitos neoclássicos, a possibilidade de pôr em prática formas de regulação abrangentes ou sectoriais, que esboçam metas de orientação desempenhando o papel de "amortecedor" social.

Mesmo nos países desenvolvidos como os EUA, dos anos 80 das eras Reagan e Bush até à eleição do Presidente Bill Clinton, as palavras de ordem de *desregulamentação* e de *desintervenção* do Estado sempre coexistiram com intervenções na vida económica. São exemplos entre muitos outros a operação de salvação do banco Continental Illinois, as intervenções directas nos conflitos de trabalho (como o fim da greve dos controladores aéreos), os programas de defesa, as diversas formas de actuação do Estado na área cambial, etc. (ver Boyer 1986).

Se é hoje certo que as economias planificadas se afundaram completamente, também está à vista que o liberalismo neoclássico resultou em excessos frequentemente intoleráveis. Apesar de tudo, o modelo misto da França, se bem que nem sempre bem aproveitado, deu melhores resultados, como o demonstrou o influente empresário francês, Serge Tchuruk (1993).

Sem dúvida que as circunstâncias estão a mudar de forma acelerada, nomeadamente na Europa.

Por um lado alterou-se a natureza do Estado com o princípio da transferência de soberania em favor da União Europeia, ao mesmo tempo que, a nível nacional, há crescente delegação de poderes em favor das colectividades locais.

Por outro lado, a empresa pública é um agente que parece ultrapassado ou pelo menos cuja acção é muito mais circunscrita do que há apenas uma década. A ideia de "nacionalização" tornou-se obsoleta no vocabulário económico eurocrata e a figura do Estado ao mesmo tempo gestor e proprietário vai sendo banida dos programas políticos dos governos no poder, de partidos e até de sindicatos.

Porém, isso não significa que seja imperativo "pôr em causa a legitimidade do Estado em participar no concerto industrial. Basta substituir as acções coercivas de ontem novos modos de acção que se apoiem numa verdadeira reflexão estratégica e mais apropriada a uma economia definitivamente mundial, aberta e liberal. Dito de outro modo, o Estado deve dar os meios de escolher e de reflectir nas escolhas dos seus meios. Às suas missões tradicionais de independência, segurança e justiça, devem acrescentar-se novas responsabilidades nos domínios da educação, protecção social e emprego. As escolhas industriais devem estar interligadas com essas prioridades no respeito dos grandes equilíbrios dos preços, do orçamento e da balança de

pagamentos" (Tchuruk 1993).

Por isso no difícil jogo de conciliação entre a competitividade individual e os interesses globais do país, a arbitragem continuará a ser decisiva. O dogma neo-liberal segundo o qual bastará deixar rédea solta à livre concorrência para aumentar quase exponencialmente a eficácia económica, é pouco mais do que um mito. Do mesmo modo que uma empresa bem gerida não pode dispensar a reflexão estratégica e a planificação concertada de objectivos e meios, também o Estado moderno dificilmente passará sem meios de regulação.

O Estado tem ainda um papel a desempenhar como contra-poder e contra-peso num mundo económico que se prevê vir a ser cada vez mais liberal, nomeadamente na acção industrial. Tudo leva a crer que é possível atingir-se um meio termo "otimizado" entre o monopólio e a concorrência atomística, decorrendo daí uma nova política industrial do Estado, especialmente nos sectores de ponta. Esta deve obviamente ser aceitável para as indústrias privadas, suportável para os contribuintes e tranquilizadora para os cidadãos. Mais do que o sentido de poder, seria o sentido de serviço que definiria a função primordial do Estado. O princípio adequa-se especialmente aos países desenvolvidos da União Europeia em gestação, mas é igualmente válido para os países em desenvolvimento do Sul.

Em resumo, seria ilusório negar que o Estado tem um papel central a desempenhar nas múltiplas formas pelas quais se expressa o poder político, o que é tanto mais importante que é a este que se deve subordinar o poder económico. Sem dúvida que não deve ser o actor único da regulação, mas pode agir como agente de compromissos nas várias instâncias e níveis da colectividade, perspectiva geralmente pouco aproveitada nos países africanos. O avolumar das interdependências induz um "descentramento do papel dos Estados" (Michalet), não ao desaparecimento ou a uma regressão deste.

Na última década do século XX o Estado surge menos como um actor único e privilegiado do que como uma espécie de *confluência*, ponto de encontro de procuras internas e de pressões dos outros estados, face às incertezas e às dificuldades crescentes. A intervenção pública viu a sua acção enfraquecer nos anos 70-80.

Mas daqui não se pode concluir que estamos perante um declínio irresistível do Estado.

Quer seja descentralizado e regionalizado, segundo a expressão de Delalande, ou engrandecido e confederado a outros estados, ele continuará a sofrer transformações e a ser portador de projectos. Estes não emanarão apenas dos "grupos historicamente dominantes" (Delalande 1984). Pelo contrário, se a globalização da informação se confirmar num contexto democrático - condição *sine qua non* - os projectos resultarão de fluxos verticais (opinião pública, grupos) e horizontais (espaços nacionais, regionais, intercontinentais) de consensos e reivindicações.

As análises clássica e marxista do Estado ajustam-se mal às condições em que os países se inserem agora no contexto internacional.

A primeira porque não podia prever as várias formas de mundialização que dissolvem a fronteira numa teia onde se distingue com cada vez mais dificuldade o nacional do regional ou do internacional.

A segunda porque não via no Estado senão a "super-estrutura" da acumulação capitalista que esvaziava o Estado de todo o seu conteúdo próprio. "Na verdade o seu papel, natureza e organização constituem uma problemática aberta, porque o Estado está situado numa zona de

incerteza crítica, entre os processos de concorrência, de acumulação e de regulação pública" (Stoleru 1987, Bartoli 1991).

Numa entrevista dada à revista *L'Express*, o Professor Pierre Bourdieu dizia, sobre o papel do Estado, que "não nos poderemos contentar dessa espécie de Estado *mínimo* cuja acção se limitaria à protecção dos direitos naturais dos indivíduos. Nem da ética que substitui as virtudes públicas pelos interesses privados dos indivíduos isolados. A república ideal, segundo Maquiavel, é o regime no qual os cidadãos têm interesse na virtude. Poderia igualmente citar Kant, invocado tão frequentemente por aqueles que se situam no campo oposto do realismo "sociológico" de Maquiavel, quando este dizia em substância, no *Projecto de Paz Perpétua*, que é preciso organizar os interesses egoístas de tal maneira que se contrabalancem mutuamente nos seus efeitos devastadores, e que um homem, mesmo quando não é um homem bom, seja forçado a ser um bom cidadão".

Quais os exemplos que se aproximam desse ideal? Bourdieu responde: "Os universos científicos. Aí, se quiserem triunfar, os indivíduos animados, como toda a gente, por impulsos, paixões e interesses, devem fazê-lo dentro de normas. Não podem matar o seu rival ou derrubá-lo a soco. Devem opor-lhe uma refutação conforme o regime de verdade em vigor. O objectivo seria de instituir no universo burocrático, no universo político, regulações desse tipo, capazes de infringir uma sanção imediata, automática, àqueles que transgridam as regras. Os jornalistas têm um papel capital a desempenhar, que vai muito para além da denúncia de "escândalos". Do mesmo modo os intelectuais, e mais particularmente os investigadores em ciências sociais. Com a condição, bem entendido, que uns e outros sejam eles próprios submetidos a controlos cruzados; com a condição que o recurso a certos processos como a difamação ou a degradação de outrem, tão frequente na crítica, valha àquele que a utiliza ficar imediatamente desconsiderado. Uma simples deontologia não basta, como julgam as "Comissões de Ética". Falta inventar mecanismos que possam impor-se com um rigor análogo ao da ordem natural".

Quanto à função do Estado, "só é possível defini-la recusando a alternativa vulgar do liberalismo e do socialismo, dualismos funestos que bloqueiam o pensamento. Os dois sistemas, pelo menos na sua definição estrita e radical, têm em comum reduzir a complexidade do mundo social à sua dimensão económica. Basta pensar nos custos sociais e, em última análise, económicos, das políticas inspiradas pela consideração exclusiva da produtividade e do lucro económico: mede-se deste modo a mutilação mortal que o economismo infringe a uma definição completa e completamente humana das práticas. O preço do desemprego, da miséria, da exploração, da exclusão, da desumanização paga-se em sofrimento, mas também em violência, que pode ser dirigida contra os outros e também contra si próprio (...). (Creio que) se os nossos tecnocratas adquirissem o hábito de fazer entrar o sofrimento, sob todas as suas formas, com todas as suas consequências, económicas ou não, nas contas da nação, descobririam que as economias que eles julgam realizar são muitas vezes péssimos cálculos" (Bourdieu 1993).

De uma maneira geral, os modos de regulação, quer dizer os conjuntos de processos e comportamentos individuais e colectivos, podem assegurar a manutenção de relações económicas e sociais fundamentais, pela conjugação das formas institucionais com os ajustamentos macroeconómicos da mudança, ao mesmo tempo que sustentam a dinâmica de decisões descentralizadas que mobilizem a participação dos agentes.

Certos movimentos de contestação comuns à juventude das sociedades ocidentais, ou determinados modos de vida de comunidades mais ou menos "marginais", mostraram, segundo

G. Canguilhem, a necessidade de reencontrar - num regresso ao arcaísmo e por uma revolução da nostalgia - "a regulação perdida das velhas máquinas sociais".

Tais movimentos, complexos nos pressupostos e frequentemente confusos nas suas metas, não necessitam bem evidentemente de serem tomados à letra como propostas credíveis de sociedade, mas não deixam de constituir sintomas de que a "desregulação" e a sua pretendida alternativa teórica que é a "auto-regulação" são insuficientes para resolver ou explicar a natureza das discontinuidades.

A regulação é um conceito normativo e cibernético, apto a fornecer referências para a acção, a ajustar a pluralidade dos movimentos e dos seus efeitos e a assegurar tanto quanto possível a interacção entre elementos instáveis. Mas essa normatividade deve estar desprovida de pretensões teleológicas, na medida em que a sociedade é um projecto de tentativas em curso, sempre inacabadas, que se revêem a cada passo na crítica que as reflecte.

É, em parte, por esse motivo que é razoável evitar que a lógica da privatização (do que pode ou deve ser privatizável) seja confundida com uma espécie de *integrismo* da desresponsabilização do Estado, cujos elementos psicológicos e ideológicos trazem à lembrança as palavras de Albert Hirschman: "Porque é que as empresas públicas, quando provocaram a decepção, são tão frequentemente abandonadas *completamente* em favor da (...) irresistível preocupação pelos negócios privados? Há aqui (...) uma verdadeira assimetria, porque semelhante preocupação pelos negócios públicos em prejuízo da vida privada não se encontra por assim dizer nunca e pode mesmo ser considerada como uma impossibilidade psicológica. Segundo o raciocínio económico (...) a decepção em relação a um produto ou uma actividade, deveria conduzir a uma nova repartição das despesas: no período seguinte, menos dinheiro seria consagrado a esse produto ou menos tempo a essa actividade. Mas porque é que deveriam ser praticamente abandonados? Nas condições de vida moderna (precisão importante) o gosto dos assuntos públicos parece sujeito a uma espécie particular de instabilidade de que falta compreender a natureza. Aos ajustamentos marginais característicos dos processos económicos deverão, para isso, vir juntar-se um certo número de mecanismos institucionais, ideológicos, psicológicos, que expliquem a rapidez e a radicalidade da transformação do público em privado" (Hirschman 1983: 208).

Referindo-nos de maneira mais específica à problemática da planificação, parece claro que se um plano (indicativo) a longo prazo permite ajudar a definir a imagem que a sociedade tem do seu futuro, planos de curto prazo, globais ou sectoriais, são igualmente úteis para preservar a coerência da tomada de decisões económicas e sociais. Parafraseando Pierre Massé, a lógica da pesquisa prospectiva é de inverter a marcha tradicional e partir da exploração do futuro - não de um futuro deduzido, mas de uma pluralidade de futuros imaginados (Massé 1965).

A acção voluntarista da racionalização - seja qual for a forma adoptada - será suficiente para submergir a tradição, que tantos querem combater antes de a haver compreendido e procurado aproveitar as suas eventuais potencialidades?

François Perroux adverte que "nem um só dos conceitos fundamentais da economia é válido até ao fim se se abalar os seus fundamentos culturais" (Perroux 1981: 219).

Mergulhar acriticamente a ordem social da tradição na ordem social da mudança, sem essa compreensão prévia, na ausência de parâmetros definidos e sem uma filosofia enraizada na cultura local, não pode senão agravar os custos sociais de uma já de si penosa batalha pelo desenvolvimento.

D. Seers, no seu livro *The Crisis of Planning* (1972) tem uma opinião próxima: "Não é na realidade que os 'maus' modelos são utilizados; o que acontece é que qualquer modelo 'puramente económico' - e é necessário interpretar o adjectivo 'económico' no sentido clássico do termo - deve ter uma utilização muito limitada".

Espinosa dizia que "todo o ser tende a manter-se no seu ser". Do mesmo modo, a tradição não pode ser definida simplesmente como um conjunto de "estruturas" que se podem substituir mecanicamente. Ela tende naturalmente a preservar a sua identidade no *statu quo*, a manter-se *no seu ser*. Para aqueles que querem garantir, por uma via democrática, o progresso cultural e económico, todo o problema consiste em garantir às nações e, mais ainda, às micro-nações, que é possível salvaguardar o essencial dessa identidade na mudança, ainda que sob novas formas.

Refira-se a este propósito que há aqui também uma difícil questão que os governos não conseguiram solucionar (senão escamoteando-a): como construir a unidade nacional, a Nação, na diversidade das micro-nações e, pergunta mais difícil ainda, no respeito dessa diversidade?

Até há poucos anos havia quem imaginasse que uma tal questão se dirigia unicamente aos países africanos, com as suas micro-nações expressas nas divisões étnicas e, dentro destas, nas subdivisões tribais. Os acontecimentos na ex-Jugoslávia e na Rússia vieram dar um desmentido terrível a essa ilusão, não estando excluído que o mesmo fenómeno se repita noutros territórios europeus, inclusivamente dentro da União Europeia. A divisão já consumada da ex-Cecoslováquia, as ameaças que pairam sobre a Bélgica, as perturbações na Itália, entre outros casos latentes, são motivos de preocupação para o futuro da própria Comunidade Europeia.

Voltando ainda ao problema da conjugação entre a *tradição* e a *mudança*, fora da Europa e da África, o Japão é um exemplo dessa conciliação em termos de desenvolvimento, sem que a primeira tenha sido brutalmente destruída e a segunda impossibilitada.

Não há dúvida que as circunstâncias em que o Japão se abriu à influência do sistema mundial são muito diferentes das condições africanas, como diferentes são a sua história e cultura. Mas não é motivo para que esse exemplo não seja meditado e, onde for possível, constitua fonte de inspiração (ver o importante Janeira 1970).

Na Conferência de Dakar de Janeiro de 1993, um dos intervenientes não deixou de o lembrar:

"O Japão e os dragões do Sudeste asiático, que nos espantam hoje com os seus progressos fulgurantes, conseguiram esse resultado antes de mais porque permaneceram eles próprios, ou seja essencialmente ligados às raízes das suas culturas e fieis à sua história e tradições".

Não foi nesse sentido que muitas vezes a "tradição" foi respeitada em África. Um jovem autora africana dos Camarões, Axel Kabou, sublinha que, no capítulo do desenvolvimento manufactureiro, nada foi feito desde as independências para "modernizar as (...) técnicas tradicionais de tecelagem" às quais a África "deve contudo verdadeiras obras-primas" (Kabou 1991: 112), o que contrasta mais uma vez com o procedimento asiático e aponta em grande medida para a responsabilidade dos decisores políticos, tanto mais que os capitais exigidos não seriam de modo algum excessivos numa primeira fase.

É tarefa dos intelectuais e políticos recuperar criativamente os valores que são próprios às nações, fazendo-os convergir, junto da sua opinião pública, com as transições e mudanças que

abrem horizontes de uma modernidade incontornável. Mas, como Axel Kabou também sublinha com paixão e áspera severidade, a maioria falhou essa missão essencial para os povos africanos. E, o que é ainda mais trágico, poucos reconhecem essa responsabilidade própria quase quarenta anos depois das independências...

Saídas do labirinto

O pessimismo é hoje em dia a característica mais frequente dos estudos sobre a situação económica, social e política em África.

A dificuldade da situação é geradora de desânimos, frustrações e revoltas que atingem, em particular, as jovens gerações que não dispõem de formação profissional nem vislumbram portas de saída para o futuro.

Isto gera um pernicioso "*afro pessimismo*" que alastra por todo o continente, com tanto maior gravidade que são, frequentemente, os próprios intelectuais africanos a sustentá-lo.

Mas essa visão unidimensional e simplista equaciona apenas uma estreita dimensão conjuntural, pouca significativa na *história longa*. Ela tende a escamotear que, nas últimas décadas e à margem dos regimes, contra as maiores vicissitudes, tem crescido nas últimas décadas o número de talentos individuais em todas as áreas do conhecimento, confirmando, se necessário fosse, que a África dispõe das mesmas capacidades criativas que qualquer outra região do globo.

O que mostra que o desespero do afropessimismo e as ambiguidades de filosofias de *recusa* ou de pretensa *autenticidade*, explicam pouco e não oferecem nenhuma alternativa para o futuro.

Sobre este pano de fundo de que resulta finalmente uma amarga crise de identidade em muitas regiões africanas nos nossos dias, vale a pena fazer aqui um breve parêntese e tecer algumas rápidas considerações, se queremos compreender, para além das aparências e do descritivo, onde conduzem pontas soltas do emaranhado societal.

Digamos para abreviar que, no horizonte temporal que é o nosso, a *incerteza* é factor estimulante de desafio e criatividade, nada tendo a ver com um pretenso "*fim da história*" em que alguns se comprazem ainda.

É nesse âmbito que a questão da "incerteza" - nuclear na obra de Karl Popper, relembra-se uma vez mais - é ainda mal compreendida por muitos no plano científico.

A "verdade científica" não é apenas o que nos dizem as estatísticas, nem a solução dos problemas reside tão somente numa "prática" ou em soluções ditas "realistas" a partir das quais alguns - empresários ou políticos apressados - expressam publicamente o seu desprezo pela "teoria" e pelos "teóricos" em benefício exclusivo de uma "experiência" empírica como único princípio orientador do conhecimento.

Passando sobre o facto de que a "*anti-teoria*" é uma forma (perversa ou ingénua) de "*teoria*", este hiperempirismo esquece que não há ciência sem teoria, que toda a observação pressupõe conjecturas ou postulados que lhe dão sentido, e que o problema não é fazer uma pretensa escolha entre "teoria" e "prática", mas - para encurtar o raciocínio - articular metodologicamente ambas. Como escreve Roger E. Backhouse, "a ideia de que as teorias

podem decorrer directamente dos dados empíricos (indução ingénuas) é insustentável. Os dados não podem ser coligidos sem algum princípio orientador, e quando os analisamos somos forçados a seleccionar" (...) mas "é igualmente difícil defender hoje a noção de que a evidência empírica é irrelevante, de que as teorias económicas nunca precisam ser testadas" (Backhouse 1994: 222).

Poder-se-ia levar o debate ainda mais longe, substituir o conceito pouco satisfatório de "prática" pelo conceito de "real", e lembrar, com Gilles-Gaston Granger, que "uma representação do *real* segundo os objectivos e os métodos da ciência não pretende nem pode substituir o *vivido*".

Por outras palavras, aquilo que os "práticos" consideram a "verdade prática" (no sentido que nada deve à teoria), razão primeira e última do "saber verdadeiro" não passa, no plano estritamente científico, de uma *representação* (teórica) dessa mesma prática vivida. Isto aplica-se à percepção que muitos têm da função da economia em geral e da crise africana em particular.

Por esse motivo a solução económica e "empresarial" às equações africanas, sendo relevante em vários aspectos, é no entanto largamente insuficiente tanto para responder aos desafios que se colocam no continente como para compreender as causas e circunstâncias que os determinam e, desde logo, contribuir para a sua solução efectiva.

É em grande parte por isso que a cooperação europeia com África esbarra em obstáculos inesperados, que a diplomacia europeia navega em círculos, e que a visão governamental africana da sua relação com o mundo se atola num lodaçal de dicotomias e de preconceitos...



Voltando ao assunto que vimos tratando, é conveniente não perder de vista, apesar de tudo, que as independências africanas têm pouco mais do que três dezenas de anos (não três séculos), e que na década de 60 e mesmo parte da década de 70, os novos países africanos conheceram um fase de realizações e de relativa prosperidade que desmentem o fatalismo *historicista* dos que, partindo de axiomas inabaláveis, olham apenas para aspectos isolados do momento presente.

Não quer de modo algum dizer que, em contrapartida, o optimismo beato seja uma solução. Pelo contrário, essa complacência deve ser vigorosamente combatida, explicando sem concessões as causas, internas e externas, da crise e procurando respostas pragmáticas dentro de estratégias ambiciosas. Com o homem como centro de gravidade numa dinâmica sempre renovada de mudança. Se as abordagens parcelares se mostram frequentemente de alcance limitado é porque a crescente *complexidade* do mundo actual exige abordagens sistémicas multidisciplinares e sobretudo interdisciplinares, cuja elaboração apresenta imensas dificuldades conceptuais e empíricas³³.

³³ Por exemplo a transposição de modelos de desenvolvimento concebidos no Norte para resolver os problemas do Sul quando se pretende adaptá-los a uma realidade diferente que, necessariamente, terá que

O realismo exige - ao nível preliminar do diagnóstico - que sejam equacionadas as causas deste estado de coisas. Ele é ainda necessário na busca de soluções radicalmente novas para lá das contingências conjunturais.

Na explicação da crise, se é verdade que as responsabilidades dos governos africanos existem, também não pode ser ignorado o impacto dos factores exógenos ou internacionais.

Se começarmos por estes últimos, quer dizer pelo contexto mundial que influencia hoje a actividade dos países africanos, basta lembrar que estudos recentes, inclusive análises econométricas, mostram que os factores externos desempenharam um papel decisivo na crise africana dos anos 80 (Tarp 1993: 19, Wheeler 1984) e que esses parâmetros continuam omnipresentes na segunda metade dos anos 90.

As perdas para os países africanos resultantes de factores externos aumentaram regularmente, de 1,3 % do PIB em 1980 a 9,6 % do PIB em 1987. Se, durante os anos 80, os termos de troca tivessem permanecido inalterados e as taxas de juro se mantivessem ao nível anterior, a África Subsaariana (ASS) teria, *ceteris paribus*, conseguido um considerável excedente na balança das transacções correntes de 1984 em diante (Tarp 1993: 23).

É certo que as transferências financeiras líquidas agregadas foram positivas no período 1980-87 e continuam a desempenhar um papel importante na ASS. Porém, as perdas devidas às taxas de juro e à deterioração dos termos de troca consomem, segundo os casos, de 25 a 90 por cento dessas transferências.

Por outro lado, as perdas devidas a esses dois factores externos vão de cerca de 21 % do défice fiscal em 1980 a um nível superior ao défice total em 1987. Vários autores chegaram aos mesmos resultados³⁴, parecendo hoje cada vez mais difícil evitar a conclusão de que os factores externos desempenharam um papel de relevo, por vezes decisivo, na crise económica africana. Como escreve Finn Tarp, "o que sobressai claramente da experiência dos anos 80 é que sejam quais forem os efeitos positivos que as reformas económicas tenham tido, eles foram completamente submergidos pelo contexto internacional negativo" (Tarp 1993: 19).

Bem entendido, inúmeros factores internos tiveram igualmente um papel considerável na situação actual. As estratégias da industrialização - aconselhadas em muitos casos por peritos do Norte cuja responsabilidade não deveria ser escamoteada, diga-se de passagem - levadas a cabo desde os anos 60 revelaram-se negativas.

A estratégia de *substituição de importações* foi tomada por um fim em si mesmo (ignorando a mundialização crescente da economia internacional) em vez de ter sido considerada uma simples etapa de transição - no contexto nacional e, em seguida regional - para uma política de promoção de exportações (o exemplo da Coreia do Sul não foi então suficientemente meditado).

A estratégia de *promoção de exportações* foi estrangulada prematuramente pela visão por vezes "ideológica" dos referidos peritos e só hoje emerge, com grave atraso, em condições mais desfavoráveis para os países que procuram implementá-las apressadamente.

ser concebida numa perspectiva *autocentrada* se se pretende que o desenvolvimento seja real nos países recipiendários. As concepções ingénuas do *tecnicismo*, há muito ultrapassadas, continuam porém a assolar as universidades europeias e as instâncias governativas africanas...

³⁴ V. Singer 1993, 1994. Ou ainda: Wheeler 1984, Svedberg 1991, Ndulu 1990 e Brunel 1995. Entre os portugueses, Nunes 1989, Moura em vários textos.

Enfim, a estratégia das *indústrias industrializantes* não cumpriu os seus objectivos e revelou-se um sorvedouro financeiro, como a experiência da Argélia o demonstrou.

A excessiva concentração de recursos em projectos de industrialização levou por sua vez a um quase abandono do sector rural e da agricultura. Ao mesmo tempo, a contenção dos preços dos produtos da agricultura com o objectivo de favorecer uma acumulação ao serviço dessa industrialização (e também por motivos políticos e ideológicos que não podemos tratar aqui³⁵), contribuiu largamente para desencorajar os agricultores e agravar o êxodo rural com as consequências que se conhecem.

Nesse contexto um Relatório pelo Banco Mundial em 1981, conhecido como o *Relatório Berg*, deu uma contribuição decisiva para a reapreciação deste problema, ao sublinhar a importância da agricultura e a urgência da sua recuperação (Berg 1981).

E se, no conjunto, podemos não concordar com o excessivo peso que Elliot Berg atribuiu aos factores internos e às responsabilidades propriamente africanas, a verdade é que as suas propostas mudaram a natureza do debate sobre os problemas do desenvolvimento em África.

Muito mais do que o *Plano de Acção de Lagos* elaborado pelos chefes de Estado africanos na OUA, documento brilhante que honra os seus autores, mas que, não prevendo as medidas concretas de curto prazo e as acções ou regulamentações necessárias para as tornar exequíveis, permanece um projecto magnífico mas de muito mais longo prazo.

Um dos resultados desse abandono da agricultura foi que a percentagem de importação de alimentos em relação ao total das importações duplicou durante a década de 80.

Em cinco zonas africanas (51 países) a importação, em valor, de alimentos em relação ao total das importações foi, em média, para cada zona, entre 1981 e 1989: na *África do Norte* (6 países) de 8% na primeira data e de 15,8% na última; na *África do Sahel* (9 países) essas percentagens atingiram respectivamente 4,2% e 8,7%; na *África Ocidental* (8 países): 2,4% e 4,7%; na *África Central* (10 países): 4,3% e 4,7%; na *África Oriental e Austral* (18 países): 3,9% e 7,5%.

Também a ajuda ao desenvolvimento declinou enquanto que a vertente "multilateral" mal aproveitada ou mal orientada, agravou ainda mais os problemas africanos³⁶.

No plano económico e político, a chamada "viragem a leste" da Europa a partir de finais dos anos 80 precipitou o que alguns autores chamam agora a "*quarentena de África*", provocando grandes tensões nos dois continentes.

Do mesmo modo, os investimentos directos estrangeiros em África, em percentagem do PIB dos países, têm recuado em muitos países nos últimos anos. Nos casos mais extremos passaram de 18% em 1980 a 10% em 1992 nos Camarões e na Costa do Marfim de 24,4% a 8%, por exemplo.

Para encontrar remédios surgiram os *Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)* que, de uma maneira ou de outra, todos os países africanos aplicam hoje. Mas os resultados dos PAE, pouco encorajadores, continuam a suscitar múltiplas reservas por parte das entidades oficiais africanas e de muitos cientistas sociais internacionais.

No essencial os PAE têm várias linhas de intervenção: restabelecimento do equilíbrio do

³⁵ As razões históricas e económicas são largamente debatidas em, por exemplo: Jacquemot et Raffinot 1985 e Michailof 1984.

³⁶ Um dos mais duros libelos contra a má orientação da ajuda pública europeia encontra-se em Brunel 1993.

comércio externo pela compressão das importações, redução do consumo interno, crescimento das exportações pelo melhoramento da competitividade, diminuição dos salários reais, eliminação do défice orçamental, desvalorização da moeda.

Na prática essas medidas de austeridade conduzem a uma diminuição do poder de compra dos indivíduos e a uma desaceleração do desenvolvimento industrial e do crescimento, o que contribui para isolar os países do Sul das trocas internacionais...

Não é propriamente a necessidade de “ajustamentos” que está em causa como já se afirmou, se entendermos que as economias africanas precisam de facto de profundas reestruturações em todos os campos. Medidas de ajustamento e de estabilização são indispensáveis. Mas a ignorância ou desatenção a que têm sido votados os problemas sociais mais prementes e a aplicação de uma lógica de equilíbrios financeiros de curto prazo, especialmente na balança de pagamentos, segundo um modelo técnico que não atende aos parâmetros sociais específicos, à diversidade de culturas e práticas da sociedade civil africana, nem ao facto das situações de subdesenvolvimento não reagirem do mesmo modo aos estímulos como poderia acontecer noutros tipos de sociedades mais desenvolvidas, todos esses factores suscitam críticas e permitem a muito autores denunciar o discurso das instituições internacionais, nomeadamente do Banco Mundial, o qual despolitizaria a questão eminentemente política da desigualdade social.

É certo que a filosofia das instituições de Bretton Woods tem evoluído nos últimos anos, ao procurar mecanismos "amortecedores" das rupturas impostas. Os planos de ajustamento e estabilização que acompanham os acordos de reescalonamento da dívida, comportam agora uma componente “social” que não existia antes dos anos 90. Porém, tudo leva a crer que isso seja insuficiente e que a orientação geral precisa de mudanças profundas na própria concepção dos planos económico e político³⁷.

É motivo de preocupação o facto de as transferências líquidas de recursos para o conjunto dos PED serem negativas (42,9 mil milhões de USD em 1990). Isso significa que o fluxo de capitais privados enviados para os países do Sul é largamente compensado pelas transferências financeiras em sentido inverso, transferências que provêm do serviço da dívida e do repatriamento de lucros de investimentos. No que se refere à África, esta continua a acumular a atrasados apesar de certas anulações da dívida, como foi o caso da França que suprimiu 280 mil milhões de francos da dívida gabonesa.

A África Subsaariana o rácio do serviço da dívida em relação às exportações era em 1980 de 9,7 % e atingia 24,9 % em 1986. Segiundo o último relatório do Banco Africano de Desenvolvimento nos anos seguintes essas percentagens eram as seguintes: 1992: 29,9 %; 1993: 27,1 %; 1994: 21,5 %. Os números ainda provisórios para 1995 indicam 25,5 % e para 1996: 25,1 % (BAD 1997: 1).

A situação continua portanto difícil. Apesar da retoma mundial, o crescimento económico dos chamados Países Menos Avançados (PMA) não ultrapassou 1,4 % em 1994, segundo um estudo da UNCTAD, que observa que essa percentagem é mesmo inferior à da média anual de 1990-93. Neste documento, as estatísticas internacionais confirmam uma degradação contínua do rendimento por habitante durante estes últimos 15 anos, passando de 328

³⁷ Basta recordar as circunstâncias que deram origem aos acordos de Bretton Woods, e as reflexões de J.M. Keynes sobre essa matéria.

dólares por ano em 1980 a 307 dólares em 1993. Segundo os cenários da UNCTAD o rendimento per capita nos PMA no ano 2000 será entre 296 USD e 406 USD.

Nos países africanos, que formam o grosso dos PMA, a situação é pouco encorajadora. Em 1994 o seu PIB estagnou (- 0,1%) e em 1995 as estimativas não ultrapassavam 0,9 %. O BAD parece mais optimista e fala em estimativas de 2,8 % e de 4,8 % para 1995 e 1996 respectivamente, regozijando-se que, pela primeira vez em muitos anos, as taxas de crescimento do PIB pareçam ultrapassar as taxas de crescimento da população em vários países.

Segundo ainda o BAD a situação parece encorajadora pois em 53 países da África Subsaariana, se em 1992 dezoito tiveram uma taxa de crescimento real do PIB claramente negativa e catorze uma taxa superior a 3 %, em 1996 somente três estariam na primeira condição e quarenta e um na segunda (BAD 1997: 3).

Há, de facto, sinais positivos: o aumento actual dos preços das matérias-primas (com excepção do petróleo) beneficia os produtores africanos de café, cacau, algodão; a desvalorização do Franco CFA desde Janeiro de 1994, abre perspectivas para os exportadores. Note-se no entanto que estamos a falar de indicadores macroeconómicos do *crescimento* que, embora significativos, pouco nos dizem sobre o *desenvolvimento* propriamente dito.

A crise africana deste final do século tem, pois, múltiplas origens, internas e externas que é difícil apartar.

Se quisermos apontar os grandes eixos que devem orientar as prioridades estratégicas africanas, talvez seja possível destacar, a título de exemplo, os seguintes (subentende-se uma situação de paz, condição *sine qua non* para a sua viabilidade):

- Integração regional e conseqüente abertura das economias regionais à economia mundial, que passa necessariamente pelo saneamento e modernização das economias nacionais;
- Formação de recursos humanos, nomeadamente de quadros técnicos e empresários;
- Consolidação da democracia interna, Direitos do Homem, Estado de Direito e "*Good Governance*"³⁸;
- Flexibilidade dos mecanismos de mercado;
- Recuperação da agricultura³⁹
- Cooperação euroafricana, nos planos político, cultural, económico e financeiro (nomeadamente a cobertura das moedas africanas pelo EURO num sistema monetário euroafricano)

A integração regional é um dos elementos-chave deste processo, dada a exiguidade dos mercados internos africanos que, na maior parte dos casos, tornam inviável o processo de industrialização e de desenvolvimento. Na África Subsaariana, os governos dos países da CEDEAO, CEEAC e SADC parecem finalmente empenhados em fazer evoluir uma situação que pouco tem avançado nos últimos 20 anos apesar das retóricas oficiais.

A formação dos recursos humanos (Santos 1990) em todas as áreas deve ir de par com a

³⁸ Este foi um dos pontos sublinhados pelo Prof. João de Deus Pinheiro numa conferência proferida no ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, em 2 de Junho de 1995, intitulada: "*Prioridades para a Cooperação União Europeia-ACP*" (Pinheiro 1995).

³⁹ No que diz respeito ao sector privado em S. Tomé e Príncipe ver o estudo esclarecedor de Mantero 1995. Para uma informação complementar sobre a economia de S. Tomé e Príncipe consulte-se: Oliveira 1993 e Ferreira 1990.

prioridade dada à preparação de empresários nacionais capazes de, com rigor e espírito criativo, gerir pequenas, médias e grandes empresas em todos os sectores, que consolidem o tecido produtivo e constituam os fundamentos do edifício económico e social, com raízes próprias mas capazes de se inserirem de algum modo nas redes mundializadas da produção e da circulação⁴⁰.

A construção da democracia é outro elemento fundamental do desenvolvimento (não se fala apenas de mero crescimento económico). Não somente existe uma interdependência estreita entre democracia e desenvolvimento (Pinheiro 1995, Sklair 1994, Pinkey 1993, Cammarck 1997), mas não é crível pensar sequer numa economia de mercado dinâmica e criativa se esta não se basear numa sociedade civil estruturada e democrática.

Nos últimos anos tem sido muito debatida a passagem de economias africanas de tipo "socialista" ou estatizado para economias de mercado, desintervencionadas e mais abertas. Essa evolução é obviamente positiva, uma vez que os Estados se mostraram frequentemente agentes económicos e empresariais de discutível capacidade.

Admitir a necessidade dessa evolução não implica que se aceite tão facilmente certas interpretações extremas que põem em causa qualquer intervenção - e mesmo a própria existência - do Estado.

Como o Banco Mundial salientou em estudos entretanto publicados, a privatização sistemática e indiscriminada não é necessariamente vantajosa e pode, em muitos casos, ter consequências muito mais gravosas para a economia do que a manutenção da propriedade do Estado.

A privatização de muitas empresas e a insistência em critérios de racionalidade económica é uma necessidade. Mas é preciso fazê-lo com prudência e pragmatismo.

A aplicação de regras económicas liberais nos moldes (radicais) exigidos por determinados teóricos, dada a insuficiência de empresários africanos, de capitais, de mão-de-obra qualificada e de vários outros requisitos, introduziria de imediato disfuncionamentos destruidores do próprio tecido económico e social que se pretendia consolidar.

Ora o social não pode ser apenas um simples "derivado do económico" (Salama et Valier 1994: 119). As políticas de "luta contra a pobreza" desenvolvidas pelos Estados africanos sob os conselhos do Banco Mundial têm tido consequências políticas importantes mas resultados socialmente fracos, quando não agravaram mesmo as desigualdades sociais (Salama et Valier 1994: 144), o que deve levar a interrogar mais uma vez os temas doutrinários e filosóficos do liberalismo que fundamentam os discursos e práticas actualmente em vigor.

Por outro lado, é evidente que a regulação é necessária (como se verifica nos próprios países onde se advogam as teses liberais!) e a passagem da economia estatizada a uma economia de mercado exige, nos países africanos, um gradualismo de geometria variável mas que tudo aconselha dever ser prudente e rigoroso.

Recentemente, um prémio Nobel da Economia, Maurice Allais, considerado como um dos expoentes da moderna teoria liberal, surpreendeu a comunidade científica ao declarar que refutava a lei das vantagens comparativas de Ricardo, inaplicável no "mundo real" do GATT: se a CEE é hoje a zona mais atingida pelo desemprego é justamente porque desarmou

⁴⁰ A questão da formação e papel dos empresários nos países do Sul tem dado lugar a uma abundante literatura que seria naturalmente impossível referir aqui. Limito-me a chamar a atenção para Béraud et Perrault 1994.

comercialmente mais depressa do que o resto do mundo.

Uma afirmação que vai claramente ao encontro das conclusões do Relatório do Senador J. Arthuis: "Uma vez que o GATT, por uma ligação feitichista a um livre-câmbio que não é realmente praticado pela Comunidade Europeia, actua contra o emprego, porque não encarar a sua desapareição?"⁴¹

Quanto à recuperação da agricultura, durante muito tempo a filosofia subjacente à acção do Banco Mundial foi que essa regeneração só se poderia obter pela *privatização* das terras.

No entanto há razões para pensar que se pode vir a assistir a uma reviravolta nas instituições internacionais no que se refere também a esse ponto. A publicação de um estudo de dois técnicos da sede do Banco Mundial, intitulado *Reversing the Spiral*⁴² (*Cleaver and Schreiber 1994a, 1994b*), articula os problemas da população, da agricultura e do ambiente e anuncia uma perspectiva mais consentânea com o que poderemos chamar um desenvolvimento autocentrado.

O ponto que pretendo sublinhar é que os autores reabilitam em particular o *sistema costumeiro* de propriedade das terras, reconhecendo que a atribuição de títulos fundiários individuais no Quénia e no Botswana facilitou a confiscação das terras, a concentração da propriedade e, paralelamente, o surgimento de camponeses sem terra.

A reabilitação do sistema costumeiro é fundamental, escrevem, porque este prevê direitos colectivos e não individuais e proíbe a quem quer que seja de vender a terra. Esse princípio impediu até aqui a formação de uma verdadeira classe de camponeses sem terra em África, como acontece na América Latina e na Ásia.

Para os dois autores o direito costumeiro tem ainda outra vantagem: toma em consideração os direitos dos criadores de gado nómadas ou que praticam a transumância. Ora justamente, dois terços dos quarenta milhões de nómadas e pastores do planeta encontram-se na África Subsaariana.

Como referiu Pierre Barrot (Barrot 1995), os direitos fundiários tradicionais estão em crise. De facto a quem pertence realmente a terra em África? Aos sobas garantes dos costumes? Ao Estado? Aos que a trabalham, como foi proclamado na Costa do Marfim? Aos que a compraram e têm um título de propriedade? A confusão é de facto enorme e o direito costumeiro continua ignorado ou violentado pelos Estados que se apropriam das terras para reservas naturais para culturas irrigadas ou as atribuem a proprietários individuais muitas vezes familiares ou próximos do poder.

Na sua comunicação às Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical (JEAT), Juliano Fernandes põe em relevo com muita clareza a contradição entre os regimes jurídicos consuetudinário e positivo na Guiné-Bissau, bem como as formas de apropriação das terras pelo Estado, consignadas na Constituição de 1984 daquele país. Assim, o artº 12º determina ser propriedade do Estado: o solo, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais. Do mesmo modo, no nº 1 do artº 13º, o

⁴¹ Cf. *Alternatives Économiques* (Paris), avril 1995. Alguns livros igualmente estimulantes têm vindo a sacudir ideias feitas nesta matéria: Ormerod 1994; Perret et Roustang 1993; Arondel 1995. Tøye 1993b coloca questões teóricas de fundo. Em português ver Silva 1994.

⁴² Cf. Cleaver and Schreiber 1994a. Posteriormente os mesmos autores publicaram um suplemento estatístico a esse livro: Cleaver and Schreiber 1994b.

Estado pode dar por concessão as cooperativas e outras pessoas jurídicas singulares ou colectivas, a exploração da propriedade estatal desde que sirva o interesse geral e aumente as riquezas sociais. Mais à frente Juliano Fernandes conclui que "em países como a Guiné-Bissau, com poucos recursos e em vias de desenvolvimento, não se pode partir para regimes de apropriação privada dos solos". Tudo indica que o autor compartilha da ideia de que são necessários "mecanismos de co-gestão" dos recursos naturais disponíveis entre o Estado e as comunidades locais, mas a sua aparente recusa em considerar - pelo menos em certas circunstâncias - a questão da apropriação privada dos solos não parece ser completamente realista (Fernandes 1995).

Do mesmo modo as concessões florestais "não têm em nenhuma conta os direitos fundiários tradicionais", e acontece mesmo que o Estado se proclame *manu militari* o proprietário exclusivo de todas as terras.

Cleaver e Schreiber notam que "investir em terras tornou-se arriscado uma vez que o governo pode reafectar essas terras para objectivos ditos nacionais". Afastando-se das teorias da privatização das terras em voga: "A maior parte dos governos e das agências de ajuda externa acreditaram erradamente que os sistemas fundiários tradicionais não garantiam aos produtores uma segurança suficiente e, portanto, que eram inadaptáveis a uma agricultura moderna e orientada para o mercado".

Este estudo põe em causa o *dogma da privatização* e contesta a ideia segundo a qual um título de propriedade individual permite aceder facilmente ao crédito já que representa uma garantia para os bancos. É esquecer que os pequenos agricultores "são extremamente reticentes à ideia de hipotecar a sua terra com risco de a perderem".

Constatando que, por tais vicissitudes, os direitos costumeiros estão hoje fortemente enfraquecidos, os autores propõem que seja reconhecido legalmente o direito fundiário costumeiro e criado um mecanismo funcional e transparente de atribuição de direitos individuais de acordo com os proprietários tradicionais e os utilizadores (pastores).

É certo que o livro, embora editado sob os auspícios do Banco Mundial, não é uma publicação da responsabilidade oficial desta instituição. No entanto, sendo ainda prematuro falar de uma "viragem", podem esperar-se alguns frutos deste debate que finalmente se inicia nos centros de influência mundial...

Enfim, a cooperação com a União Europeia é outro vector fundamental quer para o continente africano quer para a própria Europa.

O Acordo de Dezembro de 1993 que retomou o essencial do acordo de Blair House (1992) com algumas vantagens para a CEE não foi bem recebido pelos países do Sul, nomeadamente da África.

Os africanos falaram de acordo "iníquo" e os parlamentares indianos deploraram um "dia negro" para a agricultura.

Oitenta e oito representantes dos países em desenvolvimento (PED) assinaram finalmente o acordo com manifesta falta de entusiasmo, sentindo que tinham feito esforços consideráveis para reduzir as suas tarifas aduaneiras sem terem recebido compensações adequadas.

De facto se os PED têm maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos, a diminuição dos direitos que têm a pagar é relativamente pouco significativa já que esses direitos atingiam apenas 6,3 % (contra os 3,9% aprovados).

De uma maneira geral pode considerar-se que, com o Uruguay Round, os países ricos ganharam segurança em matéria comercial enquanto que os PED se deverão contentar com a existência de novas perspectivas.

Um estudo da OCDE mostrou que o efeito das reduções de tarifas deverá mesmo lesar, nalguns casos, os consumidores dos PED.

Assim, em caso de liberalização parcial das trocas, as variações dos rendimentos reais serão de + 0,2 % nos USA, de + 1,4% na UE, de + 0,6% na Ásia, de + 2,6% nos NPI, enquanto que na África serão de menos 0,2%.

Na eventualidade de liberalização integral das trocas os resultados serão, em termos de variação do rendimento real: + 0,3% nos USA, + 2,8% na UE, + 1,3% na Ásia, + 8,1% nos NPI e de - 0,9% na África.

A agricultura representa outra preocupação para os PED. A redução das subvenções agrícolas decididas pelo GATT poderá traduzir-se, segundo certas estimativas, num aumento dos preços agrícolas mundiais em cerca de 10%. Sendo o continente africano um importador líquido de produtos alimentares, tal consequência é preocupante.

Aliás o ponto 5 da declaração ministerial da conferência de Marrakech reconhece, ainda que veladamente, que os efeitos do acordo do Uruguay Round poderiam ser finalmente negativos para os PED.

Finalmente, uma questão crucial deve ser levantada: a liberalização crescente sancionada pelos acordos do GATT irá ou não favorecer o emprego na Europa e no continente africano, para destacarmos apenas estes dois intervenientes?

Já vimos o que pensavam alguns autores sobre este assunto, nomeadamente autores insuspeitos de anti-liberalismo como Maurice Allais.

Em princípio a abertura dos mercados mundiais é um objectivo positivo, se, abolidas as distorções proteccionistas, os consumidores tiverem à sua disposição produtos cujos preços a concorrência aberta se encarregará de tornar mais acessíveis. A revolução tecnológica dos chamados Sistemas Nacionais de Inovação (Centeno 1998) implícita na lógica de redes da 3ª revolução industrial, introduziu na prática quotidiana o conceito de tempo real eliminando ao mesmo tempo distâncias que separavam os homens. Segundo a fórmula consagrada estamos a entrar na era da "*aldeia global*" e, à primeira vista não há razão para não nos regozijarmos com isso.

Mas como disse Jacques Delors, "não se construirá um mundo relativamente melhor unicamente com o *laisser-faire, laisser-passer*. O mercado é importante. É ele que tem melhores condições para adaptar a oferta à procura, permitindo aos países pobres venderem as suas produções. Todavia um mundo melhor só é possível combinando, como no interior da Europa, competição, cooperação e solidariedade" (Delors 1994: 192).

Se ao nível nacional é possível antever a mediação do Estado para atingir esses objectivos, resta saber como se fará, no plano mundial, a regulação desta situação.

Assim, no que se refere ao diálogo Norte-Sul, Delors observa que há o risco que muitos países do Sul "não façam a sua população aproveitar os progressos materiais realizados. A partir daí, a exploração da sua mão-de-obra tem consequências nefastas para nós, pela importação de bens e serviços demasiadamente baratos, criando uma pressão intolerável sobre o nosso nível de vida e vantagens sociais e reforçando o desemprego" (Delors 1994: 188).

J. Delors sublinha que a Europa, "para manter o seu sistema de segurança social e o seu

nível de vida, já fez muito. Suprimiu cinco milhões de empregos desde o primeiro choque petrolífero, substituindo o capital humano por capital técnico. Por consequência, em relação aos países que conseguiram a sua descolagem, a condição de uma certa estabilidade do mundo é que esses países melhorem o nível de vida e de protecção social à medida que conseguirem registar um progresso económico". Os países mais pobres que não o conseguirem, prossegue Delors, deverão ser ajudados pelo Norte.

Esta posição é lógica no plano das ideias. Resta saber se é sustentável na prática.

De uma maneira geral poderemos talvez distinguir três posições:

Os autores que confiam firmemente na desregulação total e nos mecanismos da economia liberal, perfilhando o famoso postulado de Margareth Thatcher segundo o qual "*there is no such thing as society*".

Aqueles que acreditam numa regulação supranacional onde serão preservadas as conquistas do Estado-Providência e melhoradas progressivamente nos países mais pobres as condições de vida de modo a aproximar o Sul do Norte.

E finalmente os autores que consideram que o que está verdadeiramente em jogo é a tentativa de, em nome da concorrência e do progresso, eliminar todos os "obstáculos" sociais (reformas, previdência, etc.) subordinando esse processo a uma maior eficácia dos interesses investidos.

Esta última hipótese tem subjacente que, na falta de uma regulação supranacional democrática, o resultado poderá ser essencialmente a adopção nos países do Norte dos padrões produtivos e societais dos "Tigres Asiáticos", ou seja abolição das garantias mínimas para os trabalhadores por conta de outrem: salários baixos, jornadas de trabalho de mais de 10 ou 12 horas, inexistência de segurança social e de sistemas de reformas, trabalho infantil, etc.

O raciocínio implica que, se fizermos abstracção dos avanços tecnológicos e das riquezas acumuladas, não seria o Sul que se aproximaria do Norte, mas sim o Norte que, abandonando grande parte daquilo que é geralmente considerado "conquistas sociais", se aproximaria do modo de vida do Sul asiático.

Esta foi apenas uma breve referência que não pretendo desenvolver. Refiro-o apenas porque me parece que a questão do tipo de sociedade, estreitamente ligado ao modelo económico escolhido, é central para os destinos da Europa nas próximas décadas e, por arrastamento, também para os destinos da África.

Há todas as razões para acreditar que a África tem potencialidades suficientes para ultrapassar os obstáculos com que se defronta por enquanto. Deverá conseguir, no entanto, a integração regional e caminhar na direcção de uma comunidade ou "União Africana" à escala do continente, na base dos pressupostos atrás enunciados.

Não obstante, esses objectivos seriam mais depressa e mais solidamente realizados em profunda conjugação com uma União Europeia forte e capaz de aprofundar a herança democrática legada pelo seu passado social e político.

Por outro lado, se é importante que a UE se alargue a leste e integre as velhas culturas europeias que fazem igualmente parte desse património comum, não é menos fundamental que seja alargado e consolidado um *núcleo duro* euroafricano, que tem os seus fundamentos na história e até (com justificação) no imaginário colectivo dos povos.

Expliquemo-nos bem: não se fala aqui de interesses económicos apenas, embora eles tenham a sua razão de ser e sejam, de longe, preferíveis a estratégias e acções pretensamente

"desinteressadas" como já se viram tantas desde as independências africanas. Fala-se, sim, de história e de relações políticas fundamentais, de parceria e de interesse mútuo, de cultura e de linguagens comuns em línguas diferentes.

O *económico* é frequentemente enganador⁴³. Por exemplo, muitos dos próprios estudantes universitários africanos pensam ainda hoje que a abundância de matérias-primas no continente é um trunfo decisivo nas negociações da África com a economia mundial. Na verdade, se os produtos brutos (matérias-primas, produtos energéticos e produtos agrícolas) representam 47% das exportações totais dos países em desenvolvimento, isso não significa que os PED dominem o mercado mundial, pois não são os principais produtores internacionais. Uma frase de Philippe Chalmin traduz bem o dilema: "*As matérias-primas são importantes para o Terceiro Mundo, mas o Terceiro Mundo não é importante para as matérias-primas*"...



Apesar do muito que ficou por analisar, é talvez possível destacar algumas ilações:

A crise económica africana tem razões internas e externas dificilmente separáveis. Tudo leva a crer que a sua solução será necessariamente lenta. Mas o continente tem condições humanas potenciais para colmatar rupturas e atrasos se houver vontade política dos governos e das oposições.

A característica fundamental deste final do século é de, mercê do progresso científico, as gerações (e as nações) poderem dar saltos qualitativos no tempo. É uma vantagem inédita que comporta também dificuldades: se os povos beneficiam desse progresso estão também submetidos a ritmos de mutação acelerada, causadores de disfunções.

Por outro lado, não só a Europa poderá desempenhar um papel-chave na "reconversão" da África à modernidade, mas a África é um elemento inseparável no conjunto euro-africano, independentemente do alargamento da UE a leste. Politicamente a complementaridade é mais profunda do que os estrategas nos querem dizer...

Atrever-me-ia a ir ainda mais longe: virada a página da guerra-fria, de certos mitos políticos e de voluntarismos finalistas que tinham livre curso desde 1917 pelo menos, a recente mundialização da economia num espaço finito coloca novos problemas a que nenhuma região e, por maioria de razão, país algum, pode ficar alheio. Os conceitos de *cooperação*, *solidariedade* e *co-responsabilidade* num contexto *democrático* (independentemente da *forma* que este adopte) ganharam uma dimensão nova como em nenhum outro momento da história da humanidade.

Não será exagero dizer que - dada a sua história - o destino da Europa desligado a África será politicamente amputado e culturalmente mais pobre. Mas, por sua vez, sem a cooperação europeia a África conheceria, quase certamente, novas "*décadas perdidas*" para o desenvolvimento e o progresso.

⁴³ Como diz ironicamente, embora com algum exagero, Paul Ormerod, a economia ortodoxa é muitas vezes uma caixa vazia. A sua compreensão do mundo é semelhante à das ciências físicas na Idade Média... (Ormerod 1994).

O *eurocentrismo* e o *afrocentrismo* a que tais rupturas conduziriam, nada mais fariam do que acrescentar novos malefícios ao séquito de *integrismos* que se perfila no horizonte do século XXI...

Uma última observação é que se o estatuto epistemológico do conceito de *desenvolvimento* se revela muitas vezes insatisfatório, é no entanto preferível a *crescimento*, mais facilmente esvaziado de conteúdo histórico e insuficiente para definir uma realidade complexa que ultrapassa o universo dos indicadores estatísticos ou dos modelos econométricos.

Aliás, como escreveu Gaston Leduc (in Austruy 1968) crescimento de quê, a que ritmo e em que tempo? Acrescentemos: e para quê ou para quem?

Estas interrogações colocam o tema da apreensão das estruturas e das mutações, equacionando a problemática da libertação dos condicionalismos, para o tratamento dos quais é duvidoso que uma abordagem excessivamente parcelar e especializada, ou a busca de "leis" autonomizadas do contexto social e político, sejam suficientes independentemente da sua relevância em determinadas vertentes da análise.

É certo que o crescimento é um elemento importante na análise dos problemas do desenvolvimento, e o seu estudo tem registado novas contribuições que não devem ser ignoradas. Uma delas verifica-se na passagem da teoria de Robert Solow em 1956 para a teoria de Paul Romer em 1986 e 1990.

Na análise tradicional de Solow a teoria explicativa do crescimento económico passava, numa primeira fase, pela conjugação do capital e do trabalho a que só depois se vinha acrescentar um terceiro factor que era o progresso técnico. Este apresentava-se como um elemento residual, por assim dizer exterior, de origem teórica mal definida, cujas variações não eram realmente explicadas.

No quadro internacional esperava-se que os países em desenvolvimento do Sul acabariam por adquirir o mesmo conhecimento tecnológico e, em seguida, na posse de tais meios, poderiam acelerar o seu crescimento acabando por atingir o nível dos países industrializados do Norte.

Porém, a linearidade deste optimismo não se revelou satisfatória, pelo menos à luz da experiência da maioria dos casos dos países do Terceiro Mundo.

No plano teórico admite-se, de modo geral, que o suplemento de capital investido tem limites, na medida em que, chegando a um determinado ponto, o excedente de produção com ele obtido (ou seja a sua produtividade marginal) começa de facto a declinar a menos que o progresso técnico contrarie essa tendência. Foi o que aconteceu sobretudo nos últimos cem anos e continua a verificar-se ainda hoje, pois a inovação tecnológica tem revelado uma continuidade e uma intensidade extraordinárias.

No entanto, duas interrogações ficam sem resposta: primeiro, nada disso impediu as crises económicas que assolaram este século, o que mostra que a perspectiva microeconómica não é suficiente para responder à complexidade societal em que se insere. Em segundo lugar, uma tese formulada a partir da experiência passada não permite induzir qual será o futuro. Como observam Guellec e Ralle, saber se esse optimismo é pertinente é uma questão mais filosófica do que económica. De qualquer modo, se até agora as economias de mercado puderam sempre substituir os recursos não renováveis, a verdade é que "o exemplo do passado não é uma garantia para o futuro. Não haverá duas experiências do fim do mundo!" (Guellec et Ralle 1995: 111).

Hipóteses como as “antecipações racionais” ou a “racionalidade total dos indivíduos”, podem ser consideradas como simplificações académicas aceitáveis quando as condições da actividade são dadas. Mas altamente aleatórias quando essas condições são vistas como “endógenas”, uma vez que os modelos de crescimento endógeno ignoram questões emergentes (e não previstas) da mudança estrutural, cuja aparição e consequências só muito dificilmente podem ser probabilizadas. Nessas condições, as escolhas dependem muito mais do acaso ou da capacidade empresarial do que das “antecipações racionais”.

Dito de outra forma, no plano teórico a indução é porventura útil, mas insuficiente e não-científica, como Popper, Lakatos e outros o demonstraram.

Fica ainda um outro problema por resolver: donde vem este elemento exterior denominado “progresso técnico”? Ou seja, qual o seu estatuto epistemológico?

Mesmo admitindo a hipótese que os países pobres aproveitariam as inovações postas em prática nos países do Norte acabando por atingir - em diversas etapas - o nível de desenvolvimento destes últimos, o progresso técnico continuaria a ser um elemento exógeno no processo de crescimento, permanecendo com o estatuto pouco satisfatório de factor “caído do céu”.

Todavia, a contribuição mais recente de Paul Romer (1990) deu, depois de K. Arrow, novos contornos ao debate..

Para ele o progresso técnico não é um elemento exterior de origem indefinida mas resulta do “*learning by doing*”, ou seja da aprendizagem que advém da experiência empírica. Contrariando a tese de Solow, Romer afirma que é o próprio crescimento que permite o progresso técnico e não este que engendra o crescimento.

Por outras palavras, a origem do crescimento é *endógena* (e não *exógena* como sustentava Solow) e depende do ritmo de crescimento já adquirido.

Isto tem uma primeira consequência. Contrariamente a autores como Rostow e outros (e até o próprio Marx), segundo os quais acabaria por haver convergência entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, num processo de mais ou menos longo prazo, a teoria de Romer admite a possibilidade de se verificar um agravamento do desnível entre os primeiros e os segundos.

Por outro lado, o crescimento depende ao mesmo tempo do investimento e do “*know how*”, cuja conjugação evitaria o declínio da produtividade marginal do capital investido, como acontecia no modelo de Solow. Para Romer, mais crescimento exige um acréscimo de investimento, o que passa pelo funcionamento eficaz da economia de mercado e por uma poupança prévia. Verifica-se aqui, ao mesmo tempo, tanto um retorno à economia clássica, para a qual a poupança precede o investimento, como uma recusa da teoria de Keynes que considerava ser a poupança uma consequência da actividade económica e não a sua condição.

Romer defende ainda que o processo de acumulação de conhecimentos derivado da experiência produz efeitos em toda a sociedade (*externalidades*) e não apenas nas empresas.

Numa economia de mercado, uma firma promotora de inovação pode até acabar por não beneficiar dos efeitos externos da sua própria inovação. Para corrigir as consequências gravosas da dissociação entre interesses privados e interesse colectivo (distorções que desencorajariam a inovação oriunda do sector privado), é necessária a intervenção do Estado. Isto significa que o crescimento endógeno implica pelo menos uma dose de intervencionismo. Este é tanto mais necessário que as empresas só investirão em investigação fundamental se,

para lá dos benefícios colectivos, puderem assegurar um lucro que as recompensará do risco corrido. Por essa razão as novas teorias do crescimento endógeno admitem que o Estado deve ter um papel no enquadramento macroeconómico, de forma a garantir, por intermédio da concessão de brevets, da fiscalidade ou de outras medidas legislativas, os incentivos à inovação. Romer e outros autores sustentam que essas formas de salvaguardar “monopólios” não são impeditivas da concorrência, na medida em que esta não abrange os preços (concepção estática tradicional) mas tão somente os direitos de uma inovação temporária a qual continua sujeita à concorrência de outras inovações que surjam.

As teorias do crescimento endógeno inspiram-se, concomitantemente, das teorias neoclássicas e keynesianas quanto à acção dos mecanismos do mercado e quanto ao papel regulamentador do Estado. Das primeiras tiram a ideia que mais poupança permite um acréscimo de investimento e, logo, mais crescimento; das segundas retomam a ideia da necessidade da intervenção pública para colmatar as imperfeições do mercado.

Não obstante, os modelos das novas teorias do crescimento são demasiado díspares. Se de facto introduziram novos e estimulantes elementos na análise, permitindo a sua renovação, mostram-se em contrapartida pobres quando comparados com a complexidade da realidade económica, mesmo se uma tal renovação ainda está longe de ter produzido todos os seus efeitos.

Tudo indica ser pouco provável o surgimento de um modelo geral capaz de cobrir o conjunto das formas do progresso técnico, dificuldade que é particularmente evidente quando se abordam os fenómenos numa perspectiva de longo prazo. É que o tempo da história está estreitamente ligado ao ritmo das transformações institucionais. Desde logo, as irregularidades não podem ser isoladas desse contexto e o “individualismo metodológico”, que continua a ser um dos sedimentos das teorias do crescimento, é em grande parte ilusório...

Sem dúvida que as novas teorias do crescimento endógeno se revelaram profícuas ao ultrapassarem a clivagem anteriormente existente entre as teorias do desenvolvimento, com forte conteúdo institucional e sociológico, e as teorias do crescimento que se identificavam com modelos formais e abstractos (Autume 1995). Ao procurarem ultrapassar esse dualismo, as novas teorias deram alguns passos para abrir caminhos ao debate teórico.

Relativamente aos problemas das economias africanas e, de uma maneira geral, do Sul, face aos avanços conseguidos pelas teorias do crescimento endógeno poderia parecer, à primeira vista, que as críticas a um excessivo “liberalismo” de tipo neoclássico tal como está subjacente nos diagnósticos ou tem sido aplicado dos planos de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI, seriam hoje de algum modo extemporâneas.

No entanto, como demonstrou com clareza Béatrice Hibou, só uma pequena parte das teorias fundamentais é realmente utilizada pelas instituições de Bretton Woods. O que determina a sua acção é fundamentalmente um discurso próprio que inspira as políticas económicas preconizadas para África, o qual oferece (ou impõe) uma certa visão da realidade económica e procura transmitir uma “vulgata económica” construída em torno de três princípios mais ou menos implícitos:

- A norma liberal do *Estado mínimo* (nomeadamente o axioma livre-cambista);
- A busca da *simplicidade* a qualquer preço (na qual o discurso introduz uma confusão entre simplicidade de medidas preconizadas e simplicidade dos elementos teóricos a

que se requer adesão, com base em hipóteses restritivas, insistência nos elementos perversos, etc.);

- A vontade de circunscrever o político (fazendo apelo a correntes ideológicas que pertencem à economia política liberal que têm em comum a consequência de esvaziar o elemento político da sua substância. Nelas os actores políticos são analisados como actores económicos e o postulado individualista é estendido a qualquer forma de organização, nomeadamente ao Estado).

Dois exemplos do desfazamento entre as premissas, métodos e conclusões das teorias que têm livre curso nos países desenvolvidos, e a sua aplicação nos países do Sul, nomeadamente africanos.

O primeiro concerne o modelo tradicional de equilíbrio parcial em concorrência perfeita, subjacente às reformas liberais de ajustamento. Como é sabido, em “equilíbrio parcial” a liberalização não beneficia todos os agentes económicos, a menos que haja compensação ou redistribuição. A liberalização do comércio externo é um exemplo, pois se tem um efeito sobre produtores, consumidores e Estado, a situação só poderá melhorar para todos se houver intervenção das entidades públicas no modo de redistribuição. Ora essa conclusão é quase sempre ocultada, ignorando-se o papel que o Estado poderia desempenhar nessa matéria e, em nome de um dogma (“o Estado mínimo”), abandona-se os agentes económicos mais desprotegidos à mercê dos “automatismos” do mercado.

O mesmo modelo, apostado numa economia dependente, poderia sugerir também vários ajustamentos possíveis face a um défice da balança comercial. Por exemplo: desvalorização e contracção da política monetária e orçamental, protecção, ou uma combinação dos dois em proporções variáveis. Mas, na prática seguida pelos programas de ajustamento estrutural, os técnicos do Banco Mundial concluem sempre que a primeira medida (desvalorização) é superior a uma política proteccionista, o que não é de modo algum a conclusão do modelo teórico propriamente dito, mas a aplicação truncada de um paradigma e a selecção das conclusões sem explicação (Hibou 1998).

Esse *parti pris* negligencia ainda outras hipóteses da teoria do comércio internacional. Por exemplo, é possível sustentar que, em certas circunstâncias, o protecção pode encorajar as exportações e o crescimento, contribuindo para a melhoria do rendimento nacional, argumento que o Banco Mundial rejeita evocando insuficiência de informação ou fraqueza das indústrias nos países africanos.

Em conclusão, enquanto que nos países industrializados do Norte os mais recentes trabalhos de investigação demonstram que a política económica externa está frequentemente ligada a objectivos não económicos (objectivos de identidade nacional, de paz, de estabilidade, etc.), “esta ideia é violentamente rejeitada para os países em desenvolvimento e para a África em particular” (Hibou 1998).

Este aspecto reforça a crítica à inadequação de um certo “liberalismo económico” actualmente aplicado na resolução dos problemas do desenvolvimento africano.

A percepção sumária das instituições de Bretton Woods relembra a dos antigos

colonizadores, na medida em que ignora as gramáticas particulares, sobrepondo-lhes a estereotopia de uma leitura que apenas apreende elementos simples e incondicionados, correlatos de uma matriz teórica não-complexa.

Quando os conceitos, que sofrem à partida de serem cultivados em campos de conhecimento não comunicantes, são transformados em categorias constitutivas do próprio objecto considerado *simples em si mesmo* (neste caso a África, ou melhor a imagem que os financiadores têm dela), o *reduccionismo* torna-se predominante e o *logos* fica à mercê da ilusão...

Uma parte do fracasso dos programas de ajustamento estrutural terá aqui talvez as suas origens.

CAPITULO III - O debate sobre a integração

"A África deve unir-se", dizia há já um quarto de século o Presidente Kwamé Nkrumah.

De facto, desde muito cedo os países africanos procuraram formas de colaboração política que, depois das independências nos anos 60, se concretizaram na assinatura de acordos ou tratados de natureza política e económica para ambiciosos projectos de "unidade africana". Era a "África dos povos" a que se seguiu a "África dos Estados" alguns anos mais tarde.

Os vários agrupamentos de países na África Subsaariana encontram-se em estádios diferentes de integração mas de modo geral a experiência neste domínio não regista, como já se disse, resultados animadores⁴⁴. Os problemas que se lhes deparam são porém, em muitos aspectos, similares tanto mais que certos países pertencem a vários agrupamentos regionais.

Com o decorrer do tempo, tanto a *integração regional* como a *democracia* foram consideradas como duas das questões condicionantes da ajuda internacional aos países africanos apesar da última ter gerado vivas controvérsias por certos governos africanos a encararem como uma forma de "ingerência" nos seus assuntos internos.

Como escreveu John O. Igue (Igue 1991), as agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento têm posto de forma crescente o acento tónico na integração regional. As principais razões têm a ver, por um lado, com o processo de construção da Europa Unida e, por outro, com a implosão do bloco socialista. Estes dois movimentos favorecem, pelo menos em princípio, a consolidação ou eclosão da "democracia".

Os acontecimentos recentes em África (v.g. Guiné-Bissau, ex-Zaire) revelam a

⁴⁴ Em 1982 o representante da UDEAC na reunião do GATT afirmava que "apesar de numerosas condições favoráveis, é preciso reconhecer que a UDEAC não atingiu os seus objectivos" apesar dos seus 18 anos de existência, e a revista *Jeune Afrique Économie* referia-se criticamente aos "agrupamentos económicos de países africanos cujos resultados estão longe de ser brilhantes". Cf. *Jeune Afrique Économie* (Paris), no 15, Dez. 1982, p. 62.

fragilidade política dos Estados africanos saídos da colonização, cuja segurança continua a depender em larga medida do exterior.

Essa constatação reforça a necessidade de construir doravante espaços políticos africanos mais sólidos do que até aqui, extravasando, portanto, as fronteiras limitadas dos "Estados-Nações" tal como os conhecemos actualmente. Daí decorre que o debate relativo à integração tem um alcance mais geral do que a simples solução de problemas económicos dos países africanos.

Nas instâncias internacionais tal discussão tem girado em torno de três questões referentes à integração africana: as alternativas que se colocam; os recursos disponíveis (migrações, moeda, etc.); os obstáculos com que o continente se defronta (natureza "rendeira" dos Estados).

Todavia, estes aspectos traduzem antes de mais as preocupações das agências internacionais de ajuda, não dando uma ideia clara do tipo de actuação, em função da história económica do continente, que seria possível esperar das próprias populações africanas no processo de integração regional.

O estudo desta matéria incumbe especialmente aos historiadores, mas é possível entretanto colocar algumas questões pertinentes (Igue 1991): as populações africanas têm ou não uma tradição de integração regional? A natureza dos Estados précoloniais, constituirá uma referência para a constituição de um verdadeiro "mercado comum" na região da África Ocidental? Os Estados saídos da colonização serão capazes de favorecer a integração regional?

No período précolonial as populações africanas tinham consciência da diversidade do seu meio ambiente tanto do ponto de vista dos recursos naturais que nos aspectos culturais. O que caracteriza a história de África são os grandes movimentos de populações e a sua interpenetração resultante do comércio de "longa distância", características que se mantiveram mesmo com as fronteiras traçadas pela colonização a partir de finais do século XIX (Coquery-Vidrovitch 1985, Almeida-Topor et Lakroum 1994, Almeida-Topor 1996).

Durante séculos as grandes migrações estiveram na base do desenvolvimento das trocas regionais, como o comércio da cola, do gado, do peixe seco e fumado, entre os países sahelianos e os países costeiros. Foi a partir dessas trocas que se desenvolveram na região ocidental políticas económicas baseadas na existência de vários tipos de moeda (Antoine 1986): moedas locais (peça de tecido), moedas regionais (cauris), moedas internacionais (ouro).

Os Estados pré-coloniais variavam igualmente em função do seu tamanho, modo de funcionamento e bases económicas em que assentavam.

Relembrem-se, na época medieval, as grandes formações políticas que deram origem a impérios: Mali, Gana, Songai, Ashanti, etc.⁴⁵.

Apesar da desapareição desses impérios, ficou uma forte tradição de contactos intra e inter-regionais, como o prova a existência de grandes famílias hoje espalhadas por toda a África ocidental em verdadeiras confrarias mercantis cujos laços passam facilmente por cima das fronteiras políticas e das barreiras alfandegárias nacionais ou regionais.

⁴⁵ Vd. por exemplo: Polanyi et Arensberg 1975; Jacob, 1966; Baumann et Westermann 1970; Frobenius 1973; Diagne 1967; Dramani-Issifou 1982.

Sucedeu-se, ainda no período précolonial, a multiplicação de “micro-Estados”⁴⁶. Mesmo um país tão pequeno como o Benin (112 662 km²) conta com mais de duas dezenas, segundo Igue 1991. Neles o sector económico era inteiramente controlado por corporações de ofícios e de mercadores independentes.

A formação desses “micro-Estados” favoreceu o sistema de caravanas na África Ocidental e conduziu ao aparecimento de “mercados-etapas” no comércio de longa distância. Os chefes dos “micro-Estados” viviam dos tributos dos viajantes, os quais eram regulares e suficientemente importantes para sustentarem as cortes com desafogo.

É nesse sistema, onde a interpenetração informal é vincada, que surge a “era colonial”. Numa primeira fase com as feitorias comerciais e a economia do tráfico, esta associando os chefes locais à sua gestão económica. O papel dos chefes locais como intermediários não mudou substancialmente com a aparição das colónias e a criação dos Estados modernos. Sendo ainda hoje muito fortes os laços existentes entre as elites modernas e os poderes “tradicionais”, é possível falar dos Estados modernos em África como “*Estados reideiros*” (Igue 1991).

O problema que se coloca actualmente é de saber se, no contexto de Estados reideiros, é possível realizar efectivamente a integração regional. John Igue responde negativamente a esta questão, “na medida em que as estruturas de gestão desses Estados estão em contradição com as preocupações de integração”.

Essas estruturas caracterizam-se, segundo este autor, por um sistema monetário tributário do exterior, uma estrutura económica dependente, similaridade das economias e não existência de complementaridades de produção indispensáveis ao funcionamento de um mercado regional, e, finalmente, pelo “carácter dualista” das economias nacionais.

Para remediar esta situação e encontrar para África caminhos que favoreçam a inserção plena no sistema mundial, é necessário começar por valorizar as forças produtivas africanas ao nível nacional e sub-regional, inclusivamente legalizando e apoiando correntes comerciais de mercados mais ou menos paralelos, a fim de aproveitar as capacidades de que as populações dão frequentemente provas à margem dos Estados e criar as complementaridades económicas susceptíveis de favorecer integrações regionais mais vastas.

Esse processo passa igualmente pela criação de um sistema monetário único ligado à moeda europeia, como já foi referido, conciliando, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma mais estreita ligação com o mercado europeu e o benefício dos mecanismos de funcionamento de um mercado único. A médio prazo seria possível conceber para a África Subsaariana dois sistemas monetários: um sob a protecção do euro e outro ligado ao rand sul-africano na África Austral.

De qualquer forma a questão da integração regional passa pela mudança de natureza dos Estados africanos, que deverão deixar de ser Estados reideiros onde predomina um sistema de regulação com base na distribuição de riquezas entre os membros do clã governamental, para serem verdadeiros Estados modernos assentes numa estrutura económica de produção de massa respondendo às necessidades reais das populações.

⁴⁶ A intrincada questão da definição de “nações”, “estados”, “povos” é tratada, entre outros, por Godinec 1996.



A terminologia correntemente utilizada para caracterizar o chamado processo de "integração regional" em África é variável: "união aduaneira", "zona preferencial", "comunidade económica", "união económica" o que provoca algumas confusões sobre as situações que esses conceitos realmente traduzem.

Relembramos as conhecidas categorias do processo de integração inspiradas em Jacob Viner (Viner 1961, Balassa 1972, Porto 1991):

Zona de Comércio Livre: implica supressão de restrições quantitativas e de direitos alfandegários sobre os produtos dos países que fazem parte do grupo regional, mantendo cada país a sua própria pauta aduaneira em relação ao resto do mundo;

União Aduaneira: para além dos elementos que definem a zona de comércio livre, inclui igualmente direitos aduaneiros comuns em relação aos países exteriores ao grupo, ou seja, é adoptada uma pauta externa comum;

Mercado Comum: compreende ainda a supressão de restrições aos movimentos dos factores de produção (trabalho e capital) no interior da zona regional;

União Económica: traduz, para além dos elementos anteriores, a existência de uma harmonização de políticas económicas entre os países membros. Quer dizer, a União Económica envolve não só a integração de produtos e factores mas unifica igualmente as políticas monetária, fiscal, etc.

União Supranacional: fase última da integração económica e política, é a renúncia à soberania em favor de uma autoridade supranacional (Guillaumento 1985, III: 128; Robson 1985; Haberler 1964).

É evidente que nenhum agrupamento regional em África ultrapassou na melhor das hipóteses o primeiro estágio.

A expressão "integração económica", que utilizaremos por comodidade, tem o sentido limitado que, desde 1950, se costuma empregar: designa uma situação ou um processo envolvendo a combinação de economias separadas em regiões económicas mais alargadas (Robson 1985: 11).

As dificuldades do processo de integração económica em África são, à semelhança de outras regiões do Terceiro Mundo, consideráveis.

Charles P. Kindleberger apontava quatro obstáculos fundamentais:

Em primeiro lugar, os países em desenvolvimento "negoceiam normalmente muito pouco uns com os outros e concentram a actividade do comércio com os países desenvolvidos do exterior".

Por outro lado, quando se trata de novas mercadorias a ser produzidas na área integrada, "é difícil entrar em acordo sobre quem vai produzir o quê".

Em terceiro lugar "as reduções de tarifas são difíceis para os países que têm uma balança de pagamentos negativa" e que precisam das receitas alfandegárias. Acrescente-se que, muitas vezes nem sequer são as tarifas que restringem o comércio mas sim as quotas e os controlos cambiais, o que exige acordos especiais de pagamento, sem os quais "a escolha recai sobre não aceitar as preferências ou ter uma balança de pagamentos enfraquecida".

Enfim, aparece o problema dos "ganhos e perdas entre os vários países", sobretudo quando os países do grupo têm níveis de desenvolvimento diferente, como acontece na CEDEAO por exemplo.

A apreciação de Kindleberger sobre a integração económica no Terceiro Mundo é pessimista. Segundo este autor o principal laço comum dos países em desenvolvimento é serem "todos pobres". E acrescenta: "Mas há uma grande diferença na solidariedade dos pobres, quando todos sabem que podem permanecer assim, e as tensões que surgem entre os pobres à medida que competem uns com os outros para sair do estado de pobreza. Talvez seja verdade que todos juntos podem ter um progresso económico maior do que permanecerem separados. Mas existe sempre a possibilidade de um ir mais rapidamente do que os outros, e esta possibilidade age como um inibidor da cooperação económica regional".

Paradoxalmente muitos países "pobres" são na verdade potencialmente ricos em recursos. Além disso, entre as dificuldades que o movimento de integração tem encontrado em África encontram-se também factores de origem económica e política tanto interna como externa⁴⁷.

Admite-se que a integração entre países vizinhos pode ser processada por duas vias: pela liberalização do comércio - "*integração horizontal*" - e pela via dos projectos de desenvolvimento - "*cooperação funcional*" (Hofmeier 1988: 57). Reserva-se a expressão "*integração vertical*" para a integração que conjuga países africanos e europeus, segundo a proposta da França em relação à CEAO e de que nos ocupamos noutra local.

Nesses casos, as condições necessárias à integração económica seriam, no plano "horizontal", a progressiva liberdade de circulação dos bens e factores de produção até se atingir a total ausência de discriminação e, no plano "funcional", a existência de projectos concretos que possam combinar recursos e vantagens comparativas, comunicações fáceis (rodoviárias, ferroviárias, telefónicas, telegráficas etc.) e operacionalidade de portos para escoamento das exportações e importações.

É óbvio que nem um nem outro se podem desligar do conjunto de factores que formam o todo societal.

Portanto o processo de integração é, ao mesmo tempo, espacial, sectorial e geral (na medida em que implica a totalidade da actividade produtiva).

P. Robson chama a atenção para o facto que, em termos de teoria ortodoxa da união aduaneira, a integração dos PED é irrelevante porque, segundo esta, é pouco provável que a integração económica actue significativamente sobre o volume dos recursos afectos à produção de matérias primas e também porque esses países importam produtos manufacturados que não são produzidos por eles. Em tais condições, segundo a teoria ortodoxa, a união aduaneira não

⁴⁷ Em 1983, devido a dificuldades económicas, a Nigéria não hesitou em expulsar do seu território 2 milhões de estrangeiros, oriundos dos países africanos limítrofes. Em 1985 voltou a expulsar com brutalidade 700 000 imigrantes, dos quais 50 % eram naturais do Gana, motivando protestos contra os "maus tratamentos" infligidos a esses imigrantes, muitos dos quais teriam visto mesmo os seus bens confiscados. Na altura a Nigéria foi acusada de não cumprir as suas obrigações como membro da CEDEAO. Segundo a imprensa da altura, esta expulsão em massa e em condições dramáticas foi "duramente ressentida na maior parte dos países da África e pensa-se que ela vibra um golpe severo na solidariedade africana". Cf. *Jeune Afrique Économie* (Paris), no 64, Junho de 1985, pp. 10-11.

teria qualquer incidência nesses países.

Robson observa ainda que essa conclusão é inexata porque parte de um pressuposto falso: as razões da integração económica dos PED não estão nas vantagens obtidas pelas alterações da estrutura do comércio existente (o qual se baseia na estrutura produtiva em actividade), mas sim nos efeitos que a criação de mercados regionais tem sobre esses PED, quer através das maiores oportunidades de investimento (interno e estrangeiro) que eles proporcionam, quer pela inevitável necessidade de mobilizar recursos disponíveis (ou potenciais) que, a prazo, a nova conjuntura implica.

Dito de outro modo, o problema não reside no impacto sobre a capacidade instalada, mas "sobre" as estruturas potenciais que emergirão, necessariamente acompanhadas das vantagens de uma racionalização renovadora. O problema não é portanto estático mas dinâmico, e supõe linhas de orientação diferentes das que seriam aplicadas nos países desenvolvidos. De facto, se nestes os mecanismos de mercado podem, teoricamente, fazer funcionar a integração, já o mesmo não acontece nos PED onde é necessária uma "estratégia de integração mais afirmativa".

Por sua vez, Michael Todaro considera que uma importante variável da doutrina do livre comércio que pode ser aplicável nos países do Terceiro Mundo é a teoria da integração económica (Todaro 1994). As conclusões pessimistas do trabalho pioneiro de Jacob Viner (1950) constituem "um *plaidoyer* contra as uniões aduaneiras" (Diouf 1984).

Porém a teoria de Viner foi sobretudo pensada em relação às economias industrializadas e parece de limitada utilidade para apreciar a situação específica dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo⁴⁸.

Isso não quer dizer que muitos dos seus conceitos não proporcionem critérios válidos sobre os quais é possível avaliar o provável sucesso ou fracasso a curto prazo da cooperação económica entre países do Terceiro Mundo (Todaro 1994).

Nestes casos o problema é "dinâmico e de longo prazo" porque a integração nos PED diz respeito quer às indústrias já em funcionamento, quer às indústrias ainda não estabelecidas para o aproveitamento de economias de escala. De facto, muitos PED em África não dispõem de um mercado interno suficiente para viabilizar certas indústrias transformadoras ou para adoptar uma estratégia de desenvolvimento do tipo "industrialização por substituição de importações" que, dadas as dimensões dos mercados nacionais, se esgota rapidamente como aconteceu nas últimas décadas.

O outro fundamento dinâmico da integração económica dos PED é, segundo Todaro, a possibilidade de um planeamento industrial coordenado.

Para além disso há ainda os "critérios de avaliação estáticos" que entroncam directamente na obra de Jacob Viner e que são a "criação de comércio" e os "desvios de

⁴⁸ André Marchal nota que por ocasião dos tratados de Paris (CECA) e de Roma (CEE) apareceram análises teóricas novas e originais, a primeira das quais foi a de J. Viner em 1950. A análise de Viner tem uma importância particular. Todavia, "elaborada em termos de criação e de desvio de comércio, e fazendo abstracção do facto que a CEE forma um conjunto que elabora uma estrutura nova", a sua análise tem pouca utilidade. A. Marchal acrescenta que se a literatura económica inglesa fez grande uso das teorias de Viner, sobretudo do efeito de "desvio de comércio", foi essencialmente para sublinhar os perigos eventuais do Mercado Comum (o tratado de Roma é assinado em 1957) no plano internacional. Cf. Marchal 1971: 233-283.

comércio": *trade creation*" e *"trade diversion"* (Viner 1950. Para uma discussão da teoria de Viner: Lipsey 1960).

Há efeito de criação, quando a união aduaneira conduz (em termos de custo) à substituição de um fornecimento mais caro por um fornecimento mais barato, dentro da união aduaneira. Pelo contrário, há efeito de desvio quando a formação da união aduaneira tem como consequência a aquisição de produtos mais onerosos dentro da união do que fora dela (Bourguinat 1968: 76).

M. Todaro considera que o argumento do desvio de comércio (*"trade diversion"*) deixa de lado, no que se refere aos PED, dois argumentos fundamentais.

Primeiro, devido a potenciais economias de escala, à criação de empregos locais e ao fluxo circular do rendimento dentro da região integrada, um desvio de comércio estático pode acabar por tornar-se uma criação de comércio dinâmica. Segundo, se na falta de integração, cada país-membro fosse proteger a sua indústria local contra fornecedores estrangeiros mais barateiros, a tarifa externa comum dos países-membros não ocasionaria maiores desvios do comércio do que teria ocorrido em outras circunstâncias.

E acrescenta que, se houver economias de escala, poderá surgir a possibilidade da criação de um comércio dinâmico (Todaro 1994).

Em conclusão, para Todaro, conceitos estáticos, mas úteis, como o da criação de comércio e dos desvios do comércio, devem ser analisados no contexto do crescimento e desenvolvimento dinâmicos baseados nas realidades das políticas comerciais correntes nos países do Terceiro Mundo, em vez do vazio teórico dos modelos tradicionais de livre comércio (Todaro 1994).

Portanto as vantagens esperadas da integração económica regional nos países menos desenvolvidos, como é o caso da África Subsariana, diferem das teorias tradicionais.

P. Robson é da opinião que a análise teórica tradicional apresenta várias lacunas: os aspectos distributivos são ignorados; recorre exclusivamente ao método estático-comparativo; pressupõe a concorrência pura; postula a mobilidade de factores nos países mas não entre eles; ignora os custos dos transportes (o que em África é de primeira importância); considera que os direitos alfandegários são a única forma de restrição ao comércio; assume que os preços reflectem custos de oportunidade da produção, que o comércio externo é equilibrado (importações = exportações) e que os recursos são integralmente utilizados (Robson 1985: 27).

No caso dos PED, o fundamento da união aduaneira é menos o movimento em direcção ao comércio livre do que a protecção que a integração regional assegura em relação ao exterior, da qual se espera a criação de um mercado mais vasto susceptível de favorecer a industrialização por substituição de importações, como já se referiu.

Com essa integração regional, os PED tentam combinar as vantagens do comércio livre e do protecção, realizar economias de escala, encontrar respostas políticas às assimetrias das relações comerciais entre países em estádios de certo modo distintos de desenvolvimento ou com diferentes dotações de recursos, consolidar a cooperação económica entre os membros do agrupamento regional africano e obter por essa via uma maior "autonomia colectiva" dos países em desenvolvimento (ver Guillaumont 1985: III).

Desde logo a teoria da integração económica internacional (no sentido de integração de várias nações num bloco regional) ultrapassa a teoria das uniões aduaneiras em três aspectos: a) tem em conta os movimentos internacionais de factores; b) considera preferencialmente o uso de

instrumentos de política económica nacional (e regional) face aos instrumentos meramente comerciais da teoria das uniões aduaneiras; c) avalia a integração por critérios diferentes dos da eficiência na orientação dos recursos (Robson 1985: 14-15).

A integração económica regional em África é porém um fenómeno com múltiplas vertentes e a sua análise tem forçosamente que se inserir numa complexidade feita de rupturas e reconstruções a vários níveis.

P. Robson sublinha ainda que os prós e os contras da integração nos PED dependem da importância prática de factores como: o relevo que é dado à industrialização no desenvolvimento económico; as possibilidades de exportar produtos manufacturados para o mercado mundial; a dimensão das economias de escala nas futuras regiões integradas; as diferenças nos custos de produção industrial entre os vários países membros do agrupamento; a localização dos mercados nos países membros; os custos de transporte no interior da região a integrar (Robson 1985: 231).

De uma maneira geral uma união aduaneira e, por maioria de razão, um mercado comum, é um processo difícil e, por isso mesmo lento, como o demonstram os 30 anos de construção da CEE. Mas quer se trate de países desenvolvidos, como é o caso europeu, ou de países em desenvolvimento, a integração regional pretende suscitar o desenvolvimento complexo e coerente das economias associadas, realizar um novo tipo de especialização entre as nações, não para colocar de um lado produtores de matérias primas e do outro produtores de bens manufacturados, mas para alcançar uma especialização por ramos de indústrias ou mesmo por tipos de produção industrial num mesmo ramo. Conseguir-se-ia dessa maneira uma renovação das economias em crise, harmonizando tanto quanto possível as condições de vida das populações. Tudo indica, como assinalou André Marchal, que é mais frutuoso associar economias comparáveis do que associar economias muito industrializadas e economias regressivas (Marchal 1958: 255-266).

Todavia, as questões que se relacionam com a articulação (nem sempre fácil de pôr em evidência) entre as estratégias de desenvolvimento adoptadas pelos PED, as suas relações externas e o processo de integração regional (Ferreira 1983: 68-70), tornam particularmente árdua a análise dos problemas da África.

Um dos argumentos evocados em favor da associação de vários países, como é o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e doutros agrupamentos no continente africano, é o problema da dimensão do mercado. De facto, muitos países africanos cuja população não ultrapassa 1 milhão de habitantes dentro de territórios frequentemente de escassa superfície, não parecem, à primeira vista, ter condições para, isoladamente, conseguir um desenvolvimento significativo.

É preciso ter presente que as comunidades regionais actualmente existentes em África - apesar de resultarem da associação de vários países que, no conjunto, oferecem muito maior espaço do que os territórios nacionais tomados individualmente - representam mercados "internos" (regionais) ao fim e ao cabo relativamente pouco importantes, com excepção da CEDEAO que atinge 173 milhões de consumidores. A UDEAC tem 16 milhões, a União Mano River 12 milhões, e a população total dos outros agrupamentos regionais ronda os 40 milhões de habitantes.

É não obstante impossível afirmar que a adesão de um país africano a uma "comunidade" regional, com o conseqüente aumento da dimensão do mercado e a existência potencial de economias de escala, obterá necessariamente os resultados positivos esperados.

Tudo indica que a "dimensão do mercado" é uma condição necessária mas não suficiente para se obter resultados eficazes em termos de desenvolvimento.

Se as economias de escala estão, em princípio, directamente relacionadas com a redução dos custos de produção, de que modo e até que ponto o alargamento do mercado "doméstico" (regional), geralmente protegido, é por si só suficiente para permitir às novas indústrias uma redução significativa dos seus custos (Myint 1971: 25-52)?

Porque não há dúvida que sem essa redução dos custos, sem o dinamismo de que resultam a produtividade e a competitividade, as "novas indústrias" depressa se tornarão um peso para o orçamento do Estado e um factor de endividamento externo, como já acontece em inúmeros casos.

A afirmação de H. Myint, segundo a qual a constituição de agrupamentos regionais pode ser "considerada como uma simples extensão da dimensão do mercado" (Myint 1971: 44), parece contestável. Há factores históricos, políticos, sociais e até psicológicos (sobretudo em África) que permitem pensar que a integração regional permanece, apesar dos insucessos, um elemento central nas preocupações de desenvolvimento do continente⁴⁹. É certo que devem ser preenchidas certas condições sem as quais a acção se arrisca a ficar confinada a um mero exercício sem consequências.

Mesmo ao nível da união aduaneira, os países africanos terão que delinear futuramente novas estratégias de desenvolvimento. Neste final de século torna-se claro que a simples "introversão", quer dizer os projectos virados para o mercado regional africano, apesar deste ser melhor dimensionado do que os mercados nacionais, já não é uma garantia suficiente para uma industrialização moderna e competitiva.

É pois necessário implantar indústrias que possam afrontar sem artifícios a concorrência estrangeira tanto no mercado "interno" (nacional ou regional) como no mercado internacional. Ou seja, indústrias que, conservando uma forte ligação com a procura nacional (essa condição é essencial) estejam aptas a desempenhar um papel nas exportações.

A estratégia de substituição de importações ao abrigo de barreiras alfandegárias fortemente protectoras só tem pleno sentido se concebida, note-se, como uma *fase transitória* de aquisição de conhecimentos e de experiência dos países em desenvolvimento (PED) e não como um fim em si mesma, como aconteceu antes (ver Engelhard 1998).

É neste terreno que se afrontam as teorias "livre-cambistas" ou liberais preconizando a "abertura ao exterior" como estratégia de desenvolvimento para os PED e as teorias proteccionistas orientadas para a criação prioritária de um mais vasto mercado "doméstico" (regional), susceptível de aproveitar as economias de escala que implicam as indivisibilidades tecnológicas características da economia moderna (Nezeys 1985: 82. Ver também Lassudrie-Duchêne et Reiffers 1985; Guillaumont 1988b).

Todavia o debate não é hoje tão polarizado como se pretende por vezes, e muitos economistas, tal como certos governos dos PED e a maioria das instituições internacionais, procuram soluções mistas de compromisso, nem sempre desprovidas de hesitações ou ambiguidades, diga-se de passagem.

⁴⁹ André Marchal fala, a propósito da CEE, de efeito estimulante (psicológico), efeito de agrupamento e efeito de especialização. Cf. Marchal 1971: 257-259.

Com efeito, parece difícil adoptar uma política de desenvolvimento exclusivamente "virada para o exterior" sem que hajam pelo menos formas de regulação (Boyer 1986; Lipietz s/d) que, segundo critérios de racionalidade económica, definam prioridades e orientem os investimentos para sectores que sirvam os interesses a curto e a longo prazos dos PED.

Também as políticas proteccionistas, "viradas para o mercado interno", não podem ser aplicadas rigidamente sem correr o risco de comprometer a modernização de economias mais ou menos isoladas, como a experiência o demonstra.

É aliás importante notar que o conceito de "industrialização" em África foi tomado exclusivamente numa acepção demasiadamente estreita, ou seja como equivalente de criação de "indústrias manufactureiras", sem ter em conta outros elementos fundamentais, como o desenvolvimento de formas modernas de organização e de instituições económicas, a "industrialização" da agricultura com investimentos em capital, a utilização de métodos científicos e de tecnologias modernas (Myint 1971: 28).

A estratégia de industrialização por substituição de importações, "virada para o mercado interno" e praticando um proteccionismo excessivo, consagrou em muitos casos a quase totalidade dos recursos disponíveis a um sector secundário mal dimensionado, instalado invariavelmente nos centros urbanos originando hipertrofias e estrangulamentos⁵⁰, causando profundas rupturas no sector primário dos bens alimentares com o empobrecimento dos camponeses, o êxodo rural, o abandono da agricultura e a diminuição das produções agrícolas. É uma das razões por que muitos PED africanos têm hoje que recorrer a importações alimentares, factor que contribuiu para o agravamento do endividamento externo.

Destes desequilíbrios resultou uma deterioração dos termos de troca internos entre a agricultura e a indústria, o que obrigou os dirigentes africanos a fazerem um tardio balanço da experiência destes últimos 25 anos e a começarem, enfim, a repensar o problema da própria integração nacional, sem a qual a integração regional parece seriamente comprometida (ver por exemplo OUA 1982).

Em muitos casos, a aplicação de um *proteccionismo doutrinário* sob pretexto de pragmatismo, impossibilitou a importação livre de bens de consumo manufacturados baratos que teriam sido necessários para estimular a produção camponesa destinada tanto ao mercado interno como à exportação.

Paradoxalmente, a aparentemente louvável intenção de praticar um proteccionismo destinado a proteger as novas indústrias, praticado com excesso e durante períodos demasiado longos, teve "efeitos perversos" na medida em que acabou por se revelar prejudicial à própria industrialização e deu origem, pela incapacidade de resposta da oferta nacional, a mercados paralelos ruinosos para as economias de certos PED africanos.

Acrescente-se a propósito de alguns dos aspectos que decorrem desta questão do modelo de substituição de importações, que o facto de um PED importar bens de capital e inputs técnicos nada nos diz, em si, do seu desenvolvimento económico e social. Esses bens de capital podem servir essencialmente para produzir mercadorias de consumo de luxo destinadas a satisfazer a procura exclusivamente das classes sociais abastadas. Apesar das estatísticas de importações de

⁵⁰ A propósito do problema da localização das indústrias nos países em desenvolvimento, ver: Moura 1960, obra de referência entre as fontes de origem portuguesa.

bens de capital parecerem indicar um esforço de desenvolvimento, a situação continua desfavorável, tendo-se gerado mesmo importantes deseconomias externas de vária ordem.

Logo, as indústrias de substituição de importações não devem ser consideradas como dados e as necessidades de importação como consequências técnicas do seu funcionamento, como nota justamente H. Myint.

O verdadeiro problema económico é saber se as divisas gastas na aquisição do seus *inputs* tecnicamente necessários não poderiam ser utilizadas mais vantajosamente para outras substituições de importações ou na produção de exportações. Só depois de avaliar a situação nesses termos é que se poderá dizer se a opção escolhida foi a mais conveniente, o que nem sempre tem acontecido.

Esta falta de precaução verifica-se igualmente quando os governos de certos países africanos elaboram projectos de desenvolvimento, por vezes bastante ambiciosos, partindo (pelo menos implicitamente) do princípio que o desnível entre as necessidades previstas e as receitas que se espera tirar das exportações, poderá ser eliminado por uma oferta perfeitamente elástica da ajuda internacional (Myint).

Como demonstrou Elliot Berg, os anos 70 e grande parte dos anos 80 pareceram dar-lhes razão. Hoje os doadores internacionais são muito menos entusiastas e os empréstimos internacionais estão cada vez mais difíceis de obter. Por exemplo, durante muito tempo os representantes dos governos africanos nas "*comunidades económicas*" aprovavam indiscriminadamente a criação de organismos regionais, contando que os doadores cobririam sempre os custos de funcionamento. Essa época terminou, como se verificou com a retirada da USAID do Níger em finais dos anos 80 e hoje com os novos rumos a tomar, como tudo indica, pela Convenção de Lomé ou pelo que dela resta (Berg 1991).

É certo que há excepções. Tudo leva a crer que Cabo Verde é uma delas. Uma das razões do prestígio deste pequeno país, que tem recebido uma importante ajuda internacional desde a independência, deriva justamente da gestão rigorosa e prudente que aplicou durante os anos 70-80 e da sua preocupação em encontrar soluções políticas e económicas pragmáticas que lhe permitam, a prazo, depender o menos possível dessa ajuda.

As tentativas de racionalização da economia e os passos que se começam a dar no caminho de uma "extroversão" assumida em direcção à Europa, talvez via Mauritânia, Maghreb e Portugal, e em direcção às Américas, via Brasil (deixando para mais tarde a precária inserção numa CEDEAO que avança demasiado lentamente) são indicadores interessantes da "estratégia atlântica" de Cabo Verde...

Integração regional versus liberalismo?

É necessário retomar com mais pormenor alguns dos pontos já referidos no capítulo precedente, uma vez que a aparente "dicotomia" integração regional/mundialização é uma questão central da actualidade, do ponto de vista da crescente simbiose entre a economia internacional e as economias nacionais em desenvolvimento.

Como se viu o processo de integração regional⁵¹, iniciado há cerca de duas décadas, tem-

⁵¹ Empregam-se indiferentemente as expressões "zonas preferenciais" ou "zonas de integração".

se mostrado decepcionante ao mesmo tempo que a parte das exportações africanas nas exportações mundiais tem vindo a decrescer, com a consequente marginalização do continente na economia internacional.

Muitos autores viraram-se então para a alternativa proposta pela teoria neoclássica e seu paradigma da extroversão. Todavia, esta opção comporta insuficiências teóricas e, no que se refere aos países africanos, impossibilidades práticas que não parecem responder à situação que o continente atravessa.

O modelo sofreu entretanto uma erosão, e em diversas partes do mundo anos regista-se, nos últimos anos, um novo interesse pela regionalização, sob as suas diferentes formas, da "*Zona de Comércio Preferencial*" à "*União Económica*". Na Europa, no continente americano, na Ásia e na África as zonas preferenciais concentram as atenções dos homens políticos (Mercado Único, NAFTA, Mercosul, transformação da SADCC em SADC, etc.).

No quadro da nova Organização Mundial do Comércio (OMC) o recrudescimento das áreas regionais preferenciais pode ter resultados diversos.

Ou estas actuam como plataformas de reestruturação regional dando tempo à OMC para encontrar soluções adequadas à disparidade das situações, implementando, numa fase posterior, um multilateralismo mais satisfatório que dê resposta aos problemas de mundialização das economias;

Ou a consolidação dessas zonas ameaça constituir um passo irreversível para novos proteccionismos que não excluem guerras comerciais, com gravosas consequências para a economia mundial;

Ou a África se insere, a pouco e pouco, num vasto esquema de "*integração vertical*" com a Comunidade Europeia (CE), incluindo o conjunto da CE e dos países da África Ocidental e Austral numa primeira fase, e da África Central e Oriental numa segunda fase. Os países mediterrânicos da África do Norte (nomeadamente Marrocos e Tunísia) poderiam juntar-se a essa integração vertical euro-africana embora, devido às especificidades da região, este processo devesse ser estudado separadamente.

Dada a estreiteza dos mercados nacionais africanos, parece evidente que o continente deverá reforçar a vertente da integração regional, sem nunca perder de vista a sua inclusão nas correntes comerciais da economia mundial. A regionalização surge como um meio transitório, uma fase preparatória durante a qual as economias africanas deverão operar transformações radicais, quer no plano económico quer no plano político. A integração regional é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento africano, mas, como se disse, tudo leva a crer que se trata de uma condição insuficiente a médio e longo prazos.

A hipótese da "*integração vertical*" supracitada, parece particularmente estimulante, mas faltam ainda os estudos económicos (e outros) que a fundamentem. Porém, há razões para pensar que o entrave fundamental será essencialmente político..



Do fim da segunda guerra mundial até aos anos 80, os homens políticos admitiam que, no plano internacional, os acordos regionais completavam as negociações multilaterais no quadro do GATT (Krugman 1992), não havendo, na prática, contradição entre as duas vias⁵².

Ultimamente a Europa deu passos em frente tanto na sua integração económica e monetária como política e social, o que não prejudicou as relações económicas com o resto do mundo. Este registou igualmente uma forte expansão em grande parte conseguida pelo abaixamento das tarifas aduaneiras resultante das negociações no GATT.

Por seu turno, o continente africano enveredou desde os anos 70 pelas chamadas "Comunidades Económicas", e outros agrupamentos com objectivos similares⁵³. Mas, no essencial a integração proclamada não teve efeitos significativos. O comércio intra-regional africano mantém-se a um nível modesto, não tendo registado melhorias nas últimas três décadas.

Ultimamente os *blocos regionais* parecem afirmar-se em todo o mundo enquanto que o *multilateralismo* continua a encontrar dificuldades (Castro 1991).

O FMI no seu *Boletim* de 21 de Novembro de 1994 considerava que "os efeitos possíveis do Uruguay Round dependerão, no fim de contas, dos esforços de liberalização comercial de cada país" e reconhecia que "certos países em desenvolvimento receiam já que a liberalização dos mercados provoque a desapareição progressiva das preferências e o aumento dos preços das importações alimentares".

Esta instituição não negava alguma razão a essas preocupações, mas confiava que "dado o prazo bastante longo previsto para a aplicação das disposições do Uruguay Round, os custos de transição deverão fazer-se sentir gradualmente dando tempo a que sejam explorados novos mercados que se abrirão entretanto". Por outras palavras, os mecanismos de mercado estabelecerão eles próprios os equilíbrios necessários.

Porém, face às incertezas da globalização liberal, o proteccionismo sobrevive ou recrudescer eventualmente, mas sem projecto ou proposta inovadora outra que um conservadorismo mais ou menos fechado que, curiosamente, abrange todo o espectro político da direita à esquerda⁵⁴.

⁵² Aliás deve dizer-se que a própria teoria do comércio internacional não constituiu, durante muito tempo, uma prioridade quer para os homens políticos quer para os economistas teóricos. João Dias refere essa questão: "Embora grande parte dos economistas veja no comércio externo, e em particular nas exportações, um instrumento indispensável ao desenvolvimento económico, o campo da teoria do comércio internacional tem sido objecto das posições mais díspares, nomeadamente quanto à sua relevância e às vantagens dela decorrentes. Por exemplo, Keynes não lhe atribui particular importância e autores como Raoul Prebisch e Gunnar Myrdal contestam mesmo que dele decorra efeitos benéficos". Cf. Dias 1992: 178. Ver igualmente Porto 1991.

⁵³ Para já não falar do agrupamento regional constituído pelo Quénia, Uganda e Tanzania, na África oriental, prematuramente dissolvido.

⁵⁴ Para além das publicações do Banco Mundial, FMI e OCDE, ver por exemplo: Tamames 1991, Baghwati 1991, Chalmin 1992.

Paul Krugman (1992) põe justamente em relevo o contraste entre o sucesso dos acordos regionais (pelo menos na Europa e na América do Norte) e o relativo fracasso a que estamos a assistir nas tentativas de prosseguir e consolidar a liberalização do comércio à escala mundial. Tudo se passa, com efeito, como se muitos dos homens políticos do Ocidente preferissem ainda consagrar os seus esforços às negociações regionais e bilaterais. Note-se que não é de excluir que esse movimento traduza uma reacção perante os problemas novos - como os dossiers sobre os serviços ou a propriedade intelectual - que requerem soluções inovadoras e consensos difíceis.

Há quem entenda que o prosseguimento do multilateralismo é, em definitivo, mais importante, e receie que os acordos regionais venham comprometer um processo de liberalização, considerado como a garantia mais coerente da solidariedade que deverá nascer da interdependência e da mundialização das economias.

Tendo em conta a realidade africana, a nossa hipótese é que não existe incompatibilidade, antes complementaridade, entre as duas estratégias desde que a integração regional não seja vista como um fim em si, mas como uma etapa de transição para um multilateralismo pleno. Por outras palavras, a integração regional em África é uma necessidade urgente, entre outros motivos devido à exiguidade dos mercados nacionais e porque é urgente ultrapassar a actual não complementaridade entre as economias. A proximidade geográfica dos países a norte e a sul do Saara inseridos nas diversas zonas já formalmente constituídas é um argumento suplementar em favor dessa orientação.

O problema não é, portanto, de saber se os países africanos se devem empenhar exclusivamente numa integração regional, ou se é preferível abandonar esse projecto e preparar-se tão somente para afrontar sem transição a concorrência internacional.

Não se trata da dicotomia simplista: *introversão* versus *extroversão*. Posta nesses termos, a escolha radical e exclusiva de uma dessas vias não teria sentido.

Aliás o próprio GATT, no seu artigo 24º, reconhecia o interesse de uma integração mais estreita das economias nacionais, permitindo que os agrupamentos regionais tivessem acesso à regra geral de tratamento da NMF. Impunha apenas, como única condição, que tais acordos, ao facilitarem o comércio entre os países interessados, não criassem obstáculos ao comércio com os restantes países.

É possível admitir que há compatibilidade entre a constituição de zonas de comércio preferencial em África e a inserção destes países na economia mundial multilateral, desde que o primeiro movimento seja entendido como uma etapa na preparação das economias africanas para melhor enfrentar as condições deste último contexto.

Do ponto de vista metodológico, o problema assemelha-se de certa forma ao das estratégias de industrialização dos anos 60-70. No essencial, a escolha dos países africanos fora então para uma estratégia de "*substituição das importações*", a qual, levada às últimas consequências, acabou por se revelar desajustada. A desilusão daí resultante contribuiu para o descrédito da política de substituição de importações, mas essa reacção foi igualmente excessiva.

Com efeito, o que está em causa não é a "*substituição de importações*" em si, mas o facto de esta ter sido vista como um fim (perspectiva pouco realista, ponto de partida virtual de determinismos ideológicos) e não como um *meio* meramente transitório (visão pragmática ao mesmo tempo que coerente com os pressupostos da teoria), antes de passar tão rapidamente quanto possível, para uma "*estratégia de promoção de exportações*" com as reservas que já fizemos quanto à necessidade de não se verificarem cortes com o mercado interno.

Foi o procedimento dos países asiáticos (Oliveira 1992b, Domenach 1998).

Quanto à hipótese da "*integração vertical*", não é de mais insistir na sua originalidade.

E. Berg nota que, por razões que lhe escapam, esta ideia não reteve ainda a atenção da imprensa mundial apesar de se tratar de uma verdadeira viragem em relação às propostas anteriores e de ser uma opção particularmente original (Berg 1991, e também Guillaumont 1991, Tribandeu 1991).

As grandes linhas dessa proposta são:

Transformar progressivamente a união monetária (Zona Franco) numa verdadeira Comunidade Económica;

Instalar um Mercado Único, mas não através da liberalização do comércio interno e da criação de tarifas exteriores comuns: esse processo revelou-se demasiado violento para os Estados cujas receitas alfandegárias são uma das principais fontes de rendimento.

Na Zona Franco, os países construirão a integração económica sobre as bases da unidade monetária actual e deverão pôr em prática uma abordagem regional para reabilitar os sistemas financeiros da África ocidental; desenvolver jurisprudências, regulamentos e outras instituições comuns; coordenar os problemas económicos.

Vários domínios de actividade foram sugeridos:

Reforma dos regulamentos e instituições nos Seguros, implicando uma lei única para o conjunto da Zona Franco e a criação de uma comissão de supervisão;

Promulgação de um Direito modernizado e unificado no plano regional para toda a Zona Franco, a começar pela UMOA, transformada desde Janeiro de 1994 em *UEMOA-Union Économique et Monétaire Ouest-Africaine*;

Medidas para melhorar o sistema financeiro, encorajar a poupança e criar um mercado financeiro regional mais consistente: reforma da Bolsa de Abidjan com possibilidade de ser criada uma Bolsa Regional; emissão de instrumentos financeiros libelados em Francos CFA; criação de Caixas de Aforro rurais; reforma fiscal em matéria de poupança (eliminação da dupla tributação, deduções na fonte, etc.).

Reforma da Segurança Social, com a criação de uma inspecção financeira regional para vigiar a disciplina da gestão das Caixas.

Criação de mecanismos financeiros e de serviços comuns, de instâncias de controlo do sector público a nível regional, (um Tribunal de Contas), de organismos regionais de formação para a administração económica e de um organismo regional de estatísticas e estudos económicos.

Esta "*integração vertical*" é vista como uma nova maneira de abordar o problema da cooperação económica regional (Berg 1991), muito diferente da "*Integração horizontal*" que se "limitava" a reunir Estados e agentes fisicamente próximos.

O método francês visa instaurar laços mais estreitos entre a Europa e os seus parceiros africanos, escreve E. Berg, o qual considera que este projecto tem alguns trunfos: o sistema monetário comum, o hábito da cooperação económica, a herança que todos partilham (língua, instituições), um problema que é a reabilitação dos seus sistemas financeiros e o reforço dos sistemas jurídicos e legislativos.

Todavia esta estratégia levanta incertezas e dúvidas.

Que países farão parte: só a UMOA ou UEMOA? a Zona Franco? os países francófonos não pertencentes à Zona Franco? outros? Como encarar a transformação da união monetária em

união económica se os países exteriores à Zona Franco forem incluídos? Mas se estes forem excluídos a construção será provavelmente artificial.

O financiamento das novas instituições também pode constituir uma dificuldade. Com efeito os outros parceiros desenvolvidos poderão não estar interessados em contribuir para uma iniciativa da França. Se, por acréscimo, tivermos em conta que os governos africanos já não conseguem pagar as cotizações que devem às Organizações Inter-Governamentais (OIG), não será certamente desse lado que virá uma contribuição significativa.

Depois da desvalorização do franco CFA alguns problemas foram resolvidos. Mas ainda é cedo para apreciar plenamente todos os efeitos dessa desvalorização.

Com excepção da ideia de uma Bolsa Regional, não é claro que o quadro regional ou as novas instituições consigam decisivas economias de escala.

É de admitir que a "integração vertical" nos moldes propostos possa suscitar reacções negativas nos Estados fora da Zona Franco, dado que muitos verão nessa iniciativa um "instrumento de divisão", "anti-nigeriano" ou mesmo "neocolonialista"...

Devemos no entanto contrapor a algumas das objecções levantadas um elemento de reflexão sobre o funcionamento da Zona Franco. O franco CFA é convertível em francos franceses graças às contas de operações abertas a cada um dos bancos centrais (BCEAO, BEAC e Banco Central das Comores) das zonas monetárias africanas. Apesar de ter funcionado satisfatoriamente durante décadas a como um verdadeiro "sistema monetário franco-africano", a zona franco não engendrou uma união económica em África, por razões económicas e políticas. Mercê das dificuldades encontradas nos últimos anos o franco CFA acabou por ser desvalorizado em Janeiro de 1994. Mas esta desvalorização constitui apenas uma pequena parte das reformas que se seguirão inevitavelmente.

A primeira grande tarefa que se coloca hoje é de fazer com que a zona franco se transforme numa verdadeira zona de cooperação económica e, se isso for conseguido, de que modo pode inspirar as restantes regiões. A segunda tarefa é de preparar a ligação do franco CFA não ao franco francês mas ao Euro.

Do ponto de vista técnico esta transformação não coloca problemas de maior, ao contrário do que alguns pensam. Isto porque as Contas de Operações são no Tesouro (o que marca bem o carácter político da zona franco) e não no Banco Central de França. Por outras palavras, é o orçamento do Estado que, pelos impostos dos contribuintes, financia as necessidades da zona franco.

Do mesmo modo, nada impede que, em nome de todos os Estados europeus, um futuro organismo centralize contas de operações, e, dentro de um *plafond* a determinar, troque francos CFA ou outra moeda africana contra Euros. A zona franco poderia desaparecer para dar lugar a uma zona Euro extensiva a toda a África, o que só poderia contribuir para reforçar o papel internacional do Euro em substituição do dólar e do ien. Não é certamente por acaso que vários países africanos anglófonos são candidatos a membros da zona franco, e estariam logicamente interessados em aderir a uma *zona Euro* africana que alguns - quando se falava de Écu e ainda não de Euro - chamaram "*Afrécu*". Para quem pense que este projecto é irrealista, é conveniente relembrar que a soma total do PIB de toda a África Subsaariana (com exclusão da África do Sul) em 1992 era equivalente ao PIB da Bélgica e correspondia a cerca de 47 % do PIB da Espanha. Outro dado significativo: em 1991, ano particularmente difícil para os países africanos, o défice global das contas de operações no Tesouro francês era equivalente a 0,17 % do défice do

Orçamento Geral do Estado francês. Isto quer dizer que, mesmo em períodos difíceis de déficit global das contas de operações (que quase sempre registaram saldos positivos), esse déficit tem sido pouco significativo para as finanças da França. Num sistema de contas de operações consolidado ao nível da UE, um tal esforço seria propriamente irrisório no plano financeiro (Lelart 1994).

O problema que se coloca é portanto essencialmente político. No plano económico e financeiro, a *integração euro-africana* (com rigor que a sua construção pressupõe) está portanto longe de ser um objectivo utópico, substituindo com vantagem os desperdícios de uma Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) actualmente em vigor que, ela sim, necessita de ser profundamente revista.

É certo que a ideia não parece exequível de imediato e precisa ser aprofundada e estudadas as fases de um eventual começo de execução. Mas não cremos que seja uma impossibilidade em absoluto. Ela afigura-se, em todo o caso, suficientemente estimulante para merecer alguma atenção dos analistas.



Por tudo o que já foi dito, parece também óbvio que a formação de zonas preferenciais, vistas como zonas proteccionistas de dimensão regional, não pode razoavelmente ser encarada como um objectivo que traria, enfim, a "*solução*" dos problemas africanos, mas apenas como um meio para atingir resultados mais vastos e duradouros.

Por várias razões, de que destacamos apenas duas: Supondo que as zonas actualmente existentes conseguiram uma rápida e harmoniosa integração, os espaços assim definidos não constituiriam, a médio prazo, mercados só por si suficientes para dispensar a contribuição internacional, com excepção talvez da CEDEAO (cerca de 250 milhões de habitantes) e da SADC (cerca de 100 milhões) se determinadas condições fossem preenchidas o que é, por enquanto, muito aleatório.

Uma razão suplementar, de importância decisiva, tem a ver com o estágio do desenvolvimento africano. Este é hoje, mais do que nunca, tributário da cooperação internacional, especialmente comunitária (capitais, tecnologia, formação de recursos humanos qualificados, mercados para os produtos africanos em aplicação da Convenção de Lomé, regimes de estabilização de receitas como o Stabex e o Sysmin). Como a experiência já o demonstrou, a África não teria nada a ganhar com um proteccionismo prolongado e, menos ainda, com uma actuação que representasse um corte radical com o exterior.

Todavia, a integração regional pode ser abordada como um processo transitório "*educador*", ou seja, como um instrumento de preparação da mudança dentro de parâmetros controláveis e submetido a objectivos faseados. Desse ponto de vista, afigura-se mesmo indispensável à sobrevivência das pequenas nações do continente africano.

Num plano mais abrangente mantêm-se, no entanto, velhas divergências entre peritos acerca da oportunidade das zonas de comércio preferencial.

Uns, vêm nelas uma condição do desenvolvimento dos países, especialmente no que diz respeito aos países do Sul (Diouf 1984, Robson 1987. Para a América Latina: Rego 1982).

Outros, exprimem reservas e preocupações relativamente aos movimentos de integração

regional, na medida em que podem ameaçar ou retardar a opção do multilateralismo que a acção da OMC e da UNCTAD deveriam continuar a aprofundar.

A dificuldade em obter um consenso nesta matéria resulta tanto da ambiguidade inerente à análise económica das vantagens que oferecem os dispositivos do comércio preferencial, como das considerações político-económicas que rodeiam as negociações internacionais (Krugman 1992).

Poder-se-á ainda acrescentar que o *paradigma da extroversão* em vigor na década de 80, mas já com menos impacte em finais de 1998, segundo o qual o crescimento das nações depende da sua abertura ao exterior, pode estar a ceder o passo a uma nova versão actualizada do *paradigma da introversão* nos países em desenvolvimento, ainda que em moldes diferentes dos que o caracterizaram em 1960-70.

Mesmo que tal não aconteça, o certo é que o "paradigma da extroversão" encontra dificuldades crescentes na sua formulação neoclássica.

Quer dizer, que se ele procura responder com mais "*realismo*" do que a antiga concepção fechada do desenvolvimento aos problemas da actualidade neste fim do século, nem por isso deixa de assentar em hipóteses igualmente restritivas. Por exemplo, a tese segundo a qual o desenvolvimento "depende da abertura ao exterior", postula implicitamente que o alargamento do mercado permite aproximar-se da situação de *concorrência pura e perfeita*, único meio de otimizar o processo de crescimento/desenvolvimento.

Este pensamento pressupõe igualmente uma rejeição do papel do Estado e das empresas públicas, sem que isso seja equilibrado por qualquer crítica ao comportamento das grandes firmas privadas e às estruturas oligopolísticas de certos mercados (por exemplo de matérias-primas) que perturbam necessariamente equilíbrios macroeconómicos.

Esta postura esquece justamente os ensinamentos de Alfred Marshall que tinha mostrado a lógica do comportamento da firma privada, a qual conduz sempre à procura de uma situação de renda de tipo oligopolístico ou monopolístico.

A. Marshall escreveu que "nunca se supôs que o monopolista, em busca da sua vantagem própria, fosse naturalmente guiado pelo caminho mais conducente ao bem-estar da sociedade como um todo, como se ele fosse considerado de importância igual a qualquer outro membro. A doutrina da satisfação máxima jamais se aplicou à procura e à oferta de mercadorias monopolizadas (...). E ainda: "Um dos principais elementos de sucesso na empresas privadas é a faculdade de pesar as vantagens e as desvantagens de qualquer iniciativa proposta, e de lhe atribuir a verdadeira importância relativa (...). Mas, infelizmente as vantagens assim ponderadas umas contra outras são todas elas tomadas de um ponto de vista, o do produtor; e não há muitos que se preocupem em pesar, uns em face dos outros, os valores relativos dos interesses que os consumidores e os produtores têm nas diferentes soluções possíveis (...)" (Marshall 1988, II: 108, 117. Na 8ª ed. inglesa ver págs 477 e 491).

Estas reflexões podem talvez ser ilustradas pela recente tentativa das grandes firmas transnacionais imporem unilateralmente as suas regras evocando o "liberalismo".

Com efeito, a agitação internacional provocada em meados de 1998 por um projectado "*Acordo Multilateral sobre o Investimento*" (AMI), preparado em grande segredo pelos tecnocratas da OCDE no castelo de La Muette, foi um aviso de que a acção das firmas transnacionais (FTN) vai bem no sentido a que Alfred Marshall fazia referência.

A orientação seguida pelo AMI reduzia praticamente a zero a capacidade de

intervenção dos Estados quanto às condições ditadas unilateralmente pelas firmas transnacionais referentes aos movimentos de capitais e aos investimentos a efectuar naqueles países.

As *organizações não governamentais* (ONG), denunciaram a tempo a perigosa iniquidade do AMI, obrigando os seus ideólogos a um recuo precipitado. As repercussões negativas junto da opinião pública obrigaram os governos dos países industrializados a reagir finalmente perante as tentações monopolistas que estavam implícitas nesse projectado “*acordo*”.

Porém, muitos continuam a acreditar, incluindo nas instituições internacionais, que a economia pode ser pensada isoladamente, e que um novo AMI para organizar o quadro comum dos investimentos estrangeiros à escala planetária será benéfico, tanto para os países industrializados como para os países em desenvolvimento. As condições draconianas previstas na primeira versão do documento deixam dúvidas legítimas quanto às suas vantagens, em especial para os países do Sul.

Evidentemente que muitas reformas são indispensáveis e que o investimento directo estrangeiro é importante para o desenvolvimento. Mas é absurdo pretender que todas as regiões serão igualmente beneficiadas. É esquecer que dois terços do comércio mundial se efectua por iniciativa ou sob o controle das firmas transnacionais, metade do qual é intra-grupo, ou seja entre filiais da mesma empresa situada em países diferentes ou entre filiais e sede. As condições são por demais desequilibradas para que o argumento da “*concorrência benéfica para todos*” - vantagem e razão de ser da tese de um mercado internacional livre - possa ser inteiramente convincente.

Para apreciar o que está em jogo, basta referir que o montante total das transacções das cinco maiores FTN do mundo é de cerca de 526 mil milhões de dólares (em 1995), superior ao PNB do Médio Oriente e da África (455 mil milhões USD) ou da Ásia do Sul (297 mil milhões USD). Estes números podem ser comparados também com a ajuda de todos os países do Norte ao desenvolvimento do Sul (40 mil milhões USD por ano). Os interesses da FTN e dos seus accionistas, mesmo sem pôr a sua legitimidade em causa, são antes de mais particulares e não podem ser confundidos com o interesse público. Em princípio, nada impede que os primeiros se conjuguem com este último, mas para isso - supondo que estamos a falar da mesma coisa, ou seja de interesse comum - é necessário enquadramento e intervenção estatal, pelo que o postulado do contínuo enfraquecimento do Estado é uma contradição nos termos.

Também não é verdade que os investimentos das FTN beneficiem do mesmo modo os países do Norte e do Sul. Elas investem em prioridade nos primeiros e só cerca de uma dezena de países em desenvolvimento recebem os fluxos de investimento das FTN. Não há razão aparente para que as coisas mudem se o AMI vier a ser implementado. É evidente que, no estado actual das coisas, os interesses das nações não coincidem com os das FTN, como o próprio texto do AMI o revelava.

Por exemplo, quando este estabelecia que os investidores nacionais e internacionais tivessem o mesmo tratamento, impunha condições draconianas aos estados signatários. Entre outras limitações, estes não poderiam impor o recrutamento de uma certa percentagem de trabalhadores locais, sendo-lhe igualmente vedada a possibilidade de expropriar investimentos privados sob pena de serem processados pelas FTN. Numa palavra, submetida ao AMI - esse

“*novo manifesto do capitalismo mundial*”, como já foi chamado - a margem de manobra dos Estados-nações seria praticamente reduzida a zero.

O problema é que a democracia é essencialmente exercida no quadro nacional, pelo que a capacidade de decisão colectiva – directa ou por intermédio de representantes eleitos - seria irremediavelmente posta em causa, em benefício exclusivo de interesses, que, por definição, não respondem perante nenhum controle democrático seja de que espécie for. Mais uma vez se verifica que tais matérias são, em última instância, de índole política pelo que a evocação de inelutáveis “leis” económicas apenas serve para esconder a sua verdadeira natureza.



Na prática assiste-se, desde a década de 80, a um progressivo avanço da tendência que dá prioridade aos acordos regionais perante a dificuldade em aprofundar os acordos mundiais sobre o comércio livre. Este estado de coisas suscita algumas interrogações.

É legítimo perguntar se as duas vias são inconciliáveis. Se assim for estaremos perante o risco de ruptura no processo de abertura da economia mundial?

Para muitos a perspectiva é preocupante, atendendo a que os resultados do GATT durante as três últimas décadas foram, sem dúvida, significativos para o crescimento da economia mundial, mesmo se os PED beneficiaram muito menos do que inicialmente se esperava⁵⁵.

Sendo assim, tratar-se-ia do ressurgimento de um protecçionismo, não já localizado ao nível de cada país, mas implantado em zonas geográficas de maior extensão. Não sendo acautelados os grandes desígnios de solidariedade planetária implícitos no projecto multilateralista, as consequências desse protecçionismo poderiam ser gravosas se quebrassem sinergias da interdependência global. Redimensionados os espaços preferenciais, surgiriam estrangulamentos económicos e linhas divisórias característica de um neo-mercantilismo de mais vastas repercussões do que o antigo mercantilismo do século XIX, gerador de tensões e afrontamentos à escala global.

É, pois, urgente que o debate seja clarificado. Quer acerca das condições e consequências a que o novo protecçionismo poderá conduzir, quer do alcance e limitações do liberalismo actualmente em voga.

Veremos se é possível uma solução "intermédia". Supondo que, evitando as soluções extremas e conseguindo os equilíbrios suficientes, as duas vias, multilateralismo e integração regional, se mantêm paralelamente, será possível uma liberalização a duas velocidades? E, nesse caso, poder-se-á exigir que cada país integrado numa zona preferencial ofereça a qualquer outro (do resto do mundo) as mesmas vantagens que proporciona aos seus parceiros do agrupamento?

⁵⁵ Ramon Tamames fala mesmo, a propósito dos países em desenvolvimento que são membros do GATT, dos “*convidados de pedra*” sem voz nem poder nesta instituição internacional (Tamames 1991). A OMC tem condições para remediar esse estado de coisas num sentido mais equitativo. Os parceiros industrializados aceitarão facilmente essa redistribuição de poder?

(Krugman 1992).

Admitamos a hipótese que o mundo é tanto mais próspero quanto maior for a liberdade de comércio multilateral. Aceitemos ainda que, por definição, a criação de uma zona de comércio preferencial contraria o princípio da liberdade atrás apontada.

Será porém correcto concluir destes postulados, como fazem certos autores liberais, que a criação de zonas preferenciais é inversamente proporcional à prosperidade do mundo?

Este raciocínio linear estabelece uma relação de causa a efeito que continua a merecer discussão.

É certo que os possíveis efeitos das zonas preferenciais suscitaram críticas e objecções conhecidas, cuja fundamentação é relevante.

Um desses efeitos decorre de um sempre possível "*desvio de comércio*": se as trocas suplementares que têm lugar entre os membros de um bloco regional não resultarem em criação nova, mas (devido em especial a barreiras proteccionistas) consistiram apenas numa distorção de comércio em detrimento de países exteriores a esse bloco e em prejuízo de uma mais racional alocação de recursos, a eficácia económica do mundo diminui necessariamente em resultado desse "desvio"⁵⁶.

Outro efeito é o do "*empobrecimento de países terceiros*", uma vez que o aparecimento de uma zona de comércio preferencial pode causar prejuízos a países que não fazem parte dela, mesmo que não seja agravada a tarifa exterior comum da zona.

Uma terceira consequência seria a "*guerra comercial*", considerando que os blocos regionais, mais extensos e poderosos do que os países que os compõem, podem ser tentados por políticas comerciais agressivas que, prejudicando o desenvolvimento do comércio entre blocos, acabam por prejudicar todos⁵⁷. Embora ainda seja prematuro tirar conclusões, há alguns indícios que levam a recear que a NAFTA e a CE possam vir a adoptar medidas prejudiciais aos objectivos multilateralistas da OMC⁵⁸. Não obstante, tudo leva a crer que tanto a América do Norte como a Europa não enveredarão por uma "guerra comercial" apesar das dificuldades nos dossiers dos serviços e da agricultura (USA Europa) e das pescas (Canadá).

⁵⁶ Pelo contrário, se esse comércio suplementar no interior do bloco constituir um acrescentamento ao comércio mundial, o grupo terá contribuído para uma maior eficácia do mundo ("efeito de criação de comércio")

⁵⁷ É o efeito do chamado "*dilema do prisioneiro*" que põe em relevo a eventual contradição que pode existir entre os interesses individuais e colectivos. V. sobre o "dilema do prisioneiro": Heap and Varoufakis 1995: 146-166.

⁵⁸ Em Março de 1993 o Conselho para a Competitividade dos EUA apresentou ao Presidente B. Clinton um relatório onde recomendava "*subvenções estatais aos exportadores norte-americanos*" e uma política comercial americana mais agressiva em relação ao exterior, sublinhando que os EUA deverão "*exercer uma forte pressão nas negociações multilaterais, regionais e bilaterais para abrir os mercados aos produtos americanos*" (Cf. imprensa diária). Aquando do encontro entre os Presidentes Clinton e Mitterrand, em Washington, em 9 de Março de 1993, o presidente americano rejeitou as acusações de proteccionismo mas confirmou que os EUA entendiam ripostar a qualquer "concorrência desleal". É conveniente lembrar que a política comercial dos EUA tem sido influenciada nos últimos anos pela Professora Laura Tyson, autora de uma obra sobre as relações comerciais e suas implicações industriais, onde se poderão colher elementos para melhor compreender a futura política americana nesta matéria: Tyson 1992.

É todavia necessário acrescentar que a integração, especialmente nos países em desenvolvimento como os africanos, não implica apenas os efeitos negativos anteriormente mencionados.

A dicotomia demasiado simples de "*criação-desvio*", negligencia aspectos positivos das uniões aduaneiras.

Em certas condições, estas permitem induzir igualmente uma diminuição das distorções do consumo nacional.

Por outro lado, devido ao aumento de dimensão do mercado, as uniões aduaneiras podem favorecer o aumento da eficácia produtiva e da competitividade de mercados oligopolísticos susceptíveis de beneficiar de economias de escala, como se verificou na Comunidade europeia posteriormente à assinatura do Tratado de Roma, prevendo-se que o mesmo aconteça, em princípio, na NAFTA.

Por último, a integração é susceptível de melhorar os termos de troca dos países que a compõem.

As consequências da criação dos agrupamentos de integração também depende das circunstâncias.

Tanto podem oferecer ao resto do mundo concessões satisfatórias, como manifestar tendências autárquicas, economicamente irracionais, para bem mostrar o significado político. Esta última hipótese não deve ser completamente excluída da África Austral em particular, tudo dependendo da evolução política da África do Sul pós-apartheid e, complementarmente, de Angola e Moçambique (Rotberg 1985).

A preocupação de autores como Bhagwati é portanto a dois níveis (Bhagwati 1991).

No primeiro, os acordos regionais enfraquecem o sistema multilateral na medida em que os ganhos nas trocas *intra-regionais* são mais do que compensados pelos prejuízos nas trocas *inter-regionais*, provocando assim distorções no comércio mundial.

O segundo, mais importante, reporta-se ao risco de os agrupamentos regionais gastarem todas as suas energias políticas em proveito de interesses específicos e em detrimento do interesse geral (mundial).

É necessário observar que muitas das hipóteses simplificadores utilizadas pelos analistas negam o peso da geografia, quer dizer a extensão das relações privilegiadas de dois ou mais parceiros comerciais, mesmo na ausência de acordos preferenciais.

Ainda é cedo para saber como é que a zona de comércio livre norte americana (NAFTA) fará a sua inserção no sistema comercial internacional. O IIE (*Institut for International Economics*), elaborou um estudo sobre as vantagens esperadas deste agrupamento regional bem como sobre os eventuais problemas que se lhe poderão colocar. As economias dos três países parceiros, ao reestruturarem-se e acentuarem o seu desenvolvimento sob o efeito conjugado das reformas económicas nacionais e dos compromissos aceites no quadro da NAFTA, tornar-se-ão provavelmente mais competitivas nos mercados mundiais. A sua inserção no contexto mais vasto do sistema comercial internacional - regulamentado pelo GATT - assumirá porventura um maior valor.

O eventual sucesso da NAFTA reforçará ou enfraquecerá o sistema comercial internacional? O reforço, ou seja a "*criação de comércio*", só ocorrerá se o sistema regional se submeter às regras da OMC nesta matéria, não levantando em relação a países terceiros, barreiras mais elevadas. Mas se a OMC não conseguir corresponder ao que dela se espera, isso poderá ter

como resultado introduzir uma ruptura nas complementaridades entre as iniciativas regionais e multilaterais (Starrels 1993).

Um dos aspectos interessantes da NAFTA que merece ser destacado é o facto deste agrupamento se distinguir dos outros pelo desnível de desenvolvimento existente entre os seus participantes. Se as primeiras zonas (como o Mercado Comum a seguir ao Tratado de Roma) resultavam de acordos entre países economicamente comparáveis, a NAFTA reúne dois países industrializados (EUA e Canadá) e um terceiro (México) muito menos avançado. Basta relembrar a disparidade de rendimento *per capita*: 2 490 dólares no México em 1990 contra 21 790 dólares nos EUA. Este desnível reflete, bem entendido, diferenças profundas em matéria de capitais e de recursos disponíveis, de desenvolvimento tecnológico e de infraestruturas (Khanna 1993). É um dos motivos porque alguns pensam que a "*integração vertical*" *euro-africana* é uma hipótese de trabalho admissível, desde que inscrita num programa de acção amplo onde tanto a *subsidiariedade* como a *condicionalidade* sejam instrumentos reguladores.

De um modo geral, se os agrupamentos se formarem, não de forma artificial, mas entre países que são parceiros recíprocos em razão de uma história partilhada ou devido à sua proximidade geográfica, a sua criação apresenta vantagens, até porque traduz aproveitamento de sinergias existentes ou potenciais. Ademais, é conveniente não esquecer que, em África, o próprio funcionamento de economias informais e de mercados paralelos que ignoram fronteiras são, de algum modo, também factores de "*integração*"...

Um estudo relacionado com as "zonas naturais" sobre os países do G7 mostrou que o comércio entre os EUA e o Canadá é 13 vezes mais importante do que se os países não fossem vizinhos, e que as trocas entre 4 dos grandes países europeus é 7 vezes mais importante do que seria se o elemento de proximidade geográfica não existisse (Krugman 1992). Esses resultados, embora sejam devidos em parte a acordos já em vigor, mostram também que a proximidade ainda tem um grande papel.

Desta forma, o facto da geografia integrar a faceta regional nas trocas internacionais permite atenuar os receios de que os acordos comunitários conduzam necessariamente a uma situação do tipo "*dilema do prisioneiro*", se, evidentemente, fizermos abstracção dos factores políticos cuja imprevisibilidade pode dar origem a consequências diferentes desta lógica (foi em grande parte o caso da antiga Comunidade Económica da África de Leste).

Os factores políticos não podem portanto ser esquecidos⁵⁹. Muitos autores consideram mesmo que a questão de saber se as zonas de integração regional são ou não desejáveis é mais política do que de económica (Krugman 1992), na medida em que esta acaba por não ser suficientemente conclusiva, espartilhada que está entre vantagens e inconvenientes a nível local e global. A verdadeira objecção à formação de entidades regionais é de ordem política: "É o receio que os acordos regionais perturbem o equilíbrio delicado dos interesses sobre os quais é baseado o GATT". Este pressuposto veícula implicitamente a ideia de que, ao procurar maximizar a prosperidade nacional, tais acordos podem contrariar a solidariedade e a prosperidade mundiais.

A hipótese tem fundamentos lógicos. É porém de recear que a acção da OMC também não consiga convencer os países em desenvolvimento que menos beneficiaram com o

⁵⁹ Por exemplo, Georges Corm, num trabalho notável, põe claramente em relevo a importância do factor político na implosão económica do Médio-Oriente nos últimos quarenta anos (Corm 1991)

multilateralismo preconizado pelo GATT, onde afinal sempre tiveram uma influência reduzida.

A verdade é que apesar da “globalização crescente”, o multilateralismo tem-se deparado com obstáculos consideráveis. As dificuldades encontradas durante as negociações do Uruguay Round ilustram, segundo o FMI, o peso da rigidez estrutural do sistema comercial internacional.

Vários factores explicam essa situação.

Antes de mais, o declínio relativo da preeminência dos Estados Unidos, cuja parte do produto bruto mundial diminuiu, resultante da perda de produtividade e relativo atraso tecnológico em relação a certos países asiáticos e europeus. Os EUA perderam assim a possibilidade de oferecer concessões que coincidiam com os objectivos da OMC.

Outro elemento que tem a ver com a complexidade dos problemas a que a OMC está confrontada, reside no facto de o simples controlo nas fronteiras já não ser adequado às modernas negociações comerciais. Por exemplo, a parte - muitas vezes preponderante - de valor acrescentado intelectual nos produtos industriais não se ajusta aos critérios tradicionais de medição previstos nas velhas pautas aduaneiras, instrumento relativamente transparente e controlável de regulação do comércio (Lafay 1993); por sua vez, o peso frequentemente decisivo do investimento directo torna difícil a distinção entre política comercial (domínio próprio do GATT e agora da OMC) e política de investimentos; enfim, certas intervenções governamentais na economia (mesmo em países dirigidos por liberais e conservadores) dificulta a distinção entre políticas internas e políticas internacionais.

Finalmente, o protecçãoismo que despontou nos anos 70 afastou-se de antigos métodos (como os direitos alfandegários, a contingentação ou o controlo de câmbios) sendo, por consequência, mais difícil de apreender. É o que acontece com as restrições "voluntárias" de exportação, os acordos de organização de mercados, os obstáculos burocráticos ao comércio, etc.

A regulamentação de tais viés é problemática. No seu relatório de 1992 o Fundo Monetário Internacional observava que "as barreiras comerciais levantadas pelos países industrializados tomam cada vez mais a forma de medidas não tarifárias selectivas e discriminatórias que minam os próprios princípios do GATT".

Depois do encontro de Marrakech onde 125 participantes assinaram finalmente os acordos do Uruguay Round, o FMI expressava no seu *Relatório* de 1994, um maior optimismo quanto aos ganhos potenciais que advirão para a economia mundial desde acontecimento.

Por último, assistimos ao aparecimento de novos intervenientes na economia mundial, como é o caso dos países asiáticos, que, sendo institucionalmente diferentes dos seus parceiros ocidentais, aplicam regras distintas mesmo se, formalmente, aderiam aos princípios do GATT e agora da OMC (Domenach 1998). Esse fenómeno é particularmente evidente no Japão, país aberto *de jure*, mas muito protecçãoista *de facto*. O problema foi levantado desde os anos 60 por um autor sueco, profundo conhecedor do Japão. No seu livro, que provocou então alguma celeuma, inclusive no próprio Japão, Hakan Hedberg demonstrava que o chamado "desafio japonês" poderia vir a representar mais cedo ou mais tarde uma ameaça para a economia mundial. Referindo-se por exemplo à "moral da instalação", Hedberg escrevia que "neste capítulo a moral japonesa tem duas faces. Nenhuma liberdade para as empresas estrangeiras em fabricar e exercer a concorrência no Japão, plena liberdade para as sociedades japonesas em instalar-se no estrangeiro. Quando uma empresa de produção estrangeira requer o direito de entrada, essa tentativa é estigmatizada: 'mais um passo na invasão agressiva dos capitais estrangeiros'. Quando uma firma japonesa se instala no estrangeiro, é 'um passo positivo para os

capitais japoneses'. Quando os direitos de instalação num qualquer ramo industrial são 'liberalizados', os japoneses esforçam-se por impedir qualquer produção unificada e lucrativa" (Hedberg 1970: 211).

Mais de duas décadas depois da publicação deste livro, dissipadas que estão algumas ilusões, o mal-estar permanece, a tal ponto que os países desenvolvidos pensam hoje que o Japão contribuiu largamente para enfraquecer a coesão económica mundial, razão pela qual muitos consideram que a grande vantagem dos acordos regionais (CE, NAFTA, etc.) é que eles permitem deixar o Japão de lado.

Esta convicção talvez seja exagerada. Mas é certo que existem preocupações motivadas pelo extraordinário crescimento do investimento directo japonês na Ásia durante a última década e pelo receio que a dominação japonesa nessa área resulte na eliminação da concorrência estrangeira, nomeadamente americana (Schlossstein 1992). Contudo, é justo observar que este fenómeno é em parte justificável pela vizinhança geográfica, tal como acontece na Europa ou na América do Norte. Não há, por enquanto, razões que levem a pensar que a aproximação entre o Japão e os outros países asiáticos seja, à partida, uma ameaça para as relações económicas multilaterais.

É verdade que os obstáculos levantados ao pleno funcionamento do liberalismo explicam o crescente recurso aos acordos regionais de comércio-livre.

Isso também demonstra a importância do elemento político. Devido à complexidade já apontada, os problemas decorrentes do comércio internacional podem ser mais eficazmente tratados a nível regional do que no plano mundial. Este contexto mais restrito pode oferecer melhores condições para ultrapassar os acordos comerciais e avançar para a própria coordenação das políticas nacionais com abandono mútuo de soberanias, como acontece já na Europa..

O mesmo se poderá talvez dizer da NAFTA com o pacto sobre regulamentação de investimentos e outros mecanismos de integração em vários domínios (ambiente, protecção dos direitos dos assalariados, etc.).

A contrario, a "falta de vontade política" dos governos africanos explica, para muitos analistas, grande parte da morosidade do processo de integração na África ocidental e central.

Em todo o caso, certos autores pensam que os progressos do GATT não teriam sido muito maiores na ausência de acordos regionais, uma vez que o multilateralismo coloca problemas para cuja complexidade não parece haver, por enquanto, soluções razoavelmente satisfatórias. Com efeito, é difícil encarar de momento uma solução comparável noutras partes do mundo à que foi realizada pela CE. Não só pela diversidade de situações mas igualmente pelas profundas disparidades existentes entre o nível de desenvolvimento dos países industrializados e a situação do Terceiro Mundo, particularmente as nações africanas.

Em 1992 o FMI reconhecia que os acordos regionais são uma das características relevantes da evolução do sistema comercial internacional nos nossos dias e considerava que os progressos da integração regional são potencialmente positivos e poderão apoiar o esforço de liberalização, assegurando uma melhoria do nível de vida, desde que tais esforços não comprometam a abertura do sistema comercial. "A experiência prova que os acordos de comércio regionais que tenham efectivamente abolido aos obstáculos às trocas entre os seus membros ao mesmo tempo que se mantiveram abertos ao exterior, não prejudicaram o sistema comercial multilateral".

Todavia, alguns dos administradores do FMI não esconderam o seu receio de os blocos

regionais se fecharem sobre si próprios, o que só complicaria o processo de ajustamento. Mais tarde (1994) o FMI mostrou-se mais confiante, como se viu atrás. Em 1998, com o acentuar da crise asiática e suas repercussões, essa preocupação regressa à medida que alguns países asiáticos começam a erguer barreiras aos fluxos de capitais. O presidente da Malásia já disse que o seu país não vai permitir que a moeda nacional seja negociada fora das fronteiras e a Rússia recusa agora pagar débitos externos. Os observadores vêem nestes casos os sinais precursores de uma onda generalizada de controlo de capitais que desmente o optimismo proclamado em 1997.

O FMI previa há três ou quatro anos que os acordos regionais não deveriam substituir o sistema comercial multilateral e convidava todos os países, em particular os grandes países industrializados, a esforçar-se para que os acordos regionais de comércio fossem compatíveis com o GATT contribuindo para reforçar o sistema comercial multilateral.

Dirigindo-se aos países que aderem a acordos regionais, o FMI sugeria igualmente que fizessem com que esses acordos não tivessem como consequência agravar o nível médio de protecção em relação a países não membros.

É incontestável que tanto a teoria como os factos mostram que uma participação mais activa no comércio mundial deveria melhorar a eficácia do processo de crescimento dos PED, que ganhariam com uma redução dos obstáculos que se opõem ao comércio e à liberalização das suas economias.

Por isso os PED pretendem um melhor e mais alargado acesso aos mercados dos países industrializados, a supressão dos acordos de auto-limitação das exportações e dos contingentes selectivos, bem como uma mais adequada regulamentação das medidas de salvaguarda, a fim de que as restrições impostas pelo artigo XIX⁶⁰ sejam limitadas, temporárias, degressivas e não discriminatórias, mantendo-se ao mesmo tempo o estatuto especial e diferenciado de que gozavam teoricamente como Partes Contratantes do GATT.

Os acordos do Uruguay Round procuraram com efeito responder aos desejos dos países menos desenvolvidos nas negociações que abrangem direitos aduaneiros, medidas não tarifárias, salvaguardas, produtos tropicais e produtos com base em recursos naturais. Contudo, sobre os textéis e vestuário (Acordos Multifibras: AMF), não é possível esperar melhoramentos substanciais num futuro próximo, como o próprio Banco Mundial o reconhece.

Em contrapartida, tentou-se fazer beneficiar os países mais pobres de um *"tratamento diferenciado e mais favorável"*, enquanto que os países desenvolvidos não esperam *"reciprocidade"* pelas concessões acordadas.

Do mesmo modo, foi afirmado o princípio gradativo segundo o qual *"as partes*

⁶⁰ Para fazer face a eventuais dificuldades, a maior parte dos tratados comerciais dão aos países a possibilidade de se libertarem das obrigações assumidas se, por exemplo, um aumento repentino das importações de um país acarreta prejuízos inaceitáveis a determinado sector da sua economia. No caso do GATT o artigo XIX especificava as medidas de urgência autorizadas a título de salvaguarda. Os países têm o direito de instituir um direito aduaneiro ou estabelecer uma contingência para restringir as importações que "causem ou ameacem causar prejuízo grave" aos produtores nacionais, sob reserva de serem preenchidas certas condições. Na prática essas condições podem ser interpretadas de diversas maneiras, e o que deveria ser excepcional e temporário transformou-se demasiadas vezes em obstáculo ao comércio, atingindo mais duramente os PED.

contratantes pouco desenvolvidas esperam que a sua capacidade em dar contribuições ou acordar concessões negociadas (...) melhorará com o desenvolvimento progressivo das suas economias (...) e que, por consequência, elas deverão vir a assumir plenamente a sua parte no conjunto de direitos e deveres decorrentes do acordo geral".

Para o Banco Mundial é porém urgente que os PED decidam se será melhor para eles preservar o seu estatuto especial e diferenciado, ou renunciar a essas vantagens no contexto das negociações multilaterais. O problema não é pacífico, pois há muito que os países industrializados consideram que os privilégios do SGP já não se justificam para uma parte dos PED, pelo menos aqueles cuja situação é hoje muito diferente do que era há cerca de duas décadas. Quer dizer que alguns deles estão actualmente em condições de assumir as responsabilidades inerentes a uma plena adesão aos objectivos da OMC. Foi também por essa razão que os países industrializados, na impossibilidade de integrar o princípio da gradação no SGP, incorporaram unilateralmente certos aspectos à sua própria legislação comercial.

Essas restrições acabaram por ter efeitos negativos para o conjunto dos PED para quem o SGP se mostrou pouco proveitoso. O Banco Mundial refere, por exemplo, que em 1981 os USA compraram 120,3 mil milhões de USD de mercadorias aos PED, mas, nesse total, a parte dos beneficiários do SGP foi de 68,5 mil milhões, dos quais somente 8,4 mil milhões (12,3%) em franquia. Também no caso da Comunidade Europeia se verificou que as importações de países não beneficiários do SGP aumentaram mais do que as oriundas dos próprios países cobertos pelo sistema.

Apesar de os países do Terceiro Mundo não terem beneficiado, de um modo geral, das vantagens do SGP inicialmente previstas⁶¹, os que têm condições para suportar a concorrência internacional recusam também abandonar o regime especial e diferenciado e rejeitam o princípio da gradação. Para as instituições internacionais, esses PED estão a subestimar as vantagens que teriam com uma redução recíproca dos obstáculos ao comércio no quadro das negociações multilaterais, subavaliando igualmente os custos inerentes ao seu estatuto de tributários do SGP. Tal estatuto é tanto mais desvantajoso para os países em desenvolvimento com capacidade de concorrência internacional que, para a maior parte deles, o SGP não cobre certos produtos críticos, como têxteis, vestuário, aço e calçado. Assim, as mercadorias mais susceptíveis de serem exportadas pelos PED são justamente aquelas de que os países industrializados mais se protegem.

Por outro lado, o sistema também não oferece nenhuma garantia a longo prazo e, uma vez que as preferências são acordadas unilateralmente aos PED, os níveis e contingentes variam com a conjuntura e não dão a estes países uma base sólida para alicerçarem projecções económicas fiáveis, mesmo num futuro próximo.

Depois da assinatura do Uruguay Round estamos perante uma alternativa fundamental:

⁶¹ Três anos mais tarde, em 1990, um relatório do Secretariado Geral da UNCTAD indicava também que "...o SGP não atingiu os seus objectivos e tem uma influência menor, embora positiva, sobre o crescimento e a industrialização dos países em desenvolvimento". Ao citar os resultados de um estudo sobre a questão referente ao período 1980-1987, revelava que o SGP só teria permitido aumentar de 1% a 4% as exportações médias de produtos manufacturados dos PED para os países desenvolvidos.

ou o acordo corresponde ao que se espera, e o multilateralismo consolida a abertura de um verdadeiro espaço mundial ou, pelo contrário, assiste-se à explosão em múltiplas alianças regionais.

A resposta está talvez numa via intermédia entre o liberalismo extremo e a autarcia organizada. Ela constituirá uma referência decisiva para os países do Sul, nomeadamente africanos.

A esperança da África estará provavelmente no caminho do pragmatismo e do compromisso, onde a integração regional poderá construir os fundamentos de uma mais rápida inserção do continente na economia global.

Não é de excluir que essa orientação possa conjugar as duas formas de integração: horizontal e vertical.

Esta última ideia encerra, como já foi dito, potencialidades e não é tão utópica como pode parecer à primeira vista. A integração do México na área norte-americana de comércio livre mostra que a hipótese tem algum fundamento embora falte averiguar cabalmente o seu alcance e validade para os países menos desenvolvidos.

Seja qual for a estratégia mais desejável para o desenvolvimento dos países africanos, a evolução dos acontecimentos dependerá de dois factores: por um lado, da efectiva aplicação pela OMC dos resultados obtidos pelo GATT no Uruguay Round; por outro lado, das condições internas dos países africanos e, em última análise, da capacidade política dos respectivos governos em levar por diante as reformas inadiáveis.

Da conjugação das duas vertentes resulta uma outra conclusão mais genérica: a de que a análise do desenvolvimento em África já não pode ser construída, unicamente, nem na visão "introvertida" que caracterizava teorias e políticas económicas nos anos 60-70; nem na perspectiva abstracta da "extroversão" niveladora dos anos 80, que relegava para as outras ciências sociais as diferenças pressentidas.

Essa análise terá forçosamente que articular o contexto e mecanismos internacionais com elementos do desenvolvimento económico e social interno dos países, no pressuposto de que as duas abordagens são indissociáveis. Seja qual for o seu alcance, ela tem pelo menos um mérito: o de tentar delimitar um quadro conceptual mais abrangente para ultrapassar velhos problemas e encontrar novas soluções.

Controvérsias e perspectivas económicas

Os medíocres resultados atingidos pelas experiências de "integração" em África têm várias explicações onde as causas e as consequências por vezes se confundem.

As preferências acordadas a membros do mesmo grupo agravaram o protecționismo em relação ao resto do mundo. No caso da agricultura, o único sector onde um importante comércio poderia ter sido canalizado para países vizinhos em detrimento de países exteriores à zona, continuou a não receber atenção, contrariando as recomendações feitas, logo no início da década de 80, tanto pelo Banco Mundial como pela própria Organização de Unidade Africana (Berg 1981 e OUA 1981).

Nos casos em que foi oficialmente instituída uma zona de livre comércio para os

produtos agrícolas (caso da CEAO), as barreiras não-tarifárias permaneceram muito elevadas, os obstáculos ao comércio persistiram e os circuitos de comércio paralelo, com grande tradição em África, continuaram a ser preponderantes com manifesto prejuízo das finanças públicas.

No sector industrial as dificuldades foram igualmente grandes. Com efeito, para substituir as importações do resto do mundo por importações regionais, teria sido necessário instaurar uma verdadeira concorrência regional, o que supunha a efectiva abolição das barreiras internas, tarifárias e não tarifárias. Ao mesmo tempo, era indispensável substituir as produções locais ineficazes por outras provenientes dos países membros. Os Estados africanos, como, aliás, outros países em desenvolvimento, "não aceitaram sacrificar a sua indústria local (o que teria agravado o desemprego) em nome da cooperação regional" (Berg 1991).

Confirmou-se que a dimensão dos mercados, mesmo a nível regional, não permitem economias de escala suficientes para obter uma maior especialização das economias nacionais. Assim, não se registaram nem maior concorrência nem mais eficácia na indústria africana.

A essas dificuldades, acrescentam-se os desequilíbrios entre países do litoral e países do interior, bem como as disparidades de capacidade económica, se compararmos a Nigéria com os outros países da zona.

A dependência financeira dos pequenos países em relação aos direitos alfandegários que, em muitos casos, constituem a principal fonte de receitas do Estado, tornam os "acordos de compensação" uma das peças essenciais da constituição de zonas preferenciais, na medida em que os Estados mais desenvolvidos aproveitam mais eficazmente os benefícios eventuais da integração económica. Só compensações adequadas - e onerosas - permitiriam aos países de economia mais débil suportar as perdas de receitas decorrentes dessa integração.

Infelizmente os acordos de compensação diminuem também os benefícios retirados da integração pelos Estados mais favorecidos. Para além dos egoísmos nacionais que se adivinham, as compensações podem igualmente prejudicar os esforços de racionalização económica que são a principal justificação da integração.

A dificuldade em de chegar a acordos de compensação aceitáveis para todas as partes prejudicou a especialização industrial na CEAO e na UDEAC. Essas duas zonas substituíram as taxas de importação por uma taxa única: a "*Taxa de Cooperação Regional*" (TCR) na CEAO e a "*Taxa Única*" na UDEAC.

O nível de preferência acordado por esses sistemas, bem como os eventuais beneficiários, são determinados produto por produto, empresa por empresa, em cada país, acordando diversos níveis de protecção a diferentes produtores.

O objectivo inicial era reduzir as desigualdades das oportunidades de que sofriam os membros mais pobres, concedendo-lhes uma taxa inferior. Mas os resultados foram diferentes: redução da concorrência entre produtores pertencentes a um grupo; desencorajamento da especialização; desaparecimento dos benefícios que a criação das trocas poderia deixar esperar, etc.

Por outro lado, as políticas macro-económicas, a maior parte das vezes divergentes, conduziram a sérios problemas das balanças de pagamentos dos membros das zonas de comércio preferencial, muitos dos quais registam significativos défices com outros membros do mesmo grupo. Como as dívidas se acumularam, os países cujos saldos eram positivos, acabaram por diminuir (ou cortar) o crédito aos devedores, o que limitou também o comércio⁶².

⁶² Este fenómeno é mais ou menos geral. Há alguns anos, a despeito da "solidariedade entre os cinco",

Enfim, é conveniente observar que devido à fraqueza das estruturas industriais africanas, o sector industrial é demasiado insignificante para desempenhar actualmente um papel na integração regional (as trocas intra-regionais são constituídas, no essencial, por produtos agrícolas).

Quanto às organizações não comerciais, os resultados são menos bem conhecidos. No essencial as acções inscrevem-se no âmbito das numerosas *Organizações Inter-Governamentais (OIG)*.

Elas financiam e gerem redes e serviços industriais regionais, controlam recursos naturais (caso do organismos encarregados das bacias fluviais), levantam e emprestam fundos (bancos regionais de desenvolvimento), fornecem serviços técnicos ou asseguram diversos tipos de coordenação, como projectos de investimento agrícola regionais.

Existem cerca de 150 OIG na África Subsaariana (Berg 1991), contando a África ocidental com 30 OIG importantes e muitas de menor dimensão (muitas das quais não se sabe se são operacionais nem o que fazem).

À escala regional, destacam-se duas formas de cooperação não comercial onde as OIG intervêm: as "indústrias integradas" e outras infraestruturas financiadas ou geradas conjuntamente para servir o mercado regional; os organismos para promover tecnologias e novos serviços técnicos (educação, formação, investimento...).

Porém, "raros são os projectos que sobressaem do conjunto" (Berg 1991). Os insucessos marcaram, em geral, as actividades das OIG. Entre os exemplos cita-se o caso da CIMAO (Cimenteries de l'Afrique de l'Ouest), projecto que custou 360 milhões de dólares e que deveria abastecer os três países associados: Gana, Costa do Marfim e Togo. Após alguns meses de funcionamento, o empreendimento cessou a sua actividade (1984). Não somente a procura se mostrara muito inferior às projecções dos economistas, mas também os preços da CIMAO eram o dobro dos preços mundiais.

A única realização com sucesso em finais dos anos 80, na África ocidental, foi o de uma fábrica de garrafas de vidro na Libéria, uma *joint-venture* entre a Líbia e a Nigéria para explorar o mercado reservado da Serra Leoa.

Em domínios exteriores à produção obtiveram-se, todavia, resultados mais encorajadores, como é o caso da central hidroeléctrica entre o Benin e o Togo. A companhia aérea Air Afrique parece igualmente ir conseguindo resolver as dificuldades que se lhe deparam. A situação é mais satisfatória no sector de prestação de serviços técnicos, como acontece em certos programas de Educação Regional, nomeadamente ao nível universitário e na formação de técnicos.

As dificuldades das OIG explicam-se: fraco apoio financeiro dos Estados, sobretudo a partir dos anos 80, em que estes acumularam os atrasos nas suas cotizações à OIG; crescimento económico insuficiente das economias nacionais; austeridade fiscal; climas pouco propícios ao investimento, conflitos de fronteiras⁶³ etc.

Angola deixou de abastecer a Guiné-Bissau em petróleo pelos mesmos motivos...

⁶³ Por exemplo, o contencioso Mauritânia-Senegal desde há alguns anos. Ver: "Fleuve Sénégal: usage contre souveraineté", *Jeune Afrique Économie* Paris, 198, février 1990; "La mise en valeur du fleuve Sénégal et le barrage de Manantali", *Tractabel News*, 4, décembre 1988; *Barrage de Manantali: Sénégal-Mauritanie-Mali: données globales de la question*, Bruxelles, C.E., 6 juin 1992 (policopiado)..

É certo que a CE reservou 10 % dos recursos de Lomé IV para projectos regionais, mas o desbloqueamento das verbas continua a ser demasiado lento. O apoio do Banco Mundial à promoção de estratégias sectoriais a nível regional (transportes, formação regional, regionalização das indústrias) poderá talvez vir a dar ainda alguns frutos.

Quanto ao tema das *regras de origem*, tem havido desacordo dos governos da região (trata-se da parte da empresa que pertence ao país ou da proporção de valor acrescentado local que deve estar incorporado no produto para que este - ou a empresa produtora - possa aceder aos mercados regionais). Tais divergências escondem, na realidade, a questão mais importante do papel que deve ou não ser dado ao capital privado estrangeiro. É um problema fundamentalmente político cuja resolução não está à vista, seja qual for o teor dos discursos oficiais.

Há ainda outro tipo de organismos regionais, fornecedores de serviços técnicos, nomeadamente os de coordenação como o CILSS (*Comité Permanent Inter-États de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel*) ou os Centros (*Ofices*) que gerem as bacias fluviais. Também estes encontram dificuldades de vários tipos:

Mandatos demasiado vastos e imprecisos que, na prática, proíbem a especialização, engendram duplicações de competências e impedem a acumulação de experiências, acabando por prejudicar a sua credibilidade junto de potenciais clientes;

Proliferação do número de organismos sem garantias sólidas por parte dos governos;

Omnipresença da política. Com efeito, demasiado frequentemente a resolução de problemas práticos é inviabilizada por considerações de ordem política. O recrutamento do pessoal dos organismos regionais, por exemplo, obedece frequentemente a critérios políticos, o que não deixa de ter inevitáveis repercussões sobre a sua qualidade, ética profissional e rendimento.

Outro exemplo: em meados dos anos 80 no quadro da CEAO/CEDEAO, conduziu a recomendações que teriam como efeito que a CEAO e todos os seus organismos cessassem, a curto prazo, actividades e, na prática, cortassem com a França. Tais recomendações revelam um irrealismo surpreendente quando se conhecem as múltiplas ligações entre os países francófonos e a França.

Em Julho de 1991, depois de uma reunião dos chefes de Estado da CEDEAO, o comunicado final declarava que "*a autoridade designava a CEDEAO como a única Comunidade Económica da África Ocidental para tudo o que disser respeito à integração regional...*". Por outras palavras, a CEDEAO reafirma uma vez mais que só ela tem legitimidade como organização intergovernamental. Na medida em que os Estados da CEAO fazem parte da CEDEAO, certos autores não hesitam em tecer considerações pouco lisonjeiras sobre as contradições dos governos da CEAO (francófonos) interrogando-se acerca dos intentos estratégicos (económicos e mesmo políticos) da Nigéria, o mais importante país anglófono da região.

Perante as dificuldades encontradas, como é que os países africanos poderão estreitar as suas relações económicas de maneira a construir a integração regional?

Podem distinguir-se quatro estratégias para encontrar uma solução ao problema (Berg 1991):

A abordagem "*dominante*" - que pretende instaurar uma "comunidade económica" totalmente integrada, com base em acordos comerciais preferenciais;

A abordagem "*global*" - orientada para a produção é, desde logo, fundamentalmente

proteccionista. Tem os seus advogados na *CEA-Comissão Económica para a África*, instituição das Nações Unidas;

A abordagem preconizando um *proteccionismo mínimo e orientada para o exterior* - defendida pelos economistas do Banco Mundial. Estes recusam-se a pôr o acento tónico nas preferências regionais, insistindo na necessidade de abertura ao exterior;

A abordagem da "*integração vertical*" *sui generis* como se viu anteriormente..

Cada uma destas estratégias tem fortes defensores. É previsível que a controvérsia continuará a influenciar as orientações africanas para lá da viragem do século.

A abordagem "dominante" tradicional, visa construir, como se viu, espaços regionais integrados com base em zonas de comércio preferencial. O processo de integração tem, pois, uma dominante comercial (CEAO, CEDEAO, etc.).

Os mecanismos são conhecidos:

Substituição de importações por produções regionais, dando aos produtos da zona vantagens em relação aos produtos exteriores ao grupo.

Ao mesmo tempo este procedimento permite favorecer a concorrência no interior da zona à medida que os produtores de cada país conquistarem a parte de mercado dos seus homólogos menos eficazes noutros países do grupo (é o efeito de "criação" de comércio). Desde logo, a especialização, as economias de escala permitirão reduzir os custos e favorecer a competitividade.

Os efeitos de "iniciação" daí decorrentes são uma forma particular de aprendizagem, na medida em que será mais fácil, nesta primeira fase, suportar a concorrência ao nível regional do que ao nível mundial. Assim, a integração regional aparece neste óptica como o ponto de partida (plano regional) para a competitividade ulterior (plano mundial).

Desde logo, seria possível uma melhor utilização da mão-de-obra e do capital graças à livre circulação *transfronteiras* dos agentes económicos. O mercado assim alargado atrairia os investimentos locais e estrangeiros.

Estes argumentos podem ser questionados.

Em primeiro lugar, os resultados até agora obtidos são praticamente insignificantes, suscitando dúvidas sobre a sua validade para uma boa integração dos mercados.

Em segundo lugar as economias africanas continuam a sofrer de falta de complementaridades.

A abordagem "global", de características essencialmente proteccionistas, propõe, por sua vez, uma estratégia baseada no desenvolvimento da produção e das infraestruturas regionais. O modelo da integração comercial é considerado demasiado tímido e excessivamente orientado pelo mercado. Mesmo que a liberalização do comércio tivesse sucesso, apenas acentuaria o fosso já existente entre Estados ricos e pobres, favorecendo os capitais estrangeiros sem modificar fundamentalmente a estrutura das economias. Um dos porta-vozes da abordagem "global" proteccionista é a *Comissão Económica para a África* (CEA) que defende a transformação dos sistemas de produção nacionais e sub-regionais, criando uma infraestrutura sub-regional de transportes e comunicações e desenvolvendo novas capacidades graças a indústrias comunitárias e ao aumento da produtividade agrícola. Nessa perspectiva, a CEA recomenda o abandono da abordagem da integração comercial pela liberalização das trocas, para acordar a prioridade à planificação da produção e à mudança estrutural global. Na prática, implica muito mais investimentos em infraestruturas e em indústrias de base (química, energia, siderurgia...).

Esta estratégia tem gerado acesas discussões.

Ela implica um acentuado intervencionismo estatal, a prioridade à indústria pesada e a rejeição implícita dos investimentos privados, sobretudo estrangeiros. Ou seja, apresenta fortes sintomas de fechamento das regiões sobre si próprias, de dirigismo e de estatismo, concepções que estão claramente ultrapassadas.

Por outro lado, alguns problemas ficam sem resposta.

Não é de mais repetir que mesmo as sub-regiões mais importantes da África Subsaariana não constituíam mercados suficientemente amplos para justificar certos investimentos em indústrias pesadas.

Do mesmo modo, a experiência tem provado (não apenas em África) que a conjugação da gestão pública e dos investimentos não é de modo algum uma garantia suficiente para obter um crescimento sustentável.

Também a substituição de importações por produções locais, completada por uma planificação, teve como principal resultado o aumento dos preços dos bens e dos *inputs* agrícolas, o que quer dizer que os camponeses suportam ainda o essencial dos sacrifícios impostos pelo crescimento urbano e pela criação (hipotética) de uma indústria regional. A agricultura continua a ser relegada para segundo plano quando o seu papel de "locomotiva" do desenvolvimento africano deveria ser reconhecido como prioritário, pelo menos durante as primeiras etapas.

A par destas objecções, poder-se-ia ainda perguntar: de onde viriam os vultuosos capitais indispensáveis a tais empreendimentos?

Muitos analistas da CEA rejeitam a integração pelo mercado porque o essencial dos lucros "vai para as empresas transnacionais". Esta teoria tem vindo a perder terreno na África Subsaariana mas, no fundo, foi ela que inspirou as cláusulas dos acordos de comércio preferencial (os bens beneficiando de um regime preferencial devem ser produzidos por empresas cuja parte de capital local é bem determinada). Mas os mesmos analistas da CEA não parecem ter resposta a uma pergunta: é possível explorar o potencial de mercados mais extensos sem aumentar os investimentos estrangeiros?

A abordagem de um "proteccionismo mínimo" pretende igualmente favorecer o crescimento e dar maior eficácia às economias africanas (Engelhard 1998)

Nesta óptica, as tarifas preferenciais só se justificam a título provisório, aguardando a possibilidade de instalar uma liberalização completa das trocas.

A principal lição das integrações regionais que foram tentadas, dizem os peritos do Banco Mundial, é que o desenvolvimento do comércio, mesmo preferencial, entre países vizinhos não alcançou os efeitos esperados, salvo nalguns poucos produtos. Os melhoramentos de conjunto, quando os houve, resultaram essencialmente do comércio com o resto do mundo e não do comércio regional.

Nessas condições preconizam-se várias medidas.

A primeira será de favorecer uma maior mobilidade dos factores, em vez de se orientar exclusivamente para o quadro estreito da cooperação e da integração regional;

Outra será de dar prioridade, em qualquer esforço de integração, à abertura ao exterior e à criação de trocas (e não à sua canalização). O que significa tender para a convertibilidade das moedas e para a supressão das barreiras não tarifárias;

Enfim, se o objectivo for a manutenção de uma tarifa exterior comum, então o nível dessa tarifa deverá ser o mais baixo possível e somente a título provisório. Tratando-se de

"preferências" a acordar aos membros das "Comunidades Económicas", supondo que o sistema é indispensável, tais preferências devem, quando muito, ficar limitadas a níveis entre 10 e 20 % e desaparecer no espaço de 5 a 7 anos no máximo (Berg 1991).

Estas são, *grosso modo*, algumas das posições dos economistas do Banco Mundial sobre a matéria. Todavia, E. Berg lembra, como bom conhecedor da actividade interna do Banco Mundial, que não há unanimidade no seio desta instituição multilateral: os altos responsáveis e o pessoal do Departamento de Operações são favoráveis à abordagem regional (como se verifica nos esforços para introduzir empréstimos de ajustamentos regionais na África Austral, oriental e na UDEAC, assim como nos trabalhos sobre a liberalização dos mercados regionais de gado na África ocidental). Outros serviços porém rejeitam muito mais energicamente a hipótese de algum protecționismo.

Há todavia autores exteriores à instituição que não deixam de chamar a atenção para certas vantagens da fórmula do "protecționismo temporário" ajustado às condições de uma integração regional, na medida em que a melhor maneira de tornar competitivos sectores industriais ineficazes é de os expor, numa primeira fase, à concorrência regional no quadro de zonas de comércio preferencial.

Uma planificação conjunta de futuros investimentos industriais poderá obter ganhos de produtividade se os países estiverem determinados a fabricar *in loco* bens até aí importados. Por exemplo, quando dois países vizinhos decidem criar, cada um, uma aceraria integrada e uma fábrica química de tamanho demasiado grande para os seus mercados nacionais, podem realizar economias pondo-se de acordo para um deles construir a aceraria e o outro a fábrica química, reservando-se mutuamente os seus mercados (Berg 1991; Cooper and Massell 1961).

Foi feita uma estimativa segundo a qual, seria possível gerar cerca de 5 mil milhões de dólares suplementares na África ocidental se os fornecedores locais que exportam para o exterior da sub-região pudessem ganhar os mercados da sua própria zona, os quais são actualmente abastecidos por fornecedores estrangeiros. Isso permitiria duplicar o comércio regional africano. Elliot Berg observa a esse propósito que "podemos interrogar-nos sobre a validade e fiabilidade dessas estimativas, mas elas comportam incontestavelmente uma parte de verdade".

A mesma observação vale para a análise das flutuações diferenciais da produção agrícola, segundo a qual poderia haver perspectivas interessantes para o comércio de produtos agrícolas entre os países africanos.

Em resumo, a questão do protecționismo é mais complexa do que parece à primeira vista.

Há argumentos a favor do protecționismo que são muito partilhados: protecção contra o *dumping*, apoio a empresas nascentes, etapa de "treino"...

Há igualmente argumentos contra: preço dos *inputs* fixados pelos governos, regulamentação do mercado de trabalho ou das taxas de câmbio que prejudicam a competitividade das empresas...

A posição do Banco Mundial em relação ao protecționismo não está bem definida. Tudo parece indicar que este é aceite desde que permaneça a um nível suficientemente baixo e em períodos bastante curtos, apenas para introduzir a competitividade local.

Porém, a experiência tem demonstrado que essa solução pragmática não é tão simples como parece. Por exemplo, quando se está perante sectores que nunca se tornarão competitivos mas que é difícil abandonar, na medida em que traduzem interesses e direitos adquiridos,

levantando problemas de grande melindre social e político.



Todas as teses em presença são atravessados por um tecido de contradições, dúvidas e incertezas.

Doadores e governos africanos reivindicam em uníssono a ideia de integração, mas nenhuma estratégia é convincente.

A *Comissão Económica para a África*, que começou por apadrinhar a unidade económica do continente por via da integração comercial, parece agora oposta a esse método sem apresentar, todavia, qualquer plano alternativo.

O Banco Mundial que tinha inicialmente apoiado firmemente a integração regional, rejeita hoje os acordos preferenciais de comércio.

Para complicar as coisas, por fim, o Governo francês mudou os termos do debate e avançou com a ideia de estender a integração africana a países não africanos.

Mas tudo indica, se é possível tirar uma conclusão provisória dos dados disponíveis, que a integração revela-se ao fim e ao cabo uma plataforma ou mesmo um laboratório interessante de discussão de novas ideias. Ela está no centro de todas as questões que se referem ao desenvolvimento do continente africano e às relações entre este e a economia mundial. A dívida externa, o ajustamento estrutural, o comércio intra-regional e internacional, a unidade africana ou a questão do Estado, todas elas, de uma maneira ou de outra, cruzam-se com a problemática da integração.

CAPÍTULO IV - Mercados: factor de desenvolvimento?

Já de si problemática, a integração regional em África implica pelo menos um risco: o de o acento tónico ser posto no alargamento do mercado, onde as indústrias ocupariam uma posição dependendo exclusivamente da elasticidade-rendimento da procura para os seus produtos. Nesse caso a diminuição racional dos custos de produção poderia não resultar, em primeiro lugar, da melhoria da produtividade, mas, antes de mais, do alargamento do mercado (regional).

Para minimizar esse risco, o esforço prioritário deveria ser posto na eficiência e na redução dos custos, de maneira a que as empresas ocupassem um lugar nesse mercado em função da elasticidade-preço da procura para os seus produtos (Myint 1971).

Por outras palavras, não é o mercado que tem que se adaptar às capacidades das empresas, mas, pelo contrário, são estas que devem responder às necessidades expressas ou potenciais daquele. O aumento da dimensão do mercado não pode corresponder a uma espécie de "*renda de situação*", mas a um desafio que mobilize energias e capacidades para afrontar a concorrência internacional, com base na modernidade e em dinâmicas vertentes de especialização.

Acrescente-se que uma das causas da insistência de alguns em defender obstinadamente o modelo de substituição de importações, é a desconfiança sistemática em relação às exportações de produtos primários, a qual resulta de, muitas vezes, não se proceder à análise prévia de vantagens comparativas inter-sectoriais nem cuidar de saber "para quê" e "para quem" se destinam as substituições.

Essa atitude baseia-se na ideia que a exportação de produtos primários, mesmo quando permite taxas elevadas de crescimento, é por definição um fenómeno não durável, devido à pressão demográfica sobre a terra e à lei dos rendimentos decrescentes, as quais acabariam por travar esse tipo de expansão.

Estamos, pois, perante a distinção clássica entre uma agricultura com rendimentos decrescentes e uma indústria com rendimentos crescentes, distinção que, vista mais de perto, mereceria discussão. Por exemplo, as biotecnologias modernas podem invalidar em grande parte a tese de uma agricultura com inelutáveis rendimentos decrescentes (Nezeys 1985: 181, Rifkin 1998), embora se reconheça que, nesta matéria o problema da África é mais grave do que nos outros continentes, por razões climáticas e de qualidade dos solos entre outras (Kamarck 1978).

Ademais, valerá talvez a pena sublinhar uma outra questão metodológica: a distinção entre política orientada para as exportações e política de substituição de importações não cobre a distinção entre agricultura e indústria.

De facto pode realizar-se com sucesso um crescimento económico "induzido pelas exportações" quer estas sejam de produtos primários, de produtos industriais ou de prestação de serviços (casos de Porto Rico e de Hong Kong, mas também da Índia).

Inversamente o processo de "substituição de importações" pode não se limitar, para ter sucesso, ao sector industrial. Um sector agrícola melhor aproveitado tem muitas vezes oportunidade de abastecer o mercado interno evitando o recurso a importações gravosas para o orçamento de Estado, como é o caso do fabrico de pão de painço (milho miúdo), de sorgo ou de mandioca (produtos cultivados localmente) em vez do pão de trigo, cereal que tem de ser importado pela África⁶⁴.

Desta forma o sector primário pode agir indirectamente para favorecer a substituição de importações de bens manufacturados industriais, factor que foi demasiadas vezes ignorado pela maioria dos governos africanos.

⁶⁴ Na África Subsaariana os únicos produtores tradicionais de trigo são a Etiópia e um pouco o Sudão. Em 1982, só o Senegal importou cerca de 6 mil milhões de Francos CFA em trigo. A África é hoje um dos maiores consumidores de cereais importados, em parte provenientes da ajuda ocidental. Ela recebe mais de 50 % da ajuda cerealífera mundial quando, nos anos 70, essa percentagem não ultrapassava 5 %. Em 1978 a Guiné-Bissau recebeu 60 kg de cereais por habitante, no quadro da ajuda alimentar, a Gambia e o Senegal 34 kg, a Mauritânia 42 kg, o Burkina Faso (Alto Volta) 12 kg, etc. Nos últimos anos foram tentadas, sem sucesso, experiências de pão de sorgo e pão de mistura (trigo e painço). Também não deram resultados as aplicações da descoberta do Prof. Casier da Faculdade de Ciências Agronómicas de Louvain (devido em parte ao preço do pentosane incorporado) cuja fórmula permite panificar qualquer farinha tropical. Há igualmente resistências de vária origem à utilização de cereais tropicais: hábitos adquiridos dos consumidores, interesses comerciais instalados, falta de políticas governamentais nesse domínio agro-industrial, etc. Cf. *Jeune Afrique Économie*, Paris, Março 1984: 44-49. V. igualmente: M. Meunier, "La panification des produits tropicaux" in *Nourrir Autrement*. Paris, Altersial/Gret, 1981 (citado in *J.A.E.* 1984, ibd).

O relatório do Banco Mundial sobre o *Desenvolvimento no Mundo* de 1991 sublinha vários problemas de importância decisiva para o desenvolvimento, entre os quais a questão do mercado e do papel que o Estado deve desempenhar nesse contexto.

Aliás, no seguimento do PNUD, o Banco Mundial dá agora um maior relevo às vertentes ditas "não económicas" do desenvolvimento (educação, saúde, qualidade de vida, classes sociais mais desprotegidas, etc.), adoptando um liberalismo económico mais cauteloso do que no passado. Se a produtividade depende em grande medida da redução das intervenções do Estado (para não falsear as leis do mercado), também depende do investimento em "capital humano" verdadeira pedra angular do desenvolvimento. Até certo ponto, admite o Banco Mundial, a política intervencionista pode ser necessária e benéfica ao crescimento, como o mostra o caso das economias asiáticas, desde que não perverta a verdade dos preços relativos e permaneça dentro de limites moderados.

O Banco Mundial mostra-se igualmente comedido sobre o alcance das teorias, notando que "o que era outrora considerado como verdade de Evangelho" está hoje "largamente ultrapassado", podendo ser tão imprudente "generalizar, como aderir incondicionalmente a teorias". Do mesmo modo, as análises das últimas décadas sobreavaliaram o crescimento do rendimento "como instrumento de medida da qualidade de vida", abordagem que hoje é necessário reconsiderar.

O desenvolvimento dos mercados depende em grande medida da capacidade em estimular a concorrência, a qual favorece a inovação, a difusão das técnicas e a utilização eficaz dos recursos.

Os mercados nacionais, ao mesmo tempo que precisam de dispor de instituições públicas de boa qualidade, de quadros jurídicos adequados e de investimentos em infraestruturas, devem proceder à sua integração plena na economia mundial.

É evidente que a abertura aos intercâmbios internacionais, de produtos, investimentos e ideias é hoje uma condição *sine qua non* de progresso económico e social dos países tomados individualmente. A evolução registada em muitas regiões da Ásia e da América Latina, por exemplo, mostra precisamente a contribuição dada nos últimos anos pela economia mundial à dinâmica das economias nacionais. Os países em desenvolvimento, nomeadamente os africanos, têm portanto muito a ganhar com a liberalização do seu comércio, uma vez reestruturados os espaços económicos regionais onde serão melhor viabilizadas as políticas económicas de modernização.

Mas se a estabilidade macroeconómica é essencial, o Estado não deixa de ter um papel central no processo de desenvolvimento. É isso mesmo que diz o relatório do Banco Mundial que consagra a essa questão um capítulo, significativamente encimado por uma surpreendente citação de J.M. Keynes: "O que é importante para o governo não é fazer as coisas que os indivíduos já fazem, um pouco melhor ou um pouco pior, mas realizar as que não estão feitas".

Afastam-se certas ideias simplistas sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento. É evidente que o Estado deverá reconsiderar a sua intervenção em função de uma certa "racionalidade de mercado", e encetar reformas profundas nessa direcção. Essas reformas devem abranger as instituições, o sistema jurídico como já se apontou, o sector público, bancário e financeiro. A desintervenção do Estado deve estar fundamentalmente condicionada pela implementação de novas soluções económicas, pragmáticas e eficazes tendo em conta os custos mas também as vantagens dessas reformas. Muitas delas terão de ser realizadas tanto nos

países industrializados como nos PED, até porque a sua ausência teria, a prazo, um custo social ainda mais elevado, como se vê na Europa de Leste, Argentina, Costa do Marfim ou Peru...

O crescimento do PIB real por habitante, foi, na África Subsaariana, de 0,4 % por ano no período 1965-89, contra 1,8 % para a América Latina e Caraíbas, 2,2 % para o grupo Europa-Médio Oriente-África do Norte, e 5,2 % para a Ásia oriental.

Um cenário pessimista previa que, nos anos 90, o crescimento do PIB real por habitante da África Subsaariana, poderia ser anualmente de 0,3 % com a Nigéria e de 0 % sem a Nigéria (Banco Mundial).

O relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD 1997) revela-se mais otimista, mas em 1998 continua a ser necessário introduzir as reformas necessárias, articulando a acção do Estado e dos mercados, com vista a favorecer a liberdade das trocas, movimentos de capitais e transferências de tecnologia, assegurando um crescimento sustentado e não inflacionista.

Os países africanos receiam - com razão - que a "viragem a leste" da UE e a liberalização do comércio internacional, em particular, representem novas fontes de desequilíbrios, constituindo ameaças suplementares para as suas economias, tanto mais que a continuação da Convenção de Lomé parece estar posta em causa.

No plano das relações comerciais (Castro 1991) temia-se no início dos anos 90 a generalização das preferências, agravadas por decisões do Uruguay Round, em virtude das quais os produtos africanos, menos competitivos do que os de outras regiões, perderiam mercados, receios que continuam de actualidade em finais da década. Aliás já pode observar-se uma diversificação dos aprovisionamentos em matérias-primas (cacaú da Malásia, café da América Latina...) que atinge duramente as receitas de exportação dos países africanos.

A harmonização das normas de fabrico faz com que os países africanos, e os ACP de uma maneira geral, em muitos casos incapazes de obedecer às novas exigências de normalização de produtos e serviços, deixem também por aí de ser competitivos no mercado internacional se nada for feito muito rapidamente.

As novas políticas que favorecem os códigos de investimento estrangeiro constituem sem dúvida um avanço em relação a anos anteriores. Em muitas regiões parece ter sido abandonada segundo a qual os PED deveriam "defender-se" contra a "penetração" das empresas do exterior. É hoje mais corrente admitir-se que o problema dos PED não reside na necessidade de se "defenderem" da penetração (concepção desajustada) mas, pelo contrário, no imperativo de atraírem e enquadrarem racionalmente o capital estrangeiro de que necessitam imperiosamente para o seu desenvolvimento. Desde, bem entendido, não se trate de meros capitais especulativos ou em condições contratuais que se assemelhem às do "Acordo Multilateral de Investimentos" de que já se falou aqui.

Mas não basta "liberalizar" a economia sem tomar medidas complementares que dêem sentido a essa abertura.

É indispensável assegurar eficazmente a correlação entre o contexto macroeconómico e o funcionamento da microeconomia (ao nível das empresas), o que só pode ser conseguido com estabilidade política, estratégias económicas claras e investimento estrangeiro. Ora os governos africanos têm dado grande importância à macroeconomia sem cuidar suficientemente da microeconomia e, sobretudo, sem estabelecer uma articulação coerente entre os parâmetros de uma e de outra.

Insiste-se que é também necessário criar as condições para formar e apoiar uma numerosa classe de empresários africanos, o que passa por uma intensa formação técnico-profissional dos recursos humanos, pela reforma dos sistemas de crédito interno às pequenas e médias empresas e por incentivos à constituição de *joint-ventures* entre as empresas africanas e empresas estrangeiras.

Em parte alguma se consolidou um processo de desenvolvimento nacional (o Japão é um exemplo paradigmático) sem a existência de um tecido empresarial próprio (Correia 1990, Engelhard 1998, Yoshikawa 1998).

É neste âmbito que se coloca o problema da integração regional em África, o qual está, como já se disse, no centro de todas as questões relacionadas com o desenvolvimento africano, tanto mais que a evolução recente do panorama mundial vai provavelmente tornar mais dura a "hierarquização do sistema de associação inter-países".

Todavia, é essencial que os países africanos não incorram na ilusão que, a médio ou longo prazo, poderão reestruturar as suas economias e mercados graças a "vantagens salariais", ou seja praticando nos seus países a política de salários baixos. Essas "*vantagens*" já hoje não desempenham o papel que alguns ainda lhe atribuem.

Como Albert Bressand já o demonstrou, os "salários baixos", na medida em que traduzem desqualificação da mão-de-obra, subequipamento, processos de produção e prestação de serviços obsoletos, serão um obstáculo cada vez maior ao desenvolvimento e à capacidade de sobrevivência das economias nacionais no sistema mundial.

Por isso o problema dos países africanos, e dos PED em geral, não é de assegurar uma ilusória vantagem comparativa (salarial) nos próximos anos, mas sim de efectuar a transição (mutação) para a modernização tecnológica e económica das sociedades. A noção de um "espaço euro-africano", de interesse recíproco, passa pela redefinição de espaços próprios e, logo, pela via das integrações regionais.

O comércio regional africano

Já verificámos que os processos de desenvolvimento e de integração regional em África têm encontrado dificuldades da mais diversa origem e que o comércio intra-regional continua longe de atingir as metas esperadas aquando da assinatura dos vários tratados que deram origem aos agrupamentos regionais africanos.

No caso dos países de língua oficial portuguesa da CEDEAO, Cabo Verde e Guiné-Bissau, estes têm uma percentagem muito fraca do seu comércio total com a região, facto que contribui sem dúvida para explicar as tentativas para reforçar as ligações com parceiros fora do continente africano. O esforço nesse sentido é particularmente evidente no caso de Cabo Verde (investimentos no Brasil, aproximação a Portugal e à União Europeia sem descurar o Maghreb).

Um facto importante a registar ainda nesta zona é que no comércio total da CEDEAO com o mundo, a Nigéria representa mais de 68 por cento de toda a comunidade, e três países apenas (Nigéria, Costa do Marfim e Senegal) atingem 84 por cento do comércio total da CEDEAO, o que dá uma ideia do extremo desequilíbrio entre os 16 membros deste agrupamento regional.

A média anual do comércio (importações mais exportações) dos países da CEDEAO com o mundo foi de 40 529,5 milhões de USD, enquanto o comércio intra-regional atingiu somente 1 714,4 milhões de USD, ou seja 4,2 por cento daquele montante.

Se analisarmos as percentagens das importações e exportações de cada país membro da CEDEAO de e para o continente africano, numa perspectiva não já intra-regional mas continental entre 1975 e 1984 verificamos que os valores continuam a ser relativamente pouco elevados.

Todavia os dados oficiais devem ser tomados com alguma reserva, devido às dificuldades próprias dos países africanos. Também as deficientes estatísticas aduaneiras subestimam em muitos casos a real importância do comércio entre os países devido à existência de inúmeros mercados paralelos e de importantes movimentos de contrabando.

Em todo o caso os mercados africanos continuam principalmente virados para o exterior, em especial para a Comunidade Europeia.

É ainda em torno do eixo Norte-Sul que se processa o essencial da economia externa do continente africano. A Comunidade Europeia tem, nas relações económicas da África, um papel determinante, mas os Estados- Unidos da América, o Canadá e certos países asiáticos, sem falar da África do Sul, poderão igualmente ocupar um lugar mais significativo nos próximos anos.

Em Abril de 1991 o Secretário de Estado americano Herman Cohen proferia um discurso numa "Conferência sobre o Comércio e os Investimentos Americanos em África", promovida pelo Departamento de Estado e o Ministério do Comércio Americano. Declarou então que "uma nova era começa em África com a adopção, por numerosos Estados africanos, de uma política económica baseada no mercado (...). Paralelamente, o Estado de partido único, que faz parte do modelo de planificação centralizada, é contestado no continente, enquanto que os dirigentes que conduziram o seu país à independência abandonam a cena política".

A economia africana oferece, disse ainda Herman Cohen, oportunidades de comércio e de investimento para os empresários americanos. "Todos os anos a África importa uns sessenta mil milhões de dólares de bens. Ora desse total, somente 4 mil milhões de dólares provêm dos Estados Unidos. Nós podemos e devemos fazer melhor". E comunicava aos empresários existirem facilidades e abundantes informações em todas as Embaixadas americanas espalhadas no continente africano para estabelecerem relações comerciais e investirem em África.

Apesar do optimismo da sua declaração, Herman Cohen reconhecia, no entanto, as dificuldades próprias a esta região. Se cada um dos 47 países da África Subsaariana oferece, de facto, um conjunto de possibilidades, ao mesmo tempo cada um deles "apresenta dificuldades, possui códigos que lhe são próprios e encontra-se numa situação particular"⁶⁵.

A intervenção americana tem provocado algumas tensões com a França, na medida em que, para além das razões políticas, a África é ainda o terceiro mercado de exportação dos produtos franceses depois da Europa e da América do Norte. Segundo o Relatório Poutreau de 1994, a França manteve em 1993 a sua posição de primeiro parceiro comercial da África, antes da Alemanha, dos Estados- Unidos e da Itália. É certo que, segundo o mesmo relatório, as exportações francesas para a Zona Franco registaram uma queda de 21 % durante o 1º semestre de 1994 em relação a igual período de 1993⁶⁶. A desvalorização do franco CFA em Janeiro de 1994 perturbou certamente os fluxos de exportação franceses para África.

⁶⁵ Discurso transcrito em *Marchés Tropicaux* (Paris), 17 mai 1991.

⁶⁶ "Rapport Jean-Pierre Poutreau - 1994", "Dossier Spécial" in *Jeune Afrique*, novembre 1994.

Esta disparidade põe à África o problema da "mudança de modelo", segundo a expressão de J.F. Pochon, a qual implica, entre outras reformas, a rápida integração económica das sub-regiões, que permita uma abordagem global e coordenada dos problemas (dívida, matérias primas, ajuda, mudança tecnológica, melhoramento das capacidades de gestão, defesa do ambiente) numa perspectiva de autonomia colectiva (Pochon 1991).

Para J.J. Pochon, em vez de alimentar ambições excessivas em matéria de integração regional, cujos fracos resultados a experiência tem demonstrado, mais valerá privilegiar uma abordagem sectorial capaz de assegurar uma melhor gestão da oferta em domínios mais favoráveis (energia, pescas, I&D, transportes, banca).

Trata-se, antes de mais, de uma integração pela produção antes de ser uma integração pelos mercados comerciais, como foi dito num Seminário da CEE em Lagos, em Junho de 1990: "Dadas as condições de subdesenvolvimento nas quais os países africanos iniciaram a sua integração, eles não podem dar-se ao luxo de pôr o acento tónico na integração de mercado ou na união aduaneira durante uma década antes de se lançar na integração da produção, porque haveria, de qualquer maneira, poucos produtos no mercado. É a razão porque a África deve consagrar mais recursos à integração da produção com vista a reduzir a excessiva dependência externa da região"⁶⁷.

Este ponto de vista suscita actualmente as maiores reservas que aos analistas do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais, quer a autores como Jagdish Bhagwati (Bhagwati 1991). A proposta da França para uma "integração vertical" com a CEAO aponta para um caminho diferente e poderá dividir os governos africanos nos anos 90.

De momento a África passa por um período difícil de políticas de ajustamento estrutural, em que a estabilização dos pagamentos e a compressão da procura global ocupam um lugar central. Mas o cerne da questão está na reforma das estruturas e não no equilíbrio das contas.

A democratização da vida política, a consolidação do Estado de direito, a integração regional bem como a formação de empresários africanos, fazem parte desse movimento profundo de mudanças necessárias e urgentes que condicionam todas as outras...

Mercados e “oportunidades de negócios em África”

Reduzir os mercados a meras “oportunidades de negócios” é uma concepção actualmente na moda mas algo redutora se esses “negócios” (das empresas ou dos Estados) perderem de vista a perspectiva mais vasta a que chamaremos “*oportunidades de desenvolvimento*”, abrangendo não apenas os agentes económicos mas igualmente o contexto social em que estes estão inseridos.

A temática usual das "*oportunidades de negócios*" - traduz certamente preocupações legítimas em vários sectores. Mas, em contrapartida, impõe algum cuidado: circunscrita a uma tradução literal de natureza exclusivamente microeconómica, pode resultar numa asserção empirista de natureza axiomática, analiticamente insuficiente para apreender os verdadeiros contornos da problemática em causa.

Na sua origem - para tomar apenas o período mais recente - está a convicção, divulgada

⁶⁷ Citado em *Marchés Tropicaux*, 4 octobre 1991

em certos meios, segundo a qual o "mercado"⁶⁸ (ou "*oportunidades de negócios*"), a "privatização da economia" e a "desintervenção do Estado" constituem as únicas vias para o desenvolvimento.

O tempo encarregou-se de demonstrar o carácter ilusório e apressado do ultra-liberalismo mais extremo, o qual repousa sobre uma amálgama de correntes, contradições lógicas e postulados não demonstrados. No plano da teoria do conhecimento há, com efeito, pouco em comum entre Henri Lepage (Lepage s/d) e F. Hayek e, menos ainda, entre estes e John Rawls (Rawls 1993), abusivamente identificado por H. Lepage como pertencendo a essa escola, o que revela verdadeira confusão teórica, como J. P. Dupuy o demonstrou recentemente (Dupuy 1996).

No plano prático, procurar a solução do desemprego por exemplo numa diminuição radical das quotizações obrigatórias, na supressão do salário mínimo, na redução das reformas ou mesmo a sua supressão, no dismantelamento do código do Trabalho e da Segurança Social, é, no mínimo, uma ideia pouco original: simplesmente o perigoso retorno ao *capitalismo selvagem* do século XIX, com as consequências imprevisíveis - para não dizer provavelmente sangrentas - que daí adviriam...

Nos anos 90 tais mitos vêem os seus alicerces abalados e muitos dos economistas voltaram de novo a sua atenção para a obra inspiradora de J.M. Keynes, grande parte da qual fora aparentemente esquecida depois da criação das instituições de Bretton Woods em moldes diferentes dos que este tinha proposto⁶⁹. Até certo ponto, a criação da Organização Mundial de Comércio vai, enfim, pelo menos em parte, ao encontro da aspiração de Keynes em fundar uma verdadeira instituição internacional encarregada de regulamentar as relações comerciais entre os países. De facto a OMC representa uma reforma importante em relação ao GATT (simples acordo entre Estados), sobretudo na medida em que constitui o primeiro esboço de um verdadeiro direito do comércio internacional. Pela acção já desenvolvida, a OMC vem adquirindo legitimidade ao tratar com sucesso cerca de 20 processos em 1995 e um número apreciável em 1996. Por exemplo, a assinatura entre o Japão e os EUA no sector automóvel em Junho de 1995 (note-se que, curiosamente, esse acordo corresponde a uma oficialização do *bilateralismo* em detrimento do *multilateralismo*, mas alguns dirão pragmaticamente que os resultados é que contam...), a aceitação do Japão em suprimir os direitos sobre bebidas alcoólicas estrangeiras, no seguimento da queixa dos EUA, Canadá e UE, a concordância dos EUA em eliminar normas ambientais impostas aos países em desenvolvimento sobre as importações de gasolina pelos EUA, etc.

⁶⁸ A última década gerou uma série de filosofias, tão ambiciosas como redutoras, acerca do conceito de "mercado", nas quais este seria uma espécie de explicação ontológica das leis económicas, guia de orientação finalista do sistema social e mesmo código ético. Tais ideologias, porque é de ideologias que se trata, começam agora a ser reavaliadas e a pouco e pouco colocadas nas suas devidas proporções...

Jean-Pierre Dupuy escreve numa das suas mais conhecidas obras, que "os resultados do mercado são eles próprios desprovidos de qualquer valor moral. São eticamente cegos. Tudo o que se pede ao mercado é de ser eficaz. Isso implica deixá-lo sancionar as actividades, o trabalho, os esforços, as escolhas estratégicas de cada um como ele entende, se se pode dizer (...). A justiça nada tem a ver com o assunto". (Dupuy 1992: 280).

⁶⁹ Uma nova colecção subordinada ao tema "Rethinking Bretton Woods", publicada desde 1995 em Londres/Washington pela Pluto Press, apresenta vários títulos subordinados ao tema do "repensar Bretton Woods" que revelam a inspiração keynesiana dos seus autores.



Os "*economistas pop*", parafraseando uma divertida expressão de Paul Krugman, podem ainda ter êxito, mas já não dispõem da mesma credibilidade de há poucos anos atrás (Krugman 1996).

A permanência da *Economia das Instituições* (Hodgson 1994), o debate estimulante em França em volta da *Economia das Convenções*⁷⁰ ou a sobrevivência e diversificação da *Escola da Regulação* (Boyer 1986), mostram que a falência dos sistemas socialistas não encerrou o debate, como alguns julgaram durante um momento. De um ponto de vista diferente, assiste-se, por outro lado, ao rejuvenescimento das antigas teorias do crescimento, sob a forma das "*Novas Teorias do Crescimento*" a partir de Paul Romer em 1990, as quais representam abordagens interessantes ao adoptar a teoria endógena do progresso tecnológico na intersecção da micro e da macroeconomia.

É duvidoso, porém, que essas teorias, circunscritas como estão pelo seu próprio método e objectivos, consigam ultrapassar a perspectiva do curto prazo e libertar-se de um "*individualismo metodológico*" de valor heurístico duvidoso. Demasiado frequentemente também, não se vê como é que os modelos matematizados, apesar do rigor observado no plano lógico, serão capazes, seja qual for a sua pertinência ou oportunidade, de dar conta das novas complexidades e sinergias (Mayer 1995), onde o factor "social" é irredutível a racionalidades silogísticas cujas premissas são, não raro, subjectivas ou arbitrárias...



Como vimos anteriormente, um dos problemas dos países africanos é justamente a carência de mercado interno., quer pela exiguidade do território, o insuficiente poder de compra dos seus cidadãos, ou o inoperante emaranhado jurídico, administrativo e burocrático que aflige as economias, a que se acrescenta a falta de competitividade industrial nos mercados internacionais.

Há no entanto em muitos locais e sectores aquilo a que se chama actualmente "*oportunidades de negócios*". No plano do senso comum a expressão é banal e não suscita reparos.

Na perspectiva de uma análise do desenvolvimento propriamente dito, sem outra precaução epistemológica, encerra o perigo de nos deixarmos envolver numa contabilidade circunstancial de custos e benefícios, degenerando numa simplificação que tenderia a ocultar outros factores essenciais⁷¹.

⁷⁰ Vd. o número especial da *Revue Économique* (Paris), Vol. 40, nº 2, mars 1989, sobre o tema "L'Économie des Conventions".

⁷¹ De maneira sucinta e apenas para fixar as ideias, repito que entendo o "*desenvolvimento*" (para além do processo de crescimento que lhe está associado), como um movimento sistémico onde convergem o factor social (melhoria das condições de vida) e o factor político (regime democrático ou de transição democrática). Por sua vez a "*Cooperação*" é uma situação de partnership entre países, onde existe uma regulação equitável

Nessas condições, o conceito tomado à letra na conjuntura actual e empunhado como "bandeira" da cooperação, arrisca-se a ser aquilo que, precisamente tem sido demasiadas vezes: alguns negócios privados e nenhum desenvolvimento...

No plano internacional ou mundial as perspectivas também são pessimistas.

Os investimentos hoje tão almejados pelos países africanos como condição *sine qua non* do desenvolvimento, não se dirigem para África mas, pelo contrário, dos países ricos para os países ricos, ou destes para zonas que oferecem perspectivas de lucros a curto ou médio prazo, como é o caso dos ex-países socialistas da Europa, da Ásia e mesmo da América Latina. O Banco Mundial é claro sobre esse ponto: "Durante os últimos 25 anos o montante (líquido) acumulado dos fluxos (de capitais) com destino aos países em desenvolvimento só atingiu 2 % do *stock* de capital dos países industrializados"⁷².

Na década de 80, num montante total de 150 mil milhões de dólares de capitais transferidos à escala mundial, cerca de 80 % dirigiram-se apenas para os Estados- Unidos da América (Furtado 1995: 15).

Por outro lado, graças à revolução tecnológica nas comunicações e nos transportes, as firmas transnacionais (FTN) ultrapassaram em poder económico muitos dos Estados-nações. E, já que as fronteiras políticas não constituem para elas qualquer obstáculo, circulam livremente sem atender aos interesses dos países individualmente considerados, entre os mercados de baixos custos de produção e os mercados onde realizam altos lucros no escoamento dessa mesma produção. Que a "*mão invisível*" venha a corrigir, por si só, tais desequilíbrios, eis uma predição ousada e tenaz que o passado não corrobora...

Os movimentos de capitais escapam em grande parte ao controlo das autoridades nacionais ou regionais e são dificilmente imagináveis pelo cidadão comum. Por exemplo, calcula-se que, *diariamente*, atravessa as fronteiras, pelas redes informatizadas do desregulamentado sistema financeiro, um montante que analistas calculam em 1 trilião de dólares (ou, se se quiser, USD 1 000 000 000 000, por outras palavras um milhão de milhões!) (Griesgraber and Gunter 1995: xi). Destes fluxos de capitais, são evidentemente escassos os que dizem respeito aos países africanos.

Dois factos ilustrativos dados: em 1970 a Malásia exportava três vezes mais produtos manufacturados do que o Quénia. Em 1990, a mesma Malásia já exportava 52 vezes mais! Por sua vez, a Nigéria exportava em 1970 mais produtos manufacturados do que a Indonésia. Em 1990 era a Indonésia que exportava 36 vezes mais do que a Nigéria...

De uma maneira geral, nos anos 60 a situação da África não era pior do que a da maior parte dos países asiáticos. Hoje estes últimos melhoraram consideravelmente a sua posição e alguns acederam mesmo a um lugar de primeiro plano nas relações económicas internacionais (Frix 1995)..

Já foram referidas as razões desta disparidade: mercados nacionais africanos demasiado pequenos; intervencionismo do Estado, abusivo e incompetente; má escolha e orientação de muitos dos investimentos públicos; e até, em certa altura (reciclagem dos petrodólares nos anos 70) "excessiva" abundância dos financiamentos facultados pelo sistema bancário internacional.

de interesses mutuamente controlados, com ajustamentos periódicos de desequilíbrios entretanto verificados. Ver eventualmente: Sklair 1994; Pinkney 1993.

⁷² Banco Mundial, *Rapport sur le développement dans le monde 1995*, Washington, 1995.

As responsabilidades da banca internacional são, nesse particular, imensas como é sabido. Um dos resultados dessa precipitação foi justamente o grande endividamento do continente africano, bem mais grave, em termos relativos, do que o da América Latina, em parte por os fluxos financeiros para África terem sido desviados para importações de bens de consumo, ou para investimentos inaproveitáveis, resultando em pura perda para os países.

Em 1982, quando o México declarou praticamente a "bancarota", os créditos bancários internacionais sobre a América Latina atingiam 200 mil milhões de dólares. A título de comparação, os fundos próprios dos 100 primeiros bancos mundiais eram, na mesma data, de 150 mil milhões, "enquanto que o nível de provisões constituídas pelos bancos americanos - de longe os mais expostos - não ultrapassava 5 % dos seus créditos duvidosos" (Adda 1996: 68).

Em 1985 a política de financiamento do *Plano Baker* não teve sucesso na medida em que não atacava o mal pela raiz e porque entrou em contradição com o descomprometimento e retirada dos bancos internacionais da América Latina. Foi por essa altura que apareceu a problemática da *desvalorização das dívidas*, vendidas no mercado secundário abaixo do seu valor nominal. Jacinto Nunes, escrevendo no momento do acontecimento, comentava, pouco optimista, que o destino do Plano Baker estava "dependente da condicionalidade ligada à possibilidade da condicionalidade da sua utilização" e que essa condicionalidade levava os países devedores "a ponderar cuidadosamente a sua utilização" (Nunes 1989: 265).

Nos anos seguintes a situação piorou e em 1989 um novo plano (*Plano Brady*), pouco mais ousado do que o anterior, procurou uma solução que beneficiasse de algum modo os países devedores. Foi então dada aos bancos internacionais a possibilidade de trocar os seus antigos créditos incobrados contra *obrigações* (garantidas) a 30 anos com uma taxa de juro inferior à taxa do mercado. Os bancos poderiam conceder novos créditos ao país devedor ou autorizá-lo a comprar directamente a sua dívida a um preço a determinar entre as partes. No mesmo ano de 1989, Jacinto Nunes escrevendo na imprensa um artigo interessante e claro sobre o Plano Brady, não se enganava ao demonstrar pouco entusiasmo, terminando por se interrogar se esse plano teria "o alcance e a dimensão suficientes" para responder aos desafios com que era defrontado (Nunes 1989: 269-273). A experiência confirmou que não, manifestamente...

No fim, de 193 mil milhões de dólares de créditos bancários em dívida, os países da América Latina acabaram por beneficiar de uma redução total de 83 mil milhões. O ganho foi relativamente apreciável, mas, ao fim e ao cabo, o problema continuou sem verdadeira resposta, como ficou demonstrado pela nova crise do México em 1994 e pelo facto de o serviço da dívida continuar a absorver 40 % das receitas de exportação em bens e serviços da região.

A situação da dívida dos países mais pobres, a maior parte dos quais em África, é ainda pior, uma vez que estes - contrariamente à América Latina, cuja dívida era essencialmente em relação aos bancos comerciais - contraíram as suas dívidas junto dos Estados ricos e das instituições multilaterais. A explicação desta paradoxal dificuldade é simples: a sua dívida não constitui, pelo menos de imediato, uma ameaça directa ao sistema financeiro internacional privado (as negociações sobre as dívidas aos Estados têm lugar no *Clube de Paris*). Por isso o FMI e o Banco Mundial durante muito tempo (até 1996), nunca aceitaram de renegociar as dívidas que os países mais pobres tinham para com eles.

Resumindo, em 1994 a dívida de 40 países de fraco rendimento ultrapassava 200 mil milhões de dólares, ou seja cinco vezes o montante das suas exportações de bens e serviços (contra duas vezes e meia para a América Latina), sendo 25 % em relação a instituições

multilaterais e 61 % em relação a outros Estados. Apesar dos diversos reescalamentos e anulações bilaterais, o serviço da dívida dos países mais pobres representava 45 % das suas exportações de bens e serviços em 1993, contra 12 % em 1981 (Adda 1996: 72-73).

Para tentar remediar esta situação quase generalizada em África, chegaram, já nos anos 80, os chamados "*Planos de Ajustamento Estrutural*" (PAE) sob a égide do FMI, do PNUD e do Banco Mundial. Como é sobejamente conhecido, as consequências das medidas tomadas foram socialmente penosas, sem que se tivesse realmente alcançado os objectivos previstos.

No prefácio do recente relatório da CE, o comissário europeu João de Deus Pinheiro sublinhou esse tema: "O ajustamento estrutural é, sem dúvida, um processo necessário mas de consequências sociais dolorosas. Que ajustamento queremos? A abordagem correcta, de um ponto de vista europeu, seria de chegar a um sistema que fixasse objectivos precisos e deixasse aos governos em causa a escolha dos meios a pôr em prática para os atingir. Trata-se de uma acção essencial para o futuro, e até para a sobrevivência económica desses Estados. Por outro lado, o seu regresso a uma economia sã e forte mostrar-se-á, a prazo, benéfica para os membros da União Europeia que, ao mesmo tempo, encontrarão aí novos mercados e oportunidades de investimento"(Pinheiro 1996).

Desde os anos 90 os PAE vêm assumindo, é certo, um cariz mais *progressivo*, dando finalmente maior atenção à dimensão social e às situações específicas dos países africanos. Se é hoje consensual que os PAE são indispensáveis (praticamente todo o mundo está em "ajustamento estrutural"), continua a haver dificuldades relativamente à metodologia a adoptar em cada caso e quanto à própria filosofia de fundo que a condiciona. Sintetizando: não são os PAE que estão necessariamente em causa, mas antes de mais a maneira como têm sido concebidos e aplicados.

Os problemas a resolver implicam a reanimação do sector produtivo das economias africanas e a sua preparação para a respectiva integração no comércio mundial em condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Isso passa pelo estímulo ao investimento, razão pela qual a comunidade internacional criou vários instrumentos de apoio ao sector privado, entre os quais a *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA)⁷³, a *Foreign Investment Advisory Service* (FIAS), a *African Project Development Facility* (APDF), a *African Management Service Company* (AMSCO), o *Fundo de Desenvolvimento das Empresas Africanas* da Sociedade Financeira Internacional (SFI), a par de iniciativas do Banco Africano do Desenvolvimento (BAD). Ao mesmo tempo, a União Europeia tem uma acção assinalável através da Convenção de Lomé: sistemas Stabex e Sysmin, capitais de risco geridos pelo BEI, programas em favor das micro-empresas, actividades do CDI, apoio às ONG, etc. A acção da U.E. em favor da cooperação para o desenvolvimento em África é, aliás, de longe a mais importante (Frix 1995).

⁷³ Existe actualmente um certo mal-estar em África relativamente à actuação da MIGA. Criada há cerca de uma década e dispendo de um capital de 2 mil milhões de dólares, a MIGA destina-se a proporcionar seguros a investimentos estrangeiros contra riscos não comerciais nos países em desenvolvimento. Todavia a África tem beneficiado muito pouco dessa acção, pois os investimentos recebendo essa cobertura correspondem a 34 milhões de dólares, o que suscita protestos dos africanos, tanto mais que, em Março de 1996, a MIGA seguiu 416 milhões de dólares de investimentos estrangeiros em países do ex-bloco soviético. Cf. "Miga - Too meagre?", *African Business*, nº 216, Dezembro 1996.

Estes esforços estão a obter alguns resultados. O conjunto dos países em desenvolvimento nos anos 1994, 1995 e 1996 apresentou, segundo dados do FMI (*Perspectives de l'Économie Mondiale*, Setembro de 1996), uma taxa de variação do PIB (em volume) de, respectivamente, 6,6 %, 5,9 % e 6,3% (o dobro das taxas de crescimento das populações com maior taxa de natalidade). Como se pode verificar no gráfico, a África está bem representada nesse conjunto pois, nos mesmos anos, a taxa de variação do seu PIB foi de 2,9 %, 3,0 % e 5,0 %. Quanto às outras regiões, nas mesmas datas, os valores foram: Médio Oriente: 0,5 %, 3,6 % e 3,9 %; América do Sul e Central: 4,7 %, 0,9 % e 3,0 %. Destaca-se naturalmente a Ásia com 9,1 %, 8,6 % e 8,0 %. É claro que estas médias escondem diferenças profundas no seio de cada região.

Apesar dos progressos registados nos últimos anos, é prematuro assumir um optimismo excessivo...

Também devemos ter em conta parâmetros como a manutenção dos baixos preços das matérias primas - questão sobre a qual Keynes tinha feito em seu tempo propostas originais que não foram nunca consideradas - para não referir outras dificuldades.

No essencial, o contexto mundial é pouco favorável aos países africanos.

Ao fim e ao cabo, as "*oportunidades de negócios*" - tomando agora este termo na sua acepção mais nobre - são, antes de mais, um problema *prático* quando há condições políticas e económicas para tal.

Em qualquer caso, tudo indica que a questão prioritária é justamente a criação de condições favoráveis, naturalmente num contexto de interesses bem compreendidos. Só depois tem sentido tratar dessas "oportunidades"...

Por outro lado, a noção de "mercado" em África é inseparável de, pelo menos, três pré-condições já aqui evocadas, sem as quais perde grande parte do seu conteúdo positivo: a formação de uma classe de empresários, a integração regional. e a construção de um sistema monetário africano abrangendo toda a África Subsaariana.

A formação de empresários qualificados corresponde à outra face da moeda na construção do mercado. Sem ela o actual movimento de *privatização* das empresas e de *desintervenção* do Estado de pouco servirá.

Tomemos um outro factor que intervém neste processo: o alastramento do sector informal em África, que releva basicamente da sociedade civil.

É verdade que este sector tem favorecido o aparecimento de "empresários" dinâmicos e criativos e mostrado as potencialidades humanas do continente. Não obstante, seria imprudente, como nota com razão Olivier Vallée, adoptar acriticamente a vulgata dos projectos consagrados ao sector privado que, servindo-se de Schumpeter, alimentam indevidamente "um imaginário do sector informal como viveiro de empregos e alfobre de empresários".

Daí também a confusão que se gerou entre o *sector não estruturado*, caracterizado pela fraca produtividade, baixos rendimentos e pobreza, e o *sector do mercado paralelo* das divisas, da usura, do contrabando e dos cereais importados, no qual "as altas taxas de lucro revertem a favor de alguns actores privilegiados" (Vallée 1992: 148).

Classificar indiscriminadamente uns e outros como "empresários" no sentido schumpeteriano é incorrer num equívoco.

Philippe Béraud et Jean-Louis Perrault (Béraud et Perrault 1994) observam por seu turno que o "exame dos perfis do empresário não basta para introduzir os mecanismos complexos de

interacções que as firmas estabelecem entre si e de que o sistema de preços só constitui uma pequena parte. Para encontrar a indústria, é preciso ultrapassar o empresário e a empresa", ou seja, encontrar um mediador que, nos países em desenvolvimento não pode ser outro senão o Estado.

Mas as micro e pequenas empresas africanas, inclusive as do sector formal, não somente se defrontam com falta de apoio oficial, como são esmagadas por uma multiplicidade de normas administrativas que alimentam a ineficiência e a corrupção.

Em resumo, o aproveitamento das capacidades empresariais depende de uma reforma profunda das administrações e dos Estados, segundo o já popularizado critério da "*good governance*" (ver por exemplo: Frischtak 1994, Ikiara 1994).

Quanto à *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) esta pode contribuir para melhorar a situação dos PALOP obtendo maiores contrapartidas nas relações com a Europa do que com os meios regionais a que os cinco países africanos pertencem. Isto se a CPLP for capaz de solucionar um certo número de problemas que, como tudo indica, estarão na sua maior parte ao alcance dos meios actualmente disponíveis (Torres 1996c, Ferreira e Almas 1996, Torres 1997b).

Aliás, a CPLP é compatível tanto com o prosseguimento da integração regional, como com a ligação simultânea e flexível as várias comunidades da África ocidental e austral.

Em conclusão, o conceito de "mercado" ou de "*oportunidades de negócios*" deve portanto ser equacionado num contexto mais vasto do que o seu conteúdo aparente.

Por essas razões é preferível falar de "*oportunidades de desenvolvimento numa perspectiva de mercado*" o que parece mais claro.

Apesar das dificuldades, a África não é o "*continente perdido*". Já foram enunciados os principais motivos por que deve ser recusado esse pessimismo obsessivo. Acrescente-se que não parece justo insistir exclusivamente sobre os casos negativos de um tão curto período pós-colonial. Esse método indutivo conduz a um raciocínio que nem no plano puramente lógico é convincente: a ideia de que a África está condenada ao subdesenvolvimento.

Não apenas no que diz respeito à riqueza virtual em recursos naturais de um continente em grande parte ainda inexplorado, mas porque é possível fazer uma leitura diferente da imagem catastrófica dada pelos *mass media* e por relatórios e estatísticas parcelares, uma vez que estes não permitem apreender o sentido da *totalidade* africana.

De facto, se, à escala da macroeconomia oficial, a África se destaca pelos fracos resultados em relação a outras regiões do Sul, é necessário sublinhar também elementos habitualmente menos visíveis mas reveladores das capacidades do elemento humano.

Basta lembrar que os agricultores tradicionais, por exemplo, utilizando técnicas que permaneceram muito rudimentares (90% das culturas não dispõem de irrigação) conseguiram suportar um crescimento demográfico de 3% ao ano sem acréscimo de produtividade, apenas aumentando as superfícies cultivadas e reduzindo a duração dos pousios.

A pequena agricultura de subsistência, praticamente sem apoio oficial nem melhoramentos tecnológicos significativos, alcançou apesar de tudo um crescimento de 1,5% anual da produção agrícola. E embora a dependência alimentar tenha aumentado, a África não mergulhou na fome generalizada. Note-se no entanto que isso pouco deve aos políticos e tudo, ou quase tudo, à sociedade civil.

Quando os modos de produção se modificarem com técnicas mais intensivas, ou quando melhores políticas de desenvolvimento rural forem adoptadas, com preços remuneradores à produção, produtos nacionais mais competitivos e enquadramento técnico dos agricultores, as hipóteses de crescimento do sector agrícola são suficientemente importantes para se encarar o futuro alimentar da África com mais à-vontade, apesar dos *handicaps* naturais.

No que concerne a produção de matérias primas, contrariamente a uma preconceito tenaz verificamos que a produção africana em percentagem da produção mundial se tem mantido ou mesmo aumentado na maior parte dos produtos. Entre 1945 e 1995 decaiu bastante nos casos do cobre (de 17,2% a 5,4%), do estanho (de 20% a 0,48%) e do cobalto (de 68% a 34%) e decresceu um pouco no cacau (de 62,5% a 53,3%) e no algodão (de 9,47% a 7,30%), a verdade é que a situação é relativamente melhor na maior parte das produções. Por exemplo nos agrumes (de 5% a 10%), bananas (de 5,8% a 13,9%), amendoim (de 16,34% a 20%), café verde (de 12% a 18,9%), madeiras (de 6,25% a 17,37%) etc⁷⁴

Por outro lado, as dificuldades decorrentes da urbanização (um terço dos africanos vive hoje em cidades, contra 10 % apenas em 1960), a árdua tarefa de viabilizar Estados muitas vezes criados artificialmente, que conseguiram porém forjar um sentimento de unidade nacional que se sobrepõe na maioria dos casos ao sentimento de pertença étnica, revelam, pelas soluções precárias mas engenhosas, uma capacidade de adaptação que há 30 anos apenas eram julgadas altamente improváveis pelos espíritos mais cépticos.

Isso não quer dizer, evidentemente, que uma profunda revisão das "*estratégias de desenvolvimento*" não seja necessária.

Como dizia há não muito tempo o Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, registaram-se nos últimos anos importantes progressos no continente africano. Este conta já com jovens dirigentes bem preparados, preocupados com o futuro dos seus países, cujas sociedades civis têm dado igualmente provas de vitalidade.

As estratégias de desenvolvimento devem sofrer, porém, uma profunda reorientação para poderem remediar o desastre urbano (Osmont 1995).

Considerando que, em África, a maioria da população vive ainda no sector rural, as políticas de crescimento deverão ser baseadas na actividade das aldeias, em vez de se deixar desenvolver demasiado rapidamente cidades "ingovernáveis e destruidoras do tecido social". Nessa medida, prossegue o Presidente do Banco Mundial, será possível "duplicar a capacidade de produção das aldeias com métodos agrícolas simples, ao mesmo tempo que se acentuam os esforços em favor da escolaridade", em especial em favor das mulheres que, embora desempenhando um papel fundamental na produção, constituem apenas 30 % da população escolarizada em África⁷⁵

Note-se que certos problemas não são específicos ao continente africano e que, embora com menor acuidade (por enquanto), podemos encontrá-los nos próprios países industrializados do Norte. A obra de N. Georgescu-Roegen mostrou que o desenvolvimento económico não poderá impunemente prosseguir sem uma reestruturação e uma reorientação radical que, nos dois hemisférios, ponha em causa o dogma mecanicista e anacrónico de um crescimento sem fim, com todos os riscos ambientais e sociais de que só agora começamos a apercebermo-nos

⁷⁴ Cf. *Marchés Tropicaux*, n° hors série, Dezembro 1995

⁷⁵ Cf. *Le Monde* (Paris), 16 Fevereiro 1996.

realmente (Georgescu-Roegen 1995).

A faculdade de adaptação das sociedades africanas - verdadeira demonstração de criatividade sob múltiplas formas - é ainda visível na aptidão em suportar as crises sucessivas, na qual muitos observadores vêm duas explicações fundamentais: uma explicação económica e uma explicação "antropológica".

A explicação económica está patente na importância do sector informal cujos resultados não são registados nas estatísticas. Relembra-se que nas grandes cidades africanas, mais de 70% dos activos trabalham no sector informal.

De uma maneira geral é possível dizer que as economias africanas são essencialmente *economias subterrâneas*, actuando fora dos circuitos oficiais, como é o caso do cacau que passa clandestinamente as fronteiras entre o Gana e a Costa do Marfim, do comércio fronteiriço em várias regiões: entre a Gambia e o Senegal, o Benin e a Nigéria, Angola e o Zaire, Moçambique e a África do Sul, etc.

Assim, certas estimativas consideram que o *PIB real ajustado* era, em 1990, de cerca de mil e duzentos dólares, quer dizer o dobro do que se registava em 1960.

Mas é preciso ver também nesse fenómeno uma manifestação da sociedade civil, que, no essencial, reage aos bloqueios e ao parasitismo fiscal de administrações predadoras e ineficazes (Sedogo 1998).

Uma segunda explicação desta adaptabilidade é de ordem "antropológica", por assim dizer. Ou seja, os comportamentos dos agentes africanos inserem-se em grande medida numa *lógica redistributiva*, que, nomeadamente por intermédio da "família alargada", permite atenuar as grandes clivagens socioeconómicas. E se é verdade que essa solidariedade social sofre, a pouco e pouco, distorções no meio ambiente urbano, onde as atitudes individualistas mais "modernas" tomam o passo sobre os comportamentos tradicionais, essa lógica redistributiva ainda é suficientemente forte para permitir a sobrevivência de vastas camadas da população.

Não é exagero dizer-se que a África progrediu, desde as independências, mais do que as estatísticas oficiais o deixam prever, embora esse progresso tenha frequentemente uma definição *sui generis* dificilmente quantificável.

Rui Paulo Almas assinala igualmente que "em relação à região África as perspectivas económicas são agora um pouco mais optimistas", mostrando que o PIB do continente cresceu cerca de 3 % em 1995, contra 0,8 % em 1993 e 2,6 % em 1994 (Almas 1996).

Isto não impede, bem entendido, que não se reconheça o seu considerável atraso em relação a outras regiões do Terceiro Mundo e os imensos e graves problemas com que o continente se defronta. Mas é indispensável introduzir aqui, em contraponto a visões redutoras, uma chamada de atenção: haverá mais realizações em África do que do que a informação disponível nos diz, e mais potencialidades do que os números isolados nos fazem crer.

Estas ressalvas não minimizam, repete-se, a dificuldade da situação. As exportações africanas dependem de um número muito restrito de produtos, o que torna as economias do continente particularmente vulneráveis às flutuações das cotações do mercado mundial. Na maior parte dos casos, as exportações estão concentradas em tres ou quatro bens, havendo inúmeros exemplos em que mais de 90 % das exportações dependem de um ou dois produtos unicamente. Com a prolongada depressão dos preços das matérias-primas durante a última década, a crise africana só poderia ser agravada. Para dar um exemplo, se os preços do cacau voltassem ao nível que atingiram em 1985, a Costa do Marfim poderia pagar a sua dívida externa...

Falta igualmente ao continente uma infraestrutura industrial adequada às necessidades. Aqui devemos fazer a distinção entre "indústria" e "manufatura", aplicando os critérios da *ISEC-International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* da Organização das Nações Unidas, tal como o fez Roger C. Riddell (1990).

Com efeito, o conceito de "*indústria*" engloba extração mineira, construção, electricidade, água e gás, bem como o sector "manufatureiro" propriamente dito. De uma maneira geral, na medida em que a parte *não manufatureira* da indústria representa apenas uma pequena contribuição para o PIB, nos países industrializados considera-se o sector manufatureiro como praticamente equivalente ao sector industrial.

Essa metodologia não se aplica aos países da África Subsaariana. Riddell (1990) nota que alguns destes têm grandes estruturas de extração de minério ou de petróleo e, ao mesmo tempo, pequenas indústrias manufatureiras. Há portanto grande disparidade entre a parte do PIB derivada da indústria e a parte do PIB decorrente das manufacturas.

No início dos anos 90, no conjunto das economias de baixo rendimento, a parte da indústria no PIB representava 35 % deste enquanto a parte das manufacturas não ia além de 24%. Nalguns países da África Subsaariana essas percentagens eram, respectivamente: Zâmbia 48% e 20%; Serra Leoa: 22% e 4%; Zimbábue: 46% e 30%; Nigéria: 29% e 8%; Botswana: 58% e 6% (Banco Mundial citado por Riddell 1990).

O *sector manufatureiro* pode ser definido como o sector que procede à transformação química ou mecânica de substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos. O trabalho é feito manualmente ou com máquinas, quer seja processado em fábricas ou no domicílio dos trabalhadores, sendo os produtos vendidos por grosso ou atacado (Riddell 1990).

O sector manufatureiro é subdividido em: alimentação e agricultura; têxteis e vestuário; maquinaria e equipamento de transportes; químicos; madeira e produtos relacionados; papel e produtos derivados; petróleo e produtos derivados; metais e minérios; produtos fabricados em metal; outras indústrias.

Além da escassa parte da indústria e, sobretudo, da fraqueza do sector manufatureiro em África, existem ainda grandes desequilíbrios regionais neste campo. Assim, em 1985, a Nigéria contribuía com 28 % do VAM (Valor Acrescentado do sector Manufatureiro) da África Subsaariana, valor que, em 1988, era já de 38%. Neste último ano, para além da Nigéria só existiam seis outros países da ASS com um VAM de 500 milhões de dólares ou mais: Camarões, Costa do Marfim, Gana, Quênia, Zâmbia e Zimbábue.

Angola e Moçambique, que, com o Zimbábue, possuíam a maior infraestrutura industrial da África Austral (com exclusão da África do Sul), viram em trunfo praticamente desaparecer no período posterior às independências, por razões conhecidas, e as suas indústrias estão hoje, na sua grande maioria, obsoletas ou inoperacionais.

Em resumo, com excepção da Nigéria e dos 6 países indicados, a parte relativa do VAM dos restantes países da ASS diminuiu substancialmente entre 1973 e os anos 90.

Cooperação euro-africana

Estas considerações levam-nos a um outro problema, a que já fizemos referência anteriormente: a cooperação a Europa e o continente africano, como objectivo que deveria continuar a ser prioritário para ambas as partes.

Esta reflexão comum à Europa e à África impõe-se porque ambos os continentes, embora em situações diferentes, enfrentam um contexto que a ambos atinge. Se a globalização não é propriamente um fenómeno novo, ela chega hoje a um terceiro nível (sendo o primeiro o da globalização comercial e o segundo o da globalização da produção): o da globalização financeira (Vilas 1996).

Ora os jogos financeiros da globalização hoje dominantes, têm vindo a ser persistentemente acompanhados pelo aumento das desigualdades. Ao mesmo tempo, verifica-se em todo o mundo a inversão da relação, tradicionalmente positiva, entre o emprego e o produto, (*ceteris paribus*, se a produção aumenta, o emprego aumenta). Ora estes variam pela primeira vez, quase sistematicamente, em sentido inverso um do outro (o produto aumenta, mas o emprego não só não aumenta como frequentemente diminui mesmo).

Por outro lado, a nova palavra de ordem é a "flexibilidade do trabalho" que substitui o direito laboral pelo direito comercial ou civil, o que é acompanhado pela deterioração dos salários reais, bem como o agravamento dos fenómenos de exclusão social e de pobreza crescente, mesmo nos países ricos. Nos Estados- Unidos a forte subida da pobreza é um fenómeno evidente. Em 1990 a desigualdade na distribuição dos rendimentos - medida pela relação entre a camada superior do 9º decil e a do 1º decil - era o dobro da desigualdade na Europa, ao mesmo tempo que o subsídio de desemprego era metade do que vigorava na UE. Quanto à permanência no desemprego, a Europa registava em 1994 mais de 18 milhões de desempregados, 45 % dos quais estavam sem trabalho há pelo menos um ano. Essa percentagem era apenas de 10 % nos EUA, mas com fortes quebras de qualidade de vida em largas camadas da população americana.

A esta evolução tendencial, preocupante, europeus e africanos ainda não encontraram resposta concertada no espaço euro-africano. Apenas se mantém a tradicional cooperação, importante sem dúvida, mas insatisfatória ao nível de um projecto de envergadura que apostasse no próximo milénio, tanto mais que a cooperação em vigor parece agora ameaçada pelas ambiguidades dessa globalização.

Vejamos, porém, alguns dos problemas da cooperação euro-africana actual.

A Convenção de Lomé, cujos resultados são positivos a despeito de todas as legítimas insatisfações e críticas, pode ter a sua renovação de algum modo comprometida não só com a chamada "abertura a Leste" que está a reter a atenção dos que se preocupam exclusivamente com as tais "*oportunidades de negócios*", no sentido restrito do termo, mas igualmente com a aplicação progressiva dos acordos resultantes do Uruguai Round pela OMC (ou GATT).

É óbvio que não só se assiste a uma diminuição da "*preferência ACP*" na ajuda comunitária ao desenvolvimento (a parte dos ACP na ajuda pública ao desenvolvimento está, em termos relativos, a diminuir à medida que aumenta a cooperação da UE com a Ásia, a América Latina e o Mediterrâneo), mas, o que é ainda mais grave, regista-se igualmente uma baixa das

vantagens comparativas de que beneficiam os ACP no plano comercial.

Isso acontece por duas razões: devido à liberalização do comércio mundial (aplicação dos acordos do GATT); e em resultado da concessão do *sistema de preferências generalizadas* (SPG) a outros países em desenvolvimento (Feuer 1994).

A publicação em finais de 1996 do *Livro Verde* (Torres 1996d) sobre cooperação da C.E., admite a possibilidade da Convenção de Lomé vir a ser aplicada apenas aos PMA, adoptando-se, para os restantes, mecanismos de economia de mercado adequados às regras de reciprocidade do comércio internacional.

Se considerarmos a "cooperação" no sentido mais nobre do termo, com vista a desenvolver as bases de um desenvolvimento na linha de autores como Gunnar Myrdal, François Perroux e tantos outros, ou seja um desenvolvimento *autocentrado* que valorize de facto os países e construa alicerces duradouros no quadro da nova mundialização, então o objectivo prioritário da cooperação internacional é, de imediato, o da "*formação de recursos humanos*", quer ao nível dos quadros técnicos em todos os sectores, como de uma classe empresarial africana digna desse nome; e, logo em seguida, o do "*desenvolvimento humano*".

Esta inversão na ordem pode parecer estranha na medida em que as duas expressões (formação de recursos humanos e desenvolvimento humano) não são similares, como o PNUD o demonstrou. Com efeito, a primeira expressão fala de "*capital humano*" como factor de produção: ou seja, o homem é um meio e não um fim em si mesmo. A segunda expressão refere-se ao bem-estar como objectivo último, e nela o homem é um fim e não um meio. É por conseguinte mais abrangente do que a primeira. Embora, directa ou indirectamente os progressos de uma se reflectam na outra e haja elementos comuns entre ambas.

No entanto, sem descurar o "desenvolvimento humano", parece-me mais urgente por ser mais exequível e porventura mais eficaz, apostar na "*formação dos recursos humanos*". Daí o ter apresentado os dois conceitos pela ordem que referi⁷⁶.

Essa formação só muito dificilmente pode ser feita sem o concurso dos países industrializados, donde decorre que não haverá desenvolvimento sem cooperação internacional.

Como a maior parte dessas acções dependem do financiamento disponível, não deixa de ser preocupante, por exemplo, ver a dificuldade com que foi negociado o protocolo financeiro do 8º FED, em Junho de 1995, no qual o Reino Unido diminuiu a sua contribuição de cerca de 9 %.

Não se conclui daí que essa "cooperação internacional" não necessite ela própria de profundas reformas para além do aspecto financeiro (ver Brunel 1993). Mas, se estas forem efectuadas, poderão estar reunidas as condições para ir mais além e depressa (Godinec 1996).

Essa cooperação depara-se com dois problemas de fundo:

Em primeiro lugar a crescente inadequação do quadro tradicional das políticas de desenvolvimento à cooperação internacional, uma vez que esta se move essencialmente no domínio das empresas privadas.

Em segundo lugar, a dificuldade em assegurar a inserção do continente africano na chamada economia *mundializada* à medida que forem sendo aplicados os acordos do GATT e se confirmar a prevista alteração do modelo de Lomé.

É certo que, segundo a Acta final do ciclo de Uruguai, assinada em Marrakech em 1994, a redução dos direitos alfandegários previstos para a agricultura e os serviços, que começou a ser

⁷⁶ Vd. PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, trad. port., Lisboa, 1996: 54-56.

aplicada em 1995, concede aos países em desenvolvimento um prazo de 10 anos, ou seja até 2004. Também é verdade que os PMA (Países Menos Avançados), a maior parte deles em África, não são obrigados, por enquanto, a aplicar as reduções aduaneiras previstas. Mas é igualmente evidente que a contemplação progressiva dos acordos do "GATT" fará desaparecer certas vantagens particulares de que beneficiam os países africanos (e de uma maneira geral os países ACP) no quadro da Convenção de Lomé (Martin and Winters 1995).

Numa palavra, a abertura obrigará a África a competir cada vez mais no plano mundial, o que representa uma tarefa imensa na montagem de quadros jurídicos adequados, na substituição de produtos e factores altamente *fragmentados* (provocados por barreiras alfandegárias, nacionalismos, micro-nações, atraso tecnológico, produtos *concorrenciais*⁷⁷ entre países da mesma zona, etc.).

A África precisa de construir mercados *integrados* que sejam abastecidos por produções complementares de países da mesma zona, e não apenas concorrenciais como hoje acontece. Ou seja, deve desenvolver as relações Sul-Sul.

A transformação das estruturas mundiais de produção, o desenvolvimento de novas tecnologias, a evolução das biotecnologias, a formação de grupos económicos dinâmicos e poderosos no plano internacional, podem, em última análise, comprometer o futuro do continente africano se este não lançar rapidamente as bases de uma integração regional, plataforma indispensável para os projectos de desenvolvimento futuro.

As importações da União Europeia provenientes dos países ACP representam para estes, para além das ajudas integradas na Convenção de Lomé, um mercado apreciável, apesar de uma prolongada baixa das cotações das matérias-primas. Essas importações da UE oriundas dos ACP, representaram no quadriénio 1988-1991 (média anual) 19 257 313 000 Ecu. No que se refere aos PALOP é de notar que Angola se encontra em 6º lugar. Vêm a seguir: Moçambique (42º lugar), Guiné-Bissau (62º lugar), S. Tomé e Príncipe (64º lugar) e Cabo Verde (65º lugar).

Se a ajuda ao desenvolvimento não for reforçada em bases mais coerentes e solidárias do que até aqui (não é sobretudo o montante da ajuda que está em causa, mas a sua eficácia); se os países industrializados, em especial europeus, não souberem fazer o investimento político que a *mundialização* parece justificar, alterando regras e estratégias neo-clássicas de um *monoeconomismo* teoricamente insatisfatório e, na prática, largamente ineficiente (Hirschman 1984: 43-68); se as instituições internacionais, em muitos aspectos já inadaptaadas, não se reformarem para permitir as mudanças necessárias (cf. a discussão actual sobre a necessidade de "*repensar de Bretton Woods*"), as dificuldades da África serão acrescidas nos próximos anos. Numa tal eventualidade - que, sem querer ser pessimista, é necessário admitir - as "*oportunidades de negócios*" serão afinal bem escassas.

É também por isso que o desenvolvimento não é apenas necessário aos africanos. Numa economia mundializada esse desenvolvimento teria certamente efeitos multiplicadores para todos os intervenientes, africanos e não africanos.

Relativamente a Portugal, a África ocupa hoje um lugar medíocre nas relações

⁷⁷ Os bens e serviços podem ser concorrenciais desde que suficientemente diferenciados, como é o caso no ramo automóvel, por exemplo. Mesmo nos produtos sem transformação (tais como os frutos) é possível introduzir diferenciação (marcas, normas de qualidade, calibragem, apresentação, embalagem...). Não é essa a situação que se verifica em geral nas produções africanas.

comerciais de Portugal. Em 1994 só 3,3 % das exportações portuguesas se dirigiam para a África Subsaariana, e só 3,5 % das importações provinham deste continente (no mesmo ano, só a Espanha ocupava mais de 14 % das nossas exportações, por exemplo).

O lugar dos PALOP no comércio total português com África também diminuiu, sobretudo se fazemos a comparação entre a época das independências e o período actual, como foi demonstrado com pormenor por Manuel Ennes Ferreira (Ferreira 1994; ver eventualmente Torres 1991e).

Em 1994, se 62 % das exportações de Portugal para a África Subsaariana ainda se dirigiam para os PALOP (menos de 77 milhões de contos), só 3 % das importações portuguesas desse continente provinham dos PALOP, ou seja cerca de 6,5 milhões de contos (Almas 1996).

Jorge Eduardo da Costa Oliveira faz observações coincidentes, escrevendo que "é insignificante o peso dos PALOP nas importações portuguesas - 0,34% no período 90-94 - e pouco expressivo em termos de exportações - 3,7% no mesmo período" (Oliveira 1996). Este último autor observa ainda que vários outros países africanos (Zimbabwe, Zaire, Congo, Swazilândia, África do Sul) exportam para Portugal valores muito mais importantes dos que os de Angola.

Aliás o afastamento relativo de Portugal em relação à África não é novo, contrariamente ao que alguns julgam. Pode dizer-se que começou já nos anos 50, aquando das negociações da adesão de Portugal ao GATT, à entrada na EFTA e aos primeiros contactos com a CEE depois da assinatura do Tratado de Roma. Como procurei demonstrar noutra bcal, durante a vigência da própria Zona Escudo (1961-1974), Portugal deu sinais inequívocos dos novos rumos para uma maior integração na economia europeia e mundial em prejuízo desse "espaço económico português", apesar da retórica oficial nunca o ter reconhecido (Torres 1998: 615-643).

A situação actual deverá modificar-se logo que os PALOP, especialmente Angola e Moçambique, ultrapassem a crise interna que vêm atravessando há duas décadas e possam começar a exportar um leque mais diversificado de produtos.

Isso explica, em parte, o esforço em termos de cooperação e ajuda que Portugal continua a fazer em favor dos PALOP. A despeito dele ser demasiado descentralizado e frequentemente disperso, é importante em termos relativos (0,35 % do PNB em 1994), como observa J.E. da Costa Oliveira (1996).

Isso deve-se ao facto da cooperação Portugal-PALOP ter um alcance maior do que o simples interesse comercial. A já referida CPLP pode ser o instrumento político de um projecto comum aos 7 países de língua oficial portuguesa, no qual alguns deles poderão vir a ser actores privilegiados no futuro.



Uma das características deste final do século, é que os problemas do "*Desenvolvimento*" não afectam apenas os países do chamado "Terceiro Mundo". Ainda que sob formas diversas, eles continuam na ordem do dia em todos os quadrantes geográficos. Nomeadamente em África, a qual atravessa uma fase particularmente difícil. Se ignoramos quanto tempo esta durará, sabemos todavia que é cada vez mais urgente encontrar soluções que preparem o futuro.

E se a sua construção passa, de facto, por um *ajustamento estrutural*, só poderá ser com a condição deste devolver ao *social* o papel terminante que lhe cabe no processo.

A mudança em curso não atinge apenas um grupo de países: ela é a uma escala global, mas hierarquizada. Entre os diversos círculos concêntricos de interdependência, o subconjunto Europa-África é talvez - pelo menos por enquanto - dos mais cimentados pela história e pela cultura, constituindo um capital que seria um erro desperdiçar.

No entanto, alguns dos principais remédios hoje propostos universalmente, embora à partida justificados, enformam de uma visão mutilada. Aplicá-los tendo em vista unicamente o que alguns chamam sem propriedade, como se disse antes, a "*lei do mercado*" no mundo irreal da concorrência perfeita, é adoptar uma lógica fechada de mecanismos cegos (J.P. Dupuy), alheios à justiça que cimenta a cidadania; é apostar no movimento de *exclusão* e suas rupturas, abandonando o processo de *inclusão* implícito na democracia.

Numa estratégia nova, a Europa e a África deveriam empenhar-se a fundo com plano económico e político que lançasse as bases de um verdadeiro espaço euro-africano, e ajudasse a consolidar as estruturas democráticas. A coordenação de programas poria em prática esses objectivos.

Para além das razões de solidariedade humana, o interesse comum de uma tal orientação justificá-lo-ia.

A margem de manobra de ambos na economia global seria amplamente reforçada, e, da confluência de interesses, surgiria igualmente uma partilha de benefícios para os dois protagonistas.

Um mercado sectorial: os cereais⁷⁸

Na maior parte das análises, o chamado "*mercado mundial*" é considerado como uma entidade "abstracta" ou "média". Essa visão supõe a unidade do mercado e a existência de preços de referência únicos que se impõem a qualquer país importador ou exportador.

É um modelo excessivamente simplificado que enviesa as análises teóricas sobre o problema, na medida em que estamos perante uma fragmentação dos mercados. Não há *um* preço mundial de nenhum produto, mas sim uma gama de preços mais ou menos larga, variando as condições de importação e de exportação segundo os países.

É talvez útil dar um exemplo concreto do funcionamento do mercado internacional. Escolhemos o mercado de cereais com base na monografia de Benoit Daviron.

O Conselho Internacional do Trigo enumera, no seu relatório anual, 22 preços internacionais de trigo. No estudo de B. Daviron foram escolhidos dois preços: como preço do trigo americano, o "*FOB nº 2 Hard Winter*" embarcado nos portos do Golfo do México. Como preço do trigo europeu o autor tomou o "*FOB Qualidade Mercantil*" embarcado em Rouen (França).

⁷⁸ Para a redacção deste ponto segui de perto o inquérito de Benoit Daviron abrangendo 18 países da África ocidente: os 16 da CEDEAO mais o Chade e os Camarões. Ver Daviron 1991.

Entre 1983 e 1990 os preços dos dois tipos de trigo tiveram a mesma evolução, mas os do trigo europeu mantiveram-se, em geral, ligeiramente abaixo dos do trigo americano, com uma diferença mais pronunciada a partir de 1986.

Todavia, na situação de concorrência entre a Europa e os USA pelo mercado da África ocidental, entram em jogo subvenções com o mecanismo de subvenções à exportação do programa americano EEP (*Export Enhancement Program*) que diferencia o valor da exportação em função do país destinatário e, mais precisamente ainda, em função da intensidade da concorrência com a CEE.

O panorama das importações de trigo e de farinha de trigo da África ocidental mudou bastante durante a década de 80, com uma queda de mais de 50 % das importações de trigo e um aumento de cerca de 80 % das importações de farinha.

A causa principal desta evolução tem origem na Nigéria. De facto, este país, que era o maior importador africano no princípio da década (1,5 milhões de toneladas em 1985), fechou brutalmente as suas fronteiras às importações de cereais a partir de 1987. Desde então a Costa do Marfim ocupa o primeiro lugar nas importações de trigo da região (250 000 toneladas), seguida do Senegal (140 000 toneladas) e também do Gana (100 000).

O crescimento ali registado na importação de farinha está estreitamente ligado ao encerramento das fronteiras da Nigéria. Com efeito, dois países são responsáveis pelo essencial deste crescimento: os Camarões (+ 220 000 ton. durante a década) e o Benin (+ cerca de 50 000 ton.). A razão é simples: ambos têm fronteiras comuns com a Nigéria, incrementando desde então as actividades de reexportação e de contrabando para este último país.

Do mesmo modo, o crescimento das importações de farinha está correlacionado com reexportações para dois outros países: Mali e Senegal. O fim das importações malianas de farinha de trigo, depois da criação de um moinho em 1982, favoreceu as reexportações a partir da Mauritânia (+ 30 000 ton.) e da Guiné (+ 50 000 ton.). As reexportações para o Senegal fazem-se a partir da Gâmbia (+ 15 000 ton.) e, antes do conflito de 1989, a partir da Mauritânia.

Nesta região a CEE ocupa uma posição de quase-monopólio nas importações de farinha (mais de 90 % durante a década de 80).

A presença dos USA só é significativa nos Camarões, onde beneficiaram de um forte crescimento das importações destinadas à reexportação. O Canadá e a Suécia realizam algumas exportações esporádicas para a zona, mas estas são ainda demasiado fracas para ameaçar as vendas comunitárias.

No caso do mercado de *trigo em grão* a situação é mais complexa, escreve Daviron. Os USA e a CEE partilham o essencial desse mercado, sendo o resto do défice regional completado pelo Canadá. Foram principalmente os USA que sofreram devido à queda das importações regionais. A CEE tornou-se então dominante no mercado enquanto o Canadá se aproximou do nível dos USA.

Porém, esta visão global esconde diferenças. A concorrência entre os USA, a CEE e o Canadá está longe de ser a mesma em todos os países da região. É possível repartir os países africanos em quatro grupos:

Grupo 1: Gâmbia, Guiné-Conakry e Guiné-Bissau. Este grupo é caracterizado pela inexistência de moagens e, portanto, pela ausência de importações de trigo.

Grupo 2: Serra Leoa, Libéria e Nigéria. Estes três países constituíram uma espécie de mercado reservado dos USA, uma vez que o trigo importado pelo grupo era 100 % americano.

Depois do encerramento da Nigéria às importações, a situação é diferente e os USA só controlam as importações da Libéria e da Serra Leoa, mas os volumes em causa são baixos (27 000 em média nos últimos anos).

Grupo 3: Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal e Chade.

A CEE controla entre 80 e 98 % das importações destes países. Depois da paragem das importações nigerianas, este grupo representa 2/3 das importações da região. Nos últimos anos a concorrência entre os USA e a CEE para o controlo deste mercado agudizou-se.

Se a Costa do Marfim, Cabo Verde e Burkina Faso se têm mantido fiéis ao trigo europeu, em contrapartida o Mali e o Niger têm-se deixado "tentar" pelo trigo canadiano oferecido no âmbito de operações de ajuda alimentar. Os USA conseguiram penetrar fortemente no mercado do Senegal em 1987. A posição da CEE foi posteriormente "reconquistada", mas a ameaça americana continua a fazer-se sentir.

Grupo 4: Benin, Gana, Mauritânia e Togo. É o grupo onde a concorrência entre os países exportadores é mais permanente. O Benin passou a ser fornecido pelos USA na década de 80 e o Canadá está presente no Gana, Mauritânia e Togo, mas particularmente bem implantado no primeiro destes três países. A França, os USA e o Canadá afrontam-se no Togo e na Mauritânia.

Em resumo, o mercado da África ocidental do trigo e da farinha de trigo não é propriamente um campo aberto aos países exportadores. Trata-se efectivamente de um mercado monopolístico para a farinha e de uma justaposição de mercados monopolísticos ou quase-monopolísticos para o trigo.

Estamos portanto longe de poder falar de uma "*mercado mundial*" a propósito das importações de trigo e de farinha da região...

Outro aspecto a considerar é o papel da moagem.

No caso do trigo, a moagem desempenha uma função essencial nas diversas situações de monopólio. Efectivamente, o controlo dos moinhos proporciona o controlo das importações e, mais precisamente, da sua proveniência.

Nesse sector os investimentos estrangeiros ocupam um lugar decisivo nos moinhos da África ocidental. Esses investimentos podem ser classificados em três categorias segundo a sua origem: americana, francesa e mediterrânica.

Origem americana:

A Seaboard Allied Milling Corporation é a única empresa americana presente nesta região.

Ela possui investimentos nos dois moinhos da Nigéria (*Life Flour Mills* e *Temple Flour Mills*) e beneficia de uma situação de monopólio na Libéria (*National Milling Company*) e na Serra Leoa (*Seaboard West Africa Ltd*).

Origem francesa:

A França está representada por dois grupos: Mimran e Somdiaa.

O grupo Mimran possui o mais antigo moinho de trigo da região, o *Grands Moulins de Dakar*, criado em 1954 apesar da oposição da moagem francesa da época. Este grupo possui também o *Grands Moulins d'Abidjan* e terá uma participação no *Grands Moulins du Tchad*.

O grupo Somdiaa possui participações nos moinhos de 4 países da região: Burkina Faso,

Camarões, Níger e Chade. A SOMDIAA forneceu também a tecnologia do *Grands Moulins du Mali* e de um moinho da Nigéria (*Standard Flour Mills*).

A esses dois grupos deve acrescentar-se a sociedade SENTENAC, ligada ao *Grands Moulins de Paris* que possuem um moinho no Senegal e uma participação no *Grands Moulins du Mali*. O Grupo Dreyfus chegou a estar presente na moagem da Costa do Marfim, por intermédio do *Moulin du Sud-Est* hoje inactivo.

Origem mediterrânica:

A origem mediterrânica dos investimentos é subdividida em três: grega, libanesa e síria.

De origem grega: a sociedade Coumantaros que criou o seu primeiro moinho na Nigéria, em 1960. Hoje este grupo está associado a capitais nacionais (a lei nigeriana limita a 40 % a parte do capital estrangeiro nas grandes empresas) e controla os dois maiores moinhos (*Flour Mills of Nigeria, Northern Nigeria Flour Mills*) e dois outros de menor importância (*Niger Mills Co Ltd* e *Maidiguri Flour Mills*).

De origem libanesa: o grupo Chagoury que controla três moinhos na Nigéria (*Port Harcourt Flour Mills, Ideal Flour Mills, Nigerian Eagle Flour Mills*) e o moinho do Benin (*Grands Moulins du Bénin*).

Também é de origem libanesa a *Société Industrielle du Levant*, a qual tem investimentos em Lomé e na *Société des Grands Moulins du Togo* e no Gana.

De origem síria: A sociedade Lababedy, a qual dispõe de três moinhos na Nigéria (*Crow Flour Mills, Sunrise Flour Mill, Mixed and Baked Flour Mills*).

Em resumo, como salienta B. Daviron, com excepção da Nigéria, os países onde domina o trigo europeu são precisamente aqueles em que as moagens se associam (ou pertencem) a sociedades europeias, geralmente francesas. Os países onde domina o trigo americano são aqueles em que as moagens estão ligadas (ou pertencem) a sociedades americanas. Enfim, os países onde se defrontam os exportadores são aqueles onde as moagens estão associadas a capitais libaneses.

Note-se igualmente que o grupo Coumantaros, que controla a maior parte da moagem nigeriana, reúne, sob este nome, importantes investimentos norte-americanos.

O monopólio da moagem e, por conseguinte, da importação de cereais, permite também controlar o negócio a partir dos países exportadores. É o caso da Europa, onde duas empresas dominam o essencial das exportações para a África ocidental: a Setucaf, filial da Somdiaa e a Eurafrique, filial da Mimran.

No que respeita ao mercado da farinha, a situação é menos clara. Daviron, no estudo que vimos citando, confessa não ter explicação satisfatória para se compreender sem margem para dúvidas como é que a Comunidade Europeia consegue manter esta situação de exclusividade. É certo que a CEE assegura mais de metade das exportações mundiais de farinha, mas existem outros exportadores, nomeadamente os USA. É possível que a questão do frete seja um dos elementos decisivos num produto tão perecível como a farinha.

A questão dos preços é outro ângulo através do qual este problema pode ser apreciado. A situação é contudo diferente nos casos da farinha e do trigo.

Nos anos 80 os valores unitários das exportações de farinha da CEE, nomeadamente da França, para os 18 países africanos não apresentaram diferenças significativas em relação aos

preços da mesma exportação para o resto do mundo.

Isso já não aconteceu com o valor unitário das exportações de trigo. Verificou-se que, durante os anos 80, os 18 países da África ocidental pagaram mais caro do que a média dos clientes da França. Daviron faz, no entanto, notar que este raciocínio é de algum modo enviesado pela existência de entregas importantes de ajuda alimentar⁷⁹ no princípio da década, embora não seja esse o caso na segunda metade dos anos 80.

Outros factores poderão também explicar os preços mais elevados do trigo francês vendido nos mercados africanos. Primeiramente, os relativamente fracos volumes adquiridos pelos moinhos da África ocidental: algumas dezenas ou centenas de milho de toneladas apenas, comparadas com os milhões de toneladas dos clientes mais importantes como a China e a URSS. Não só é possível fazer descontos mais favoráveis em grandes quantidades, mas também é possível que o maior poder negocial destes últimos possa explicar as disparidades registadas. Em segundo lugar os países africanos adquirem principalmente "*trigo de panificação*", quer dizer de boa qualidade enquanto que a China e a URSS compram trigo de baixa qualidade ("*tout venant*").

Contudo, o facto mais digno de nota não é ao nível do conjunto dos países da região, mas sim as disparidades de preços nos diversos Estados tomados individualmente.

Se distinguirmos entre países africanos de "*zona cativa*", quer dizer os países onde a França ou os USA detêm o monopólio ou quase-monopólio das vendas, e os países de "*zona de concorrência*" onde os exportadores (CEE e USA) se disputam o mercado interno, verificamos que a situação é diferente.

É o que acontece com a Costa do Marfim (país de "*zona cativa*" francesa) que nos anos 80 pagou quase sempre o trigo europeu importado mais caro do que o Togo (país de "*zona de concorrência*"). De uma maneira geral a totalidade dos clientes da França na África ocidental pagou, no período 1985-87, a sua importação de trigo mais cara do que o resto do mundo. Mas, como nota Daviron, tanto para os anos anteriores como posteriores a essas datas, já não é possível fazer a mesma afirmação com segurança.

Observe-se igualmente que a distinção entre países "*cativos*" e países "*concorrenciais*" não é suficiente para explicar outras diferenças de preços na região, pois, por exemplo, o Senegal (país "*cativo*") pagou em 1987 o mesmo preço que a Costa do Marfim, enquanto que os Camarões (também país "*cativo*") beneficiou de um preço próximo do aplicado ao Togo.

Coloca-se o problema de saber porque é que esses países não se viraram para os Estados Unidos em 1987, como fez o Senegal. Devido aos poucos elementos de informação disponíveis, a pergunta fica sem resposta. Mas terá a política do "preço garantido" sido uma compensação suficiente? Ou existiram outras formas de compensação?

Quanto ao trigo americano, a experiência oferece resultados similares. Nos anos 80 também os USA praticaram uma diferenciação de preços em função da intensidade da concorrência. Os países da sua "*zona cativa*" (Nigéria, Serra Leoa, Libéria) pagaram o trigo

⁷⁹ Convém ter presente que as Estatísticas do Comércio Externo francês não distinguem a ajuda alimentar das operações comerciais. Pior ainda: a ajuda é contabilizada em valor com base no preço de exportações intra-comunitárias. É mais simples analisar as exportações americanas, cujos anuários distinguem as exportações "*donated for relief or charity*" das exportações "*not donated for relief or charity*" (Daviron 1991)

americano mais caro do que os da "zona de concorrência" (Togo, Benin, Senegal) onde foi aplicado o EEP americano, já anteriormente referido.

CONCLUSÕES

O *desenvolvimento* é um conceito complexo que não se adequa a definições redutoras, nem se compartimenta facilmente numa área disciplinar única. Embora as teorias do desenvolvimento tenham seguido uma longa prática que remonta ao período do pós-guerra, segundo a qual o seu campo de investigação seria o bloco dos países subdesenvolvidos, a verdade é que a sua latitude é bem maior, na medida em que os problemas do desenvolvimento, no sentido largo do termo, tanto se encontram nos países industrializados como no *Terceiro Mundo* embora naturalmente com características distintas, diferentes lógicas e contextos diversos.

Paul Baran relembra que o interesse pelo "desenvolvimento económico não constitui, de forma alguma, novidade sem precedente no campo da Economia Política. O desenvolvimento económico foi o tema central da Economia Clássica", como sugere a obra pioneira de Adam Smith.

A dificuldade desta área teórica reside na multiplicidade de vertentes que é necessário contemplar para construir uma análise relativamente coerente. Não há respostas "económicas", "antropológicas", "sociológicas" ou "históricas" que ofereçam explicações seguras e definitivas. É da articulação entre abordagens oriundas de diversos ramos das ciências sociais que se podem tirar algumas hipóteses orientadoras, não de uma só especialidade, seja qual for o seu avanço científico relativamente às outras.

Neste capítulo a experiência concreta da África e a situação da economia africana não pode ser assimilada à do continente asiático ou da América Latina.

Enquanto as economias asiáticas e latino-americanas parecem começar a encontrar na segunda metade da década de 90 um novo fôlego, e que o Brasil, em particular, confirma a sua vocação de futura grande potência no século XXI, as economias africanas defrontam-se hoje com problemas de muito maior acuidade, cuja resolução é condição *sine qua non* à própria sobrevivência. Para além das decisões económicas referidas no texto, são igualmente imperiosas a construção do Estado de direito e a adopção de formas democráticas que recolham o legado da história africana.

Como observou Georges Corm em relação ao Médio-Oriente, também se aplica à África Subsaariana o princípio segundo o qual "a democracia liberal, tal como se pratica institucionalmente no Ocidente, não é necessariamente um modelo a copiar ou a transportar sem adaptação", tanto mais que "a liberdade institucional conquista-se pedaço por pedaço, à custa de mil esforços sem cesso repetidos, não sendo jamais total ou definitivamente adquirida" (Corm 1991: 367).

Estes elementos, formam uma matriz que é impossível despartar do contexto de mundialização que não pode ser ignorado senão ao preço de uma regressão intolerável.

Em África, a articulação entre o nacional e o mundial depende ainda muito da ajuda internacional. Mas esta está a mudar, apontando para a diminuição da ajuda pública e uma maior intervenção do capital privado. A nova orientação é, sem dúvida, susceptível de favorecer dinâmicas económicas, mas não beneficia actualmente o continente africano na medida em que se dirige essencialmente para outras regiões.

Confirma-se uma vez mais a urgência de reformas em todos os planos da actividade governativa africana. Mas, ao mesmo tempo, torna-se também evidente a necessidade de uma redefinição da política dos países desenvolvidos, nomeadamente europeus, onde a filosofia da "*causa pública*" e a concepção mais nobre do "*interesse do Estado-Nação*" tem vindo a ser debilitada.

O discurso equívoco e pouco exaltante acerca dos benefícios da "*racionalidade de mercado*" como fim último, razão de todas as razões ameaça fazer tábua rasa de valores humanistas que dão sentido às culturas e coerência às civilizações.

Sobre o desenvolvimento africano devemos afastar à partida profecias finalistas que ignoram a capacidade dos homens em realizar o seu próprio destino.

Os vaticínios proferidos por individualidades de relevo há apenas algumas décadas sobre a pretendida "incapacidade" dos japoneses em fazer mais alguma coisa do que "imitar" a ciência e a tecnologia do Ocidente, mostram bem quanto o preconceito irracionalista e a cegueira do pessimismo podem ser esterilizantes.

O optimismo é mais estimulante, mas o *optimismo sistemático* também não traz soluções credíveis nem serve como guia na acção.

É pois necessária uma abordagem crítica e sem concessões, mas construtiva, dos problemas, que não se contente com dicotomias simplistas nem confie excessivamente nos axiomas aparentemente irrefutáveis. É indispensável indagar a todo o momento o *como* das coisas. E, quando possível, o seu *porquê*, apesar da dificuldade extraordinária deste último, como bem sublinhou Maxime Rodinson (Rodinson 1998).

Se queremos evitar o efeito nefasto das ideologias, pelo menos tal como se processaram nos anos 50-60, é forçoso ligar a teoria e a prática e interpretar a experiência à luz de hipóteses que se admite serem refutáveis e transitórias. As palavras de Nicholas Kaldor a esse propósito são plenamente actuais: "Quando falo da importância da investigação empírica não estou a subestimar o valor da teoria económica. O que penso convictamente é que a teoria deve estar muito mais fortemente relacionada com a investigação empírica" (Kaldor 1996: 101).

O panorama global também não pode ser compreendido se nos circunscrevermos apenas à análise dos problemas internos dos países do Sul, tal como não pode ser reduzido aos fenómenos de extensão e de internacionalização dos mercados.

Hoje mais do que nunca, as duas perspectivas devem ser conjugadas: os efeitos da mundialização (positivos e negativos) explicam-se igualmente pelas transformações de ordem interna que têm lugar nas nações. Do mesmo modo, estas são dolorosamente vulneráveis aos choques da mundialização.

No entanto não é a esta mundialização, em si, que, tanto no Norte como no Sul, se deve atribuir a responsabilidade do aumento das desigualdades, do crescimento do desemprego, do enfraquecimento do "Estado Providência", ou da deterioração das formas de relação entre a

economia e a sociedade. É sobretudo às políticas económicas e à política *tout court*, ou seja às decisões dos Estados, que devem ser pedidas responsabilidades pelos rumos seguidos pela economia mundial e pelas consequências que daí decorrem. As “*leis económicas*” também precisam de legislador...

Se durante os anos 80 se pensou ainda que a crise que atingia os países do Sul lhes era particular, por assim dizer, enquanto que as economias do Norte se encontravam ao abrigo da regressão, as contínuas e rápidas mudanças mostraram, para muitos inesperadamente, que as economias e as instituições atravessam em todo o mundo uma fase de incerteza e uma crise de "identidade".

O estudo dos problemas do desenvolvimento nos países do Sul, tal como foi proposto neste texto, é apenas a exemplificação parcelar de um fenómeno mais vasto e abrangente que atinge todos, ainda que de uma maneira desigual.

Por isso, repensar nas vésperas do século XXI os problemas do desenvolvimento no Sul, hoje mais entrosados do que nunca com os do Norte ainda que guardem especificidades próprias, exige novas perspectivas que tenham em conta solidariedades mundiais. É uma das razões porque tem sentido reequacionar de novo os escritos de Keynes durante tanto tempo abandonados.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1995), *Primeiras jornadas empresariais de agricultura tropical* (JEAT), Santarém, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- AAVV (1998), *La France et l'outre-mer: un siècle de relations monétaires et financières*. Paris, Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie/Imprimerie Nationale.
- ABDELMALKI, L. et MUNDLER, P. (1995), *Économie du développement*. Paris, Hachette.
- ACHARYA, S.N. (1981), "Perspectives and problems of Development in Sub-saharan Africa", *World Development*, 9, pp. 109-147.
- ADAMS, D. et FITCHETT, D. (1994), *Finance informelle dans les pays en développement*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- ADDA, Jacques (1996), *La mondialisation de l'économie*, Paris, La Découverte.
- ADELMAN, I. (1984), "Beyond Export-Led Growth", *World Development*, 12, 9, pp. 937-949.
- ADIKO, Assoi et CLÉRICI, A. (1963), *Histoire des peuples noirs*, Abjjan, C.E.D.A.
- AGBLEMAGNON, Ferdinand (1970), "Tradition et mutation dans les sociétés d'Afrique Noire", in BALANDIER 1970: 423-435.
- ALAGIAH, George (1989), "On Africa: 21st-Century Blueprint", *South*, February, pp. 22-23.
- ALLAIS, Maurice (1994), *Combats pour l'Europe (1992-1994)*, Paris, Clément Juglar.
- ALMAS, Rui Paulo (1996), *Estratégias para uma intervenção portuguesa na África Subsaariana*, Lisboa, ICEP.
- ALMEIDA-TOPOR, Hélène et LAKROUM, Monique (1994), *L'Europe et l'Afrique: un siècle d'échanges économiques*, Paris, Armand Colin.
- ALMEIDA-TOPOR, Hélène (1996), *Naissance des États africains*, Paris, Casterman.
- ALMODOVAR, António (1995), *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- AMABLE, B. et GUELLEC, D. (1992), "Les théories de la croissance endogène", *Revue d'Économie Politique*, Paris, 102(3), Maio-Junho.
- AMARAL, Ilídio do (1985), *Presença portuguesa em África e aculturação: Reflexões a partir de três textos dos séculos XVII, XVIII e XIX*, Porto.
- AMARAL, Ilídio do (1995), "A África no limiar do século XXI: um continente em crise", *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 23º, Lisboa, Editorial Verbo.
- ANDERSON, D. (1986), "Declining Tree Stocks in African Countries", *World Development*, 14, 7, pp. 853-863.
- ANÓNIMO (1989), "Désengagement français en Afrique", *Le Monde* (Paris), 18 mars.
- ANTOINE, Régis (1986), *L'Histoire curieuse des monnaies coloniales*, Nantes, Ed. ACL.
- ARONDEL, P. (1995), *L'impasse libérale*, Paris, Desclée de Brouwer.

- ASSIDON, Elsa (1992), *Les théories économiques du développement*, Paris, La Découverte.
- AUSTRUY, Jacques (1968), *Le scandale du développement*, Paris, Marcel Rivière.
- AUTUME, Antoine d' (1995), "Les nouvelles théories de la croissance", *Les Cahiers Français*, 272, Julho-Set., Paris, La Documentation Française: 33-38.
- BACKHOUSE, Roger (1994), *Economists and the Economy: the Evolution of Economic Ideas*, Londres, Transaction Publishers.
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento/African Development Bank (1992), *African Development Report 1992*.
- BAD-Banco Africano de Desenvolvimento/African Development Bank (1997), *African Development Report 1997*.
- BADIE, B. et WENDEN, C.W., Sous la direction de (1994), *Le défis migratoire: questions de relations internationales*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- BALANDIER, Georges (1970), *Sociologie des mutations*, Paris, Anthropos.
- BALANDIER, Georges (1986), *Sens et puissance*, Paris, PUF.
- BALASSA, Bela (1984), "Adjustment Policies on Developing Countries: A Reassessment", *World Development*, 12, 9, pp. 955-972.
- BALASSA, Bela (1987), "Economic Integration" in *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, vol. 2, pp. 43-47.
- BANCO MUNDIAL: *Relatório do Desenvolvimento no Mundo*, Washington (vários anos e edições)
- BANCO MUNDIAL (1989), *Sub-Saharan Africa From Crisis to Sustainable Growth*, Washington.
- BANDT, J. et HUGON, P. (1988), *Les tiers nations em mal d'industrie*, Paris, Economica.
- BARRAT, John, Ed. by (1974), *Accelerated Development in Southern Africa*, Londres, Macmillan.
- BARROT, Pierre (1995), "Privatisation des terres: le *mea culpa* de la Banque Mondiale", *Alternatives Économiques* (Paris), février.
- BARTOLI, Henri (1991), *L'économie multidimensionnelle*, Paris, Economica.
- BAUER, Peter (1984), *Reality and Rethoric: Studies in the Economics of Development*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
- BAUER, Peter (1991), *The Development Frontier: Essays in Applied Economics*, Londres, Harvester Wheatsheaf
- BAUMANN, H. et WESTERMANN, D. (1970), *Les peuples et les civilisations de l'Afrique*, trad. fr., Paris, Payot.
- BEAUD, Michel (1987), *Le système national/mondial hiérarchisé*, Paris, La Découverte.
- BEAUD, Michel et DOSTALER, Gilles (1993), *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil.
- BÉRAUD, Philippe et PERRAULT, Jean-Louis, Sous la direction de (1994), *Entrepreneurs du Tiers Monde*, Paris, Maisonneuve & Larose.
- BECKER, R. and BURMEISTER, E., Ed. by (1991), *Economic Growth*, Aldershot, Edward Elgar.
- BERG, Elliot et alii (1981), *Le développement accéléré en Afrique au sud du Sahara: Programme indicatif d'action*, Washington, Banco Mundial.

- BERG, Elliot (1991), *Intégration Économique en Afrique de l'Ouest: problèmes et approches*. Paris, CILSS, Doc. SAH/D (91)382.
- BERG, Elliot, Coord. de (1994), *Repenser la coopération technique: réformes pour renforcer les capacités en Afrique*, Paris, Economica
- BERNARD A. et al. (1998), *La société civile et développement international*, Paris, OCDE.
- BERTHOUT et alii (1994), *Pour une autre économie*, Paris, La Découverte.
- BESSA, António Marques (1993), *Quem Governa? Uma análise histórico-política do tema da elite*, Lisboa, ISCSP.
- BHAGWATTI, Jadish (1991), *The World Trade System at Risk*, New York, Harvester.
- BOUIN, O. et MICHALET, C.A. (1991), *Le rééquilibrage entre secteurs public et privé: l'expérience des pays en développement*, Paris, OCDE.
- BOURDIEU, Pierre (1993), "Notre état de misère", *L'Express*, Paris, 25 de Março.
- BOURGUINAT, Henri (1968), *Les marchés communs des pays en voie de développement*. Genève, Librairie Droz, 215 p.
- BOYER, R. (1986), *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris, La Découverte, 144 p.
- BRASSEUL, Jacques (1993), *Introduction à l'économie du développement*, Paris, Colin.
- BRESSAND, Albert e DISTLER, Catherine (1989), *O mundo de amanhã*, trad. port., Lisboa, Dom Quixote.
- BROCHIER, Hubert (1994), "À propos de l'individualisme méthodologique: l'ouverture d'un débat", *Revue d'Économie Politique*, Paris, 1, Janeiro-Fevereiro.
- BROWN, A.J. (1965), "Should African Countries Form Economic Unions?", in JACKSON 1965: 176-193.
- BRUNEL, Sylvie (1993), *Le Gaspillage de l'Aide Publique*, Paris, Seuil
- BRUNEL, Sylvie (1995), *Le Sud dans la nouvelle économie mondiale*, Paris, PUF, 1995, 407 p.
- CAHEN, Michel (1989), Sous la direction de, *Bourgs et villes en Afrique lusophone*, Paris, L'Harmattan.
- CAILLÉ, Alain (1993), *La démission des clercs: la crise des sciences sociales et l'oubli du politique*, Paris, La Découverte.
- CALDWEL, Bruce J., Ed. by (1993), *The Philosophy and Methodology of Economics*, Aldershot, Edward Elgar, 3 vols.
- CÂMARA, João Bettencourt da e MARTINS, M. Meirinho (1998), *Sociologia política e reforma do sistema eleitoral*, Lisboa, ISCSP.
- CAMMACK, Paul (1997), *Capitalism and Democracy in the Third World*, Leicester University Press.
- CANGUILHEM, G., "Régulation (Épistémologie)", *Encyclopaedia Universalis*, vol. 14.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La société en réseaux*, trad. fr., Paris, Fayard, vol. I
- CASTRO, Armando Antunes de, (1991), "Quadros institucionais do Comércio Internacional: o GATT e a CNUCED", in ROMÃO 1991: 105-134.
- CEE-Commission des Communautés Européennes (1996), *Le Livre Vert sur les relations entre l'Union Européenne et les pays ACP à l'aube du 21ème siècle - Défis et options pour un nouveau partenariat*, Bruxelles.
- CENTENO, Luís Miguel Gomes de Freitas (1998), *Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento económico. Incitações públicas e sociais à inovação. Contributos para*

- a formulação de um modelo operacional de avaliação*. Lisboa, ISEG/UTL (Tese de Mestrado).
- CHALMIN, P. (1992), Sous la direction de, *CYCLOPE 1992 - Les Marchés Tropicaux*, Paris, Economica.
- CHENERY, Hollis B. and Watanabe, T. (1958), "International Comparisons of the Structures of Production", *Econometrica*, 26 (Outubro): 487-521
- CHENERY, Hollis et al. (1975), *Redistribution with Growth*.
- CHENERY, Hollis (1981), *Structural Change and Development Policy*, trad. francesa: *Changement des structures et politiques de développement*, Paris, Economica.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1995), *Le crépuscule de l'Occident - Démographie et politique*, Paris, Laffont.
- CHIME, C. (1977), *Integration of Politics Among African States (Limitations and horizons of mid-term theorizing)*. Uppsala, The Scandinavian Institute of African Studies.
- CHOQUET, C. et al., Sous la direction de (1993), *État des savoirs sur le développement*, Paris, Karthala.
- CHUDSON, W.A. (1964), "Comparative Costs and Economic Development: The African Case", *The American Economic Review*, May: 400-410.
- CLEAVER, Kevin M. and SCHREIBER, G.A., (1994a), *Reversing the Spiral*, Washington, The World Bank.
- CLEAVER, Kevin M. and SCHREIBER, G.A., (1994b) *Supplement to Reversing the Spiral*, Outubro.
- CLERC, Denis (1996), "John Robinson, keynésienne de choc", *Alternatives Économiques*, Paris, 133, Janeiro: 65-66.
- CLOWER, Robert W. (1995), *Economic Doctrine and Method - Selected Papers of R.W. Clower*, Aldershot, Edward Elgar.
- COOK, Paul and KIRKPATRICK, Colin (1988), *Privatisation in Less Developed Countries*, Londres, Harvester Wheatsheaf.
- COOPER and MASSELL (1961), "Toward a General Theory of Customs Unions for Developing Countries", *Journal of Political Economy*: 461-476.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1985), *Afrique Noire: permanences et ruptures*, Paris, Payot.
- CORM, Georges (1991), *Le Proche-Orient éclaté: 1956-1991*, Paris, Gallimard, "coll. Folio".
- CORREIA, Anacoreta (1990), "Lomé IV, investissement et secteur privé", *Revue du Marché Commun*, 342, décembre.
- COURRIER, LE, (vários anos), Bruxelas.
- COUSSY, J. et HUGON, P. (1991), *Intégration régionale et ajustement structurel en Afrique Sub-saharienne*, Paris, Ministère de la Coopération et du Développement.
- DAVIRON, Benoit (1991), *Les prix des céréales à l'exportation vers les pays d'Afrique de l'Ouest*, Paris, CILSS.
- DEBRESSON, C., "Breeding Innovation Clusters: A Source of Dynamic Development", *World Development*, 17, 1, pp. 1-16.
- DIA, Mamadou (1957), "Économie et culture devant les élites africaines", *Présence Africaine*, Paris, XIV-XV, Junho-Setembro: 58-72.
- DIA, Mamadou (1960), *Réflexions sur l'économie de l'Afrique Noire*, Paris, Ed. Présence

- Africaine.
- DIAGNE, Pathé (1967), *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale*, Paris, Présence Africaine.
- DIAS, João (1992), *Efeitos de Vantagens Preferenciais: o Impacto da Convenção de Lomé nas Exportações dos ACP para a CEE, 1975-1985*. Lisboa, UTL/ISEG. Tese de Doutoramento em Economia, mimeo.
- DIAS, João (1996), *Comércio Intra-Ramo, integração europeia e competitividade: uma análise do caso português*, Lisboa (mimeo).
- DIOUF, Makhtar (1984), *Intégration Économique - Perspectives africaines*. Dakar, Nouvelles Éditions Africaines.
- DELALANDE, Philippe (1984), *Science économique et maîtrise de l'avenir*, Paris, Economica.
- DELAUNAY, D. (1982), "La Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO)", in JAMAR 1982: 179-243.
- DELORS, Jacques (1994), *L'Unité d'un homme - Entretien avec Dominique Wolton*, Paris, Ed. Odile Jacob: 192.
- DOBB, Maurice (1954), "Note sur 'le degré d'intensité capitaliste' des investissements dans les pays sous-développés", *Économie Appliquée*, VII, 3, juillet-sept., pp. 299-318.
- DOMAR, Evsey D. (1957), *Essays in the Theory of Economic Growth*, Nova Iorque.
- DOMENACH, Jean-Luc (1998), *L'Asie en danger*, Paris, Fayard.
- DOSTALER, Gilles (1994), "Seule une science sociale globale permettra de comprendre la société", *Le Devoir*, Ottawa, 25 de abril.
- DUMONT, Louis (1966), *Homo Hierarchicus: Essai sur le système des castes*, Paris, Gallimard
- DUPUY, Jean-Pierre (1992), *Le sacrifice et l'envie: le libéralisme aux prises avec la justice sociale*, Paris, Calmann-Lévy.
- DUPUY, Jean-Pierre (1996), "L'économie pense-t-elle?", *Magazine Littéraire*, Paris, n° hors série.
- DRAMANI-ISSIFOU, Z. (1982), *L'Afrique Noire dans les relations internationales au XVIe siècle*, Paris, Karthala.
- ECONOMIST (THE)* (1990), "GATT: Farmed out", Londres, 26 Outubro.
- EGBETO, K.I. et BENDER, A. (1988), "La limitation des risques dans la pratique des crédits traditionnels en Afrique Noire", *Genève-Afrique*, XXVI, 2: 29-46.
- EGG, Johny et COSTE, Jérôme (1991), "Coopération Régionale et Dynamique des Sous-Espaces Agricoles en Afrique de l'Ouest" in: *Quelle Approche de la Coopération Régionale en Afrique de l'Ouest?*, Paris, CILSS, Doc. SAH/D/(91)387, Novembro.
- ELKAN, W. (1988), "Empresários e actividade empresarial em África", *Finanças e Desenvolvimento*, Dez.: 20, 41-42.
- ELGENHARD, Philippe (1998), *L'Afrique miroir du monde?*, Paris, Arléa.
- EVANS, H. David (1989), *Comparative Advantage and Growth*, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf, 1989.
- FELLNER, William (1951), "The Capital-output Ration in Dynamic Economics", in AAVV, *Money, Trade and Economic Growth - in Honor of John Henry Williams*:105-34, Nova Iorque.
- FELLNER, William (1956), *Trends and Cycles in Economic Activity: An Introduction to Problems of Economic Growth*, Nova Iorque.

- FERNANDES, Juliano (1995), *Perspectivas guineenses no quadro do investimento externo*, JEAT, (Caderno nº 5).
- FERNANDES, António José (1991), *Relações Internacionais*, Lisboa, Presença.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, Org. de (1977), *Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, Org. de, (1983), *Integração Económica*, Lisboa, Edições 70.
- FERREIRA, José Maria Carvalho (1996), Org. de, *Entre a economia e a sociologia*, Lisboa, Celta.
- FERREIRA, José Maria Carvalho (1997), *Portugal no contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um equívoco)*, Blumenau, Editora da FURB, Universidade Regional de Blumenau (Brasil).
- FERREIRA, Manuel Ennes (1990), “Pobreza absoluta e desigualdades sociais. Ajustamento estrutural e democracia na R.D. de São Tomé e Príncipe”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 12/13.
- FERREIRA, Manuel Ennes (1994), “Relações entre Portugal e África de Língua Portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)”, *Análise Social*, Lisboa, 129: 1071-1121.
- FERREIRA, M. Ennes e ALMAS, Rui (1996), “Comunidade económica ou parceria para o desenvolvimento: um desafio do multilateralismo na CPLP”, *Política Internacional*, Lisboa, 13, Inverno.
- FERREIRA, Manuel Ennes (1998), *Angola: a indústria transformadora numa economia de direcção central e planificada e em situação de guerra (1975-1991)*, Lisboa, ISEG/UTL (Tese de Doutoramento).
- FEUER, Guy, Sous la direction de (1994), *Les États ACP face au marché unique européen*, Paris, Economica.
- FIGUEIREDO, António Manuel e COSTA, Carlos S. (1982), *Do subdesenvolvimento: vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*, Porto, Afrontamento, vol. I
- FIGUEIREDO, António Manuel e COSTA, Carlos S. (1986), *Do subdesenvolvimento: vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*, Porto, Afrontamento, Vol. II.
- FISCHTAK, Leila L. (1994), *Governance Capacity and Economic Reform in Developing Countries*, Washington, Banco Mundial.
- FMI, (vários anos), *Relatório Anual*, Washington.
- FONTAINE, Jean-Marc (1992), *Réformes du commerce extérieur et politiques de développement*, Paris, PUF.
- FOUQUIN, M. et alii (1991), *Économie Mondiale: de Berlin à Bagdad*, Paris, Economica.
- FREYSSINET, Jacques (1966), *Le concept de sous-développement*, Paris, Mouton.
- FRISCH, D. et BOIDIN, J.C. (1988), *Le processus d'ajustement structurel en Afrique sub-saharienne*. Bruxelas, Europe Information, DE 58, Setembro, 15 p. (policopiado).
- FRISCHTAK, Leila L. (1994), *Governance Capacity and Economic Reform in Developing Countries*, Washington, Banco Mundial.
- FRIX, Paul (1995), “Situation et perspectives du développement industriel en Afrique Sub-Saharienne”, *Marchés Tropicaux*, nº hors série, Paris, , Dezembro.
- FROBENIUS, Leo (1993), *Leo Frobenius 1873-1973: An Anthology*, Bona, Franz Steiner Verlag.
- FURTADO, Celso (1994), “Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch”, *Économie*

Appliquée, XLVI, 3.

- FURTADO, Celso (1995), *Globalisation et exclusion: Le cas du Brésil*, Paris, Publisud.
- GABAS, J.J. (1988), *L'aide contre le développement?*, Paris, Economica.
- GALBRAITH, John K. (1961) *L'ère de l'opulence*, trad. francesa, Paris, Calmann-Lévy.
- GALENSON, V.W. and LEIBENSTEIN, H. (1955), "Investment Criteria, Productivity and Economic Development", *Quarterly Journal of Economics*, 69 (Agosto): 343-70.
- GAMSER, M.S. (1988), "Innovation, Technical Assistance, and Development: The Importance of Technology Users", *World Development*, 16, 6: 711-721.
- GENDARME, René (1973), *La pauvreté des nations*, Paris, Cujas, 2^a edição.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1995), *La décroissance: entropie-écologie-économie*, trad. fr., Paris, Sang de la Terre
- GIERSCH, H. (1950), "Economic Union Between Nations and Location of Industries", *The Review of Economic Studies*, XVII: 87-97.
- GODINEC, Pierre-François (1996), *Relations Internationales Africaines*, Paris, L.G.D.J.
- GORE, Al (1993), *A terra à procura do equilíbrio: ecologia e espírito humano*, trad. port., Lisboa, Presença.
- GOSSELIN, G. (1970), *Développement et tradition dans les sociétés rurales*, Genebra, BIT.
- GRAY, John (1998), *False Dawn: the Delusions of Global Capitalism*, Londres, Granta Books.
- GRELLET, G., (1992), "Pourquoi les Pays en Développement ont-ils des rythmes de croissance aussi différents?", *Revue Tiers-Monde*, Paris, XXXIII, Janeiro-Março: 31-66.
- GRILLI, Enzo (1988), "Macro-economic Determinants of Trade Protection", *The World Economy*, II, 3, Set.: 313-326.
- GRIESGRABER, J.M. and GUNTER, B.G., Ed. by (1995), *Promoting Development: Effective Global Institutions for the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press.
- GUELLEC, D. et RALLE, P. (1995), *Les nouvelles théories de la croissance*, Paris, La Découverte.
- GUERRIEN, Bernard (1993), *L'économie néo-classique*, Paris, La Découverte.
- GUILLAUMONT, Patrick (1985), *Économie du développement*, Paris, PUF, 3 vols.
- GUILLAUMONT, P. et alii (1988a), "Participating in African Monetary Unions: An Alternative Evaluation", *World Development*, 16, 5: 569-576.
- GUILLAUMONT, P. et S., Sous la direction de, (1988b), *Stratégies de développement comparées - Zone Franc et hors Zone Franc*. Paris, Economica.
- HABERLER, Gottfried (1964), "Integration and Growth of the World Economy in Historical Perspective", *The American Economic Review*, LIV, Março, 1-22.
- HANSEN, Alvin H. (1955), *Fiscal Policy and Business Cycles*, trad. mexicana: *Política Fiscal y Ciclo Económico*, México, 2^a ed.
- HARDY, Chandra (1987), "The Prospects for Growth and Structural Change in Southern Africa", *Development Dialogue*, 2: 33-58.
- HARROD, R.F. (1939), "An Essay in Dynamic Theory", *The Economic Journal*, XLIX, 193, Março: 14-33.
- HARROD, R.F. (1949), *The Trade Cycle*, trad. espanhola: *El ciclo economico*, Madrid, Aguilar.
- HEAP, Shaun and VAROUFAKIS, Yanis (1995), *Game Theory: A Critical Theory*, Londres
- HEDBERG, H. (1970), *Le défis japonais*, trad. fr., Paris, Denoel.
- HELLEINER, C.K. (1993), *The New Global Economy and the Developing Countries*, Aldershot,

- Edward Elgar.
- HENRIQUES, Isabel Castro (1997), *Percursos da modernidade em Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Cooperação Portuguesa.
- HEWITT, A.P. (1987), "Stabex and Commodity Export Compensation Schemes: Prospects for Globalization", *World Development*, 15, 5: 617-631.
- HIBOU, Béatrice (1998), "Banque Mondiale: les méfaits du catéchisme économique. L'exemple de l'Afrique Subsaharienne", *Esprit*, Paris, Agosto-Setembro: 98-140.
- HICKS, Sir John (1950), *Contribution to the Theory of the Trade Cycle*, Oxford.
- HICKS, Sir John (1988), *La crise de l'économie keynésienne*, trad. francesa Paris, Fayard.
- HILL, Polly (1992), *Development Economics on Trial*, Cambridge.
- HIMMELSTRAND, Ulf et al., Ed. by (1994), *African Perspective on Development*, Londres, J. Currey.
- HIRSCHMAN, Alberto O. (1964), *Stratégie du développement économique*, trad. fr., Paris, Les Éditions Ouvrières.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1983), *Bonheur privé, action publique*, trad. fr., Paris, Fayard.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1984), *L'économie comme science morale et politique*, Paris, Gallimard/Seuil.
- HIRSCHMAN, Alberto O. (1995), *A Propensity to Self-Subversion*, Harvard University Press.
- HODGSON, Geoffrey M. (1994), *Economia e instituições*, trad. port., Lisboa, Celta.
- HOFMEIER, R. (1988), "Coopération régionale en crise ou crise des organisations régionales?", *Le Courrier* (Bruxelles), 112, Novembro-Dezembro: 54-57
- HOODBHOY, Pervez (1991), *Islam and Science: Religions Orthodoxy and the Battle for Rationality*, Londres, Zed Books.
- HOPKINS, A.G. (1988), "African Entrepreneurship: An Essay in the Relevance of History to Development Economics", *Genève-Afrique*, XXVI, 2: 7-28.
- HUGON, Philippe (1989) *Économie du développement*, Paris, Dalloz.
- HUGON, Philippe (1991), "Économie du Développement, le temps et l'histoire", *Revue Économique*, Paris, LXII, 2, Março, pp. 339-364.
- HUGON, Philippe (1993), *L'économie de l'Afrique*, Paris, La Découverte.
- HUNT, Diana (1989), *Economic Theories of Development - An Analysis of Competing Paradigms*, London, Harvester Wheatsheaf.
- HUSAIN, I. and FARUQEE, Ed. by (1994), *Adjustment in Africa: Lessons From Country Case Studies*, Washington, Banco Mundial.
- IGUE, John O. (1991), "Les dimensions socio-politiques de l'intégration régionale en Afrique de l'Ouest", in: *Quelle Approche de la Coopération Régionale en Afrique de l'Ouest?*, Paris, CILSS, Doc. SAH/D(91)387, Novembro.
- IKIARA, G.K. (1994), "Entrepreneurship, Industrialization & the National Bourgeoisie in Africa", in HIMMELSTRAND 1994: 118-127.
- ILIFFE, John (1997), *Les Africains: histoire d'un continent*, trad. fr., Paris, Aubier.
- INSEL, A. (1994), "Une rigueur pour la forme. Pourquoi la théorie néoclassique fascine-t-elle tant les économistes et comment s'en défendre?", in M.A.U.S.S. 1994.
- JACQUEMOT, P. et RAFFINOT, M. (1985), *Accumulation et Développement*, Paris, Harmattan.
- JACKSON, E.F., Org. de (1965), *Economic Development in Africa*, Oxford, Basil Blackwell.

- JACOB, Ernst Gerhard (1966), *Fundamentos da história africana*, trad. port., Lisboa, Aster.
- JAMAR, Joseph, Org. de (1982), *Intégration régionale entre pays en voie de développement*, Bruges, Éd. de Tempel.
- JANEIRA, Armando Martins (1970), *O impacte português sobre a civilização japonesa*, Lisboa, Dom Quixote.
- JEAT-*Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical* (ver AAVV 1995)
- JEPMA, C.J., "The Impact of Untying Aid of the European Community Countries", *World Development*, 16, 7, pp. 797-805.
- KABOU, Axelle (1991), *Et si l'Afrique refusait le développement?*, Paris, L'Harmattan.
- KALDOR, Nicholas (1996), *Causes of Growth and Stagnation in the World Economy*, Cambridge, 1996.
- KAMARCK, Andrew M. (1978), *Les tropiques et le développement économique: un regard sans complaisance sur la pauvreté des nations*, trad. fr., Paris, Economica.
- KÉBADJIAN, Gérard (1994), *L'Économie Mondiale - Enjeux nouveaux, nouvelle théories*, Paris, Seuil.
- KHANNA, V.R. (1993), "Les perspectives de l'UEM et l'accord de libre-échange nord-américain", *Bulletin du FMI*, Washington, Fevereiro.
- KILJUNEN, K. (1989), "Towards a Theory of the International Division of Industrial Labor", *World Development*, 17, 1: 109-138.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1954), "Anciens et nouveaux produits en commerce international", *Economie Appliquée*, VII, 3, Julho-Set.: 281-297.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1976), *Desenvolvimento económico*, trad. port., S. Paulo, McGraw-Hill.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1992), *Les lois économiques et l'Histoire*, trad. fr., Paris, Economica.
- KLIBANSKI, Raymond (1998), *La philosophie et la mémoire du siècle*, Paris, Les Belles Lettres.
- KLEIN, Ph. A. (1988), "les politiques de croissance et le développement dans une perspective mondiale", *Revue Internationale des Sciences Sociales* (UNESCO), 118: 531-538.
- KODJO, Edem (1985), *Et demain l'Afrique*, Paris, Stock.
- KODJO, Edem (1988), *L'Occident: du déclin au défi*, Paris, Stock.
- KOPPEN, J. (1987), "L'appui de la Communauté Européenne à la coopération régionale dans le Tiers Monde", *Revue du Marché Commun*, 308, Julho: 390-395.
- KRAUSS, M.B. (1972), "Recent Developments in Customs Union Theory: an Interpretive Survey", *Journal of Economic Literature*, X, 2: 413-436.
- KRUGMAN, Paul (1992), "L'émergence des zones régionales de libre-échange: justifications économiques et politiques", *Problèmes Économiques*, n° 2289, 2 Set.: 18-27.
- KRUGMAN, Paul (1996), *Pop Internationalism*, MIT Press, Mass.
- KUZNETS, Simon (1974), *Teoria do Crescimento Económico Moderno - Taxa, estrutura e Difusão*, trad. port. Rio de Janeiro, Zahar.
- LAFAY, Gérard (1993), "Pour une préférence communautaire", *Le Monde*, Paris, 16 de Março.
- LAKATOS, Imre (1994), *Histoire et méthodologie des sciences*, trad. fr., Paris, PUF.
- LANDAU, Ralph et al., Ed. by (1996), *The Mosaic of Economic Growth*, Stanford.
- LANGE, Oskar (1986), *Moderna economia política*, trad. port., S. Paulo, Vértice.

- LASSUDRIE-DUCHENE, B. et REIFFERS, J.L., Org. de (1985), *Le Protectionnisme*. Paris, Economica.
- LATOUCHE, Serge (1986), *Faut-il refuser le développement?*, Paris, PUF.
- LECAILLON, Jacques (1975), *Croissance et politique des revenus*, Paris, Cujas (s/d: 1975?)
- LEFEBVRE, Henri (1953), "Perspectives de la sociologie rurale", *Cahiers de Sociologie*, XIV, Paris.
- LEITE, Joana Pereira (1990), "La reproduction du réseau impérial portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d'or Mozambique/Portugal", *Estudos de Economia*, X, 3, Abril-Junho, Lisboa, ISEG.
- LELART, Michel (1994), *La Construction Monétaire Européenn*, Paris, Dunod
- LEPAGE, Henri (s/d), *Amanhã, o capitalismo*, trad. port., Lisboa, Europa-América.
- LEROUX, A. et MARCIANO, A. (1998), *La philosophie économique*, Paris, PUF.
- LEWIS, W. Arthur (1967), *La théorie de la croissance économique*, trad. fr., Paris, Payot.
- LEWIS, W. Arthur (1968), *Développement économique et planification*, trad. fr., Paris, Payot
- LEWIS, W. Arthur (1980), "Autobiographical Note" in: *Social and Economic Studies: "Special Issue in Honour of Sir William Arthur Lewis"*, vol. 29, 4, Dezembro, University of West Indies, Jamaica.
- LEWIS, W. Arthur (1986), *A ordem económica internacional*, trad. port., S. Paulo, Vértice.
- LEZCANO, Victor Morales, Coord. de (1994), *El desafío de la inmigración en la España actual: una perspectiva europea*, Madrid, UNED.
- LIPIETZ, Alain (s/d), *La Nation et le Régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?*, Paris, CEPREMAP [Documento policopiado n° 8521].
- LIPSEY, R.G. (1960), "The Theory of Customs Unions: a General Survey", *The Economic Journal*, LXX, Set.: 496-513.
- LOUÇÃ, Francisco (1997), *Turbulência na economia*, Porto, Afrontamento.
- MACNAMARA, Robert (1991), "Menos gastos militares no Terceiro Mundo", *Finanças & Desenvolvimento*, XI, 3, Setembro.
- MAHIEU, François-Régis (1994), "Tiers Monde, Afrique et développement", *La Revue Économique*, Paris, Março.
- MAIR, L. (1979), *Introdução à antropologia social*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar.
- MAIZELS, A. and NISSANKE, M.K. (1984), "Motivations for Aid to Developing Countries", *World Development*, 12, 9: 879-900.
- MAKOWER, H. and MORTON, G. (1953), "A Contribution Towards a Theory pf Customs Unions", *The Economic Journal*, LXIII, 249, Março: 33-49.
- MANTERO, Francisco (1995), *A experiência do Grupo Mantero em África*, JEAT.
- MAQUET, Jacques (1970), *Pouvoir et société en Afrique*, Paris, Hachette.
- MARCHAL, André (1958), "Marché Commun Européen et Zone de Libre-Échange", *Revue Économique*, 2: 255-266.
- MARCHAL, André (1971), "Les problèmes du Marché Commun" in: SAMUELSON et MOSSÉ 1971: 233-283.
- MARGARIDO, Alfredo (1975), "Le colonialisme portugais et l'anthropologie", in COPANS, Jean, Coord. de, *Anthropologie et Impérialisme*, Paris, Maspéro: 307-344.
- MARGARIDO, Alfredo (1980), *Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo.

- MARTIN, M.T. (1986), "The South African Credit Crisis of 1985", *Transafrican Forum*, 4, 1: 17-30.
- MARTIN, W. and WINTERS, L. Alan, Ed. by (1995), *The Uruguay Round and the Developing Economies*, Washington, Banco Mundial.
- MARSEILLE, Jacques (1984), *Empire colonial et capitalisme français: histoire d'un divorce*, Paris, Albin Michel.
- MARSEILLE, Jacques (1998), "La balance des paiements de l'outre-mer sur un siècle, problèmes méthodologiques" in AAVV 1998.
- MARSHALL, Alfred (1988), *Princípios de economia*, trad. port., S. Paulo, Nova Cultural, 2 vols.
- MARTIN, W. and WINTERS, L., Ed. by (1995), *The Uruguay Round and the Developing Countries*, Washington, Banco Mundial.
- MARX, Karl (1965), *Oeuvres*, Paris, Gallimard, "coll. Pleiade", vol. I.
- MASSÉ, Pierre (1965), *Le plan et l'anti-hasard*, Paris, Gallimard.
- MATEUS, Augusto, BRITO, J.M. Brandão de e MARTINS, Victor (1995), *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*, Lisboa, Bertrand.
- M.A.U.S.S. (1994), *Pour une autre économie*, Paris, La Découverte.
- MAYER, Thomas (1995), *Doing Economic Research*, Aldershot, Edward Elgar.
- MEDEIROS, Eduardo C. (1997), *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836-1929)*, Maputo.
- M'BOKOLO, Elikia (1985), *L'Afrique au Xxe siècle: le continent convoité*, Paris, Seuil.
- M'BOKOLO, Elikia (1992), "Promesses et incertitudes", *Le Courrier de l'Unesco*, Paris, Novembro.
- MELLOR, J.W. and JONHSON, B.J. (1984), "The World Food Equation: Interrelations Among Development, Employment and Food Consumption", *Journal of Economic Literature*, XXII, Junho: 531-574.
- MEIER, Gerald M. and SEERS, Dudley, Ed. by (1984), *Pioneers in Development*, Washington, Banco Mundial, vol I.
- MEIER, Gerald M., Ed. by (1987), *Pioneers in Development - Second Series*, Washington, Banco Mundial, vol II.
- MICHAÏLOF; Serge (1984), *Les Apprentis Sorciers du Développement*, Paris, Economica.
- MICHALET, Charles-Albert (1983), *Le défi du développement indépendant*, Paris, Rochevignes.
- MILLER, Robert R. and SUMLINSKI, Mariusz A. (1994) *Trends in Private Investment in Developing Countries 1994 - Statistics for 1970-92*, Banco Mundial.
- MISSER, François et VALLÉE, Olivier (1997), *La géocratie: l'économie politique du diamant africain*, Paris, DDB.
- MONNIER, Laurent (1988), "Rôle Géostratégique du Zaïre dans l'aire conflictuelle d'Afrique Australe: éléments pour une analyse", *Genève-Afrique*, XXVI, 2: 83-96.
- MORIN, Edgar et al. (1983), *O problema epistemológico da complexidade*, Lisboa, Europa-América.
- MORIN, Edgar & NAIR, Sami (1997), *Une politique de civilisation*, Paris, Arléa.
- MOSHA, Felix (1991), "Prospects for Foreign Direct Investment", *Africa Forum*, Londres, I, 1.
- MOSLEY, Paul (1992), "L'ajustement structurel: une vue d'ensemble: 1980-1989", in FONTAINE 1992: 37-56.

- MOURA, Francisco Pereira de (1960), *Localização das indústrias e desenvolvimento económico*, Lisboa, ISCEF/GIE.
- MOURA, Francisco Pereira de (1983), *Análise Económica da Conjuntura*, Lisboa, ISEG, 5ª ed.
- MOURA (Francisco Pereira de), *Lições de Economia*, Coimbra, Almedina (várias edições)
- MUNCK, Ronaldo (1994), "Democracy and Development: Deconstruction and Debats", in SKLAIR 1994: 21-39.
- MURTEIRA, Mário (1978), *Desenvolvimento económico e comércio internacional*, Lisboa, Moraes.
- MURTEIRA, Mário (1983), *Lições de Economia Política do desenvolvimento*, Lisboa, Presença.
- MURTEIRA, Mário (1988), *Os Estados de língua portuguesa na economia mundial*, Lisboa, Presença.
- MYINT, H. (1971), "Commerce international et pays en voie de développement" in: SAMUELSON et MOSSÉ 1971: 25-52.
- MYRDAL, Gunnar (1958), *An International Economy*, trad. francesa: *Une Économie Internationale*, Paris, P.U.F.
- NANA-SINKHAM (1991), "L'Afrique doit gérer autrement", *Jeune Afrique Économie*, 149, Novembro
- NDULU, B.J. (1990), *Growth and Adjustment in Sub-Saharan Africa*, Nairobi (policopiado).
- NELSON, R.H. (1987), "The Economics Profession and the Making of Public Policy", *Journal of Economic Literature*, vol. 25.
- NEZEYS, Bertrand (1985), *Commerce international, croissance et développement*. Paris, Economica.
- NGOM, Benoît (1984), *Les droits de l'homme et l'Afrique*, Paris, Silex.
- NUNES, Manuel Jacinto (1961), *Crescimento económico e política orçamental*, Lisboa, ISCEF/GIE.
- NUNES, Manuel Jacinto (1970), *O 2º decénio do desenvolvimento*, Lisboa, ISCEF/GIE.
- NUNES, Manuel Jacinto (1971), *Desenvolvimento económico e planeamento*, Lisboa, ISCEF/GIE.
- NUNES, Manuel Jacinto (1989), *Temas económicos*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- NURKSE, Ragnar (1953), *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford, Basil Blackwell.
- NYERERE, Julius (1991), *O desafio ao Sul*, trad. port., Porto, Afrontamento.
- OCDE (1994), *Migration et développement: un nouveau partenariat pour la coopération*, Paris, OCDE.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de (1986), "Organismos de integração económica regional em África", *África*, 9, USP, S. Paulo.
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa, Sob a direcção de (1992a), *Textos sobre Cooperação Económica 1988-1992*, Lisboa, Cooperação Portuguesa.
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa (1993), *A Economia de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação Portuguesa.
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa (1996), *A cooperação portuguesa*, Lisboa, ISEG ("Collecção Textos de Apoio ao Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional").
- OLIVEIRA, Luís Soares de (1992b), *O desenvolvimento económico conseguido: o modelo sul-*

- coreano, Lisboa, Verbo.
- OLSON, Mancur (1998), *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*, trad. port., Lisboa, Celta (Prefácio de Paulo Trigo Pereira).
- OPPENHEIMER, Jochen, DAUDERSTADT, M. e BARATA, José Monteiro (1990), *Portugal e a cooperação internacional*, Lisboa, IED.
- ORMEROD, Paul (1994), *The Death of Economics*, London, Faber and Faber.
- OSMONT, Annik (1995), *La Banque Mondiale et les villes: du développement à l'ajustement*, Paris, Karthala.
- OUA (1982), *Plan d'Action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique (1980-2000)*. Genève, Institut International d'Études Sociales.
- PAKDAMAN, Nasser (1986), "Crise de l'économie du développement", *Cahiers du GERTTD*, 2, Janeiro, Paris, Universidade de Paris VII.
- PAPON, Pierre (1989), *Les logiques du futur*, Paris, Aubier.
- PARTANT, François (1988), *La ligne d'horizon: essai sur l'après-développement*, Paris, La Découverte.
- PEREIRINHA, José António (1996), "Pobreza e exclusão social: algumas reflexões sobre conceitos e aspectos de medição", in FERREIRA 1996: 208-232.
- PERRET, B. et ROUSTANG, G., (1993), *L'Économie contre la société*, Paris, Seuil.
- PERROUX, François (1958), *La coexistence pacifique*, Paris, P.U.F., 3 vols.
- PERROUX, François (1969), *L'économie du XXe siècle*, Paris, P.U.F., 1969.
- PERROUX, François (1981), *Pour une philosophie du nouveau développement*, Paris Aubier.
- PETIT-PONT, M. (1968), *Structures traditionnelles et développement*. Paris, Eyrolles, 461 p.
[NOTA: M. Petit-Pont é o pseudónimo colectivo de 16 autores: Gilbert ABRAHAM-FROIS et alii].
- PETRELLA, Riccardo (1994), "Reflexões sobre a competitividade", revista *Colóquio Educação e Sociedade*, Lisboa, Ed. Fundação C. Gulbenkian, 7, Dezembro: 77-90.
- PIETTRE, André (1966), *Pensée économique et théories contemporaines*, Paris, Dalloz.
- PINHEIRO, João de Deus (1995), *Prioridades para a cooperação União Europeia-ACP*, Colecção Textos de Apoio ao Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG, UTL
- PINHEIRO, João de Deus (1996), "Prefácio" a: Commission Européenne, *La coopération UE-ACP en 1995*, Bruxelas.
- PINIÉS, Jaime (1989), "Debt Sustainability and Overadjustment", *World Development*, 17, 1: 29-43.
- PINKNEY, Robert (1993), *Democracy in the Third World*, Buckingham, Open University.
- PINTO, L.M. Teixeira (1961), *Políticas de desenvolvimento económico*, Lisboa, ISCEF/GIE.
- PIO, Alexandre, Ed. (1992), *Ajuste económico y desarrollo social: complementariedad o conflicto?*, Milção, EGEA.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano* (vários anos e edições)
- POCHON, J.F. (1991), "Changer de Modèle", *Marchés Tropicaux* (Paris), 4 Outubro.
- POLANYI, Karl et ARENSBERG, C., Coord. (1975), *Les systèmes économiques dans l'histoire de dans la théorie*, trad. fr., Paris, Larousse.
- POLANYI, Karl (1983), *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, trad. fr., Paris, Gallimard.

- POPPER, Karl (1974), *A lógica da pesquisa científica*, trad. port., S. Paulo, Cultrix.
- POPPER, Karl (1982), *Conjecturas e refutações*, trad. port., Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes (1991), *Lições de teoria da integração e políticas comunitárias*, Coimbra, Almedina, 1º vol.
- PORTER, Michael (1993), *A vantagem competitiva das nações*, trad. port., Rio de Janeiro, Campus.
- PORTER, Michael, Sob a direcção de (1994), *Construir as vantagens competitivas de Portugal*, Lisboa, Monitor Company.
- POUÉMI, J. T. (1981), *Monnaie, servitude et liberté: la répression monétaire de l'Afrique*, Paris, Editions Jeune Afrique.
- RAVIGULHATI and RAJNALLARI (1988), "Reform of Foreign Aid Policies: The Issue of Inter-Country Allocation in Africa", *World Development*, 16, 10: 1167-1184.
- RAWLS, John (1993), *Uma teoria da justiça*, trad. port., Lisboa, Presença.
- RÉFFEGA, António Guerra (1995), *O Acervo Documental da Agricultura nos Trópicos*, JEAT.
- REGO; Rogério et al. (1982), *Seminários sobre a integração Latino-Americana*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- RELA, José Manuel Zenha (1992), *Angola entre o presente e o futuro*, Lisboa, Escher.
- RELA, José Manuel Zenha (1995), *Experiência da Agropromotora em Termos de Investimento na República de Angola*, JEAT.
- REYNAUD, C. et SID AHMED, A., Sous la direction de (1991), *L'avenir de l'espace méditerranéen*, Paris, Publisud.
- REYNOLDS, Lloyd G. (1981), "The Spread of Economic Growth to the Third World: 1850-1980", *Journal of Economic Literature*, vol. XXI, Setembro: 941-980.
- RICARDO, David (1978), *Princípios de economia política e de tributação*, trad. port., Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2ª ed.
- RIDDELL, Roger C. (1990), *Manufacturing Africa*, Londres, ODI.
- RIFKIN, Jeremy (1998), *Le siècle biotech*, trad. fr., Paris, La Découverte.
- ROBINSON, E.A.G., Org. de (1969), *Problemas del Desarrollo Económico*, trad. espanhola Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 2 vols.
- ROBINSON, Joan (1967), *Philosophie économique*, trad. fr., Paris, Gallimard
- ROBINSON, Joan (1976), *Heresias económicas*, trad. port., Lisboa, Assírio & Alvim.
- ROBINSON, Joan (1981), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar.
- ROBSON, Peter (1968), *Economic Integration in Africa*, Londres, George Allen and Unwin.
- ROBSON, Peter (1970), "The Distribution of Gains in Customs Unions Between Developing Countries: a Note", *Kyklos*, XXIII, Fasc. 1: 117-119.
- ROBSON, Peter (1985), *Teoria económica da integração internacional*, trad. port., Coimbra, Coimbra Editora.
- ROBSON, Peter (1987), *Intégration, Développement et Équité*, trad. fr., Paris, Economica.
- RODINSON, Maxime (1998), *Entre l'Islam et l'Occident*, Paris, Les Belles Lettres.
- ROMÃO, António et alii (1991), *Comércio Internacional - Teorias e Técnicas*, Lisboa, ICEP.
- ROMER, Paul (1986), "Increasing Returns and Long-Run Growth", *Journal of Political Economy*, 94, 5: 1002-1037 (também reproduzido in R. Becker and E. Burmeister, Ed.

- by, *Growth Theory*, 1991, vol. I: 121-156, Aldershot, Edward Elgar).
- ROMER, Paul (1990), "Endogenous Technological Change", *Journal of Political Economy*, 98, 5 (também existe tradução francesa in: *Annales d'Économie et de Statistique*, 22, Abril-Junho 1991: 1-32).
- ROSENSTEIN-RODAN, P.N. (1954), "Les besoins de capitaux dans les pays sous-développés", *Économie Appliquée*, VII, 1-2, Janeiro-Junho: 77-87.
- ROTBERG, R.I. et alii (1985), *South Africa and its Neighbors - Regional Security and Self-Interest*, Toronto, Lexington Press.
- ROXBOROUGH, I. (1981), *Teorias do subdesenvolvimento*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar.
- SAID, Edward W. (1991), *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*, Londres, Penguin Books.
- SAINT-MARC, M. (1967), "Le rôle du commerce extérieur dans le développement", *Revue Économique*, 4, Julho: 576-595.
- SALAMA, Pierre et VALIER, Jacques, (1994), *Pauvreté et Inégalités dans le Tiers Monde*, Paris, La Découverte.
- SAMUELSON, Paul et MOSSÉ, Robert, Org. de (1971), *International Economic Relations*. Trad. fr., *L'Avenir des relations internationales*. Paris, Calmann-Lévy.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1990), "Crise de desenvolvimento e crise de educação: o caso africano", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 12/13.
- SARTRE, Jean-Paul (1961), *Critique de la raison dialectique*, Paris, Gallimard, vol. I.
- SCHLOSSSTEIN, Steven B. (1992), "Japan's Influence in East Asia and the U.S. Response", *Economic Reports* (Washington/Lisboa), Dez., 15.
- SCHUMPETER, Joseph (1988), *A teoria do desenvolvimento económico*, trad. port., S. Paulo, Ed. Nova Cultural, 3ª ed.
- SEDOGO, P.F. (1998), "La société civile en Afrique Sub-Saharienne: que peuvent faire les pays occidentaux pour aider la société civile en Afrique", in BERNARD 1998: 121-129.
- SEERS, Dudley (1978) "Pour une nouvelle orientation des recherches sur le développement", *Économie et Humanisme* (Lyon), 242, Julho-Agosto: 42-53 (trad. do original inglês, publicado no *IDS Bulletin*, vol. 9, 2, Dez. de 1977).
- SEERS, Dudley (1979), "The Birth, Life and Death of Development Economics (Revisiting a Manchester Conference)", *Development and Change*, 10: 707-719.
- SEN, Amartya (1983), "Development: Which Way Now?", *Economic Journal*, 93: 745-762 (reproduzido igualmente em WILBER and JAMESON 1992: 5-26).
- SERVET, J. M. et al., Sous la direction de (1998), *La modernité de Karl Polanyi*, Paris, L'Harmattan
- SILVA, Manuela, Org. de (1994), *Aspectos Sociais e Éticos da Economia*, Lisboa, Comissão Nacional Justiça e Paz.
- SILVA, António (1995), *A experiência Prática do Grupo Entrepósito em Moçambique*, JEAT.
- SINGER, Sir Hans W. (1975), *The Strategy of International Development (Essays in the Economics of Backwardness)*. Londres, MacMillan..
- SINGER, Sir Hans W. (1987), "What Keynes and Keynesianism Can Teach Us about Less Developed Countries", in A. P. THIRLWALL (Ed. by), *Keynes and Economic Development*, London, Macmillan: 70-89.
- SINGER, Sir Hans W. and SUMIT, Roy, (1993), *Economic Progress and Prospects in the Third*

- World - Lessons of Development Experience Since 1945*, Cambridge, Edward Elgar.
- SINGER, Sir Hans W. (1994a), "Problems and Future of Food Aid in the Post-GATT Era", *Bruno Kreisky Forum for International Dialogue*, Series 10, May.
- SINGER, Sir Hans W. (1994b), *Discurso proferido por este autor no Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL em Novembro de 1994, por ocasião da atribuição do Doutoramento Honoris Causa ao Prof. Sir Hans W. Singer*. Lisboa, ISEG.
- SINGER, Sir Hans W. (1996), *How Relevant is Keynesianism Today for Understanding Problemas of Development?*. Texto inédito publicado na Coleção "Textos de Apoio" do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG/UTL (2ª edição revista e aumentada pelo autor).
- SKLAIR, Leslie, Ed. by (1994), *Capitalism & Development*, Londres, Routledge.
- SOARES, Guido F.S. (1986), "A emergência dos novos Estados em África subsaariana e suas consequências para a política internacional", *África*, 9, USP, S. Paulo: 128-137.
- SOLOW, R. M. (1956), "A Contribution to the Theory of Economic Growth", *Quarterly Journal of Economics*, 70 (1), Fevereiro (texto igualmente reproduzido em BECKER and BURMEISTER 1991, I: 3-32).
- STARRELS, J. (1993), "Une étude de l'IIIE évalue l'impact probable de l'ALEAN", *Bulletin du FMI*, Washington, 15 de Março: 88-89.
- STOLERU, Lionel (1987), *L'ambition internationale*, Paris, Seuil.
- SVEDBERG 1991 (P.), "The Export Performance of Sub-Saharan Africa", *Journal of Economic Development and Cultural Change*, Vol. 39, nº 1, Abril.
- TAMAMES (Ramón) 1991, *Un Nuevo Orden Mundial*, Madrid, Espasa-Calpe.
- TARP (Finn), *Stabilization and Structural Adjustment - Macroeconomic Frameworks for Analysing the Crisis in Sub-Saharan Africa*, London, Routledge, 1993.
- TCHURUK, Serge (1993), "L'État a une place dans le concert industriel", *Le Monde*, Paris, 2 de Março.
- THIRLWALL, A.P. (1994), *Growth and Development*, London, Macmillan, 5ª ed.
- TODARO, Michael (1994), *Economic Development*, Londres, Longman, 5ª ed.
- TORRES, Adelino (1989a), *As Relações da Europa com o Sul e o Leste* (Comunicação ao colóquio internacional da Fundação Friedrich Ebert, Lisboa, Novembro. Dactilografado)
- TORRES, Adelino (1989b), "Le processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-70)", in CAHEN 1989: 98-117
- TORRES, Adelino (1990), "Angola e Moçambique: estratégias de desenvolvimento", revista *Estratégia/Strategy*, Lisboa, IEEI-Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 7, Primavera: 105-128.
- TORRES, Adelino (1991a), "Tradição e mutação na África contemporânea: o desenvolvimento económico em causa", revista *Estudos de Economia*, Lisboa, ISEG/UTL, Out.-Dez: 3-19.
- TORRES, Adelino (1991b), "A cooperação da Europa com o Sul e o papel do Mundo Lusófono no Espaço Regional", revista *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 6, Janeiro: 197-223.
- TORRES, Adelino (1991c), *O império português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher (Prefácio de Alfredo Margarido).

- TORRES, Adelino, Coord. de (1991d), *Portugal-PALOP: as relações económicas e financeiras*, Lisboa, Escher (Prefácio de J.E. da Costa Oliveira).
- TORRES, Adelino (1991d), “A África Austral contemporânea na hora das mutações”, in AAVV, *África Austral - O desafio do futuro. Integração nacional e integração regional*, Lisboa, Ed. IEEI-Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, pp. 49-72.
- TORRES, Adelino (1991e), *Perspectives for the ACP-EEC Cooperation: Incidences of the 1993 Single Market and the “Opening to the East”*, Bissau (Comunicação ao Seminário internacional organizado pela Comissão Europeia, Maio).
- TORRES, Adelino (1993), *Ajustamento Estrutural e Transições Democráticas: conflitos e complementaridades*, IEEI-Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 10ª Conferência Internacional de Lisboa (mimeo)..
- TORRES, Adelino (1995), *Crise económica em África e Relações com a Europa no final do século*. Policopiado, colóquio "Jornadas Empresariais da Agricultura Tropical", Santarém, Ministério da Agricultura.
- TORRES, Adelino (1996a), *Economia do desenvolvimento: problemas teóricos do crescimento e do desenvolvimento*, Lisboa, ISEG/UTL, 2 vols (“Coleção textos de apoio ao Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional”, cadernos nº 29 e 30).
- TORRES, Adelino(1996b), *Demografia e Desenvolvimento*, Lisboa, Gradiva.
- TORRES, Adelino (1996c), “A CPLP é viável?”, *Expresso*, Lisboa, 12 de Outubro.
- TORRES, Adelino (1996d), *Ajustement structurel et société dans un contexte de globalisation*, Windhoek, Namíbia (Comunicação ao Seminário internacional organizado pela Comissão Europeia, Outubro)
- TORRES, Adelino (1997a), “Mercados e desenvolvimento em África: lógicas e desafios num contexto de globalização”, in VENÂNCIO 1997: 85-130.
- TORRES, Adelino (1997b), “La nouvelle Communauté des Pays de Langue Portugaise et la coopération de l’Union Européenne: quelques problèmes”. Colóquio internacional na Universidade de Rennes. (A publicar em livro colectivo em 1998, nas edições Maison Neuve & Larose, Paris)
- TORRES, Adelino (1998a), “Mécanismes de la Zone Escudo (années 60-70): la Zone Escudo et l’espace économique portugais ont-ils favorisé le développement du Portugal et de ses colonies?”, in AAVV 1998: 615-643.
- TORRES, Adelino (1998b), “A economia como ciência social e moral (Algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?)”, *EPISTEME-Revista de Epistemologia e História das Ciências e das Técnicas da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, Setembro.
- TOYE, John (1993a), *Dilemmas of Development*, Oxford, Blackwell, 2ª ed.
- TOYE, John (1993b), "Is there a New Political Economy of Development?", in COLCLOUGH (C.) and MANOR (J.), Editors, *States or Markets? - Neo-Liberalism and the Development Policy Debate*, Oxford, Clarendon Press: 321-338.
- TIBAZARWA (C.M.) 1988, "La East African Community - Une tragédie sur le plan de la coopération régionale", *Le Courrier* (Bruxelas), 112, Novembro-Dezembro: 48-50.
- TRIBANDEAU, D. (1991), “Faire de la Zone Franc une véritable union”, *L’Argus*, 21 de Junho.
- TRIFFIN (Robert) 1954, "Convertibilité ou Intégration?", *Économie Appliquée*, VII, 4, Out.Dezembro: 359-375.

- TYSON, Laura d'Andrea (1992), *Who's Bashing Whom? Trade Conflict in High-Technology Industries*, Washington, Institute for International Economics.
- UNCTAD 1988, *The Least Developed Countries: 1987 Report*, Nova Iorque, ONU.
- UNCTAD (vários anos), *Relatório*.
- VALENTE, Francisco (1986), "Relações interafricanas: a Organização de Unidade Africana e o esforço para a unidade do continente", *África*, 9, USP, S. Paulo: 113-127.
- VALLÉE, Olivier (1992), *Les entrepreneurs africains: rente, secteur privé et gouvernance*, Paris, Syros.
- VENÂNCIO, José Carlos (1996), *Colonialismo, antropologia e lusofonia*, Lisboa, Vega.
- VENÂNCIO, José Carlos, Org. de (1997), *O desafio africano*, Lisboa, Vega..
- VIAUD, Pierre (1986), "Essai de prospective d'utilisation politique de leurs éventuelles armes atomiques par les États africains", *Stratégie*, 2, Paris, Fondation pour les Études de Défense Nationale, 137-156.
- VILAS, Carlos (1996), *Globalización, modernidad y capitalismo*, Forum Globalización Económica y Desarrollo Sostenido en América Latina y el Caribe, México, Setembro (policopiado).
- VINER, Jacob (1950), *The Customs Union Issue*, Londres, A. Kramer (reedição 1961).
- VIOTTI, P. and KAUPPI, M. (1993), *International Relations: Theory, Realism, Pluralism, Globalism*, Nova Iorque, Macmillan, 2ª ed.
- WEINTRAUB, E. Roy (1993), *General Equilibrium Analysis - Studies in Appraisal*, Michigan, University of Michigan Press.
- WHEELER, D. (1984), "Sources of Stagnation in Sub-Saharan Africa", *World Development*, vol. 12, nº 1, Janeiro: 1-24.
- WILBER, C.K. and JAMESON, K.P. (1992), *The Political Economy of Development and Underdevelopment*, Nova Iorque, McGraw-Hill.
- WONNACOTT, P. and R. (1981), "is Unilateral Tariff Reduction Preferable to a Customs Union? The Curious Case of the Missing Foreign Tariffs", *The American Economic Review*, 71, 4, Setembro: 704-714.
- YOSHIKAWA, Hiroyuki (1998), Sous la direction de, *Made in Japan: l'industrie japonaise au tournant du siècle*, trad. fr., Paris, Le Livre de Poche.
- ZEHENDER (W.) 1988, "La coopération régionale en perspective. Quelques expériences en Afrique au sud du Sahara", *Le Courrier* (Bruxelles), 112, Novembro-Dezembro: 51-53.

INDICE

(Analítico e onomástico)

(Com exclusão dos nomes dos autores que figuram na bibliografia)

Abordagem sectorial, 185
Acesso aos mercados dos países industrializados, 161
Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI), 149-51, 181
Acordos de compensação, 166
Acordos Multifibras (AMF), 162
Acordos regionais (Importância do elemento político), 160
Acordos regionais, 141, 151, 159, 160-1, 164
Acto Único, 55
Aculturação e transculturação, 79
Adams, 48
Adda, 191, 193
Adiko, 81
Afrocentrismo, 78, 114
Afropessimismo, 63, 96
Agblemagnon, 71, 77
Agências internacionais de ajuda, 123
Agricultura (Abandono da), 100, 101, 172
Agricultura (Flutuações da produção da), 174
Agricultura (Recuperação da), 104
Agricultura (Subvenções à), 110
AIEA, 67
Ajuda (Repartição da), 56
Ajuda, 53, 101, 147, 204, 207
Ajustamento estrutural, 35, 42-4, 47, 50-51, 61, 99, 100-101, 102, 119-21, 185, 193, 209
Aldeia global, 110
Allais, 106, 110
Almas, 196, 200
Almeida-Topor, 124
Amaral, 81
Ambiente, 52, 188, 199
Amesterdão (Tratado de), 45, 61
Amin, 22, 68, 76
Análise Social (Revista), 29
André, 29, 30
Antecipações racionais, 116
Anti-teoria, 97
Antoine, 124
Apropriação privada dos solos, 108

Arensberg, 124
Arondel, 106
Arrow, 116
Arthuis, 106
Assidon, 25
Assimetria público/privado, 93
Austruy, 13, 114
Autonomia colectiva, 132
Auto-regulação, 92
Autume, 118
Backhouse, 66, 87, 95, 97
Badie, 54
Baghwati, 141
Balança de Pagamentos, 100, 102, 167
Balandier, 72, 73, 74
Balassa, 126
Bancarrota no México, 191
Baran, 22, 218
Barratt, 83
Barreiras alfandegárias, 135
Barreiras não tarifárias, 173
Barrot, 107
Bartoli, 25, 37, 90
Bastide, 74
Bauer, 18, 53
Baumann, 124
Beaud, 26, 51
Becker, 24
Bem-estar, 24
Béraud, 105, 196
Berg, 100, 137, 143-4, 165, 167, 170, 173-4
Bernis, 20
Besisira, 55
Bessa, 38
Bhagwati, 155, 185
Bilateralismo, 188
Biotecnologia, 53
Blair House (Acordos de) 109
Blaug, 9
Blocos regionais, 139, 141, 153
Bolsa Regional, 145
Bouin, 48
Bourdieu, 90-2
Bourguinat, 131
Boyer, 79, 88, 135, 188
Bressand, 182
Brochier, 23-4

Brunel, 35, 99, 101, 205
Bruton, 18
Bush, 88
Cabo Verde, 138
Caillé, 27-8
Cálculo económico e sofrimento humano, 92
Caldwell, 28
Câmara, 6, 38
Cammack, 38
Camponeses sem terra, 107
Canguilhem, 92
Capacidades empresariais, 53
Capitais privados (Fluxos de), 101, 103
Capitalismo selvagem, 187
Casier, 178
Castells, 34, 49, 53, 79
Castro, 7, 141, 180
Catedrais na areia, 84
Causa pública (Filosofia da), 219
CEA, 67
Centeno, 110
Centralização autoritária, 85
Chalmin, 113, 141
Chefes tradicionais, 125
Chesnais, 54
“Chicago Boys”, 27
Choque petrolífero, 84
Ciência e tecnologia (Mutações na), 53
Ciência e tradição, 49
Ciência normativa (a economia como), 9, 25
Ciências *duras*, 66
Científicas (Transformação das teorias), 73
Cientificidade de uma teoria, 9, 87
Círculos viciosos, 15, 64
Civilização Ocidental, 81
Civilizações africanas, 81
Clã governamental, 126
Clarck, 18
Cleaver, 68, 107-8
Clérici, 81
Clinton, 88, 154
Clower, 17
Clube de Paris, 192
Código de trabalho, 187
Co-gestão, 108
Cohen, 183-4
Colonial (Estudo do período), 75

Colonial (O facto), 74
Colonização tardia, 74
Comércio de longa distância, 125
Comércio externo, 100, 102
Comércio intra-regional em África, 141, 183
Comércio preferencial, 62, 172
Comissões de Ética, 91
Competitividade, 89
Complementaridade das economias, 45, 125
Complexidade, 19, 71, 98
Componente social, 100, 102
Comunidades económicas, 141
Comunidades marginais, 92
Concessões florestais, 108
Concorrência, 36, 148, 150
Condicionalidade, 156
Conferência Nacional, 40
Conflito Leste-Oeste, 38
Conjecturas e refutações, 72
Conjugação entre passado e presente, 75
Conta de Operações, 45-6, 146
Contactos intra e inter-regionais, 124
Conteúdo empírico de uma teoria, 87
Contexto internacional negativo, 99
Contingentação, 161
Convenções (Economia das), 188
Convertibilidade, 173
Cook, 47
Cooper, 174
Cooperação (Perigos da), 55
Cooperação euro-africana, 52, 54, 97, 104, 114, 202-8
Cooperação internacional, 43, 59
Coquery-Vidrovitch, 124
Corm, 157, 219
Correia, 181
Costa, 69, 82
Crescimento do PNB por habitante, 180
Crescimento, 42, 114, 116
Crescimento endógeno, 116-8, 188
Crescimento induzido pelas exportações, 177
Criação de comércio, 55, 131, 154-5, 170
Crise (Causas da), 11
Crise africana (Razões internas e externas da), 113
Crise asiática, 12, 22
Crise do Sul, 36
Critério de demarcação, 18
Daviron, 210-1, 214-6

De Beers, 33
Declaração de Dakar, 56
Défice, 99
Delalande, 90
Delors, 110-111
Democracia, 39, 40, 69, 104-5, 123
Democratização, 38, 51, 114, 185
Demografia, 177
Deontologia, 91
Dependência financeira, 166
Dependência, 20
Dependentistas, 11
Desaceleração do desenvolvimento industrial, 100, 102
Desconexão, 68, 76
Deseconomias externas, 137
Desemprego, 55, 106, 111, 187, 203
Desenvolvimento autocentrado, 107
Desenvolvimento científico, 72
Desenvolvimento e crescimento, 114
Desenvolvimento rural, 198
Desenvolvimento: (Dificuldades do conceito de), 17, 218
Desenvolvimento: (O tempo do), 12
Desenvolvimento: (Pioneiros do), 19
Desequilíbrios externos, 41
Desequilíbrios regionais, 52
Desigualdades sociais, 13, 106
Desintervenção, 88
Desperdício, 14
Desregulação, 9, 88, 92, 111
Desvalorização do franco CFA, 45, 145, 184
Desvalorização, 51, 120
Desvio de comércio, 131, 153-4
Determinismos, 40
Diagne, 124
Diamantes, 38
Dias, 6, 140
Dilema do prisioneiro, 153, 157
Dinâmicas das actividades não económicas, 82
Diouf, 130, 148
Direito consuetudinário, 108
Direito costumeiro, 68, 107-9
Direito fundiário tradicional, 108
Dívida do México, 192
Dívida Externa, 54, 100, 102, 192
Divisão étnica, 69
Domenach, 58, 79, 143
Dostaler, 24, 26, 28

Dramani-Issifou, 124
 Dumont, 13
 Dumping, 174
 Dupuy, 186-7, 209
 Economia (Fundamentos culturais da), 94
 Economia do desenvolvimento (Crise da), 17
 Economia do desenvolvimento (Declínio da), 10, 12
 Economia do desenvolvimento (Diversidade e riqueza das teorias da), 17
 Economia do Desenvolvimento (Em defesa da), 11
 Economia do Desenvolvimento (Nascimento da), 19
 Economia do Desenvolvimento (Pioneiros da), 18
 Economia do Desenvolvimento (Transição actual da), 15
 Economia do desenvolvimento. (A gestação da nova), 34
 Economia dominante convencional, 19
 Economia e filosofia, 27
 Economia informal, 156, 199
 Economia institucional e governação, 38
 Economias de escala, 131, 134
 Economias em transição, 22
 Economias subterrâneas, 199
 Economias tradicionais africanas, 68
Economic Development and Cultural Change (Revista), 18
 Economismo, 92
 Efeitos perversos, 41
 Eficiência paretiana, 23
 Elasticidade, 176
 Elefantes brancos, 84
 Emprego, 110, 203
 Empresa pública, 88
 Empresário schumpeteriano, 196
 Empresários africanos, 85, 105, 195
 Empresas públicas, 93
 Energia nuclear, 67
 Engelhard, 51, 58, 83, 135, 173, 181
 Engenharia genética, 53
 Equidade, 51
 Equilíbrio (Abandono do), 25
 Equilíbrio parcial, 119
 Era colonial, 125
 Especialização, 133
 Espinosa, 94
 Estabilização, 42, 100, 102, 147
 Estado (Análise clássica do), 90
 Estado (Análise marxista do), 90
 Estado (Papel do), 36-7, 88-91, 93, 105, 118, 148, 179-80
 Estado (Postulado do enfraquecimento do), 151
 Estado e Democracia, 69

Estado mínimo, 119
Estado Providência, 111, 221
Estado-nação, 219
Estados pré-coloniais, 124
Estados rendeiros, 125
Estados-nações, 123
Estocástica (A dinâmica do desenvolvimento é), 40
Estratégias de industrialização, 56, 136, 143
Estruturalistas, 11, 42
Ética, 25
Eurocentrismo, 78, 114
Exportações, 190, 200
Externalidades, 117
Extroversão, 135, 138-9, 142, 148, 164
Factores externos da crise, 99
Factos económicos e extra-económicos, 50
Falsificacionismo, 66, 87
Faruqee, 42
Fatalismo historicista, 98
Fecundidade demográfica, 41
Fernandes, 108
Ferreira, 6, 83, 104, 196, 207
Feyerabend, 66
Fichet, 68
Fichett, 53
Figueiredo, 69, 82
Fim da História (O), 69, 96
Financiamento das instituições, 145
Firmas Transnacionais (FTN), 149, 150, 190
Fluxos financeiros, 190
Força de trabalho, 48
Formação profissional, 96
Fragilidade política, 123
Franco CFA, 145-6
Frank, 22
Friedman, 9
Frischtak, 196
Frix, 191, 194
Frobenius, 124
Furtado, 18, 66, 190
Gabas, 53
Gendarme, 69
Geografia (O peso da), 155-6
Georgescu-Roegen, 199
Glasnost, 22
Globalização, 90, 141, 202
Godinec, 124, 205

Gore, 52
Gosselin, 85
Goumaz, 39
Governança, 38
Granger, 97
Grellet, 37, 25-6, 31-2, 43
Griesgraber, 190
Guellec, 115, 116
Guerra comercial, 153
Guerrien, 25, 26
Guillaumont, 127, 132, 135, 143
Guiné-Bissau (Dívida da), 55
Gunter, 190
Habegger, 18
Haberler, 18, 127
Habermas, 27
Hayek, 23, 187
Heap, 153
Hedberg, 159
Helleiner, 27
Henriques, 75, 80
Heterodoxia, 20
Heterogeneidade, 10
Hibou, 119-20
Hill, 37, 41
Hiperempirismo, 97
Hirschman, 10, 12, 20, 25, 31, 93, 94, 207
Historicismo, 69
Hodgson, 188
Hofmeier, 128
Homo economicus, 24, 79
Hoodbhoy, 49
Hugon, 34, 41, 63
Husain, 42
Identidade cultural, 74
Igue, 123, 125
Ikiara, 196
Iliffe, 81
Implosão da ciência económica, 27
Importação de cereais em África, 178, 211
Importações alimentares, 136, 211
Incerteza, 20, 96
Indicador do desenvolvimento humano, 14
Individualismo e teoria neoclássica, 25
Individualismo metodológico, 118, 188
Individualismo, 23
Indução, 97, 116

Industrialização (Projectos de), 100
Industrialização, 26, 66
Indústrias africanas, 135
Indústrias industrializantes, 100
Informação (Insuficiência de), 120
Ingerência, 123
Ingram, 87
Injustiças sociais, 14
Inovação, 179
Insel, 24, 25
Instituições (Economia das), 188
Integração (Factores políticos da), 157
Integração do México na NAFTA, 164
Integração económica (Obstáculos à), 127-8
Integração económica, 123, 127, 129-32, 166
Integração euro-africana, 41
Integração horizontal, 128, 144, 164
Integração regional (Etapas da), 126-7
Integração regional e mundialização, 138
Integração regional, 35, 43, 44, 46, 52, 58, 62, 60, 104, 123, 125-6, 129, 132-3, 138, 142, 147, 148, 152, 154, 155, 165, 176, 181, 182
Integração vertical, 61, 129, 139, 140, 143-6, 156, 164, 170, 185
Integrismo, 49, 114
Interdependência, 43
Interdisciplinaridade, 10, 20
Interesse e “desinteresse” nas relações internacionais, 91, 112
Intervenção pública, 36, 90
Introversão, 32, 135, 142, 148, 164
Investigação, 49, 75
Investimento directo estrangeiro (IDE), 56-7, 83, 101, 150-1, 172, 181, 189
Investimento directo japonês na Ásia, 159
Investimentos americanos em África, 184
Investimentos públicos, 191
Irracionalidade económica, 36
ISEG, 7, 104
Jacquemot, 86, 100
Janeira, 95
Jeune Afrique Économie, 39, 40, 45, 47, 122, 128, 168, 178
Jeune Afrique, 40
Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical (JEAT), 108
Justiça social, 13, 51
Kabou, 53, 95
Kaldor, 220
Kamarck, 177
Kant, 91
Kauppi, 52
Kébadjian, 52

Keita, 81
Keynes, 39, 50, 102, 117, 140, 179, 187, 195, 221
Keynesianos, 11
Khanna, 156
Kindleberger, 127-8
Kirkpatrick, 47
Klibansky, 27
Kodjo, 76
Krugman, 140-1, 148, 156-7, 188
Lafay, 158
Laissez-faire, laissez-passar, 110
Lakatos, 31, 87, 116
Lakroum, 124
Lange, 29
Lapa, 29, 36
Lassudrie-Duchêne, 135
Latouche, 27
Le Monde, 199
Leach, 82
Learning by doing, 116
Lebret, 18
Leduc, 83, 114
Lefebvre, 71-2
Lelart, 46, 146
Lepage, 187
Leroux, 27
Lewis, 18, 30, 83
Liberalismo, 88, 91, 120, 164
Liberalização do comércio, 50, 110, 119, 179
Liberdade individual, 65
Lipietz, 135
Lipsey, 131
Livre concorrência, 89, 135
Livro Verde, 204
Lógica de redes, 53
Lógica individualista, 23
Lógica redistributiva, 200
Lopes, 64
Louçã, 27
Lusofonia, 74
M'Bokolo, 40, 41
MacNamara, 67
Mair, 82,
Malinowski, 81
Mandeville, 29
Manifesto do capitalismo Mundial, 151
Mantero, 104

Manufacturas em África, 95, 136, 201-2
Mão invisível, 14, 190
Mão-de-obra, 48, 111
Maquet, 81
Maquiavel, 91
Marchal, 130, 133-4
Marchés Tropicaux, 185, 198
Marciano, 27
Margarido, 80
Marrakech (Conferência de), 110
Marshall, 149
Martin, 206
Martins, 38
Marx, 21, 117
Marxismo e neomarxismo (Diferença entre), 21
Marxismo-leninismo, 22
Marxista, 11, 63
Massé, 93
Massell, 174
Matérias-primas, 48, 113, 149, 198
MAUSS, 28
Mayer, 188
Mecanismos institucionais e planeamento, 86
Medeiros, 80
Meier, 18, 24, 30
Menger, 23
Mercado (Submissão aos mecanismos de), 36
Mercado comum, 126, 133
Mercado concorrencial, 36
Mercado único africano, 143
Mercado único europeu, 55
Mercados (Dimensão dos), 166
Mercados integrados, 206
Mercados internos, 130, 139, 189
Mercados oligopolísticos, 154
Mercados paralelos, 156, 183
Mercados regionais, 129, 133-4
Mercosul, 57, 139
Metodologia da economia, 28
Metodologia individualista (Limites da), 24
Michailof, 85, 100
Michalet, 36, 48, 90
Micro-Estados, 124
Micro-nações, 94
Migrações na História africana, 124
Milenarismo e ruptura, 76
Mises, 23

Misser, 39
Mitterrand, 154
Moagens em África, 212-4
Modelo(s), 24, 66, 85, 94, 98, 112, 188
Modernidade, 49, 59, 64-5, 69, 70-1, 80, 84, 114
Modernização (Validade heurística da), 64
Moedas (tipos de), 124
Monetário (Rigor), 46
Mono-Economia, 20, 14, 207
Morin, 27, 53
Mosha, 57
Mosley, 42-3
Moura, 7, 30, 35, 51, 87, 99, 136
Moussa, 81
Movimento (Paradigmas do), 78
Mudança, 11, 53, 77-8
Mulheres (Escarização), 199
Multilateralismo, 141-2, 148, 152, 157, 188
Munck, 38, 39
Mutaçào, 63, 71-2, 74, 76-7, 79, 114
Myint, 18, 134, 136-7, 176
Myrdal, 18, 140, 204
Nação Mais Favorecida (NMF), 142
Nacionalização, 88
Nair, 53
Ndulu, 99
Negociações bilaterais, 142
Negociações multilaterais, 162, 163
Negócios privados, 90
Nelson, 22
Nekeynesiano, 24, 63
Neoliberalismo, 50
Neomarxismo, 11, 21, 63
New Industrializing Countries (NICs), 66
Nezeys, 135, 177
Nigéria (Expulsão dos imigrantes africanos da), 128
Nkrumah, 122
Nómadas em África, 68, 107
Normalização dos produtos, 181
Núcleo euro-africano, 112
Nunes, 17, 29, 99, 191, 192
Nuremberga, 40
Obstáculos ao comércio, 158, 161
Obstáculos sociais, 111
Oliveira, 6, 104, 143, 207-8
Olson, 23
Oportunidades de negócios, 186, 189, 195, 203, 207

Ótimo individual e social, 23
Organismos regionais (Excesso de), 138
Organizações Inter-Governamentais (OIG), 145, 167-8
Organizações Não Governamentais (ONG), 150
Ormerod, 106, 113
Ortodoxia independentista, 31
Ortodoxia neoclássica, 20, 31-2, 88
Osmont, 198
Padrões produtivos asiáticos, 112
Países ACP, 55
Países Menos Avançados (PMA), 101, 103
Países socialistas, 84
Pakdaman, 11
Papon, 44
Paradigmas, 41, 37
Participação democrática, 85
Partnership, 59, 62
Pensamento pluridimensional, 27
Perrault, 105, 196
Perret, 106
Perroux, 18, 93-4, 204
Pessimismo, 58, 96, 197, 220
Petrodólares, 191
Pinheiro, 104-5, 193
Pinkney, 38, 105, 189
Pinto, 29-30
Pioneiros do desenvolvimento, 30
Planeamento/Planificação, 83-6, 88, 93, 174
Plano Baker, 191
Plano Brady, 191-2
Plano de Acção de Lagos (PAL), 56, 99, 101
Pluralidade das sociedades africanas, 74
PNB africano em 1997, 146
Pobreza, 13-4, 19, 31-2, 106, 203
Pochon, 185
Poder de compra, 100, 102
Polanyi, 27, 55, 65, 79, 82, 124
Políticas económicas e teorias do desenvolvimento, 37
Política económica externa ligada a objectivos não económicos, 120
Popper, 9, 19, 26, 66, 72-3, 85, 87, 96, 116
Popperiano, 64
População (Crescimento da), 101, 103
Porter, 86
Porto, 140
Portugal (Movimento de ideias em), 29
Positivismo, 12, 20
Potencialidades, 112

Poutreau, 184
Pragmatismos economicistas, 41, 136
Prebisch, 18, 140
Preconceitos velhos e novos, 75
Preços administrados, 37
Preços mundiais, 110, 210
Predição das teorias, 9
Prigogine, 27, 66
Prioridades estratégicas africanas, 104
Privatização, 47, 58, 68, 93, 105, 107, 108, 195
Privatizações no Senegal, 47
Produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, 49
Produtividade, 48
Progresso cultural e económico, 14, 94
Progresso técnico como factor endógeno, 116
Progresso técnico como factor exógeno, 115
Promoção de exportações, 100
Propriedade das terras, 107
Propriedade intelectual, 142
Proteccionismo japonês, 158-9
Proteccionismo, 62, 120, 135-6, 141, 152, 158, 165, 173-5
Quarentana da África, 101
Racionalidade económica, 36, 50, 79, 135, 220
Racionalidade individual, 23, 116
Racionalização (Acção voluntarista da), 93
Raffinot, 86, 100
Ralle, 115-6
Rawls, 187
Reagan, 88
Realismo das hipóteses, 9
Reciprocidade, 14, 20, 82, 162
Recursos humanos, 48-9, 70, 104-5, 181, 204,
Redes, 53
Reduccionismo, 121
Reformas políticas, 42
Regionalização como meio transitório, 140
Rego, 148
Regras de origem, 168
Regras económicas liberais, 106
Regulação (Escola da), 188
Regulação supranacional, 112
Regulação, 92, 106
Reiffers, 135
Relações comerciais Portugal-PALOP, 207
Relações de parentesco, 82
Relações euro-africanas, 51
Relatório Berg, 100

Renda de situação, 176
Rendimento, 66, 177
Repartição, 13
Representação do real, 97
República ideal (A), 91
Resistência à mudança, 39
Responsabilidade dos governos, 98, 99
Revue Économique, 188
Ricardo, 106
Riddell, 201
Rifkin, 53, 177
Robinson, 48
Robson, 127, 129, 131-3, 148
Rodinson, 220
Romer, 115-7, 188
Rosenstein-Rodan, 18, 24, 29
Rostow, 18, 117
Rotberg, 155
Rousseauísmo, 77
Roustang, 106
Roxborough, 74
Salama, 106
Salários, 23, 182
Salgueiro, 29-30
Saltos qualitativos, 114
Santos, 6, 29-30, 105
Sartre, 85-6
SASE, 22, 28
Satélite africano, 62
Schlossstein, 159
Schreiber, 68, 107-8
Schultz, 18
Schumpeter, 23, 195
Seers, 10, 18, 30, 94
Segurança Social, 111, 187
Sen, 11
Senso comum, 72
Serres, 66
Servet, 55
Serviço da dívida, 101, 103
Serviços, 142
Silva, 51, 106
Sindicato, 23
Singer, 11, 39, 50, 99
Sistema bancário internacional, 191
Sistema costumeiro, 107
Sistema Generalizado de Preferências (SGP), 55, 162-3, 173

Sistema monetário, 126, 144-5
Sistema mundial (Inserção da África no), 125
Sistema tributário, 125
Sistemas financeiros da África Ocidental, 144
Sistemas nacionais de inovação, 110
Sklair, 105, 189
Smith, 28
Social (Dimensão do), 50
Socialismo, 91
Sociedade camponesa, 71
Sociedade civil, 42, 200
Sociedade de consumo, 13
Sociedades de Geografia, 80
Sociedades estáticas, 82
Sociedades tradicionais (Imobilismo das), 81
Solidariedade, 59, 111, 200
Solow, 115-7
Sousa, 29-30
Stabex, 147, 194
Starrels, 156
Stoleru, 91
Subsidiariedade, 156
Substituição de importações, 100, 130, 135-7, 143, 165, 170, 172, 176-7
Sul, 29
Svedberg, 99
Sysmin, 147, 194
Tamames, 141, 152
Tarefas dos intelectuais e políticos, 95
Tarifa exterior comum, 131, 173
Tarifas aduaneiras, 109
Tarifas comerciais, 109
Tarp, 99
Tatcher, 111
Taxa de cooperação regional, 166
Taxas de câmbio, 174
Tchuruk, 88-9
Teceragem em África, 95
Tecido social, 71
Técnica (Assimilação da), 70
Tecnicismo (Concepção ingénua do), 98
Tecnologia, 49, 70, 206
Tempo da História, 117T
Tensões económicas e conflitos, 42
Tentações monopolistas, 150
Teoria do caos, 24
Teoria e realidade, 85
Teoria falsificável de Popper, 26

Teorias (Diversidade das), 12
 Teorias da modernização, 63, 69, 82
 Teorias e políticas económicas (Confusão entre), 20
 Teorias heterodoxas, 9
 Teorias heterodoxas (Necessidade de emergência de novas), 12
 Teorias ortodoxas, 9
 Terceira revolução industrial, 62
 Termos de troca (Deterioração dos), 136
 Teses axiomáticas (Os limites das), 37
 Tibergen, 18
 Títulos fundiários, 107
 Todaro, 129, 130, 131, 131
 Torres, 34, 57, 63, 75, 80, 196, 204, 208
 Totalidade social (Procurar o sentido da economia na), 42
 Totalização, 10
 Toye, 106
Trade Creation, 130
Trade Diversion, 130
 Tradição científica, 49
 Tradição e modernidade, 69
 Tradição e mutação no Japão, 95
 Tradição e valores endógenos, 79
 Tradição, 63, 65, 72, 76, 77, 94-5
 Tráfico de escravos, 74
 Tratamento diferenciado, 162
 Transculturação, 79-80
 Transferências financeiras, 99
 Transferências líquidas de recursos, 101, 102
 Transição, 38, 63, 67, 141-2
 Tribalismo, 69
 Tribandeu, 143
 Tribunal de Contas, 144
 Trigo (Importação africana de), 211
 Trigo, 210-1, 213, 215-6
 Tyson, 154
 Ultra-liberalismo, 187
 União aduaneira, 126, 129, 132-4, 154
 União africana, 112
 União económica, 47, 126, 127, 139
 União monetária, 47, 55
 União supranacional, 127
 Unicidade explicativa dos Terceiros Mundos, 34
 Unidade africana, 122
 Universos científicos, 91
 Urbanização, 136, 198
 Urrutia, 83
 USAID, 138

Utilitarismo, 15
Utopias, Fim das, 50
Valier, 106
Vallée, 39, 195-6
Valores tradicionais, 82
Vantagens comparativas, 48, 50, 56, 86, 129, 177, 182
Vantagens competitivas, 86
Varoufakis, 153
Veloso, 6
Verdade científica, 96
Verdade prática, 97
Via especificamente africana, 65
Viabilidade económica, 84
Viaud, 66-7
Viner, 126, 130-1
Viotti, 52
Visão schumpeteriana e desequilíbrio, 25
Vulgatas historicistas, 38
Walras, 33, 34
Wenden, 54
Westermann, 124
Wheeler, 99
Winters, 206
Wolfensohn, 198
Yoshikawa, 58, 181
Yukawa, 83
Zona de comércio livre, 126
Zona Franco, 45, 47, 143, 146, 184
Zona monetária euro-africana, 55
Zonas de integração, 138
Zonas preferenciais, 138-9, 143, 147, 153, 166, 174